

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA: PODERES, POLÍTICAS E SOCIABILIDADES

CARLOS ANDRÉ COLINS DOS SANTOS

PACOTILHANDO:

Abolição, pós emancipação e libertos no Maranhão (1888-1908)

São Luís

2021

CARLOS ANDRÉ COLINS DOS SANTOS

PACOTILHANDO:

Abolição, pós emancipação e libertos no Maranhão (1888-1908)

Trabalho apresentado ao Mestrado em História: Poderes, Políticas e Sociabilidades do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira.

São Luís

2021

CARLOS ANDRÉ COLINS DOS SANTOS

PACOTILHANDO: abolição pós-emancipação e libertos no Maranhão (1888-1908)

Trabalho apresentado ao Mestrado em História: Poderes, Políticas e Sociabilidades do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira – Orientador (UFMA)

Prof. Dr. José Maia Bezerra Neto (UFPA)

Profa. Dra. Régia Agostinho da Silva (UFMA)

À minha mãe, Maria de Nazaré Colins, meu maior exemplo, a razão pela qual estou frente a este desafio, a responsável pela minha proposta em continuar mesmo diante dos obstáculos presentes.

AGRADECIMENTOS

A todos que estiveram nesta árdua tarefa ao meu lado. Aos meus familiares, Catherine, Eros, Katiane, Platão e Koda.

Aos meus amigos, irmãos, Kelly, Tayse, Abgayl. Ao professor Rafael Aguiar pelas valiosas explicações, ao professor Josenildo Pereira pela paciência e dedicação que lhes são características. Aos professores que se disponibilizaram a avaliar este trabalho.

A Universidade Federal do Maranhão por dispor esta oportunidade. Muito obrigado a todos.

“Não aceite a derrota e queira morrer em seguida.
Só aceite a derrota depois de morto.”
Zaraki Kenpachi.

RESUMO

A escravidão foi legalmente justificada durante o período colonial e maior parte do Império brasileiro, constituiu uma relação estruturante da sociedade brasileira no oitocentos. A longa duração do modo de produção e exploração de homens negros despossuídos de terras próprias e os constantes conflitos com os seus senhores fez com que houvesse uma pressão internacional contrária ao escravismo, esta pressão também resultou das transformações políticas e econômicas que o mundo vivenciara. As demandas de um mercado que não considerava mais o sujeito negro como produto, porém, consumidor, pressionava por mudanças necessárias nas relações escravistas no mundo e, em específico, no Brasil. Assim sendo, busca-se compreender como proposta de pesquisa, as representações das gerações de libertos na imprensa maranhense (Jornal *Pacotilha*) durante o período de 1888 a 1908. Três momentos são indispensáveis na edificação deste empreendimento acadêmico. 1). Entender a questão da gênese e da formação da imprensa maranhense, considerando os diferentes momentos históricos e sociais da produção da escrita. 2). Apreender o período da abolição da escravidão a partir da Lei Áurea no imaginário dos protagonistas do jornal *Pacotilha*, tendo como foco a região de São Luís. 3). Por último, buscaremos analisar as representações do termo liberto no jornal *Pacotilha*. Para tanto, considera-se que no período pós-abolição o termo liberto não só ganhou diferentes significados como também criou mecanismos de incubar certas práticas escravistas ainda presentes na realidade dos homens e mulheres negras na sociedade maranhense.

Palavras chaves: Libertos, *Pacotilha*, Pós-abolição

ABSTRACT

Slavery was legally justified during the colonial period and most of the Brazilian Empire, as well, created narratives and stories about the enslaved. The long duration of the mode of production and exploitation of black men dispossessed of their own land and the constant conflicts with their masters caused international pressure, as a result of the political and economic transformations that the world had experienced. Likewise, the demands of a market that no longer considered the black subject as a product, but as a consumer, pressed for necessary changes in slave relations in the world and, specifically, in Brazil. Therefore, we seek to understand, as a research proposal, the representations of generations of freedmen in the Maranhão press (Journal *Pacotilha*) during the period from 1888 to 1908. Three moments are essential in the construction of this academic enterprise. 1). Understand the issue of the genesis and formation of the press in Maranhão, considering the different historical and social moments in the production of writing. two). To apprehend the period of the abolition of slavery from the Lei Áurea in the imagination of the protagonists of the newspaper *Pacotilha*, focusing on the region of São Luís. 3). Finally, we will seek to analyze the representations of the term freed in the newspaper *Pacotilha*. Therefore, we consider that in the post-abolition period the term freed not only gained different meanings but also created mechanisms to incubate certain slavery practices still present in the reality of black men and women in Maranhão society.

Keywords: Freed, Package, Post-abolition

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1: O <i>PACOTILHA</i> NA IMPRENSA MARANHENSE.....	16
1.1 O <i>PACOTILHA</i> E NOMES IMPORTANTES DA IMPRENSA MARANHENSE.....	16
1.2 <i>PACOTILHA</i> E A RELAÇÃO COM OUTROS JORNAIS MARANHENSES.....	20
1.3 A <i>PACOTILHA</i> E O CONTEXTO POLÍTICO.....	24
1.4 O <i>PACOTILHA</i> E AS TENDÊNCIAS LITERÁRIAS.....	28
1.5 TEORIAS RACIAIS E O JORNALISMO DO <i>PACOTILHA</i>	37
CAPÍTULO 2: SÃO LUÍS COMO CONTEXTO DO <i>PACOTILHA</i> (1880-1908).....	45
2.1 ESTÉTICA URBANA.....	45
2.2 INFRAESTRUTURA DE SÃO LUÍS.....	49
2.3 ESTRUTURA SANITÁRIA.....	51
2.3.1 A saúde pública.....	55
2.4 A VIDA ECONÔMICA E SOCIAL DE SEUS MORADORES.....	57
2.5 ECONOMIA DA CIDADE.....	67
2.6 RELAÇÃO COM O INTERIOR.....	72
2.7 REPRESENTAÇÕES DO INTERIOR.....	78
CAPÍTULO 3: O CONTEXTO ABOLICIONISTA.....	80
3.1 O CONCEITO DE LIBERTO.....	80
3.2 A LEI DE 1831 E O CONCEITO DE LIBERTO.....	87
3.3 A LEI RIO BRANCO E A LIBERDADE ASSISTIDA.....	90
3.4 A LEI DO SEXAGENÁRIO E O TERMO LIBERTO.....	96
CAPÍTULO 4: AS REPRESENTAÇÕES DOS LIBERTOS.....	102
4.1 A LEI ÁUREA E A FESTA PELOS NOVOS LIBERTO.....	102
4.2 PASSAGEM DA ESCRAVIZAÇÃO AO TRABALHO LIVRE.....	108
4.3 O CONCEITO DE LIBERTO E A NASCENTE REPÚBLICA.....	113
4.4 O CONCEITO DE LIBERTOS E A PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO NO PÓS-ABOLIÇÃO.....	132
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	142
APÊNDICE.....	160

INTRODUÇÃO

Com a implementação da Lei de 13 de maio de 1888, os estatutos jurídicos e até mesmo ditames morais das relações de trabalho sofreram grandes alterações, o que impactou os vínculos entre os trabalhadores e os grupos detentores dos meios de produção de riquezas. Os espaços de práticas e relações laborativas foram modificados, as formas de trabalho ressignificadas e tantas outras originadas a partir da libertação dos trabalhadores escravizados. Logo, entender tais dinâmicas sobre aspectos representacionais é de fundamental importância para a melhor compreensão da sociedade maranhense nas primeiras décadas do pós-abolição.

A promulgação da Lei Áurea também possuiu uma dimensão de continuidade, as bases responsáveis pela vida das instituições escravistas não desapareceram via decreto. O resultado do 13 de maio “é aqui compreendido não apenas como uma transição e, sim, como um processo, assinalado por continuidades e mudanças, e, logo, açambarcador tanto das últimas décadas do escravismo no Brasil, quanto dos primeiros anos após a abolição”, ressalta Silva (2011, p.12).

Entretanto, é de grande importância se observar ao menos dois aspectos presentes na elaboração de caminhos livres de turbulências, capazes de gerarem penumbras sobre o desenvolvimento de estudos a respeito desta temática. Barros (2012), ao discorrer a respeito do processo de construção de uma possível pesquisa, indica que um provável ponto de partida seguro para elaboração de uma trajetória de análise seria a delimitação do foco de observação, o núcleo da análise e a questão responsável pela dinâmica do projeto. Diante de um espaço de acontecimentos, fenômenos e atores, os mais numerosos possíveis, produzidos pelo contexto do 13 de maio ou a orbitá-lo em múltiplas direções, dentre estes, os que tiveram ligações com a imprensa maranhense, são os que atraem a atenção desta pesquisa e tornam-se ponto central para confecção de uma trajetória adequada, o que se deseja compreender ou observar neste espaço.

A resposta a este primeiro aspecto volta-se para item vigente neste espaço temático, neste caso, a imprensa de maneira ainda mais restritiva, os jornais, periódicos. Estes veículos de comunicação estiveram presentes de forma participativa nos acontecimentos e processos que envolveram o fim da escravização legalizada de trabalhadores de pele negra, que são parte integrante do espaço temático do pós-abolição. Luca (2012), em termos de historiografia brasileira, elencou ações no sentido de formalizar estudos sobre a imprensa entendendo estas ações como antigas; a existência de vasto material produzido no intuito de implementar narrativas, sobre as mais diferentes manifestações da imprensa brasileira, é relatada por esta

autora, porém, é na década de 1970 “[...] ao lado da História da imprensa e por meio dela, que o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica” (LUCA, 2012, p. 118).

Não se trata mais apenas de vislumbrar narrativas que tratem da origem e desenvolvimento da imprensa, mas atentar para a possibilidade de colocá-la enquanto fonte, vestígio do processo histórico, e, além disto, fazer deste objeto da investigação ponto central dos questionamentos. No entanto, é preciso estabelecer o que se almeja deste objeto temático. É neste âmbito que se trata do segundo aspecto que se vislumbra para delimitar o questionamento central da pesquisa: a imprensa em termos do pós-emancipação.

Mesmo indicando a imprensa jornalística maranhense como foco, esta, ainda configura ambiente amplo e diversificado, sendo necessário maior nível de especificação. Ao montar as projeções iniciais deste trabalho, almejava-se trabalhar com três periódicos, *O Diário do Maranhão*, *O Paiz* e o *Pacotilha*, porém, ao nos depararmos com a pesquisa *As Representações da Escravatura na Imprensa Jornalística do Maranhão na Década de 1880*, formalizada pelo professor Josenildo de Jesus Pereira a respeito dos três periódicos anteriormente citados no âmbito das lutas abolicionistas e por meio dos trabalhos empreendidos pelo Grupo o Mundo Atlântico e suas Diásporas (GMAD-UFMA), concluímos que adotar estes jornais como objeto de pesquisa implicaria em necessidade maior de tempo, pois estes geram quantidade surpreendente de documentos. Desta forma, optou-se por trabalhar com o periódico *Pacotilha*, visto que declarava-se abertamente abolicionista e republicano, proporcionando, desta forma, múltiplas viabilidades para realizar diálogo com estes temas reconhecidamente importantes para a historiografia nacional.

Rios e Mattos (2004, p. 170) indicam que até a década de 1970 os estudos referentes ao período posterior ao 13 de maio ou a abolição voltavam-se para análise dos projetos das elites para resolução da chamada “questão social”, ou seja, como viabilizar a incorporação dos últimos libertos às formas de trabalho remunerado via pecúnia e de que maneira promover crescimento econômico, por meio desta nova condição social. Entretanto, a partir da década anteriormente disposta, o campo de estudo passa por modificações em seu interior, desaguando em inovações substanciais na década de 1990. Para Rios e Mattos (2004, p. 170):

As visões da última geração de escravos brasileiros sobre seus planos e destinos, após o 13 de maio, finalmente começam a emergir como um dos problemas históricos cruciais na historiografia brasileira sobre o período. Até a década de 1990, aproximadamente, apenas a marginalização dos libertos no mercado de trabalho pós-emancipação era enfatizada nas análises historiográficas. Os últimos cativos e seu destino após a abolição atraíam compaixão e simpatia, mas não pareciam apresentar maior potencial explicativo para a história do período. Com a abolição do cativeiro,

os escravos pareciam ter saído das senzalas e da história, substituídos pela chegada em massa de imigrantes europeus.

Os trabalhadores que obtiveram direito à liberdade civil em 13 de maio foram tratados com posição de destaque e são interpretados como atores ativos no desenvolvimento dos processos no pós-emancipação, suas posições e ações perpassam a narrativa dos acontecimentos, relata Domingues (2009). Assim, tomando tal importância enquanto fator de grande vulto ao campo temático e considerando a posição destacada da imprensa anteriormente, intenta-se como objetivo compreender as representações de libertos constituídas a partir do 13 de maio de 1888 por articulistas do *Pacotilha*, em que termos construiu o *Pacotilha* narrativa representacional acerca dos libertos em 13 de maio frente aos trâmites e acontecimentos presentes nos anos subsequentes à implementação da Lei Áurea.

No que diz respeito à análise historiográfica, Barros (2012) ressalta que é necessário se traçar fronteiras entre os conceitos delimitando-os segundo os objetivos, ao nível de observação, capazes de oferecerem compreensão acerca de um determinado recorte temático e temporal. Inicialmente, indaga-se a respeito do que constituiria o conceito de pós-abolição e quais as suas especificidades nos termos de campo historiográfico. Em primeiro plano, é intuitivo que o campo do pós-abolição esteja ligado ao intervalo de tempo que se inicia posteriormente ao 13 de maio de 1888. Entretanto, Gomes e Domingues (2013) alertam a respeito do conceito de recorte temporal e produção historiográfica do pós-abolição, indicando que se trata de uma questão de significativa complexidade e inerente às múltiplas interpretações e desdobramentos.

Destaca-se a fluidez, ou seja, o movimento intrínseco ao objeto em relação ao pós-emancipação. A apreensão do movimento do objeto de análise é processo ou caminho para alcance dos objetivos da presente pesquisa, mas como visualizar este movimento, como atentar para o deslocamento do objeto detalhando, bem como, suas especificidades? Para Paulo Netto (2011), trata-se esta captação de ação de representação e fomentação da escrita como termos de fazer presente às características do objeto. Os termos desta representação são dados em torno da fuga de uma definição ontológica voltada para esquemas lógicos; o objeto deve ser projetado, segundo uma visão materialista.

Esta visão materialista realiza-se, segundo Paulo Netto (2011), ao abordar o método materialista de Marx¹, por meio de determinações em relação ao objeto: quanto maior o número de determinações do objeto, mais este se aproxima de uma conceituação materialista,

¹ Sobre o teórico Karl Marx, os conceitos formalizados por ele e o Materialismo Histórico (BOTTOMORE, 1988).

quanto mais pobre em determinações, mais longe da concretude almejada. Porém, como determinar o movimento do objeto?

É preciso atentar para o pós-abolição como um espaço, acontecimentos e modificações sociais que englobam a ruptura ocorrida em 13 de maio. Estes acontecimentos, passando por processos de determinações, acabam desnudando o objeto de pesquisa.

Por analogia ou exemplo, ao buscar compreender os desdobramentos jurídicos da primeira constituição republicana no Brasil, os termos de liberdade e cidadania, tornam-se necessários atentar para acontecimentos que estão na base da implantação desta Carta Magna, a própria proclamação da República. O movimento é estabelecido a partir das determinações dos processos imanentes ao objeto, sendo um exercício de busca pela origem, que se concentra em outros acontecimentos, criando um parâmetro de desenvolvimento, ou seja, movimento. Desta forma, descreve Paulo Netto (2011, p. 21) que a teoria materialista de Marx entende que a prática epistemológica constitui-se na “reprodução ideal do movimento real do objeto, pelo sujeito que pesquisa”.

No entanto, o movimento é dado por meio, também, de um aspecto que lhe é imanente, neste caso, o tempo. O movimento ocorre em função do tempo e do referencial. No entanto, o tempo ao qual se refere não pode limitar-se aos processos físicos de medição e aos títulos didáticos do calendário. Elias (1998, p. 15) relata que [...] “o tempo é algo que se desenvolveu em relação a determinadas intenções e a tarefas específicas dos homens” [...]. Disto depreende-se da existência de formas temporais, outras ligadas não a processos físicos naturais, mas às dinâmicas sociais. O esfacelamento das instituições escravistas e desenvolvimento dos conceitos de liberdade no pós 13 de maio não atentam, unicamente, a passagem linear e interrupta das unidades de medida físicas, pois antes se ligavam ao que Koselleck (2014) entendia como temporalidade, formas de fazer, como fazer ou ocorrer no meio social a partir de certas expectativas. Atentaremos, ainda, para as formas como os articulistas do *Pacotilha* vivenciaram e decodificaram o contexto material dos enfrentamentos pela abolição do trabalho compulsório e pós-emancipação, para isto, utilizaremos indicações de Roger Chartier a respeito do conceito de representação. Para Chartier (1991), as representações constituem formas, mecanismos através dos quais uma determinada realidade é experimentada, conceituada ou entendida.

Indicados os possíveis caminhos e principais conceitos que se utilizam no trabalho em referência, sobre a produção historiográfica do pós-emancipação e, também, disposto o objetivo central da pesquisa, passa-se a apresentar os objetivos específicos dispostos em capítulos.

No primeiro capítulo, integra-se a análise no sentido de compreender o espaço jornalístico na cidade de São Luís, campo em que se desenvolveu o periódico *Pacotilha*. O lugar de ação dos periódicos na capital maranhense ocupava destaque nos cenários artístico e político. Por meio destes periódicos, as lutas por exercício de poder desenvolviam-se. Para Pereira (2016, p. 13), a imprensa era “o locus de discursão e circulação de ideias dada a ausência de instituições capazes de viabilizar, de modo mais amplo possível, o debate em torno do que considerava urgente e necessário”. As páginas dos jornais eram ambientes de batalha intelectual dos mais variados grupos políticos e sociais, frente às mudanças que se desenhavam nas lutas pela abolição e nas primeiras décadas após o 13 de maio.

É válido destacar que, em relação às classes detentoras de melhor posição no que diz respeito aos meios de produção, o acesso aos jornais, tanto ao nível de consumo do produto como idealizador e colaborador nos termos de redação, era facilitado por questões de conhecimentos gerais: estas parcelas da população possuíam capacidade pecuniária para influírem e participarem da redação, e detinham capacidade técnica para redigirem suas representações.

Desta forma, em âmbito primeiro, atenta-se para aqueles que faziam diretamente os jornais, que usavam as tribunas das páginas como elo de suas ideias e a sociedade. Novamente, uma extensa revisão bibliográfica acerca do tema se fez necessário. Muitos dos escritores e colaboradores dos jornais utilizavam-se deste espaço para publicidade pessoal ou realizavam qualquer movimento no sentido de manter qualquer nível de anonimato. Outros, porém, faziam uso de pseudônimos, encobriam suas identidades, não permitiam que o leitor, em primeiro plano, tivesse acesso a quem escrevia (JORGE, 1998). Algumas colunas não traziam identificação a respeito do autor, outros textos possuíam como idealizadores as instituições. Disto, ocorre a necessidade de empreender diálogo entre fontes jornalísticas, literárias e bibliografia disponíveis a respeito do tema.

O segundo capítulo discorre acerca do lugar social em que o jornal *Pacotilha* nasceu e desenvolveu suas atividades, neste caso, a cidade de São Luís, no período das lutas abolicionistas e nos primeiros anos do pós-emancipação. Foi na capital maranhense que os idealizadores deste veículo de imprensa transcorreram suas vidas, promoveram suas carreiras, enquanto indivíduos das letras desempenhavam suas ações em torno do ideal de trabalho jornalístico ao qual se associaram. É no ambiente, nas ruas, na técnica, nos meios de locomoção, nas relações entre indivíduos, nos meios de produção, nas estruturas físicas, nas mais diferentes manifestações do espaço da coletividade, que os sujeitos criavam suas ideias e

instituições, influenciando, e, influenciados por suas condições, de acordo com Marx e Engels (2007).

Entretanto, em termos historiográficos, o termo cidade ultrapassa a simples designação geográfica e territorial, estabelece Sevcenko (1983). Algumas extensões conceituais perpassam o desígnio de cidade, forçando-nos a promover observações que caracterizam a formulação urbana, para além das construções e delimitações físicas.

Primeiramente, o domínio temporal ao qual se visualizava a cidade se estende a gradações múltiplas e não lineares. Aqui, novamente, traz-se à superfície a discussão tratada ao se observar o campo do pós-abolição. De certo, todas as implicações anteriormente descritas em relação a este item e ao campo temático incidem sobre o conceito de cidade aqui observado, porém, é preciso destacar como tais averbações sobrevêm em específico.

A cidade mencionada se desenvolve no percurso usual dos indivíduos que dela fazem parte, seu cotidiano. As ações dadas em ritmo da vivência dos ludovicenses e daqueles que, por algum motivo, permaneciam ou passavam pela capital maranhense, são itens de observação. As formas de vida em seus detalhes e movimentos, suas implicações e resultados, suas influências e desdobramentos trazem a esta pesquisa a cidade almejada. Os fenômenos são observados em seus vínculos associativos. Porém, os indivíduos também figuram enquanto componentes da paisagem urbana; os sujeitos, ações e modos de existência vislumbram o ambiente ludovicense (Lima, 2013).

É necessário destacar que a São Luís das lutas pela abolição e pós-emancipação não estava isolada em relação ao País e à cultura ocidental. A cidade flutuava sob as condições e influências nacionais e atlânticas e compunha circuito de desenvolvimento das práticas capitalistas de então. Logo, observar a relação da cidade com outras localidades se faz necessário segundo o transcorrer da narrativa.

Entretanto, a quantidade de itens pertencentes a uma cidade comporia matéria de estudo para intervalo de tempo infinito. Uma rua ou ambiente associativo gerariam amplos debates que ultrapassariam o espaço possível a esta pesquisa. Tal abrangência de fenômenos se condensa atingindo a configuração adequada à pesquisa, se considerarmos a cidade a partir do próprio jornal em análise, a São Luís e suas reverberações experimentadas e visualizadas pelo próprio periódico. Logo, o jornal *Pacotilha* constituiu-se em fonte para este capítulo. Textos literários produzidos no mesmo recorte histórico ou endereçados a este, confeccionados por autores ligados ao espaço jornalístico em destaque, constituem, também, tipologia de fontes destacada.

No terceiro capítulo, para entendermos sobre as dimensões e desdobramentos do termo liberto, em se tratando das páginas do *Pacotilha*, coloca-se, novamente, em regime de movimento, o termo liberto, buscando atentar para suas manifestações ao longo das trajetórias do jornal em análise. Analisam-se as formas como o *Pacotilha* representou os libertos no período das lutas em prol da abolição, sob quais condições este jornal produziu narrativas a respeito da condição de liberdade mediante a tradição escravista vigente. Assim, estabelecem-se as bases por meio das quais o *Pacotilha* fundamentou suas construções sobre esta temática no período posterior a promulgação da Lei Áurea. A análise dos desdobramentos de possibilidades de alforria em termos jurídicos no período anterior ao 13 de maio será explicitada em conjunto com acontecimentos no âmbito social e de exercício de poder político que, porventura, devido a provável dimensão, puderam influenciar nos usos destes mecanismos jurídicos, ultrapassando esferas de atuação legal e, portanto, sugestionando os modos de concepção do conceito de liberto no *Pacotilha* do pós-emancipação.

No último capítulo, passa-se a tratar do conceito de liberto nas páginas do *Pacotilha*, no pós-abolição, referente as experiências deste veículo de imprensa no que diz respeito à maneira como o conceito é desenvolvido frente a outros acontecimentos de âmbito nacional, a implementação da República e constituinte de 1891, temas tratados de maneira intensa pelo jornal em análise, buscando compreender a evolução deste termo ao longo do recorte historiográfico estabelecido em associação à implementação da Lei de 13 de maio, proclamação da República e constituinte de 1891.

CAPÍTULO 1

O *PACOTILHA* NA IMPRENSA MARANHENSE

Durante o período das lutas abolicionistas na segunda metade do século XIX, a imprensa ludovicense caracterizou-se pelos embates envolvendo as questões referentes à liberdade de indivíduos escravizados em solo brasileiro. Com a implementação da Lei Áurea, estatuto jurídico responsável pelo fim do trabalho compulsório legalizado no Brasil, debates a respeito de processos de integração dos libertos em 13 de maio as formas de atividade laboral remunerada e buscas por novos mecanismos de produção de riquezas qualificaram as demandas em termos de análise no *Pacotilha*. Desta maneira, o jornal em análise enseja possibilidades de acesso às formas como o espaço de atuação da imprensa era pensado, mediante a iminência do fim do trabalho compulsório legalizado e imediato pós-abolição.

Com vista a compreender o espaço jornalístico onde o *Pacotilha* desenvolveu suas atividades, trataremos de empreender análise a respeito de possíveis determinações capazes de qualificar o campo jornalístico maranhense no recorte histórico em exame. Para tanto, utilizaremos o próprio *Pacotilha* como viés de acesso ao contexto em observação, o espaço jornalístico caracterizado por meio das percepções dos articulistas do *Pacotilha*. Assim, este capítulo será dividido em 5 tópicos, no primeiro, abordaremos autores importantes na construção do periódico em destaque, vislumbrando como estes intelectuais caracterizaram a identidade do *Pacotilha*. No segundo tópico trataremos das formas como o *Pacotilha* atuava e comunicava-se com outros periódicos; na terceira parte deste capítulo analisaremos o *Pacotilha* frente ao ambiente político das lutas abolicionistas e imediato pós-abolição, em seguida, investigaremos a influência do campo literário frente as possibilidades de escrita presentes no *Pacotilha* e, por fim, examinaremos os conceitos sociais de raças frente a possibilidades de classificação dos libertos em meio a coletividade representada pelo *Pacotilha*.

1.1 O *PACOTILHA* E NOMES IMPORTANTES DA IMPRENSA MARANHENSE

Convém analisar representantes específicos do desenvolvimento do campo jornalístico maranhense junto à construção do *Pacotilha* e de outros importantes veículos que participaram do cerne das interações do jornal em análise por meio da imprensa maranhense. Inicia-se pelo intelectual responsável pela criação do *Pacotilha*, Victor Lobato, autor de

grande relevância para os ambientes das atividades jornalísticas do período de lutas abolicionistas na província maranhense.

Victor Lobato nasceu na capital maranhense em 28 de Abril de 1854, sendo filho de Amélia Maria Branco Lobato e Victor Lobato. Este autor fez carreira na imprensa, administração pública e indústria influenciando os rumos dos campos político e econômico do oitocentos maranhense. Ele foi o fundador não apenas do jornal em análise, pois participou na criação de outros veículos de imprensa, o que é relatado por meio das próprias páginas do *Pacotilha*:

Ainda funcionário público, teve ingerência directa na <<Flecha>>, que João Afonso do Nascimento organizou e no <<Jornal para todos>>, donde saiu a <<Pacotilha>>, título este duma de suas secções. Para se dedicar de corpo e alma á nova iniciativa, deixou o cargo da secretaria de governo (*PACOTILHA*, 1921, p. 02)

Em relação ao jornal *Pacotilha*, cabe ainda destacar que este teve sua primeira edição publicada no dia 30 de outubro de 1880 e possuía como meta a vinculação periódica semanal, sendo publicado aos domingos². Sua proposta principal era a de tornar-se um veículo de comunicação versátil, aberto aos desafios inerentes à abordagem de múltiplos assuntos de seu tempo, com uma linguagem simples e acessível. Possuía, em geral, 4 páginas, era redigido por tipografia própria, a Tipografia do *Pacotilha*. Tinha por propósito tornar-se a vanguarda de um jornalismo capaz de tratar de variados assuntos de maneira independente, por meio de denúncias, textos, literatura ou qualquer gênero capaz de transmitir a mensagem que o público leitor esperava e compreendia.

Nesse sentido, em seu primeiro editorial, faz uso de uma linguagem direta, porém carregada de conceitos e ideários, recorrendo a uso de comparações, e intitula-se como um veículo cujo intento é atingir tantos espaços quanto forem possíveis, abarcando temas distintos e numerosos, tudo em só lugar, conforme a necessidade daqueles que “ávidos por leitura” aderissem às páginas do jornal, como um comerciante que não se detém na luta em fazer conhecer toda sorte de produtos. O *Pacotilha* surgia como o ‘mercador da imprensa maranhense’, o que ficava claramente expresso em suas páginas, conforme o trecho abaixo:

A *Pacotilha* é para o jornalismo o que são para o comércio os mascates — negociantes ambulantes que levam no espaço estreito de uma caixa portátil tudo quanto o freguês possa exigir: desde a chita até o botão para a camisa, desde o chapéu o carrinho de linha.

A *Pacotilha*, pois, não tem programa, nem opinião; nem artigo de fundo — é a imprensa a retalha, miúda, sortida, variada. Não vai esgueirar-se de madrugada pela

² (*PACOTILHA*, 1880)

fresta da porta dos assinantes, a espera que a venha levantar o leitor ávido de ler em jejum as discursões políticas, as denúncias [...]. (*PACOTILHA*, 1880, p. 01)

A partir desta perspectiva, é possível inferir que se tratava de uma proposta que denotava um processo de modificação da imprensa no Maranhão em relação ao que até então era praticado por periódicos, como o *Publicador Maranhense*, que possuía uma forma de atuação rígida, centrada em regras pré-estabelecidas que impedissem os veículos de comunicação a adotarem uma postura mais aberta no que diz aos temas e formatos editoriais. Este tipo mais rígido de jornalismo enfrentava uma postura inédita que se formalizava por meio das ações de Victor Lobato³.

O *Pacotilha* posicionou-se a favor da abolição, defendendo que esta fosse irrestrita e imediata, concebia o trabalho compulsório negro como uma mancha no desenvolvimento da nação, uma nódoa que permanecia a macular os padrões éticos e morais do povo. A crítica do *Pacotilha*, porém, ultrapassava as concepções que direcionavam os debates a respeito do trabalho escravizado para espaços de cunho ético. Para este periódico, a escravidão era incompatível com o progresso e a modernidade almejados pela nação. A este respeito, Pereira (2006, p. 102) comenta que o *Pacotilha* possuía caráter “noticioso” e “crítico” posicionando-se no contexto temporal marcado pelos embates acerca dos processos de abolição do trabalho escravizado, a favor do fim imediato do trabalho compulsório como forma de modernização da província. Desta forma, por meio do *Pacotilha*, Victor Lobato iniciava novo modelo de jornalismo no Maranhão.

Outro iminente nome do universo jornalístico do período, Barbosa de Godóis constituiu-se enquanto importante nome no campo jornalístico do Maranhão. Sua atuação, por meio do jornal *Pacotilha*, desde que assumiu a redação do jornal em junho de 1888, caracterizou-se pela continuidade ao caráter inovador e vanguardista deste periódico.

Barbosa de Godóis era natural do Maranhão, nasceu em 1860 na capital da província, para obter educação a nível superior, migrou para Pernambuco, onde se formou no curso de Direito na Faculdade de Recife. A sua eloquência e conhecimento renderam-lhe cargo de procurador de justiça federal na província, indica Silva (2019). Tratava-se de intelectual voltado para embates a respeito das estruturas educacionais no Maranhão. Silva (2019) relata que Barbosa de Godóis diversas vezes fez uso das páginas do *Pacotilha* para empreender debates sobre esta temática.

³ Viveiros (2019) entende que este desenvolvimento perpassou por estágios que se estabeleceram através da instituição de periódicos ao longo do desenvolvimento da imprensa jornalística no Maranhão, indica o jornal *O Paiz* como veículo de comunicação que representou fase de transição entre uma imprensa rígida, ligada diretamente a instituições políticas para formas de comunicação jornalísticas mais abertas e fluidas.

Por sua vez, Antonio Lobo, contemporâneo de Barbosa de Godóis, buscou a objetivação de um projeto de atuação política que se materializava na reconstrução do campo literário maranhense. Ele pretendia revitalizar o espaço das atividades literárias no Maranhão, uma vez que julgava que o campo das letras maranhenses havia perdido todo esplendor e importância obtidos por gerações passadas de literatos.⁴

A narrativa de Lobo possuiu como ponto de síntese a constatação de um passado de glória literária, um momento em que o Maranhão era digno da alcunha de Atenas em terras brasileiras. Forte representação desenvolvida nas páginas do *Pacotilha*, a visão de um passado áureo permeava a produção de aparatos conceituais em múltiplas formas de manifestações nos meios de propagação literária, nos quais incluíram-se fortemente os periódicos.

Assim, em texto que conclama o público a exercer o direito de não consumir leituras que atentem contra o “bom-senso”, relata este autor que “Em frente ao direito amplo de escrever asneiras, perfila-se, majestoso e invencível, o não menos amplo direito de não ler” (*PACOTILHA*, 1908, p. 01). Travava Antônio Lobo luta contra a produção literária e jornalística, que ele considerava inapta aos padrões intelectuais necessários ao reavivamento do campo literário maranhense.

Antonio Lobo tratou diretamente da situação da produção literária do Estado em carta endereçada ao correspondente do jornal *Gazeta de Notícias*, Sebastião Sampaio, publicada no jornal *Pacotilha*. Relata Lobo que:

Se ainda andamos hoje dignamente representados no movimento geral das letras brasileiras, não é pelo que aqui fazemos e sim pelo que fora daqui produzem escritores nascidos, é certo, no Maranhão, mas do Maranhão afastados há longos anos, sem que continuassem a manter, na mór parte dos cazos, com a terra que lhes servio de berço, relações mentais de espécie alguma. São esses escritores que ainda nos conferem direito ao usufruto da merecida alcunha de *Athenas Brasileira* que em eras idas nos puzeram, nesses anos felizes em que no Maranhão trabalhavam e viviam os fortes da geração do Lisboa e do Dias (*PACOTILHA*, 1908, p. 01)

Ainda neste documento, Lobo faz lista de nomes aos quais ele considera os maiores representantes das letras do Maranhão no período; dividem esta lista poetas consagrados, poetas que ainda publicavam esparsamente e escritores de prosa.⁵ Este documento gerou extensa desavença, que se desenvolveu nas páginas do *Pacotilha* entre Antonio Lobo e Nascimento Moraes, uma vez que Lobo não cita o nome de Moraes, colocando-o em posição de inexpressividade.⁶

⁴ A respeito da análise de Antonio Lobo acerca dos novos atenienses. (LÔBO, 1970).

⁵ Sobre os nomes presentes na lista. (*PACOTILHA*, 1908)

⁶ A respeito dos embates entre Antonio Lobo e Nascimento Moraes. (CRUZ, 2016).

Estes intelectuais citados ao longo deste tópico constituem exemplos memoráveis das especificidades dos sujeitos que detinham capacidade, condições materiais e legitimidade para ter acesso às páginas jornalísticas no imediato pós-abolição. Estes jornalistas expressavam, além de singularidade artística, interesses das fileiras classistas, que estavam ligadas sob aspectos materiais e ideológicos, neste caso, grupos sociais detentores dos meios de produção e, no caso dos articulistas associados aos ideais expressos pelo *Pacotilha*, a grupos ligados a atividades que se encontravam em lugar diferenciado ou oposto às tradicionais ações econômicas vinculadas ao campo e à agricultura extensiva para exportação.

1.2. PACOTILHA E A RELAÇÃO COM OUTROS JORNAIS MARANHENSES

Antes de adentrarmos de maneira mais detalhada nas formas como o *Pacotilha* discutiu seu abolicionismo no contexto social maranhense, base para construção das representações da geração de libertos pela Lei de 13 de maio, faz-se importante elencar de forma específica alguns dos periódicos que trabalhavam concomitantemente ao jornal em destaque. Estes veículos de comunicação dialogavam, influenciavam e eram, de certa forma, influenciados pelo *Pacotilha* e, desta maneira, configuravam como componentes importantes para o posicionamento do *Pacotilha* junto ao espaço jornalístico maranhense.

Muitos embates perpassavam pelos jornais do período, levando redatores e colaboradores a entrarem em debates. No *Pacotilha*, existia uma coluna específica para apresentar e às vezes comentar matérias de outros periódicos; tratava-se da coluna *Os Jornaes*, porém, menções de outros periódicos eram feitas em múltiplas partes das edições do *Pacotilha*.

No intervalo histórico em análise, duas décadas após a promulgação da Lei Áurea, muitos jornais surgiram no Maranhão. Entretanto, quantidade significativa destes tiveram existência de curta duração. Assim, toma-se como critérios de escolha dos jornais a sofrerem abordagem neste tópico a periodicidade diária e existência longa dentro do período de análise que se demarca junto ao *Pacotilha* ou que influenciaram diretamente o espaço jornalístico maranhense.

O primeiro periódico a citarmos trata-se de jornal criado ainda na década de quarenta do oitocentos, o *Publicador Maranhense*, que constituiu em veículo de comunicação de duração extraordinária para os padrões da época e existiu durante 44 anos (VIVEIROS, 2019). Este jornal teve em 1842 o ano de sua origem, possuiu como fundador o escritor Inácio José Ferreira. Viveiros (2019, p. 19) indica que este jornal caracterizava-se como oficial, política,

literária e comercial. Desta maneira, como jornal de caráter oficial, sua linguagem era direta e incisiva, visando ao padrão formal. Em referência ao tratamento que esta folha dispensava aos trabalhadores escravizados, o *Publicador Maranhense* tratava estas parcelas da população como indivíduos necessários ao desenvolvimento social, desde que permanecessem submetidos à escravidão, além disso, os trabalhadores negros são citados em geral por meio de anúncios de venda, fuga ou outro tipo de relação imanente a uma condição de mercadoria.

Em seu início, suas publicações eram trimestrais, porém, em 1856, passou a funcionar via edições diárias, período em que o *Publicador Maranhense* ampliou a abordagem de seus conteúdos publicando não apenas atos do Governo provincial e assuntos da Assembleia Legislativa, como também movimentações do porto de São Luís, boletins do matadouro público, notícias gerais, lista de óbitos, anúncios diversos e materiais de cunho literário, ressalta Viveiros (2019). Encerrou suas atividades em 1885 escrevendo sua história junto à trajetória da imprensa maranhense, tendo configurado espaço de trabalho e desenvolvimento de grandes nomes da imprensa no oitocentos.

Outro importante veículo de comunicação que atuou concomitantemente ao jornal *Pacotilha*, exercendo significativa influência no campo jornalístico maranhense no contexto do acirramento das lutas pela abolição e imediato pós-abolição, foi o jornal *Diário do Maranhão*. Em relação a esse periódico, Pereira (2006) indica que teve, enquanto recorte histórico de nascimento, o decurso referente ao fim do tráfico internacional de mão de obra de pele negra escravizada sendo implementado por grupo de empresários, ou seja, por membros das camadas abastadas da província.

O *Diário do Maranhão* intitulava-se como jornal voltado ao comércio, lavoura e indústria, tendo como diretor Antônio Joaquim de Barros Lima, e seus redatores eram Antonio Rego e Antonio Marques Rodrigues. As confecções de suas edições eram diárias, exceto em dias destinados a comemorações de cunho religioso e feriados, e era formado por 4 laudas em que se distribuíam de 3 a 5 colunas, continham larga variedade de notícias, que incluíam notícias gerais e textos sobre temas específicos nos quais eram tratados assuntos como política, letras e economia. Além disto, o *Diário do Maranhão* possuía colunas específicas para distribuição de propagandas e anúncios.

Este periódico assumiu postura, no que diz a questões referentes à população de cor de pele negra, de caráter eminentemente conservadora. O *Diário do Maranhão* portou-se de maneira a defender um processo longo, lento e gradual para o encerramento das instituições escravistas no País, posicionou-se fortemente a favor de indenização aos proprietários de trabalhadores escravizados devido a possíveis perdas ocasionadas por processos de alforrias e

abolição; a disposição de texto que tratavam de questões voltadas à análise do sistema de escravidão neste periódico era de apoio à manutenção do sistema escravista. Em relação a esse aspecto, tematiza Pereira (2006, p. 97) que:

Em outras palavras, eles eram contra a abolição imediata da escravidão e a favor da indenização de antigos fazendeiros de algodão no que se referia à emancipação de escravos. Não é demais destacar que esse setor se apresentou o mais refratário a qualquer proposta de mudança radical da estrutura social e econômica da província, o que significa manter a escravidão, a concentração fundiária e o controle de instâncias do poder público por meio da ocupação de cargos da burocracia na província e na corte.

Aproximando-se a data do 13 de maio de 1888, estando o referido periódico ligado aos acontecimentos e cenário a nível nacional, telegramas e notícias presentes nas laudas do *Diário do Maranhão*, passava a defender, devido ao crescimento do ideário abolicionista no cenário nacional, a ideia de que a abolição total do trabalho escravizado seria o caminho viável para resolução dos problemas originados do esfacelamento das instituições escravistas, entretanto, os articulistas deste jornal também não pouparam esforços em criticar o caminho que as lutas pela libertação dos trabalhadores escravizados havia tomado, colocando, desta forma, o periódico em espectro de oposição a outras vozes atuantes no campo das letras no Maranhão, dentre estas, as vozes presentes no próprio jornal *Pacotilha*.

Assim, em texto intitulado *Guimaraes*, escrito cunhado no bojo das lutas abolicionistas, o *Diário do Maranhão* tratou de um caso específico envolvendo libertação de escravizados e, ao mesmo tempo, travou debate junto ao jornal *Pacotilha* sobre questões referentes à liberdade e fim do trabalho compulsório.

O articulista inicia o texto relatando que, por meio do periódico *Pacotilha*, chegou-se à informação que as escravas Altina e Esmeralda, pertencentes a Manoel Francisco Martins e José Coelho de Souza Junior, respectivamente, obtiveram liberdade em São Luís devido ao fato destas não terem sido matriculadas na capital maranhense. Assim, relatam os articulistas do Diário que:

Não somos escravocratas; porém não nos louvamos na opinião desses protectores da liberdade á custa do alheio, talvez porque só queremos a abolição em termos legais e não em detrimento da propriedade dos outros; ou por outra não gostamos de fazer barreira se não com o nosso barrete (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1887, p. 01)

Embora se declare não adepto do escravismo, o articulista, representante do *Diário do Maranhão*, assume postura ambígua ao defender que os trabalhadores escravizados estavam sob relação de propriedade em relação ao senhor de escravos. O articulista reduz o

escravizado a uma mercadoria, endossando um dos pilares do sistema escravista, neste caso, a redução do escravizado a propriedade jurídica pertencente a outro indivíduo.

Outro importante periódico ludovicense do período, o jornal *O Paiz*, possui origem ligada a outro grande veículo jornalístico maranhense, o *Publicador Maranhense*, uma vez que seu fundador, o escritor Temístocles Aranha, cresceu enquanto homem das letras por meio de sua participação como articulista do *Publicador Maranhense*. Em relação a esse fato, Viveiros (2019, p. 51) explicita que Temístocles Aranha assumiu a redação do jornal *Publicador Maranhense* em outubro de 1861.

Temístocles da Silva Aranha Maciel, que nasceu no ano de 1837, na capital maranhense, São Luís, período em que o Brasil passava por grande turbulência a nível político e social: era o período de governo das regências que se inicia com a abdicação do imperador D. Pedro I, que retornou a Portugal para tentar reaver o trono do império lusitano ocupado nesta ocasião por seu irmão mais jovem, D. Miguel. O filho de D. Pedro, por ser menor de idade, não poderia assumir o trono; então, no período de 1831 a 1840, o Brasil foi governado por regentes, conforme indica Viveiros (2019, p. 49 – 52).

Jornalista e professor, Temístocles Aranha não tardou em exercer papel de destaque na sociedade de seu tempo. De início, realizou os estudos de nível básico no Liceu Maranhense. Em 1853, foi enviado por sua família para estudar engenharia na capital do império brasileiro, Rio de Janeiro. Na Escola Central, obteve destaque e acabou tendo contato com André Rebouças. Entretanto, segundo Viveiros (2019, p. 49): “Abalara-lhe a saúde grave enfermidade, que o fez regressar ao Maranhão em 1857, para dali não mais sair.”

De volta ao Maranhão, Temístocles Aranha passa a dedicar-se ao magistério, sendo professor em várias instituições de ensino relevantes da província, chegando a trabalhar no Liceu Maranhense, a mais prestigiosa instituição de ensino do Maranhão à época. Porém, foi o jornalismo, espaço principal de atração do jovem intelectual, que fez este trabalhar como redator em vários veículos de imprensa, como o *Jornal do Comércio*, e o jornal *A Imprensa*, do qual se desligou no ano de 1861 para substituir Sotero dos Reis como articulista no jornal *Publicador Maranhense*, indica Viveiros (2019, p. 51).

Estava, desta forma, alicerçada e consolidada a carreira, na imprensa maranhense, de Temístocles Aranha. Assim, em 1863 o eminente jornalista criou o jornal *O Paiz*, periódico de forte relevância no cenário provincial com o qual o *Pacotilha* manteve múltiplos contatos e influências.

O Paiz foi fundado sob os objetivos de abarcar temas oriundos do comércio, religião católica e literatura, possuía caráter noticioso, seus textos estavam dispostos em três colunas,

continha geralmente 4 páginas e, inicialmente, lançava três edições por semana. Porém, segundo Pereira (2006), ao longo de sua trajetória acabou passando a adotar sistema de publicação diária. Embora adotasse um tom formal, *O Paiz* acabou aproximando de um estilo jornalístico mais popular e acessível, preconizando, de certa maneira, o jornalismo popular do *Pacotilha*.

No período de lutas pela abolição e imediato período pós-abolição, *O Paiz* marcou posição em favor do fim do trabalho compulsório legalizado de trabalhadores de pele negra, seguindo o posicionamento de seu proprietário, relata Pereira (2006). Temístocles Aranha posicionou-se em favor das causas abolicionistas, porém, dentro do campo conservador. Assim, *O Paiz* buscou uma posição favorável ao fim das instituições escravistas dosando seu conteúdo em direção a uma atitude comedida e de certa forma alinhada aos interesses das classes dominantes que compunham o âmbito político de nível conservador.

Desta forma, *O Paiz* configurou importante veículo formador de caracteres do espaço jornalístico maranhense no recorte histórico da iminência da Lei Áurea e imediato pós-abolição, influenciando diretamente as formas, como o campo jornalístico envolveu-se nas demandas oriundas dos embates em torno das temáticas que envolviam o fim das instituições escravistas no Brasil.

1.3 O *PACOTILHA* E O CONTEXTO POLÍTICO

Analisar o contexto político em que o *Pacotilha* desenvolveu suas atividades caracteriza-se enquanto exercício de busca por compreensão, acerca do posicionamento deste veículo de imprensa a respeito dos sujeitos sociais de seu tempo, dentre estes os trabalhadores do sistema escravista e aqueles que, devido à posição específica no tecido social, possuíam formas de acesso a este periódico, tornando assim seus discursos e narrativas públicos no campo jornalístico.

Vale ainda destacar que o efervescente ambiente político dos anos 1880, período de surgimento do *Pacotilha*, é marcado pela disputa implementada por vários grupos sociais a respeito de possíveis desdobramentos mediante a trajetória de desgaste das instituições escravistas. Camadas ligadas ao capital rural e à grande propriedade - proponentes, na maioria das vezes, de processo do fim da escravização por meio de ações lentas, graduais e mediante indenização aos senhores de escravo - lutavam frente a parcelas médias urbanas, em geral, defensoras do fim imediato das instituições escravistas e não indenização de proprietários de

escravizados. Estas frações da coletividade desgradeavam-se empenhadas em resguardar seus interesses.

Estas lutas/embates em torno das questões inerentes aos projetos abolicionistas e defesa específica de interesse materializavam-se por meio de manifestações partidárias, que, por sua vez, acabavam estendendo-se em meio às instituições da sociedade organizada, dentre estas instituições figuravam o Estado e a imprensa. Em terras maranhenses, forças conservadoras e liberais lutavam arregimentando franjas de classe, causando, por vezes, divisões no cerne das classes dominantes. Entretanto, este estado social possui especificidades que remontam a períodos singulares da formação do campo político maranhense. Logo, convém exemplificar projetos abolicionistas apregoados no *Pacotilha*, a fim de perceber as tendências defendidas pelo jornal como adequadas para resolução dos problemas inerentes ao fim do trabalho escravizado.

Em texto intitulado *A LAVOURA E A QUESTÃO SERVIL*, publicado na coluna *Pacotilha*, sem identificação de autor e, portanto, de provável autoria dos redatores da folha, Victor Lobato e Agripino Azevedo, encontram-se indicações de bases para enfrentamento da questão da abolição no Maranhão. Assim, as províncias do Sul estavam preparadas para o fim da escravização porque desenvolveram métodos para: “a atracção do trabalhador europeu que vae substituindo n’aquela zona o braço escravo prestes a desaparecer” (*PACOTILHA*, 16/01/1888, p. 02). Estes métodos consistiam em ações integradas entre governo e empresas privadas. Desta união, surgiram associações destinadas a prover condições que atraíam trabalhadores europeus. Outro fator de crítica do texto constitui-se na dificuldade dos lavradores das províncias do norte em aderirem a métodos de maior evolução tecnológicos para cultivo da lavoura, pois:

Os novos instrumentos de trabalho não são tidos na devida conta. Atordoados com a ideia da perda dos escravos, e por consequência dos prejuízos monetários, o lavrador nortista vê nos aparelhos, não meios de facilitar o penoso trabalho agrícola, mas unicamente utensílios dispendiosos, e recua espavorido (*PACOTILHA*, 1888, p. 02)

Em texto publicado na seção *COLLABORAÇÃO*, cujo autor identifica-se por Faustino Junior, as bases para resolução da “questão servil” remontam a dois núcleos principais: a libertação imediata do trabalhador escravizado e a maior autonomia para os municípios tratarem de questões referentes a esta temática. Segundo este escrito: “A libertação, criando o trabalho livre, reforma-nos ha economicamente; e a reforma municipal, tornando mais ampla a esphera de acção das municipalidades, conduzir-nos ha ao oasis virente da descentralização.” (*PACOTILHA*, 1888, p. 02). Chama atenção o autor que as visões de

lideranças conservadoras estavam próximas de projeções liberais, estas tendências não estavam totalmente antepostas no cenário das lutas abolicionistas.

Assim, conservadorismo e liberalismo não necessariamente excluía-se, antes, formavam a base para a construção da vida política nacional, suas manifestações engendraram nas camadas dirigentes as determinações das trajetórias estabelecidas e, por consequência, dos embates e contradições com que os grupos políticos formais atuavam.

É necessário destacar esta característica em termos de política nacional: a formalidade de manifestação. A importância das instituições de atuação mediante existência nos espaços de poder constituídos é característica latente aos termos de origem e desenvolvimento das práticas de exercício de poder nacional. Nesse sentido, para Carvalho (1996b), eram nos espaços estatais formais que emanavam as implicações em nível de posição e capacidade de imposição de vontades. Este teórico indica ainda que: “É razoável supor que as decisões de política nacional eram tomadas pelas pessoas que ocupavam os cargos do Executivo e do Legislativo, isto é, além do imperador, os conselheiros de Estado, os ministros, os senadores e os deputados” (CARVALHO, 1996a, p. 199).

No referente aos periódicos maranhenses, Pereira (2006), ao analisar os jornais *Pacotilha*, *Diário do Maranhão* e *O Paiz*, entende que estes periódicos traçaram suas posições a respeito das questões referentes à abolição e períodos posteriores a partir de princípios do liberalismo vigente no período oitocentista, sendo que defendiam o trabalho remunerado assim como o fim das instituições escravistas. Porém, o *Pacotilha* defendia a liberdade imediata dos trabalhadores escravizados sem necessidade de indenização anterior aos proprietários de mão de obra cativa. Seus redatores apresentavam-se enquanto liberais, defensores da abolição e republicanos. Nesse sentido, Bezerra (2019) indica ainda que Victor Lobato, Barbosa de Godóis, assim como Antonio Lobo, professavam tal identificação. Desta forma, o liberalismo político atuou de maneira ampla nas formas de expressão da escrita jornalística.

Vale também destacar que o escritor Aluísio Azevedo⁷, amigo, cunhado e parceiro em vários empreendimentos jornalísticos de Victor Lobato também se identificava como liberal, abolicionista e republicano. Fanini (2003) o classifica como liberal, embora assinale que o liberalismo oitocentista brasileiro possuiu proximidade com discursos conservadores. Estes autores trabalharam em parceria com Agripino Azevedo, intelectual liberal e

⁷ Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo nasceu no Maranhão, São Luís, em 1857, faleceu na Argentina em 1913. Escritor de destaque no cenário nacional, esteve ao lado de Victor Lobato na fundação do jornal *Pacotilha*.

republicano, no jornal *O Pensador*. Este órgão foi fundado pelo português Manuel de Bethencourt e tinha por finalidade o combate frente ao jornal *A Civilização*, periódico destinado à defesa dos interesses da Igreja Católica, assinala Costa Tourinho (2008, p. 31). Posteriormente, Agripino de Azevedo viria a se tornar redator do *Pacotilha*. Entretanto, a proximidade entre o ideário liberal e conservador permitiu que João da Matta de Moraes Rego, escritor pertencente às fileiras do Partido Conservador, participasse da criação do jornal *Pacotilha*. Para Vila Neto (2008, p. 47), este literato esteve ao lado de Victor Lobato na fundação do *Pacotilha*.

Porém, frente à constatação de que escritores ligados ao *Pacotilha* identificavam-se com formas políticas liberais, torna-se necessário análise das formas como o discurso liberal era compreendido, pois o termo liberalismo é um conceito fluido, variável em termos de recorte temporal e social. Nesse sentido, trata-se destas peculiaridades frente às disposições políticas e sociais as quais o *Pacotilha* debateu-se no espaço das lutas abolicionistas e imediato pós-abolição.

Em relação a esse aspecto, Faria (2012), ao observar o desenvolvimento das ideias liberais no Maranhão a respeito das condições de produção da riqueza material, entende que os adeptos de tal posicionamento político adentraram com efetividade nos debates a respeito da condição do sistema econômico maranhense mediante a trajetória das instituições escravistas na segunda metade do oitocentos. Assim, no *Pacotilha*, este debate também foi intenso.

Assim, conforme ver-se em texto transcrito do Jornal *Paiz*, na seção *Pacotilha/Topicos do Dia*, sobre edição de Victor Lobato e Agripino Azevedo, a análise acerca do discurso liberal é realizada. O texto é iniciado por meio de um questionamento. Indaga a publicação “Por que motivo houve-se de fingir divergência, se encontra todos com cordes e caminha-se unidos para o mesmo objetivo?” (*PACOTILHA*, 1888, p. 02).

Tal questionamento é indicativo das possibilidades de rearranjo harmônico entre liberalismo e conservadorismo no contexto das lutas abolicionistas e imediato pós-abolição. A possibilidade de diálogo e adequação entre estas vertentes advém de similitudes observadas pelo texto, que indica que [...] “Não é somente o conservador puritano que tomou as cores ternas do conservador progressista; não é unicamente o liberal corcunda que se fez reformador e deita democracia adiantada: são os dois partidos que se renderam a um só” [...] (*PACOTILHA*, 08/02/1888, p. 02). As tendências estariam entrelaçadas de tal maneira que [...] “ninguém sabe onde este acaba e onde aquelle principia.” (*PACOTILHA*, 1888, p. 02).

Também na edição nº. 55 de 1888, na seção *Tópicos do Dia*, em texto transcrito do jornal *Paiz*, encontra-se novamente análise a respeito das características do liberalismo no recorte histórico em destaque. A abolição imediata do trabalhador aparece como item central do discurso liberal, sendo que este discurso perpassava por aspiração à democracia e está só poderia se manifestar com a extensão da liberdade para todos os indivíduos (*PACOTILHA*, 1888, p. 03).

A questão da democracia e liberdade neste discurso também se objetivava na indicação de reforma política que oferecesse as províncias e municípios maior autonomia. Dessa forma, em texto intitulado *Descentralização*, explicitado na seção *Pacotilha* e sob redação de Victor Lobato e Barbosa de Godois, este tema é abordado com vistas ao discurso liberal; portanto, “Emancipada a raça escrava, que se estendia por quasi todas as províncias, quer se emancipar as províncias da escravidão do centro.” (*PACOTILHA*, 1888, p. 02). Maior liberdade política e administrativa para as camadas dirigentes locais era qualidade presente no discurso liberal. Portanto, proximidade do conservadorismo, liberdade social, política irrestrita e defesa de maior autonomia administrativa para as camadas dirigentes locais eram qualidades básicas no discurso liberal desenvolvido no jornal *Pacotilha*.

Tendências liberais assumiram, portanto, um papel de relevância nas disposições dos discursos, narrativas representacionais implementadas pelo *Pacotilha* no âmbito das lutas abolicionistas e imediato pós-abolição. Tal disposição de ideias fomentou as possibilidades de configuração de termos e conceitos nas páginas do periódico em análise, dentre estes pode-se citar a representação de libertos.

1.4 O *PACOTILHA* E AS TENDÊNCIAS LITERÁRIAS

O conceito de escola ou movimento literário suscita dificuldades teóricas quanto à delimitação de fronteiras ou marcos no que diz respeito às características e autores que podiam qualificar determinado recorte ou espaço de escrita como pertencente a uma escola literária, a um tipo específico de expressão linguística. Porém, este conceito parece encontrar coro no recorte histórico em análise, pois figura enquanto dispositivo analítico possível para interpretação de fenômenos do mundo acadêmico e literário.

Trazendo este conceito a presente análise, em querela iniciada na cidade de Recife, os escritores Georgiano Gonçalves e Hygino Cunha confrontaram interpretações a respeito de movimentos literários surgidos na Faculdade de Direito de Recife. Georgiano Gonçalves havia escrito e publicado obra intitulada *Páginas Acadêmicas*, em que versa acerca de temas

concernentes à crítica literária. Como resposta, Hygino Cunha confeccionou a obra *Avesso de um Crítico*, texto em que tecem análises pejorativas a respeito do livro Páginas Acadêmicas.

Georgiano Gonçalves utilizou as páginas do *Pacotilha* para responder às críticas de Hygino Cunha. Inicialmente, produziu textos dispostos na edição 353 de 1883 e nas quatro primeiras edições de 1884. Hygino Cunha lançou resposta às afirmações de Georgiano Gonçalves na coluna *Publicações a Pedidos do Pacotilha* das edições 23 e 26 de 1884, ao passo que Georgiano Gonçalves o rechaçou novamente nas edições seguintes. Dentre os pontos de discordância estava a conceituação da escola literária romântica, sendo que a existência de movimentos literários específicos configurava item teórico possível no recorte temporal em observação.

Desta forma, segundo Santos (2004), a escola romântica era caracterizada, em geral, por uma forte busca por individualidade, pela negação de uma identidade forjada coletivamente a partir de movimentos no ambiente de produção capitalista, embora seja esta “individualidade romântica” base para construção do ambiente moderno, campo de atuação das forças produtivas do capital. Logo, a escrita romântica configurou-se em experiência de contradição e ambiguidade, lutou contra o indivíduo massificado nas linhas de desenvolvimento do capital, construindo bases para a idealização de tipos de subjetividade voltadas para o mesmo arquétipo a qual combatia. Para isto, buscou aprofundar-se nas dimensões da psique usando como ferramentas o lirismo, sendo que o forte tom emocional de sua linguagem operou como ponte para aspectos da vivência contrários ao mundo burguês da qual a própria escrita romântica encontrou terra fértil para expansão e desenvolvimento.

Vivenciando as contradições de um ambiente voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e acumulação de recursos, a escola literária em questão popularizou certas formas e características que figuraram nas páginas dos periódicos e formalizaram o teor das formas de escritas utilizadas nestes por vários articulistas e cooperadores. Acerca deste processo de expansão do alcance da escrita romântica, escreve Ribeiro:

Dá-se então a democratização. Deixa a nova literatura de ser só para reis, fidalgos ou para círculos fechados de eruditos e torna-se a literatura do povo. O livro de cordel, o jornal e o romance cómico traçaram o caminho a seguir pela obra romântica, entusiasmando a burguesia. A esta classe, ávida de ler, se destina a literatura do romantismo. Os burgueses são os seus consumidores mais assíduos. O povo continuará analfabeto. A poesia das décadas de 1840, 1850 e, sobretudo a ultrarromântica invadiu as famílias burguesas, ficando profundamente ligada ao mundanismo, à vida cívica - escreviam-se versos em álbuns, acompanhavam-se poemas a canto e O Romantismo - contextualização histórica e das artes 7 piano nos salões, havia recitais poéticos em festas de beneficência e patrióticas, promoviam-se saraus literários (RIBEIRO, 2010, p. 06)

A forma como este movimento social e literário lidou com as múltiplas oposições e contrariedade do período de fortalecimento das características da expansão das disposições produtivas modernas é assinada como ambígua, podendo assumir vários posicionamentos dependendo das características advindas da coletividade em que se desenvolve. Nesse sentido, ressaltam Sayre e Löwy (1996):

O desencanto do mundo, a quantificação e reificação das relações sociais, a força destrutiva da mecanização, o reinado da racionalidade abstrata e a dissolução dos laços comunitários da civilização são alguns dos aspectos criticados ou rejeitados pelos românticos, em nome de uma infinidade de valores que incluem imaginação, experiência subjetiva, fantasia, comunidade e reintegração com a natureza. Esse protesto impetuoso contra certas características fundamentais da modernidade faz alusão a valores sociais ou culturais atribuídos ao passado, mas não é, necessariamente, regressivo; o romantismo pode assumir formas revolucionárias ou conservadoras, utópicas ou restauradoras. (SAYRE; LÖWY, 1996, p. 10)

Dentre exemplos deste dado, pode-se vislumbrar a caracterização de gênero que incidia sobre a categoria mulher e as representações evocadas de lirismo em relação a aspectos naturais do espaço do Estado ou cidade. O forte conteúdo emocional direcionado a um ideal feminino já consagrado entre pressupostos morais e religiosos fazia com que mulheres fossem representadas enquanto ideal de beleza mística e pura, branca e dependente, carregada de delicadeza até mesmo quando assumisse posição de destaque, tais características foram insufladas pela escrita romântica; ao tratar de tais disposições, Viçente vislumbra como possível maneira de vivenciar a experiência de caracterizar o conceito de feminino o ato de conjecturar o ideal de mulher como “anjo, beleza, timidez, suavidade, pudor e fraqueza” (COSTA, 1963, p. 47).

Como analogia, logo em seu primeiro ano de publicação, o *Pacotilha* tratou da presença da pianista paraense Idalia França na capital maranhense. A maior parte da edição do dia 21 de dezembro 1880, impressão esta iniciada por meio de citação a Byron e Castro Alves, poetas classificados como adeptos do estilo de escrita romântica, foi utilizada para homenagear esta artista que se apresentava em São Luís.

Figura 1 - Pianista paraense Idalia França



Fonte: *Pacotilha* (21/12/1880)

Essa Figura 1 mostra em detalhes o rosto da pianista, que ocupava lugar de destaque na edição junto a poemas dedicados à musicista. Estes poemas foram colocados como assessorios à análise positiva do trabalho de Idalia França.

Entretanto, a forma como a artista é representada traz em si fortes características que implicavam em intensa emotividade e lirismo. A mesma é descrita como frágil, sua feição física era objetivada enquanto ser de poucas forças, branca, sensível. Seu talento artístico, inalcançável e de extrema beleza para esta edição, tinha por origem sua própria constituição como mulher que se moldava aos padrões estabelecidos tradicionalmente, sem os quais não alcançaria o desempenho desejado. Em texto assinado por João Affonso, propriedades emergem inclinando a escrita em direção a uma experiência de qualificação do tipo feminina intensamente propensa ou com possibilidades de direcionamento a ares de escrita romântica. Para João Affonso, era esta edição espaço para agradecer a musicista:

[...] o ter dado com o seu braço frágil de mulher apertado num bracelete de ouro, com o seu sorriso ingênuo a encorva-lhe a face pálida, com um clarão de inteligência no olhar límpido e azul, com a cabecinha loura, um golpe enérgico e profundo nos nossos prejuízos sociais [...] (*PACOTILHA*, 1880, p. 01)

Entretanto, as contradições faziam-se presentes e tinham por origem o próprio ambiente de desenvolvimento econômico criado pelas classes detentoras dos meios de produção. A mulher das classes subalternas, pobres, devotas das atividades ligadas às camadas inferiores em termos de posses, englobando as mulheres negras e libertas, por

consequência, cabia uma identidade diferente ou, pelos menos, mesclada, ligada ao trabalho físico, capaz de suportar as intempéries das atividades rústicas inerentes aos pobres.

Em texto intitulado *Mulher Corajosa*, é possível observar notícia cunhada pelo *Pacotilha* junto a um jornal da cidade de Ouro Preto identificado como a *Ordem*. A notícia dá conta de acontecido em uma propriedade rural onde dois homens vendo que o dono da propriedade saíra para os afazeres habituais, acabaram por tentar invadir a casa e atentar contra a integridade física da mulher que estava sozinha na residência; a moradora reagiu de forma aguerrida, fazendo uso de força física e até mesmo lançando mão de arma de fogo para impedir que os indivíduos a alcançassem (*PACOTILHA*, 1890, p. 02).

As formas de qualificação em relação à mulher noticiada perpassam pela positivação de características como força, iniciativa, energia. Não deixa o articulista de assinalar que a “moça” tratava-se de “senhora” bem educada e virtuosa. Mesmo no caso analisado anteriormente, o da edição em favor de Idalia França, a musicista também é observada como jovem com ação forte e iniciativa contra os problemas de âmbito social. Múltiplas vozes e representações entram em conflito. Chartier (1991, p. 183) indica presença em espaços de escrita, como os proporcionados pelo *Pacotilha*, de “lutas de representações”, que disputavam por espaço e lugar de superioridade no sentido de disporem das formas de experimentação e significação da materialidade dos temas.

A beleza sacra da mulher sofria da mesma intensidade lírica das qualidades e contradições dadas a natureza. As mãos de Idalia França, por exemplo, serem comparadas a suavidade de lírios (*PACOTILHA*, 1880, p. 01); o meio físico, desde os primórdios das letras brasileiras, perpassando por celebres nomes como Gonçalves Dias em suas intensas exaltações ao Maranhão⁸, era forjado como uma existência idealizada e pura, dona de uma áurea superior, elevada. Sob a influência do romantismo esta característica passou por processo de forte intensificação. Para Pinheiro:

Desde o início da produção literária brasileira, a representação da natureza local foi um tema recorrente. Sua abordagem foi ganhando novas conotações e enfoques de acordo com a estética predominante, desde a poesia colonial e a cronística dos viajantes, passando pelo Barroco, o Neoclassicismo e principalmente no Romantismo, momento em que ganha uma substancial abordagem ao ser idealizada e louvada pela sua exuberância, como também deixa de ser apenas paisagem e passa a ser espelho do estado anímico do eu-lírico (PINHEIRO, 2011, p. 81)

Em um pequeno texto intitulado *Gás*, presente na coluna *Variedade* do *Pacotilha*, por exemplo, é possível observar tal sacralização, contraste com o mundo do desenvolvimento

⁸ <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000100.pdf>

técnico ao qual a linguagem romântica expandia-se e negava em mesmo plano (*PACOTILHA*, 1881, p. 02).

O texto inicia-se relatando acontecimento negativo. A iluminação a gás de parte da cidade foi desativada, sendo que essa técnica tão intensa capaz de modificar o ambiente e dar luz artificial aos indivíduos vencendo. Desta maneira, uma série de barreiras que impediam o desenvolvimento de múltiplas atividades falhou mediante seu propósito naquele instante. Porém, a falha da técnica deu lugar à beleza da cidade em estado de natureza, a magnitude do espaço intocável, vazio, escuro, o céu sem seus astros (*PACOTILHA*, 1881, p. 02). Indica o articulista que:

Era tudo poesia e penumbra – apenas viam-se brilhar aqui e ali algumas janelas imprudentes que interrompiam de vez enquanto a bela escuridão das ruas com jacto de luz vermelha.

A cidade apresentava um aspecto novo e comovedor, - as almas propensas à meditação e a scisma encontravam bom pasto a seus devaneios; aqueles, que não são indiferentes ao belo romantismo de Damas pae, descobriam para sua imaginação uma boa ocasião de correr, correr até atufar-se nas sombras compactas do Caminho Grande (*PACOTILHA*, 1881, p. 02)

A crítica social feita pela escrita romântica estendia-se por um espectro de pessimismo. Para Gimenes (2016, p. 49), escapismo psicológico, sentimentalismo, idealização, fusão do grotesco ao sublime perpassavam pela escrita romântica; por vezes, aceitação das dificuldades e impossibilidades propostas pela existência em sociedade, submissão às intempéries, aos processos, falta de combatividade mediante as forças contrárias aos projetos e vontades manifestavam-se na escrita. Gonçalves Dias, ao tratar destes processos de aceitação da realidade, segundo Molina, indica a “historização” da natureza ao demarcar que é nesta onde se estabelecem as desigualdades entre os indivíduos acarretando em fenômenos negativos como a escravidão, de acordo com Molina (2016, p. 238).

Em determinadas situações, tal desesperança ou morbidade desaguava na entrega total ao sentimento de impotência, desapego à vida e entrega desta à atitude de desprezo implicando em suicídio, relata Wanderley (2010). Não obstante, vários escritores, pessoas das mais diferentes classes, acabavam por cometer suicídio, pela escrita romântica, pelas representações e contextos sociais influenciadores dos próprios conceitos presentes nesta escola.

Na coluna *Os jornaes*, encontra-se texto relatando e comentando notícia do jornal *Publicador Maranhense* a respeito de pesquisa sobre o número de suicídios em França, sendo que o articulista resolve comentar tal informativo devido, segundo ele, à situação semelhante que perpassava o Brasil, e relata que na capital brasileira, Rio de Janeiro, a quantidade de

pessoas que recorriam ao suicídio era significativa, sendo que “raro é o dia em que os jornais não dão notícias de um, dois ou três sujeitos” que atentaram contra a própria vida (*PACOTILHA*, 1881, p. 02). Porém, é no eixo das características do romantismo que o autor busca a explicação para tal fenômeno:

Incontestavelmente a humanidade nunca foi tão triste, tão splenetica, tão deslavada como é hoje – isso é uma consequência de ter ella acabado de atravessar uma epidemia – o romantismo, essa peste malvada que nos roubou a coragem e o bom humor. Ha pouco choravam por moda, choravam artisticamente; hoje choramos por convicção, choramos de tédio, de desanimo, de fraqueza (*PACOTILHA*, 1881, p. 02)

E completa traçando nexo lógico entre o suicídio e a tendência literária em destaque:

O suicídio é a consequência lógica desta tristeza. Ainda hontem conversamos com uma senhora maranhense, que fez-nos a apologia da lagrima, e contou-nos com franqueza que seu ideal era um lyrico, esta senhora representa perfeitamente o typo romântico de nossas mulheres. A nós, homens de trabalho, homens da vida, da esperança e da coragem, compete guerrear o grande inimigo da família, da alegria e da virtude – o lyrismo (*PACOTILHA*, 1881, p. 02)

Por meios destas características, o romantismo expandiu-se traçando caminho para uma série de gerações de autores importantes em termos de Brasil e de Maranhão, logrou tentáculos em múltiplas modalidades de escrita, incluindo as de cunho jornalístico, aprofundando seus estigmas traçando identidades, moldando e sendo moldadas por conclusões, e, por vezes, dúvidas. No entanto, as próprias condições de reprodução desta escrita foram responsáveis pelo surgimento das qualidades das críticas que sobre ela estenderam-se.

Assim, na coluna *Literatura*, em texto de título *A poesia brasileira contemporânea*, articulista do *Pacotilha* tece observações ao estilo romântico e avalia a influência deste na sociedade como negativa. Estabelece o texto que: “Bem conhecida é já desde muito a inópia *scientífica* deste vasto império do Cruzeiro, segundo foi moda dizer-se no tempo da retórica estafada do mofado romantismo” (*PACOTILHA*, 1883, p. 02). Continua o articulista elencando dois princípios que demonstram que a sociedade estava a afastar-se desta influência:

Mas olhando para a geração que surge, e procurando destacar do meio desta efervescente anarquia mental, aquelas ideias que pela valentia de seus propugnadores e força própria prometem sair vencedoras do glorioso conflito em que se empenham, podemos afirmar, em relação ao assunto que hora nos ocupa – a poesia:

1º que a mocidade deixou esse poetar choroso e ridículo que tanto mal faz aos nervos, e vai abrindo livros mais sérios e se interessando pelas conquistas da ciência.

2º que há dois veios bem distintos na poesia brasileira moderna, um continuando o lirismo tradicional que nasceu das serranilhas portuguesas transformadas pelo nosso meio cósmico étnico, outro representando a modalidade dominante, a feição característica da estética do tempo. (*PACOTILHA*, 1883, p. 02)

Com o aprofundamento das crises oriundas das contradições do mundo produtivo criado pelas classes detentores dos meios de produção, as críticas e respostas às mesmas tenderam a avolumarem-se em tenso deslocamento para formas de análise cujo destaque transcorria para as condições materiais do meio. Desta forma, a escrita realista nasceu como movimento de intensa crítica aos padrões românticos e com a promessa de superação destes, ressalta Camilo (2013).

Trata-se de uma maneira de escrita voltada para outra forma de visualização dos indivíduos que buscou explicitar a maneira como os componentes da trama viam o mundo, em geral, desenvolvendo narrativas em primeira pessoa, expunha a condição representacional dos sujeitos não como vítima irremediável das condições, mas como produto e, em mesmo plano, influenciador do espaço social, uma escrita revolucionária que nutriu forte apreço pela busca por maneiras de reprodução objetiva das dimensões concretas da existência, indica Pellegrini (2009). A perspectiva dos indivíduos, muitas vezes sujeitos comuns, é levada de forma a colocar este item em plano de destaque.

Não faltaram ações de movimento e críticas ao estilo realista enquanto maneira de escrita. Assim, por exemplo, em texto presente no *Pacotilha*, confeccionado por autor identificado como Pinheiro Chagas, encontram-se críticas ardorosas a esta convenção estética literária. Para o autor, o realismo configurava “a forma senil do romantismo” (*PACOTILHA*, 1888, p. 03). Logo, o modo envelhecido, decadente da escrita romântica. Segundo o articulista: [...] “sem o saber, a nova transformação literária da humanidade, os autores destas peças medíocres, mas cujo pensamento é em todo caso uma aspiração para uma forma nova, estão preparando provavelmente o advento da literatura do século XX” (*PACOTILHA*, 1888, p. 03). Para o autor, a escrita literária realista, talvez, seria um momento de transição, embora fosse produtora de conteúdo “medíocre”.

Entretanto, o período das lutas abolicionistas e imediato após a abolição, imbuído de fortes movimentos de modificação e transformação, transcorreu, assim como integrou fase de transfigurações; desta forma, atitudes classificatórias neste recorte temporal encontraram espaço difícil e irregular. Exemplo destas assertivas: o naturalismo brasileiro constituiu um estilo de difícil conceituação e delimitação, que também influenciou a vida literária e por consequência a escrita das grandes instituições de imprensa do período.

Esta forma de escrita foi utilizada, principalmente, no período das lutas abolicionistas e imediato pós-abolição, na segunda metade do século XIX, para denominar maneiras de escrita literária que se opunham aos desígnios do romantismo.

Já o simbolismo enquanto escola literária também se manifestou no Brasil no período marcado pelo contexto do pós-abolição, sendo caracterizado pelo ambiente de forte ebulição social e política, formalizado pelas modificações no mundo trabalho, pelas mudanças políticas advindas por meio das lutas em torno dos ideais republicanos e pelas dificuldades em torno de um cotidiano marcado pelas lutas sociais. Este contexto fluido possuía possibilidades de interpretação em termos de decadência.

Muitas das transformações vivenciadas pela coletividade neste período não atingiram as realizações esperadas por parcelas significativas da sociedade, estabelece Lima (2010). Assim, foi gerado sentimento de insatisfação em diversos grupos sociais desaguando no aumento da desigualdade, revoltas e formas de apropriação das representações relacionadas à época enquanto momento negativo e de forte decadência.

Na Europa, escritores como Baudelaire e Eugênio de Castro davam indicativo de uma visão literário pessimista e fortemente voltada para o subjetivismo, porém, não mais nos moldes românticos, trata-se de uma maneira nova de expressão literária fortemente influenciada pela tradição romântica. No Maranhão, esta forma estética não alcançou grande destaque, embora sua presença enquanto fenômeno teórico fosse ressaltado por aqueles que se propunham a analisar o universo das letras como, por exemplo, em coluna do *Pacotilha* intitulada *Raspões Críticos*, Fran Paxeco⁹ caracteriza o simbolismo como “inócuo” (*PACOTILHA*, 1903, p. 01).

Desta maneira, diferentes formas de estética literária influenciaram a escrita jornalística, uma vez que autores e colaboradores de periódicos como o *Pacotilha* estavam intimamente ligados a movimentos dos universos das letras. Tal situação de proximidade entre jornalismo e literatura proporcionou a utilização conceitos advindos de maneiras de escrita para o cerne da configuração e representação de conceitos nas do *Pacotilha*, dentre estes, os que dizem respeito à condição dos sujeitos de pele negra do pós-abolição, indivíduos que compuseram a geração de liberto no bojo da Lei Áurea.

⁹ Manuel Fran Pacheco era jornalista e escritor, teve grande parte de sua carreira realizada no Maranhão. Nasceu em 9 de março de 1874 na cidade de Setúbal e morreu em 17 de setembro de 1952 em Lisboa.

1.5 TEORIAS RACIAIS E O JORNALISMO DO *PACOTILHA*

Com a abolição, as questões raciais passaram, novamente, por processo de politização de projetos referentes ao ideal de nação e a fatores oriundos de problematizações cujo objeto referendavam-se no conceito de raça. Estas questões permeavam espaços de debate e exercício de poder. Neste caso, a imprensa não fugia a esta tendência. Logo, o contexto caracterizado por movimentos de esfacelamento e desmanche das instituições escravistas e imediato pós-abolição implicaram em forte racialização das discursões e projetos de sociedade.

Em termos etimológicos, o conceito de raça adentra aos espaços disciplinares por meio de estudos voltados para a botânica e zoologia, devido à grande quantidade de plantas e animais. A existência de referências capazes de promover classificações e distinções no intuito de oferecer disposição lógica dos seres em análise fomentou a construção do conceito de raça enquanto fator de delimitação dos seres segundo características observáveis ou determináveis, estabelece Vieira e Martins (2015).

Entretanto, em termos históricos e linguísticos, a ideia de divisão do gênero humano em termos de caracteres oriundos de processos naturais, independentes de qualquer tipo de construção social, remonta ao latim medieval. Em regiões da Europa feudal, este vocábulo era evocado para realizar distinção entre grupos da coletividade, divisão entre nobres e plebeus, classes diferenciadas por meio da conceituação em termos de raças, enfatiza Vieira e Martins (2015).

Aqui é perceptível a existência de impasse na análise da constituição do gênero humano. O conceito de humanidade não seria desta forma suficiente para abarcar a variedade de manifestações provenientes das várias populações percebidas pelas disciplinas ocidentais. Segundo Munanga (2003), em primeira instância, a explicação para a variabilidade dentro do gênero humano deu-se em termos religiosos, sendo que textos bíblicos eram chamados a legitimarem as diferenças, que, em geral, foram baseadas em três grandes dispersões: o branco, o amarelo e o negro. Formava-se, assim, a classificação racial em termos de estética material, a aparência do corpo como base racial (MUNANGA, 2003).

Outro fator de preponderância elencado junto à terminologia racial constituiu-se na proposição de desigualdade. A variação do gênero humano poderia gerar relação de desnível entre grupos se colocados em análise, a partir de um mesmo contexto de comparação. Assim, os movimentos iluministas, na intenção de criar possibilidades de análise das diferenças entre sociedades, acabaram por instituírem gradações, estágios para classificar sociedades. No bojo

de tais intentos, o conceito de raça surge como mediador ou formalizador do discurso de graduação entre populações, comunidades, segundo graduações positivas ou negativas com base em referenciais geralmente provenientes de padrões europeus. Estava estabelecida, desta forma, segundo Munanga (2003), a raciologia.

As dimensões de ação do capitalismo, permeadas por contradições, processos violentos, implantação de dominação segundo propósitos advindos da economia política, assim como, de questões sociais, poderiam, agora, submeterem-se a processo de legitimação por intermédio da ideia de raça.

Schwarcz, por sua vez, indica que o conceito de raça passou por fortes modificações no período de eminência da abolição e imediato pós-abolição, ao estabelecer recorte temporal de análise entre os anos de 1870 a 1930. Esta autora elege como fator de origem para tais modificações o ingresso de novas representações nos seio da sociedade nacional, principalmente da década de 70 do oitocentos, Schwarcz (1993). Estas ideias eram fixadas no corpo social por meio da elite intelectual, sujeitos que compuseram coletividade caracterizada pelo acesso as instituições de produção de conhecimento científico.

Estas instituições, espaços de construção e legitimação de discursos que exigiam para si a qualidade e reconhecimento, por parte das instâncias sociais, de narrativas de caráter científico, manifestavam as peculiaridades regionais, assim como as contradições das classes presentes em seus quadros. Instituições de ensino e pesquisa foram estabelecidas criando um ambiente de debate e propagação de discursos de cunho materialista que buscavam indicações que dessem inteligibilidade ao desenvolvimento histórico brasileiro, motivos materiais para o subdesenvolvimento econômico apregoado pelas classes dominantes, razões pelas quais o País era um espaço sócio geográfico em decadência.

Schwarcz (1993) realiza contextualização do ambiente histórico em que o conceito de raça desenvolvem-se no período da eminência do fim da escravidão legalizada e imediato pós-abolição para indicar as condições por meio das quais as determinações que caracterizaram o conceito de raça desenvolveram-se. Schwartz relata que estabelecimentos de pesquisa e ensino cresceram em termos de destaque social, passam a ter a legitimidade de falar sobre variados temas, seus componentes assumiram posição de autoridade sobre temáticas variadas, dentre estas, as questões referentes aos ditos problemas raciais:

É o caso das faculdades de direito de São Paulo e Recife, que, preocupadas com a elaboração de um código nacional, utilizavam, porém, interpretações diversas: enquanto em São Paulo majoritariamente adotavam-se modelos liberais de análise, no Recife predominava o social darwinismo de Haeckel e Spencer. No campo da medicina, o instituto Manguinhos, liderado por Oswaldo Cruz, transformava-se em

um importante centro de pesquisas, principalmente no que se refere ao problema da febre amarela e da sanitização das cidades. Destacada é também a atuação dos institutos históricos, que congregando a elite intelectual e econômica de diferentes províncias e profundamente vinculados ao monarca d. Pedro II, começavam a escrever a história oficial deste jovem país (SCHWARCZ, 1993, p. 34)

Com a evolução destes estabelecimentos, caminhos díspares foram trilhados segundo as possibilidades oferecidas pelas características regionais nas quais estes espaços de produção de informações e discursos estavam inseridos. Desta maneira, instituições do Sul do País rumaram em direção específica. Estabelecimentos formalizados no Norte do país, por sua vez, caminharam em direção a outras formulações, embora as grandes narrativas científicas, oriundas das partes centrais do capitalismo, influenciassem a todos. As formas de recepção e apropriação dos discursos científicos do período diferenciavam-se em função das regiões culturais e sociais. Nesse sentido, para Schwarcz (1993):

A partir desse momento, porém, certas diferenças regionais e mesmo profissionais começam a ser percebidas. Primeiramente com o fortalecimento da produção cafeeira durante a década de 50 e a concomitante mudança do eixo econômico do país — da Região Nordeste para a Sudeste —, ocorre uma paralela diversificação entre as várias instituições científicas. Ou seja, os estabelecimentos situados nas cercanias dos novos centros econômicos do país foram progressivamente mais bem aquinhoados do que os demais (SCHWARCZ, 1993, p. 34)

Indivíduos de destaque dentro destes estabelecimentos passaram a encarnar as narrativas produzidas¹⁰. No Maranhão, estes discursos encontraram como meio propagador as tribunas da imprensa, e o *Pacotilha*, consequentemente, em muitos dos seus textos e notícias, acabou abordando e difundindo tais representações. Assim, trata das maneiras como estas narrativas representacionais desenvolveram-se por meio do *Pacotilha*, influenciando nas configurações de conceitos cunhados por este periódico, dentre estes, o conceito de liberto.

Dentre estes discursos, o darwinismo assumiu papel de intenso relevo. Darwin¹¹, embora tenha construído seu trabalho de pesquisa e formulação de hipóteses baseadas em dados e discussões presentes em seu tempo, deu início a uma série de possibilidades em termos de construção de narrativas capazes de atenderem às necessidades de orientação, resolução de dúvidas e legitimação de ações frente aos problemas e implicações do ambiente

¹⁰ Neste contexto, autores como Raimundo Nina Rodrigues apareciam como autoridades em temas sociais. Nina Rodrigues era maranhense, nasceu em 1862 na localidade Vargem Grande, Maranhão, e, faleceu em 1906 na cidade francesa de Paris. Era médico e cientista, destacou-se por suas análises a respeito das existências de raças humanas sendo as de origem africana a menos desenvolvidas.

¹¹ Charles Darwin nasceu no Reino Unido em 12 de fevereiro de 1809 e faleceu em 1882. Era biólogo e geólogo, ganhou reconhecimento, principalmente, por meio da obra *The Origin Of Species* onde descreve formas de desenvolvimento de seres vivos segundo condições materiais.

capitalistas, que se reinventavam a todo instante, baseado em amplo acúmulo de capital e exploração técnica de mão de obra. No Brasil, região periférica do capital em relação aos grandes impérios comerciais e industriais europeus, as teorias científicas advindas dos grandes centros acabavam exercendo forte influência nas formas e mecanismos de visualização e interpretação dos fenômenos sociais, sendo que tal formulação não foi diferente em referência às assertivas de Darwin.

No periódico *Pacotilha*, este autor era citado como mente que foi capaz de proporcionar desenvolvimento da ciência e conhecimento humano. Darwin é tratado enquanto responsável direto por passos de amplo alcance dados pela sociedade em direção à evolução, ou seja, este estudioso viabilizou notável melhoramento da coletividade em termos civilizacionais. Estas forças de recepção e apropriação da obra de Darwin refletem tendências que se fortaleciam nos espaços de debate e análise acerca da realidade brasileira. A necessidade de desenvolvimento e progresso se tornava pontos pacíficos nas discussões a nível nacional; no Maranhão estas questões perpassavam pelo forte sentimento de decadência que se alastrava em amplos espaços da coletividade, sendo que os periódicos da ampla tribuna em relação a esta temática.

Se o Estado apresentava uma situação em termos econômicos e culturais de iminente decadência, a obra de Darwin poderia apresentar possibilidades de visualização de um desenvolvimento experimentado não apenas pelas grandes nações capitalistas, mas pelo gênero humano. Entretanto, Darwin nada ou pouco declarou a respeito de aplicações de suas teorias em análises de populações ou grupos humanos, e coube a outros teóricos tal tarefa, atividade inglória dada às bases em que estas aplicações se deram e as implicações que produziram informações que foram bases para a legitimidade da inferiorização dos indivíduos de pele negra.

Textos no *Pacotilha* introduziam notícias capazes de estabelecer ligação entre os ensinamentos de Darwin e o cotidiano. Na seção *Pacotilha*, em texto de título *UTILIDADE DAS ABELHAS*, assinado por Gaston Tissandier, é assinalado que na região de Dijon, localidade francesa, Eugenio Jobard, intelectual francês, noticiava que determinadas fazendas possuíam safra de extrema qualidade em termos de grãos devido à ação de abelhas. Segundo este estudioso, o fato foi explicado por Darwin, o formulador da Teoria da Evolução das Espécies que, ao estudar o desenvolvimento de plantas, notou que abelhas são responsáveis pelo transporte do material que fecunda as plantas e também auxilia no crescimento destas ao regular a quantidade de seiva.

O bom desenvolvimento das plantas, desde aquelas oriundas de plantio para o mercado, até as pertencentes à paisagem da cidade ou interior das residências, possuía mecanismos explicáveis por meio das formulações de Darwin. Relata Gaston Tissandier que “D’este fato tirava Darwin a conclusão seguinte: o desenvolvimento notável da planta era devido a constante sucção operada pelas abelhas na corola” [...] (*PACOTILHA*, 1889, p. 02). E indica que o fim da criação de abelhas nos países atrapalha substancialmente a agricultura com base nos indicativos de Darwin.

Outro autor reconhecido na época, Herbert Spencer¹² assume grande importância no período das lutas abolicionistas e imediato pós-abolição. Também citado no jornal *Pacotilha* como mente proporcionadora de progresso e desenvolvimento da ciência de então, Spencer trabalhava em termos de pesquisa e narrativa justamente com foco nas possibilidades de evolução, desta vez, das sociedades humanas. Este autor parte de dados da situação material do universo capitalista. A existência de grande desnível entre sociedades no âmbito técnico e acumulativo, em termos de recursos financeiros, a partir de então é residual questionamentos do porquê estas desigualdades existem e quais as suas origens.

Spencer ataca estes questionamentos trabalhando junto a categorias capazes de ultrapassarem as especificidades espaciais. Nestas delimitações, o conceito de raça atendia às demandas e ofereciam capacidade de criação de narrativas suficientes aos problemas inerentes às desigualdades entre as sociedades e até mesmo indivíduos. Desta forma, Spencer afirmava que existiam gradações entre os níveis de desenvolvimento das sociedades e indivíduos, porque tanto um quanto o outro podem apresentar estágios de desenvolvimento diferentes, porém, seria necessário entendermos quais seriam as gradações para medida dos níveis de evolução [...]. Em texto presente no *Pacotilha* intitulado *A ESTRUTURA HUMANA*, sem identificação de autor, a respeito das diferenças observadas nas coletividades humanas em termos de estrutura física, encontram-se as seguintes observações:

Herbert Spencer a pequena estatura do Lapões e dos Esquimaos pelo rigor ao clima. Não chegam a compensar as perdas que o seu organismo sofre com a irradiação produzida pelo frio.

O mesmo sucede com os indígenas da Terra do Fogo, que vivem nus, num clima muito frio, e que são, segundo Darwin tão feios e rachíticos que mal se pode acreditar que sejam nossos semelhantes (*PACOTILHA*, 1894, p. 03)

¹² Herbert Spencer era biólogo e antropólogo. Nasceu em 1820, e faleceu em 1903 no Reino Unido, exerceu forte influência nos estudos a respeito de sociedade humanas na produção acadêmica do final do século XIX, segundo Schwarcz (1993).

É decorrente da própria configuração do mundo capitalista tal resposta. As nações europeias apresentavam hegemonia em relação a outras nações, os modelos de sujeitos ideais cunhados pelos movimentos europeus apresentavam-se mais adaptados à realidade material. Logo, o ideal de nação e sujeito europeus era representado como maior nível da escala evolutiva, isto é, quanto mais afastada deste ideal, mais animalesca e atrasada seria uma determinada sociedade.

As observações de Herbert Spencer acabavam perpassando outras formas de análise ou expressão da realidade. Em artigo intitulado *O Naturalismo no Brasil*, assinado por Adherbal de Carvalho, é realizada análise referente à “eschola” literária naturalista, o autor, ao retratar características deste movimento artístico, como, por exemplo, o pessimismo, conclui que o mesmo é transitório, um estágio em direção a formas mais maduras de expressão. Entretanto, faz uso das hipóteses de Herbert Spencer para embasar seus argumentos. Relata o autor que

[...] “De resto, todas essas cousas têm a sua explicação, e para autorisá-la com uma opinião de todo irrecusável, lembrarei que o fenômeno acusado não passa do que Herbert Spencer nos Premiers principes chama um estado de consciencia em via de formação, estado tanto difuso, incapaz, portanto, de offerecer base ao nusus esthetico e à apreensão dos elementos necessarios para a sua definitiva expressão.” (PACOTILHA, 1893, p. 02).

As manifestações sociais observadas como pertencentes a diferentes estágios com foco no alcance de um modelo ideal encontram nas análises de Spencer base teórica e legitimidade, sendo que tal mecanismo de observação é ponto de influência para o *Pacotilha* e as formas como este jornal tratou o tema da geração de trabalhadores libertos no 13 de maio.

O desdobramento de tais representações encontrou temáticas que desaguarão em idealizações acerca de variados tipos de atores sociais, como, por analogia, os criminosos e loucos. Aqui, tem-se o desenvolvimento de uma importante área de estudos do período e que trouxe implicações importantes para as questões sociais em relação aos indivíduos de pele negra no bojo das lutas abolicionistas e imediato pós-abolição, neste caso, a Antropologia Criminal.

Tendo como seu principal teórico o italiano Cesare Lombroso¹³ e ganhando adeptos importantes em terras brasileiras como o médico maranhense Nina Rodrigues, este espaço

¹³ Cesare Lombroso era psiquiatra, cirurgião, criminologista, antropólogo e cientista, nasceu na Itália, Verona, em 6 de novembro de 1835, faleceu em Turim, 19 de outubro de 1909. Foi responsável pela criação da Antropologia Criminal, campo de estudos dedicados a estudar fenômenos referentes a crimes segundo características corporais dos criminosos.

temático arregimentou admiração de notável parcela das classes dominantes de então. Na coluna *Sciencias* do jornal *Pacotilha*, em texto intitulado *Anthropologia Criminal*, encontra-se detalhada descrição desta área temática. Segundo o articulista: “a anthropologia criminal é uma *synthese* de conhecimentos obtidos pelos processos scientificos da observação e da experiência no estudo do *homem criminoso* considerado por todos os seus caracteres somaticos e physichicos” (*PACOTILHA*, 1889, p. 02). Completa o texto indicando que:

Pacientes e laboriosas investigações de pessoas competentes convenceram de que o estudo do criminoso deveria ser feito principalmente nos carcerees e nos hospícios de loucos e que em consequencia desse estudo meios apropriados deviam ser empregados para tratar e dar destino ao homem criminoso; e que este postulado era o collorario de outro mais geral, isto é: que é mister em todas as manifestações da vida social adaptar as leis aos factos naturaes e reaes e não estes àquelles, desde que isto seria simplesmente uma tarefa inútil por ser de realização impossivel. (*PACOTILHA*, 1889, p. 02)

Para o articulista, portanto, a nova ciência seria capaz até mesmo de prever ações segundo postulados pré-estabelecidos determinando assim o comportamento em todas as suas possibilidades: “Sendo assim não pôde achar posto em tal estudo o velho e poeirento habito mental do livre arbítrio que pressupõe o obscuro conceito de que só enlouquece se suicida ou commette crimes quem quer” (*PACOTILHA*, 1889, p. 02). Indica ainda que: “O livre arbítrio foi um habito mental que sobrevive para os espíritos superficiais ou emperrados e que não distinguiria o homem são do louco” [...] (*PACOTILHA*, 1889, p. 02).

Outra importante vertente de discurso ou pensamento social a qual atingiu lugar de destaque no período, o positivismo, acabou por ensejar influência perceptível nas páginas do *Pacotilha*. Nesse sentido, coloca Viveiros:

A primeira propaganda do positivismo no Maranhão foi feita pelo Dr. Francisco Antônio Brandão, engenheiro, formado pela Escola de Paris, e que mais tarde, exerceu o magistério no velho e famoso Liceu Maranhense, como catedrático de Química.

Esparsas e demoradas foram às formas características dessa propaganda, que se estendeu por mais de um quinquênio, de 1865-1870. Parece que foi de resultados quase nulos, não despertando interesse na elite intelectual (VIVEIROS, 2019, p. 09)

Situação diferente é observável no recorte histórico das lutas abolicionistas e imediato pós-abolição. No intervalo temporal, 1888 a 1908, exceto no ano de 1907, o termo positivismo direcionado à corrente social e filosófica em destaque aparece junto a preposições de enaltecimento.

Em texto intitulado *Ensaio positivista*, presente na coluna *Publicações a Pedidos* do *Pacotilha*, o conceito deste movimento social é explicitado:

Essa phylosophia é a unica possivel no seculo actual porque todos os espiritos que não são doentios tem já alcançado certo grau de positividade que os obriga a repellar todo conhecimento que não seja resultado de uma realidade objectiva combinado com a ordem subjectiva (*PACOTILHA*, 1881, p. 01)

E completa: “A phylosophia positiva, que é o estudo das forças da matéria e das leis que regem essas forças nasceu na França, passou a Inglaterra, e hoje tem representantes entre todos os povos” (*PACOTILHA*, 1881, p. 01)

Como descrito no texto, esta corrente de pensamento originou-se na França por meio do filósofo Comte¹⁴. A este respeito destaca o texto:

O seu celebre fundador chamara se Isidoro Augusto Maria Francisco Xavier Comte. Nasceu em Montpellier a 19 d janeiro de 1798, filho primogênito de Luiz Comte e Rosalina Boyer. Recebeu uma educação bastante religiosa e retrógada, mas desde menino, revelou sempre um espirito superior e laborioso e um carater bastante independente. (*PACOTILHA*, 1881, p. 01)

O positivismo apregoava que as diversas sociedades estavam em grau de desenvolvimento diferentes, sendo as sociedades europeias aquelas que se encontrava em maior nível de civilidade. Para os positivistas, a história do gênero humano transcorria para um fim, um propósito, que era a realização da coletividade humana em termo de alcance total de suas possibilidades positivas.

Os discursos positivistas assim como os demais discursos filosóficos e científicos citados anteriormente, encontraram, portanto, significativa aceitação nas classes dominantes. No Maranhão, encontrou nas tribunas dos periódicos o espaço de manifestação e legitimação adequadas para o processo de aceitação social, sendo o *Pacotilha* exemplo desta assertiva. Estes discursos configuraram rol de condições e termos por meio das quais o *Pacotilha* teceu seus discursos e conceitos acerca dos libertos em 13 de maio de 1888.

¹⁴ Isidore Auguste Marie François Xavier Comte era filósofo de origem francesa, nasceu em Montpellier em 19 de janeiro de 1789 e faleceu em Paris nos anos 50 do século XIX, para Pereira Martins (2010, p. 18) tratou-se de intelectual capaz de instituir sistema de pensamento capaz de influenciar significativo espaço na produção filosófica do oitocentos.

CAPÍTULO 2

SÃO LUÍS COMO CONTEXTO DO *PACOTILHA* (1880-1908)

A cidade de São Luís desenvolveu-se quanto ao crescimento do seu núcleo urbano dentro do modelo de colonização implementado pelo império português. Nesse sentido, São Luís foi idealizada a partir de uma forma de ocupação de seu território físico visando à exploração econômica, as configurações da cidade atendiam a dinâmica da produção colonial, no qual elementos como a escolha de construção do porto, a implementação das ruas, a fundação dos prédios que comportavam os serviços públicos, a escolha das rotas de transporte fluvial e terrestres obedeciam as necessidades da agricultura de exportação, que era realizada em grande medida nos vales dos grandes rios férteis do norte do Estado, como o Mearim, o Itapecuru e seus afluentes. Foi nesta cidade, nas últimas décadas do oitocentos, que o jornal *Pacotilha* desenvolveu suas atividades, este foi o cenário em que os articulistas do periódico em destaque experimentaram as condições de existência na coletividade referente ao recorte histórico desta pesquisa.

Desta forma, neste capítulo trataremos de tópicos referentes a capital maranhense, São Luís. No primeiro tópico examinaremos as bases estéticas da cidade por meio do jornal *Pacotilha*, suas configurações arquitetônicas e implicações em termos de espaço. No tópico seguinte abordaremos os aparatos urbanos e infraestrutura da cidade, na seção seguinte analisaremos as condições em que os diferentes grupos sociais estavam inseridos em termos de saúde pública. No quarto e quinto tópicos analisarão o contexto econômico da cidade e de seus moradores. Por fim, nas últimas seções deste capítulo, buscaremos compreender como a capital maranhense, São Luís, relacionava-se e representava as demais regiões do espaço maranhense.

2.1 ESTÉTICA URBANA

Enquanto cidade fisicamente construída do âmbito do projeto colonial, São Luís deslocou-se em direção à reprodução dos modos de vida da metrópole portuguesa. Assim, suas casas, prédios e edifícios, bem como suas maneiras de regulação no que diz respeito à conduta e ao comportamento de seus cidadãos, possuíam como item a ser observado os padrões portugueses. Dentre os aspectos colonizadores que formularam a cidade, a religião configurou-se enquanto forte fator de construção do espaço urbano. Assim, muitos prédios,

modelos de ocupação do espaço e regras foram feitos segundo ideário devocional católico, religião oficial do colonizador.

Ainda em relação à estrutura física e arquitetônica da cidade de São Luís - no que diz respeito à estética urbana da cidade, de ambiente mais rígido, constituída de suntuosos casarões construídos com técnicas modernas de engenharia da época - só começaria de fato a surgir com a acumulação de capital ocasionada pelo desenvolvimento da agricultura do algodão e arroz. No caso de São Luís, após a euforia do ciclo de capitalização da lavoura extensiva, iniciada na segunda metade do século XVIII, adveio um período de recuo nos lucros empresariais. Entretanto, esta involução na obtenção e acumulação de recursos não impediu as parcelas populacionais, que obtiveram riquezas com a lavoura em buscar padrões de vida e consumo que objetivavam assemelhar-se aos europeus, no que diz respeito à opulência, o que, inevitavelmente, perpassava por modificações nos hábitos e na geografia do ambiente urbano¹⁵.

É neste período que a compra de produtos de construção e de acabamento predial no Maranhão cresceu intensamente. Azulejos, móveis, tipos específicos de portais e tantos outros utensílios passaram a fazer parte dos itens de maior presença no âmbito comercial. Para Figueiredo, Varum e Costa (2012), mesmo com as flutuações econômicas causadas pela dependência das forças produtivas maranhenses ao mercado externo, as camadas dirigentes do Maranhão da Primeira metade do século XIX estavam dispostas a investirem em ambientes que buscavam comparação com as estruturas dos grandes centros capitalistas europeus.

Porém, tal situação não tardou a esvaír-se, pois a estagnação dos produtores agrícolas e a volatilidade dos mercados externos não demorou em causar retração na área comercial de utensílios de construção civil. Assim, o número de empreendimentos para construção de prédios decaiu desaguando em momentos de imobilidade do cenário urbano. Para Meireles (1980, p. 293-299), nem mesmo a posterior melhora econômica ocasionada pelo tráfico interprovincial de trabalhadores escravizados, a partir da década de 1850, ocasionada pelo fim do tráfico transatlântico de indivíduos escravizados e o avanço da cafeicultura no atual sudeste brasileiro, foi capaz de modificar tal cenário.

Desta forma, a capital maranhense, já nas últimas décadas do século XIX, era uma cidade cuja maior parte das construções fixas e aparatos urbanos vinham de períodos

¹⁵ Furtado, em obra de ano de edição 2005, segundo capítulo intitulado *O Maranhão e a falsa euforia do fim da época colonial*, destaca que o Estado maranhense formou um sistema econômico com forte grau de independência das demais regiões brasileiras, voltado para plantação em larga escala de produtos agrícolas sem a inserção de beneficiamento da produção, o Maranhão acaba por depender de variações econômicas externas perdendo mercado para outros centros produtores como Estado Unidos, por exemplo. Desta forma, cai em forte decadência no início do século XIX.

anteriores, poucos empreendimentos foram objetivados no contexto das lutas abolicionista e do pós-emancipação imediato. Poucas melhorias de âmbito estético e tecnológico urbano ocorreram neste momento, destaca Silva (2009). Entretanto, na Europa Ocidental e América do Norte, os avanços promovidos por descobertas e invenções científicas acerca da utilização de engenharia e eletricidade, influenciavam profundamente nas dinâmicas urbanas e geravam notícias em tom de otimismo sobre o desenvolvimento das cidades. Seções do periódico como a coluna *Sciencia, Colaboração, Pacotilha* e *Tópicos* do dia traziam textos e transcrições de notícias sobre evoluções de estudos e aplicações na área de engenharia e eletricidade realizadas nos grandes centros econômicos europeus, da América do Norte.

Na grande feira mundial de Paris ocorrida em 1889, devida à comemoração do centenário da Revolução Francesa, a Torre Eiffel é apresentada ao mundo causando deslumbramento e encanto. O *Pacotilha*, demonstrando preocupação com tal empreendimento e a forma como este exemplo poderia influenciar os projetos urbanísticos no Ocidente, publica na coluna *Pacotilha* transcrição de artigo intitulado *NAS NUVENS – A TORRE EIFFEL* publicado no jornal *O Commercio* de Portugal em associação com o periódico *O Figaro* da França¹⁶. Este artigo exalta a capacidade desta construção em mudar a dinâmica da cidade de Paris devido ao seu tamanho, quantidade de pessoas e instituições que reunia, porém, entendia o texto que a maior contribuição da Torre era “dá uma ideia do nosso tempo”, período este entendido pelo articulista como época de homens capazes de realizarem feitos por meio de conhecimentos científicos “sem um engano sem um erro” (*PACOTILHA*, 1889, p. 02).

O clima intelectual e artístico de euforia e confiança nos desígnios do que se convencionou chamar de ciência no período posterior à guerra franco-prussiana¹⁷ fomentou nos ciclos de convivência nos espaços do velho continente a ideia de que a eletricidade atingiria todas as áreas de desenvolvimento social, causando impacto semelhante ao desenvolvimento da engenharia urbana. Na edição 44 de 1881, o *Pacotilha* indicou por meio de informativo que:

No dia 1º de agosto deve celebrar-se em Paris uma exposição internacional de eletricidade, na qual deverão apresentar-se unidos os aparelhos e os processos para desenvolver e utilizar esta força com relação às sciencias, às artes e á indústria. (*PACOTILHA*, 1881, p. 02).

¹⁶ <https://www.bie-paris.org/site/ft/1889-pariside>

¹⁷ LOPES, Aristeu Elisandro Machado. As modas de Berlim: A guerra franco-prussiana nas ilustrações do periódico fluminense *Semana Ilustrada* (1870-1871). **Artigo publicado na edição**, n. 34.

Na coluna *Pacotilha no Pará*, sobre a redação de João Affonso, ao tratar de exposição de eletricidade em Paris, relata que “perante estas manifestações do progresso, perante a utilidade pratica que a electricidade promette prestar-se [...] a [...] “próxima exposição de eletricidade é o ensaio geral do século ‘XX’”. (*PACOTILHA*, 1881, p. 02)”. Utilizações das mais diversas eram tratadas, sendo que na edição 37 de 1888 é noticiada que nos EUA a eletricidade seria usada a partir de então como substituta da força na condenação de prisioneiros a morte (*PACOTILHA*, 1888, p. 03).

Dentre as muitas caracterizações promovidas pelo uso desta força aplicada, citam-se as novas maneiras de sociabilidade surgidas: a noite passava a comportar outras formas de vivência, as classes mais abastadas passaram a ter uma vida recreativa noturna mais intensa, ambientes iluminados e moldados segundo necessidades de conforto traziam esta parcela da população para convivência em horários até então utilizados por outras parcelas de sujeitos. A eletricidade modificou a forma como as populações enxergavam e vivenciavam as cidades em termos de coletividade, suas representações a respeito da época em que viviam perpassaram por este vetor do capital, indica Brito (2001), ao estudar a cidade do Rio de Janeiro no fim do oitocentos. Os mais distintos eventos poderiam agora oferecer ao público desfrute de formas de comodidade impensáveis em momentos anteriores das sociedades ocidentais, sendo que o *Pacotilha* acompanhou este processo por meio de noticiários, como este que segue:

No teatro de Francfort uma sala no subs-solo, onde um engenheiro com os seus numerosos subordinados distribui durante a representação por todos os lugares do teatro, o ar, a água, o frio, o calor e o oxigênio. Todo este trabalho depende apenas de uma única caldeira e a eletricidade auxilia na machina a vapor põe sem cessar o engenheiro ao corrente do estado de ventilação e de temperatura de cada uma das divisões do teatro, de camarote, de cadeira, da plateia. Assim desejando o engenheiro saber quantos graus de calorem o assinante do camarote tal, ou da cadeira n. tantos, carrega num botão correspondente a esses números e este indica-lhe imediatamente o número de graus. O engenheiro aumenta ou diminui a temperatura a vontade do assinante (*PACOTILHA*, 1886, p. 03)

Não obstante, vale ainda destacar que as formas de interatividade também sofreram fortes modificações: as possibilidades de uso e ampliação de conectividades transformavam a relação entre espectadores; artistas e promotores de conteúdo, as barreiras e limitações impostas pelo espaço e pelo tempo começavam a serem suprimidas:

É certo que a eletricidade produz maravilhas!
Em quanto no theatro da Paz a companhia lyrica fazia ensaio geral da Traviata, alguns fios telefônicos levavam a seis partes diferentes a musica de Verdi.
No dia immediato, a distinta redação da Província do Pará declarava que tinha apreciado a opera inteira sem sair do seu escritório.

Para quem se contenta em ouvir sem ver, não há meio mais cômodo nem melhor recurso para as senhoras, cujos maridos se mostram empenhados em assistir aos ensaios para apreciar melhor a música (*PACOTILHA*, 1881, p. 01)

Em relação a São Luís do período de iminência da promulgação da Lei Áurea de 1888, e o período imediato pós-abolição, tais inovações ainda permaneciam como miragem representacional de progresso não presente na vida maranhense. Somente no ano de 1895 é indicada, pelo *Pacotilha*, presença de eletricidade como ente pertencente à vida ludovicense. Assim, em texto de título *O distinto sr. dr. Claudio Serra*, encontra-se relato de José Pereira da Silva Coqueiro a respeito de terapia com uso de eletricidade por parte do referido médico, *Pacotilha* (19/11/1895, p. 02); já o Club dos Bohemios anunciava fantasia cujo contraste era natural da combinação [...] “da luz elétrica com a do gás.” (*PACOTILHA*, 1895, p. 03). As inovações da engenharia urbana capazes de construir monumentos como a torre Eiffel e a eletricidade não fazia parte do cotidiano ludovicense, ao tratar do tema, Melo Silva (2012, p. 52) indica que:

Em meio à modernização, a convivência entre o moderno e o tradicional era tão comum quanto os anúncios das novidades além mar. Frente aos sintomas da modernização que aqui chegavam, existia uma sociedade arraigada a práticas cotidianas distantes daquilo que se constituía moderno. Serviços considerados essenciais (água encanada, esgoto e luz elétrica) eram letras mortas mesmo entre aqueles que se diziam da elite. Para a grande massa da sociedade (pobres brancos e negros desvalidos), o progresso era o apito das fábricas avisando a hora do trabalho.

Desta forma, na cidade vivenciada pelos indivíduos participantes do *Pacotilha*, os leitores e os sujeitos representados por este periódico tinham-se um ambiente ainda distante das inovações observadas nas nações desenvolvidas da época. A estética urbana ludovicense operava por meio de lógica cunhada no período colonial e sua evolução apontava para o comércio e para o atendimento das necessidades do escoamento da produção agrícola com base na monocultura extensiva. As novidades em termos de urbanidades, engenharia e eletricidade, portanto, não chegaram a São Luís no recorte temporal em destaque.

2.2 INFRAESTRUTURA DE SÃO LUÍS

No que diz respeito à infraestrutura urbana, a São Luís onde nasceu e desenvolveu-se o *Pacotilha* foi resultado das mudanças em termos dos aparatos urbanos implementados no período colonial e na primeira metade do século XIX. Silva (2017, p. 61-62) entende que a São Luís oitocentista desenvolveu-se por meio de duas regiões distintas em termos de ocupação, originadas, porém, do mesmo ponto irradiador; eclodindo-se por meio do porto, a

cidade tinha início a partir de algumas ruas, formando uma ocupação “baixa” responsável pela função de ambiente principal de comércio e lugar de moradia das parcelas sociais ricas. À medida que a cidade avançava para partes mais altas, as ocupações modificavam-se e os lugares passavam a ser ocupados pelos elementos mais pobres, formando, assim, uma cidade “parte alta”, no entanto, no fim do oitocentos esta divisão continuava.

As ligações entre estas partes eram realizadas pelas vias terrestres, embora a navegação nos rios Anil e Bacanga fosse prática presente. A comunicação imediata, em geral, ocorria por meio da ação de meninos escravizados, que eram convocados por pessoas para transportarem recados em troca de algo, em termos pecuniários ou troca de favores, situação está vivenciada por parte dos jovens pobres da época, sendo que esta prática chegou a ser relatada pelo escritor Astolfo Marques como uma de suas primeiras ocupações.¹⁸ No entanto, em se tratando de distâncias maiores, a comunicação poderia ser realizada por meio de cartas levadas junto aos barcos e navios a vapor ou por intermédio de comissões de viagem terrestre.

Ainda em relação à mobilidade urbana, a Companhia Ferro Carril maranhense oferecia serviços de traslado por intermédio de bondes movimentados por tração animal. A rota de deslocamento partia da estação localizada na região central da cidade até a localidade do Cutim, seguindo tabela de horários específicos. Feitosa (2016) indica que esta empresa suscitava reclamações corriqueiramente. Os serviços prestados por tal companhia eram motivo de reiteradas críticas por parte do *Pacotilha*, até que, em 1887, acabou eclodindo greve dos funcionários, sendo tal acontecimento explicitado e analisado em coluna do *Pacotilha* intitulada *Cortes e Recortes*.

Para o articulista, a greve se deu devida às imposições da empresa em termos de punir os funcionários por fatores que fugiam ao domínio destes: “A Companhia Ferro Carril fez, pelo seu regulamento, cair toda responsabilidade de seu péssimo serviço sobre os empregados, multando-os por coisas que eles não podem, nem devem ter responsabilidade” (*PACOTILHA*, 1887, p. 02). Segundo o jornal os materiais usados por esta empresa estavam desgastados, os bondes em péssimo estado, os trilhos e linhas por onde circulavam os veículos apresentavam estado de conservação irregular, e, as viagens eram desconfortáveis (*PACOTILHA*, 1887, p. 02)

¹⁸ Matheus Gato de Jesus relata em artigo intitulado Astolfo Marques e as festas populares maranhenses, publicado em 2013, que Astolfo Marques, segundo o estudioso em literatura Antônio de Oliveira, em entrevista concedida ao jornal *Anais*, documento perdido, que sua infância foi de pobreza, ajudava sua progenitora através de vários pequenos serviços, dentre eles, o de moleque de recados. Astolfo Marques foi escritor e jornalista nascido em São Luís, foi colaborador do *Pacotilha*, nasceu em 11 de abril de 1876 e faleceu em São Luís, em maio de 1908, relata Gato de Jesus (2013).

Porém, as mudanças tecnológicas do período, ocasionaram modificações que facilitaram a comunicação em grandes distâncias. A São Luís de então experimentou, por exemplo, a ação do telégrafo como meio capaz de reduzir o tempo de alcance da comunicação em termos de grandes distâncias. Por meio da comunicação proporcionada pelo telégrafo, a imprensa pode ampliar seu nível de cobertura de eventos em intervalos temporais reduzidos, sendo possível encontrar várias transcrições de informes obtidos por intermédio deste método. Nas edições do *Pacotilha*, tal tecnologia estava inserida na rotina do jornal.

No Brasil, esta tecnologia adveio sob as pressões oriundas de aspectos políticos e sociais. O Império recém-vitorioso frente às revoltas de cunho liberais iniciadas no período regencial precisava de formas ou métodos capazes de viabilizar maior centralização, assim, tendo formas de comunicação capazes de interligarem regiões distantes da corte em velocidade significativa poderiam ensejar maiores possibilidades de centralização administrativa, além disto, com a relativa paz e as dificuldades impetradas pela Inglaterra ao tráfico internacional de indivíduos de pele negra, parte das camadas detentores de capitais e meios de produção pode voltar-se para outros setores de investimentos e vislumbrar maneiras novas de dar fluxo ao capital acumulado por meio das ações de tráfico intercontinental. Acerca desta temática, relata-nos Malerba (1999):

A par da grande prosperidade gerada pela exportação do café, a extinção do tráfico em 1850 provocou uma súbita mudança na economia brasileira. Volumosas inversões de capitais antes usados no tráfico transferiram-se para outras áreas, como a de serviços urbanos, de crédito, estradas de ferro, etc., gerando uma onda de “progressismo” que contagiou a todos (MALERBA, 1999, p. 76).

Este é o período em que se observam significativas mudanças em âmbito estrutural e tecnológico. Ferroviárias, portos, obras estruturais e outras ações passam a transformar o Império em ambiente de modificações rumo a maior adequação dos caminhos traçados pelo desenvolvimento do capital industrial no Atlântico. Neste contexto, as obras implementadas pelo processo de industrialização figuraram como base de fomento às modificações da paisagem urbana, conforme indica Malerba (1999). No entanto, esta tendência foi de menor intensidade na província maranhense, se comparada às outras províncias mais ricas economicamente dentro do Império, como as do Centro-Sul.

2.3 ESTRUTURA SANITÁRIA

Quanto à estrutura sanitária, a São Luís do período em análise era uma cidade com sérios problemas de abastecimento, pois não existia coleta regular de lixo ou dejetos. Em

geral, o lixo orgânico era transportado por trabalhadores em recipientes, por meio de ruas e becos até as reservas de descarte que recortavam a cidade. O descarte do lixo era feito sem nenhum tratamento, sendo que este procedimento era utilizado por significativa parte da população. Em se tratando das casas da população pobre, o descarte, em geral, era realizado nas vias ou forças precárias, indica Bezzera (2019). Ao tratar desta temática, Palhano (1988) conclui que esta situação levava a contaminação do solo, causando ainda mais problemas sanitários, já que a cidade, também, não contava com sistema amplo de água encanada. É representativa a cena narrada por Aluísio de Azevedo em que trabalhadores chamados “aguadeiros” entravam em casas com recipientes de água para abastecerem as residências (AZEVEDO, 2010, p. 19).

Para Pacheco e Alves (2011), em termos da água usada para preparação de alimentos e para o consumo humano, a origem advinha de mananciais fronteiriços as ocupações urbanas, não havia método disponível para testar a qualidade da água, sendo a população refém dos negociantes que mantinham a capacidade de empreender junto à demanda por água na capital. Em décadas anteriores à abolição, este mercado era monopolizado pela comerciante e proprietária de mananciais Ana Jansen. Segundo Pacheco e Alves (2011), que formalizou uma companhia de água para abastecimento da cidade, que retirava água de poços nas regiões do Apicum e Vinhais, fazendo uso de muares que transportavam carros pipas até as áreas centrais da cidade.

No século XIX, Ana Jansen¹⁹ contou com a participação de sócios que viabilizaram suas incursões econômicas, dentre os quais, no que diz respeito ao mercado de exploração de água, José da Cunha Santos obteve significativa participação. Este indivíduo foi um dos pioneiros na construção de armazéns comerciais de maior envergadura na capital maranhense, iniciou sua carreira na área comercial implantando uma pequena venda de água potável nas proximidades da casa das tulhas, abastecia seu negócio com água proveniente dos poços e mananciais de Ana Jansen. Devido à grande demanda gerada por José da Cunha, Ana Jansen acabou adotando este como importante colaborador em seus negócios, conforme indica Viveiros (1954).

Porém, a posterior tentativa de implementação da Companhia de Águas do Rio Anil pelo engenheiro Raimundo Teixeira Mendes ameaçou o monopólio do sistema implementado pelos sócios Ana Jansen e José da Cunha Santos. A companhia de Raimundo Teixeira trouxe à época uma proposta inovadora, a implantação de um sistema de distribuição de água por

¹⁹ Acerca desta personalidade histórica. (SAMPAIO; GOMES; PORTE, 2017).

meio de canos. A oposição dos sócios, entretanto, acabou estabelecendo o fim dos intentos de Raimundo Teixeira, fazendo com sua companhia não lograsse êxito, indica Viveiros (1954).

Na edição de n.º 22 do ano de 1855 do jornal *Diário do Maranhão*, figura texto inerente a uma introdução feita pelo editorial deste periódico para explicitação do plano do engenheiro Raimundo Teixeira Mendes, para utilização das águas do Rio Anil com fins de abastecimento da cidade. Nesta edição, o plano é publicado em detalhes em longa explanação realizada pelo próprio engenheiro, entretanto, a introdução à qual se refere também oferece possibilidades de compreensão da situação em que se encontrava a capital maranhense. Sobre referência a esta temática, assim relata-nos o editorial do *Diário do Maranhão*:

Em seguida publicaremos um trabalho de tanto merecimento e importância, quanta é a utilidade do assunto que trata o encanamento das águas do Anil para o provimento dos habitantes dessa capital.

Importante como é devolve-lo ao talento, saber e patriotismo do nosso distinto comprovisiano o Snr Dr. Raimundo Teixeira Mendes, que desejando auxiliar quanto lhe for possível a realização desta obra, de incontável benefício, e por todos reclamada, se não poupou trabalhos e estudos, para que, facilitando por este modo o conhecimento do objeto, mais depressa se pode conseguir o resultado, que todos, sem exceção desejamos – agora de boa qualidade, abundante e de preço diminuto.

De há muito que a necessidade de melhoramento em tão importante objeto reclama da parte de nossos administradores séria atenção. Apesar de alguma coisa se ter feito para isso, durante a presidência do Snr Olímpio Machado, pouco ou nada todavia melhoramos, e ainda hoje se supre a grande maioria dos habitantes desta cidade de água de poço, que além de pouco, nem por isso é de melhor qualidade, provendo do resto alguns indivíduos dedicados ao comercio deste gênero, e que por ele exigem preço mui elevado, que só com grandes sacrifícios pode a pobreza pagar. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1855, p. 01)

Outra empresa que atuou nesta área, durante o período em análise, foi a Companhia das Águas São Luís criada pelo investidor, empresário e escritor Martin Hoyer, segundo indica Viveiros (1854). No jornal *Pacotilha*, é possível encontrar grandes anúncios e informes desta companhia durante todo o recorte histórico desta pesquisa, o que pode ser indicativo de grande capacidade desta em participar deste espaço mercadológico na capital maranhense.

Em referência ao abastecimento de itens de consumo diversos, é possível observar várias referências nas páginas comerciais do *Pacotilha* que apontam para um mercado de gêneros ligados à alimentação e ingestão de substâncias voltadas para práticas recreativas como charutos e bebidas alcoólicas, significativamente intensas. No caso das práticas alimentares, este periódico propõe debates eivados de críticas aos costumes e hábitos da população indicando, até mesmo, que estes usos são fontes de grande parte dos problemas de higiene enfrentados na capital maranhense.

A respeito dos itens comuns, como os ligados à alimentação em São Luís, o periódico em análise faz publicação destinada a caracterizar tais alimentos como impróprios tanto por suas constituições como pela forma em que eram tratados e comercializados pelo sistema de abastecimento de gêneros alimentícios da cidade. Em denúncia realizada por meio do pseudônimo “Um freguez certo”, é descrito que: “Illm. Sr. redator do *Pacotilha* – Já que s. r. tanto e justamente se tem occupado da pessima carne verde, que diariamente é exposta a venda, tenho a perder-lhe que abra uma exepção relativamente aos açougues dos srs Ramuindo Pinto da Veiga e comp.” [...] (*PACOTILHA*, 1881, p. 02). Mesmos tratando-se de informe com viés publicitário, na visão do declarante, a questão do abastecimento e crítica do jornal ao problema da qualidade dos alimentos eram falas recorrentes.

Em texto do dia 19 de abril de 1881, publicado na seção que leva o mesmo nome do periódico *Pacotilha*, são caracterizadas as condições concernentes ao matadouro público da cidade e como se dava o abate e manejo do gado de corte. Para o articulista do *Pacotilha*, as condições do prédio do matadouro municipal eram apropriadas, assim como sua localização próxima ao mar, sendo que a grande dificuldade estava nas práticas adotadas.

Em se tratando das carnes verdes consumidas, por exemplo, os animais destinados ao abate chegavam à capital através de embarcações a vapor, vindas de outras regiões do Estado, indica Viveiros (1954). No traslado, que poderia demorar dias, dependendo da região em que possuíam origem, dificilmente eram alimentados; confinados a locais de pouco espaço, sofriam com o calor e a impossibilidade de movimentação, e, ao chegarem a seu destino, enfrentavam um desembarque complicado, que consistia em enfrentar as condições pouco satisfatórias do porto de São Luís, e, ao chegarem ao matadouro, novamente eram recolhidos a um espaço diminuto e sem alimentação (*PACOTILHA*, 1881, p. 02).

A partir de então, segundo o articulista da coluna do *Pacotilha*, as condições de manejo só tendiam a piorar. Ao realizar o abate do gado, a carne acabava ficando exposta durante período de tempo, a grande quantidade de sangue era descartada através de uma tubulação que ficava na parte central do espaço, local este que possuía certa inclinação para que os líquidos pudessem atingir a abertura da tubulação. O articulista relata que a quantidade de sangue solidificado era enorme e a podridão que exalava no local tornavam o odor presente insuportável (*PACOTILHA*, 1881, p. 02).

A água utilizada era proveniente de um poço localizado próximo ao prédio do próprio matadouro. Reclama o articulista que a água encontrava-se contaminada e o material usado para extrair a água, em geral, não passava por processo adequado de higienização, sendo que o poço também era utilizado para promover água aos animais de corte. As

dependências do matadouro também eram utilizadas para abrigar animais perdidos, encontrados em estado de abandono nas ruas (*PACOTILHA*, 1881, p. 02).

As condições de transporte para os locais de venda para consumo, assim como as condições dos açougues, sofriam frequentes críticas por meio dos jornais da capital; outra questão debatida eram os horários de abate, pois, dependendo do intervalo de tempo, a carne poderia entrar em estado de decomposição.

2.3.1 A saúde pública

As questões relacionadas à higiene da cidade e o risco de epidemias, principalmente de varíola, ganhavam forte atenção no período, fazendo com que, por meio destas proposições, o *Pacotilha* problematizasse a cidade e a conceituasse a partir de experiências vivenciadas pela sociedade e retratadas pela própria imprensa. Nesse sentido, Maria dos Santos Braga (2017) assinala que questões voltadas para o combate às epidemias e doenças frente às disposições da São Luís do final do século XIX são de primeira importância na conceituação da cidade.

Em São Luís, as ações do poder público apontavam para a imunização da população. Em muitos anúncios no *Pacotilha*, pode-se observar informes contendo locais de vacinação, sendo que as autoridades sanitárias conclamavam as comunidades para se imunizarem por meio de vacinas disponíveis em variados espaços, como igrejas e prédios públicos, inclusive, em lojas da iniciativa privada eram disponibilizados remédios, que prometiam cura para a varíola e suas intercorrências. Em comunicado realizado na edição 36 de 1884, é relatado que: “Amanha ha vaccinação no pavimento térreo da Câmara Municipal. As pessoas vaccinadas na última semana devem comparecer, sob as penas da lei.” (*PACOTILHA*, 1884, p. 02).

Em redes de anúncios como os da edição 259 de 1902, vislumbra-se propaganda da Pharmacia de Ferreira Sobrinho e C., localizada na rua 28 de julho, a respeito de “Remédio Homeopático Preventivo para tratamento de varíola”, “importado por Alfredo Bandeira Hall” (*PACOTILHA*, 1900, p. 03). Na quinta edição de 1888, em destaque na primeira página, propaganda a respeito de “preparados pharmaceuticos de Abreu Sobrinho”, é descrito um conjunto de remédios que se destinavam a curar ou minimizar uma série de doenças; Polpa de Tamarindos, Xarope de Gibert, Injeccão Glicerina, Opedeldoc Verba [...], muitas eram as substâncias oferecidas nos anúncios (*PACOTILHA*, 1888, p. 01). É observável que este profissional realizava propaganda nas páginas do *Pacotilha* durante todo o recorte histórico desta pesquisa, publicações estas de várias substâncias destinadas a extenso conjunto de

enfermidades. Ao lado de vários outros anunciantes de remédios, a preocupação com a saúde e busca por soluções formulavam-se como uma constante e promoviam demanda significativa.

No entanto, a maneira como a população recepcionava as campanhas e projetos governamentais de combate a endemias demonstravam receio, desconfiança e medo; diferentes dos informativos jornalescos, os programas estatais, em geral, baseados em vacinação e medidas restritivas de circulação, acabavam sendo acolhidos negativamente pelo conjunto hegemônico da população.

No caso das vacinas, em específico, as ações de não adesão, expandiam-se fortemente, principalmente devido às formas como as substâncias eram inoculadas no corpo, pois trazia receio à população, em geral, nesse sentido, pequenos cortes em regiões específicas dos braços onde eram depositados por intermédio de agulhas material contaminado constituíam a maneira pela qual as vacinas eram ministradas (GAZÊTA, 2006, p. 35).

Além disto, o procedimento podia causar danos colaterais: fortes dores e até mesmo a morte do indivíduo se, em algum estágio da vacinação, ocorressem falhas, mesmo mínimas, relata Gazeta (2006). O processo para implementação deste método incluía uma cadeia extensa que perpassava pela confecção da substância imunizadora, transporte para locais de vacinação, correto estoque, manuseio da substância e adequada ação de inoculação. Qualquer falha neste intervalo comprometeria o método acarretando em riscos para os indivíduos, possibilitando mortes e revoltas por parte da população.

De modo, a forçar a população a aderir a este método, as autoridades públicas passaram a exigir certificações que comprovassem o uso de vacina. Em anúncios de editais no *Pacotilha*, é notória a exigência de certificação de vacinação para dispor de serviços estatais. Por exemplo, em anúncio para exame de admissão no colégio Liceu Maranhense é explicado que os indivíduos que almejavam aprovação de matrícula na instituição deveriam, além de obter avaliação positiva nas disciplinas ofertadas pelas escolas de ensino básico, [...] “requerer a inscrição ao inspetor da instrução pública juntando certidão de idade, carta de exame e atestado de vacina” (PACOTILHA, 1889, p. 03).

Entretanto, este debate perpassava outras questões, as quais estão ligadas à estrutura da cidade. Para Maria dos Santos Braga (2017), as questões estruturais estavam no cerne dos problemas referentes aos surtos epidemiológicos. Assim, este ponto também soava sensível em extremo, pois, para a situação objetivada pela imprensa a respeito de São Luís, esta carecia de melhorias de infraestrutura nas mais diferentes áreas de formalização da ocupação urbana.

A capital recebia críticas amplas acerca de sua infraestrutura e, neste estado de contestação das capacidades da cidade em suprir as carências de sua população, os embates inerentes à estrutura voltada para problemas sanitários e de higiene pública acaloravam-se profundamente. Por analogia, pode-se citar denúncia explicitada na edição 35 de 1888 do *Pacotilha*, na qual é localizado texto de reclame, descrição sobre as possíveis condições insalubres apresentadas pelo prédio em que se encontrava estabelecida a escola de cadetes da Marinha, denúncias realizadas pelo próprio médico do estabelecimento, Dr. Bento da França. Relata este:

Não tenho interesse algum em que a escola seja aquartelada neste ou naquele prédio, o meu único interesse é o bem estar dos aprendizes, cumprir do melhor modo meus deveres e falar sempre a verdade. Se não fosse, Snr. Redator, o grande asseio que existe neste estabelecimento e as repetidas desinfecções diárias com certeza, em vez de quartel de aprendizes, estaria reduzido a cemitério de aprendizes, tal é o seu péssimo estado higiênico, que me força como responsável dele, nesta escola, a continuar a pedir providências no sentido de ser mudado o quartel, deste pestífero prédio para outro qualquer sadio (*PACOTILHA*, 1888, p. 03)

Assim, os edifícios e espaços destinados à função de aparatos de política sanitária, como hospitais, cemitérios, matadouros e casas de recuperação de doentes com enfermidades infecciosas também eram alvos de duras críticas. Portanto, em diversas ocasiões o periódico *Pacotilha* publicou editoriais e matérias contendo reclamações e denúncias direcionadas às autoridades estatais. No âmbito do exercício de poder, o conteúdo das críticas versava sobre a incapacidade dos atores políticos gerirem as ações em torno do oferecimento de estruturas adequadas à gravidade da situação.

2.4 A VIDA ECONÔMICA E SOCIAL DE SEUS MORADORES

São Luís das últimas décadas do século XIX era uma cidade que apresentava multiplicidade de grupos e tipos sociais. Conhecer as características sociais, estéticas, o viver cotidiano dos moradores, as qualidades específicas de São Luís, substancia-se como fator importante para compreensão das ações, conteúdos e constituições do impresso *Pacotilha* em referência à população que obteve liberdade social em caráter amplo no 13 de Maio de 1888.

A São Luís do referido período é citada em uma série de documentos, dentre os quais assumem fundamental importância, devido às especificidades desta pesquisa, os de natureza literária. Nesta pesquisa, foram utilizadas obras de Aluísio Azevedo e Nascimento Moraes, que *trabalharam* no *Pacotilha* e cujos olhares interpretativos acerca de São Luís são importantes para compreensão de como os autores do jornal em destaque representaram a

coletividade, que presenciou a promulgação da Lei de 13 de Maio e experimentou os acontecimentos decorrentes desta legislação.

Aluísio Azevedo residiu na São Luís do período de lutas em prol da abolição do trabalho escravizado, presenciou as disputas em torno desta temática, fez parte da coletividade que viveu e degustou a capital maranhense nesta temporalidade. Logo, sua obra possui perspectivas a respeito de como os trabalhadores livres e escravizados eram representados frente às experiências de vida na capital maranhense.

Portanto, Aluísio Azevedo conheceu as incoerências de seu tempo em sentido amplo, sofreu as pressões da sociedade maranhense ainda jovem devida à configuração de sua própria família, uma vez que seus pais o conceberam em segunda união, fato extremamente reprovável para os padrões da época²⁰. Ao tratar deste tema, Mérian (2019) destaca:

Que Aluísio vivenciou as contradições e dificuldades da vida em uma juventude entranhada nos debates a respeito de liberdade e cidadania, esta qualidade foi importante na representação da cidade na obra *O Mulato*. A obra *O mulato* é assinalada como umas das primeiras e mais relevantes construções literárias que ensinam a vertente naturalista, tendência concebida da escola realista moderna, esta informação configura-se importante, uma vez que, a forma como este autor descreve a cidade perpassa pela maneira de compreensão cunhada junto a concepção de estilo naturalista (DINIZ, 2008, p. 40).

Este autor participou da construção do periódico *Pacotilha* colaborando, por meio de seus inscritos, para a consagração deste jornal como importante meio de comunicação à época. No entanto, em geral, fazia uso de nomes falsos ao publicar textos no jornal. Em texto intitulado *Bilhete Postal a João Affonso*, indica usar os pseudônimos Giroflé e Lhinho no *Pacotilha* e relatava que se não colocou seu nome no cabeçalho do *Pacotilha* era [...] “porque isso me pareceu inútil” (*PACOTILHA*, 1881, p. 01).

Em 1881 Aluísio Azevedo trabalhou arduamente no *Pacotilha* sob o pseudônimo de Lhinho, escrevia a coluna *Os Jornaes*, na qual reverberava notícias de outros impressos. Em geral, os comentários de Azevedo estavam ligados aos comportamentos, tendências e costumes, entretanto, são nestes termos que a São Luís no contexto de surgimento do *Pacotilha* aparece, nas relações presentes na coletividade. Esta importância do contexto aparece em Aluísio como fator metodológico. O próprio autor em texto intitulado *Chronica teatral*, publicado no *Pacotilha*, adverte que para um artista atingir apogeu em suas criações são necessários que este [...] “observe a vida real, na rua, em casa, nas festas – colha hoje um

²⁰ Aluisio Tancredo Gonçalves de Azevedo nasceu em 14 de abril de 1857 e faleceu na Argentina em janeiro de 1913, destacou-se por meio de obras de cunho naturalista e realista como *O Cortiço* e *O mulato*, Mérian (2019).

traço, amanhã uma entonação, depois uma phisionomia; procure vea como se soffre, como se gosa, como se morre, identifique-se com todo o movimento real” [...] (*PACOTILHA*, 1881, p. 02)

Na sua obra *O mulato*, Aluísio Azevedo propõe a ambientação do espaço de desenvolvimento dos personagens como atributo de importância na confecção das ideias centrais do texto, sendo que esta característica importa-nos porque faz Aluísio Azevedo tratar da cidade e evidenciar suas representações a respeito desta. Esta condição é originária dos preceitos adotados pelo autor no sentido de alinhamentos com tendências literárias que se espalhavam pelos elos de conexão entre Brasil, Europa, América Latina e América do Norte, adverte Mérian (2019).

Cabe ainda destacar que a busca por uma atitude racional, científica frente a aspectos da vida, do ambiente, era ponto de fundamento do trabalho de sua escrita em termos de concepção literária. Por isso, Aluísio Azevedo, em seu romance, apresenta São Luís descrevendo-a em menores por meio de seus personagens. O autor inicia *O Mulato* pela descrição de São Luís, estabelece que se trata de uma cidade pobre, em forte decadência, onde a miserabilidade material fazia-se estampada nas casas, no calçamento das ruas, nos utensílios usados pelos trabalhadores e nos demais objetos presentes no espaço (AZEVEDO, 2010, p. 19). Ao relatar a cena de pessoas em sua maioria trabalhadoras escravizadas vendendo gêneros alimentícios como, por analogia, partes de gado bovino como fígado, rins e coração em meio às moscas e cheiro extremamente fétido, buscou representar o ambiente como insalubre e desprezado de mínimas condições sanitárias (AZEVEDO, 2010, p. 19-20).

O clima descrito estabelecido denotava cenário de pobreza. Aluísio Azevedo indicou São Luís como um ambiente abafado, aborrecido, quente, a alta temperatura incidia sobre as pessoas, sobre os animais de ruas, desfigurando feições, influenciando as roupas e comportamentos (AZEVEDO, 2010, p. 19). Entretanto, os indivíduos e relações sociais aparecem como base para a escrita da obra. Aluísio objetiva representar os indivíduos a partir das relações sociais formalizadoras do convívio na cidade. As questões raciais apareciam como qualidades básicas das relações; tratava-se de uma sociedade que operava, por meio de discurso racial no qual a divisão em grupo segundo poder financeiro e social era legitimado pela cor da pele.

O personagem central da trama, Raimundo, era indivíduo fruto de relacionamento proibido entre um homem branco e uma escrava negra. Logo, trazia em seu corpo o estigma de representação socialmente tolerada de divisão do gênero humano em segmentos distintos classificados por condições anatômicas. Estas representações explicavam e normatizavam o

dia a dia das relações de produção. A intensidade deste estigma, segundo representa Aluísio Azevedo, ultrapassava outras qualidades; Raimundo era um indivíduo letrado, formado em renomada instituição europeia, detentor de quantidade de bens relativamente alta para os padrões da época, porém, o estigma do discurso racial o impedia de obter isonomia perante os sujeitos pertencentes às camadas abastadas, dinheiro e educação não o retiravam da condição de mulato (AZEVEDO, 2010).

Assim, para os trabalhadores escravizados, o discurso racial impunha um cotidiano de maus-tratos, que eram submetidos às possibilidades de tolerância. A obra indica possibilidades de castigos físicos, injustiças e explorações em relação aos trabalhadores pobres. Segundo Azevedo (2010, p. 20), [...] “os negros e moleques que ali estavam para serem vendidos; revistavam-lhe os dentes, os pés e as virilhas; faziam-lhe perguntas sobre perguntas, batiam-lhes com a biqueira do chapéu nos ombros e nas cochas” [...]; o tratamento a estes trabalhadores era semelhante ao dispensado a uma mercadoria, para Azevedo (2010, p. 20) os compradores examinavam os trabalhadores [...] “como se estivessem a comprar cavalos.” Este estado de tratamento poderia avançar até maus tratos corporais, Aluísio ao tratar do tema descreve ação de personagem feminino da seguinte forma: “Em geral, ela chegava à boca da noite, no seu palanquim carregado por dois escravos, vestida de enorme roda, cercada de crias e moleques” [...], e completa: [...] “E o demônio da mulher sempre a ralhar, sempre zangada, batendo nos negros e a implicar com ele, Raimundo” [...] (AZEVEDO, 2010, p. 65).

A isonomia entre indivíduos era dissolvida pela condição de proximidade da característica propícia à escravização, sendo que os portadores de tais qualidades eram submetidos a possibilidades de tratamento semelhante ao dado às mercadorias ou animais. O próprio *Pacotilha* demonstra tal intensidade das implicações do discurso racial ao propagar anúncios de escravos fugitivos, em seus primeiros anos de existência, mesmo identificando-se como abolicionista e contrário ao sistema escravista.

Em anúncio intitulado *Escrava fugida*, é relatado que: “Acha-se ausente de casa desde o dia 5 do corrente a escrava Libania pertencente a d. Maria Joaquina de Faria Azevedo” [...] (PACOTILHA, 1881, p. 03). O jornal acaba dispensando a trabalhadores escravizados um tratamento que colocava estes indivíduos em posição de mercadoria pertencente a outro sujeito, conforme as representações de Azevedo acerca das classes menos favorecidas em *O Mulato*. O anúncio descreve características amplas da escrava fugitiva, indica que ela possuía a seguinte aparência: “vestido de chita branca com salpicos encarnados ou de chita riscado azul com listas encarnadas, altura regular, cabelos grandes, mulata, tem

duas filas de dentes na frente da parte superior” [...] (*PACOTILHA*, 1881, p. 03). A descrição aponta para possível forma que uma trabalhadora escravizada teria na São Luís das lutas em prol da abolição.

O periódico em análise noticiava atos de insurreição de trabalhadores escravizados, corroborando com as representações descritas na obra *O mulato*; em notícia sobre redação de Victor Lobato, é descrito tentativa de roubo a uma residência na “Rua das Hortas”, sendo o propagador do sinistro “uma escrava que anda fugida” (*PACOTILHA*, 1881, p. 03). Em anúncio provocado por D. Joanna Moraes, é feito pedido para que: [...] “srs. Negociantes desta cidade que não deem objeto algum nem mesmo para amostra, que lhes for pedido em seu nome pela escrava Benedicta á ella pertencente” (*PACOTILHA*, 1881, p. 03). A escrava Benedicta parece ter tomado atitudes tão contrárias a sua senhora que esta fez uso do jornal para externar preocupação em referência às atitudes da escravizada. Desta maneira, o *Pacotilha*, assim como Aluísio, apontam para fugas e desobediências como possibilidades de ação e resistência às relações de trabalho por parte destas camadas sociais menos favorecidas, sendo as penas, castigos e classificações das insubordinações incidentes em seus corpos. O escrito *Vencidos e Degenerados*, assim como *O Mulato*, propõe tratamento da análise destes trabalhadores em termos como suas relações e corpos, aparências e gestos. Utiliza-se esta obra para aprofundamentos desta questão.

Nascimento Moraes, outro importante autor que trabalhou no *Pacotilha*, ao escrever a obra *Vencidos e Degenerados*, tratou da descrição desta parcela da população em São Luís no período ambientalizado posteriormente ao recorte temporal usado por Aluísio de Azevedo em *O Mulato*. Sua primeira edição é datada no ano de 1915, entretanto, a construção do texto se dá em longo processo que perpassou décadas. Trata-se de uma crônica literária em que Nascimento discute as relações sociais da sociedade ludovicense perante os trabalhadores e classes pobres²¹. Nascimento Moraes disponibiliza, por meios de suas representações, possibilidades de vislumbrar e interpretar como seriam os trabalhadores, pobres, libertos no imediato pós-abolição.

Nascimento Moraes vivenciou os debates acerca da integração dos trabalhadores pobres na economia que se formou posteriormente à queda do escravismo; tratava-se de um morador da cidade que teve oportunidade de expressar-se em páginas de impressos da capital, dentre estes o *Pacotilha*. Como residente da capital, conheceu o “viver na cidade” em suas

²¹ Esta análise tem por base as assertivas indicadas por Jean-Yves Mérian em prefácio na 4ª edição da obra *Vencidos e Degenerados*. José Nascimento Moraes nasceu em São Luís, Maranhão, em março de 1882 e faleceu em 22 de fevereiro de 1958, jornalista e escritor, foi colaborador do *Pacotilha*.

manifestações, conheceu os serviços públicos, as ações dos negócios privados, os lugares, práticas, as restrições e dinâmicas da coletividade. Sua obra, a partir de sua condição de habitante de São Luís, oferece possibilidade de diálogo com o *Pacotilha* a respeito de como os trabalhadores eram compreendidos em meio à cidade.

Ele, Nascimento Moraes, caracterizou os indivíduos segundo os critérios de diferenciação social a partir das condições de apropriação do capital, ao ambientar e determinar qualidades a seus personagens mediante questões em termos com disposição social, status, pobreza e modos; segundos grupos sociais aparecem enquanto delimitadores das fronteiras entre os diversos indivíduos. A festa pelo 13 de maio, neste sentido, é para o autor um ambiente de significativa importância para dar forma a estas fronteiras, uma vez que em mesmo ambiente encontravam-se vários tipos sociais dispostos em um mesmo acontecimento, vislumbrando, assim, múltiplas experiências possíveis a partir do mesmo plano. Estes indivíduos, trabalhadores livres ou escravizados, disputavam as mesmas oportunidades de trabalho. Em anúncios no *Pacotilha*, encontravam-se redações que indicam tal formalização: “Precisa-se de uma mulher livre, ou escrava, para vender miudezas” [...] (*PACOTILHA*, 1881, p. 04). Trabalhadores escravizados poderiam até mesmo obter vantagens por sua condição como mostra anúncios no jornal em destaque: “COZINHEIRA, Precisa-se alugar uma na Rua de Savedra n. 5, preferindo-se escrava.” (*PACOTILHA*, 1881, p. 01).

Assim, Nascimento Moraes estabelece que ali se achavam “pessoas de diversas classes sociais”, havendo “desde o funcionário público e o homem das letras até artistas, e operários livres”; foram colocados nesse cenário, também, representantes das parcelas mais subalternas como “vagabundos e desclassificados”, Moraes (2000, p. 27). Ao falar do personagem João Oliver - que embora mestiço fizesse parte de uma parcela da população com capacidade de deter-se nas manifestações de exata opulência, digna das camadas mais abastadas, haja vista ser este personagem um indivíduo das letras, detentor de instrução, capaz de fazer-se ouvir -, indicou que a busca dos sujeitos por visibilidade era intensa.

Assim, a descrição das roupas e modos do personagem aliados aos aspectos do ambiente são colocadas pelo autor como uma “segunda pele”, um aspecto formulador da identidade do personagem que ultrapassava este e construía sua maneira de vir a ser frente a um determinado observador; ao tratar de *Vencidos e Degenerados*, Araújo (2011) indica que as descrições dos corpos, das aparências são bases da análise na obra. As vestimentas do personagem Oliver, por analogia, associavam-se com sua graça, altivez e cultura, usava uma flor colada ao colete, colarinho para cima, palitô, gravata em movimento que parecia borboletear junto ao andar espaçado e medido, luvas ao bolso do palito (MORAES, 2000).

A imprensa nos oferece elementos para a leitura da cultura econômica que caracterizava a cidade e a apropriação pelos moradores da província. Assim, o *Pacotilha* é capaz de mostrar um grande número de publicações de casas comerciais destinadas à venda de utensílios de vestimenta voltados para o engajamento de tornar a indumentária mais próxima dos padrões de beleza dos grandes centros do capital, busca retratada em *Vencidos e Degenerados*; cintos, broches, cartolas, sapatos, tecidos finos, luvas [...] muitas opções para embelezamento dos trajes. Os produtos de vestimenta e moda estavam ligados às ideias que circulavam no ambiente da coletividade, influenciando conceitos e participando, até mesmo, de instituições sociais, ressalta Souza (1987).

Ao retratar Olímpio, um trabalhador urbano, sapateiro, negro, Nascimento Moraes (2000) aponta representação a respeito da necessidade do personagem em trajar-se segundo o garbo necessário à profissão. Como o contato desse personagem com indivíduos de classes médias e abastadas provavelmente se daria em um nível mais direto e específico, o zelo por sua aparência constituía ponto relevante. Desta forma, o mesmo usava “‘habitualmente’ fraque e colete preto, camisa branca, lustrosa, gravata preta, calça branca, duro de goma, chapéu de feltro preto, de capa alta e sapatos de pelica preta, de bom feitio”, este ainda usava adornos como correntes e relógios de prata e utensílios como guarda-chuva (MORAES, 2000, p. 39).

Porém, quando Nascimento Moraes²² descreve um personagem mais próximo da base social, o capanga Daniel Aranha, os padrões modificam-se. Este “trajava calça e camisa branca, chapéu de palha ordinária, mole, e não calçava” (MORAES, 2000, p. 41). Os ares europeus formalizados na moda dos grandes centros eram indiferentes para as classes pobres. Assim, a São Luís do 13 de maio de 1988 libertador e pós-abolição próximo apontava para uma nítida divisão baseada nos gostos, no corpo, não apenas em termos étnicos, mas em termos de imagem.

Nas páginas iniciais de *Vencidos e Degenerados*, a ambientação da São Luís do 13 de maio realizado por Nascimento Moraes em seu amplo detalhismo examina que tal opulência envolve, também, práticas que atingem sentido mais amplo: o gosto pelo ato de fumar, por exemplo, parece, ultrapassar os limites das construções classistas em que se encontram os personagens. Ao mencionar a existência de filhos das antigas elites ligadas ao exercício de poder na província trabalhando em ocupações comerciais, utiliza esta prática para

²² José do Nascimento Moraes foi escritor e jornalista, nasceu em São Luís, capital maranhense, em 1882, faleceu aos 76 anos. Era mestiço, lutou fortemente na imprensa maranhense pelo reconhecimento dos direitos dos libertos em 13 de maio de 1888.

os qualificar. Já ao tratar de personagens fortemente diferentes em origem e posição como o abolicionista José Maria Maranhão e Oliver, também traz o charuto como possível marca presente em ambos. Outros gêneros, como a cana capim, também seguem a mesma formulação (MORAES, 2000).

Figura 2 – Anúncio de charutos e cintos



Fonte: *Pacotilha* (1888)

Minucioso em suas observações, Nascimento Moraes (2000) adentra em ambientes individualizados, nas casas, nas ruas das áreas mais pobres, dando aos leitores possibilidades de perspectivas no que tange ao modo de vida dos grupos populacionais pobres, estigmatizados pelo processo social e jurídico de esfacelamento das instituições escravistas. O autor ao explorar um ambiente frequentado por sujeitos pobres, uma simples taverna localizada em uma viela no bairro do Desterro, descreve esta como [...] “escura no fundo do íngreme e esbandalhado Beco do Precipício”. (MORAES, 2000, p. 37).

Os tipos de comida e bebida são retratados de maneira pormenorizada. Cana-capim e vinho verde, qualificados como comuns em várias regiões pobres da cidade, eram os aperitivos da festa. O espaço é classificado como semelhante a outros pontos de encontro de trabalhadores pobres na Praia Pequena ou na Praia do Caju, os utensílios grossos e rústicos, os indivíduos em comportamento de excesso em relação à bebida e aos gestos. Nascimento aponta o comportamento dos indivíduos da seguinte maneira:

Os outros da troça bebiam do vinho em copos de vidro grosso e pesado que passavam de boca em boca, até se esvaziarem, fazendo círculos. Levantavam os folgazões uma grita de ensurdecer; eram sons roucos e ásperos, gargalhadas escancaradas, imprecações inexpressíveis, mistura de palavras que, fora, na rua

estreita e descalçada do Desterro, e no beco, chegavam qual um alarido de rolo fechado (MORAES, 2000, p. 38)

As mulheres que se encontravam no ambiente possuíam comportamento sexualizado e extravagante. Descreve Moraes (2000, p. 38): “invadiu a tasca um magote de mulheres arrepanhadas, em desalinho, quase desvairadas, quase loucas do contentamento, tocadas já de frequentes libações”.

Os personagens trazem em si o estigma do atraso, da caducidade, formam um contexto pelo qual o esfacelamento é qualidade intrínseca, porém, não estanque, o cenário é fluido: não se trata de um pano de fundo ou base com características pré-estabelecidas, indivíduos constituem o espaço e o influenciam, bem como são duramente influenciadas, suas trajetórias fundamentadas e sugestionadas por este mesmo ambiente, cenário de involução, marcado pelo decadentismo, por um modo de movimento que direciona todos a uma situação de degenerescência. Isto decorre da própria inclinação dos personagens a pensarem e explicitarem a condição social que os cerca, marcada pela cor e pela memória da diferenciação em termos raciais e indenitários, descreve Araújo (2017).

Este aspecto é explicitado de maneira clara quando Nascimento Moraes passa a trabalhar a descrição do ambiente em termos físico-arquitetônicos. O detalhamento ocorre em bairro comercial, praça do comércio onde, no período da tarde, é vinculado a certo movimento, trabalhadores estacionam carroças e passam a conversar uns com os outros, por meio de palavrões e linguagem ofensiva em uma disposição arquitetônica decadente, sendo que estas indicações aparecem no *Pacotilha* em forma de denúncias.

Nascimento Moraes buscou as festas em comemoração à Lei Áurea para determinar a cidade e seus moradores, porém, ao buscarmos as formas de lazer e festas realizadas pelas parcelas populacionais pobres, nós nos deparamos com certa ausência de relatos ou silêncio por parte do periódico *Pacotilha*, em particular, excetuando o carnaval e as grandes comemorações religiosas, sendo que tal silêncio desaparece, nesse sentido, ao adentrarmos os processos de significação das palavras, mediante o contexto de sentidos e representações aos quais o periódico *Pacotilha* estava imerso.

Assim, embora se declarando abolicionista, o periódico em destaque possuía enquanto lugar social perspectivas oriundas de fatores indenitários das classes de maior poder econômico. Logo, as manifestações de parcelas pobres da população ganhavam vida no periódico sob um signo depreciativo por definição, recreação popular esta, naturalmente, por meio da perspectiva das camadas dirigentes, ligada a qualidades pejorativas, a despeito das características dos jornais voltados para anúncio mediante pecúnia, inviabilizando assim

anúncios de recreações populares. Vale ainda destacar que para as autoridades estatais da época, o lazer popular comum perpassava ainda, irremediavelmente, por problemas de cunho policial.

Pandengas, sambas, batucadas, rolos e chinfrins eram algumas dos vocábulos usados para designar as formas de lazer das periferias do capital e todos apontavam para qualidades pejorativas, porém, a legitimação de tais mecanismos interpretativos davam-se por meio de representações que explicitassem a objetivação dos conceitos em termos com a realidade material. Desta forma, o *Pacotilha* disponibilizava colunas para denúncias a respeito destas manifestações. Os conteúdos das denúncias, em geral, culminavam em pedidos para intervenção policial devido à perturbação, quebra da moral e sossego público. É exemplificativo que logo em sua primeira edição, o *Pacotilha* aborde tal questão como um tema de ordem policial:

Em vária das ruas desta cidade é costume reunir-se a noite uma troça de moleques, que, com palavras obscenas e gestos imorais, impedem que as famílias possam francamente gozar, à janela, do agradável fresco, que coincide em amenizar os ardores do dia a mesma hora em que os srs moleques entendem que devem dar preleções de beira de praia.

Se a polícia quisesse ter a bondade de acabar por uma vez com estes ajuntamentos, estamos convencidos que prestaria um grande favor a população honesta (*PACOTILHA*, 1880, p. 02)

Em denúncia realizada na edição 293 de 1888, é observável o conteúdo da reclamação como voltado para crítica aos comportamentos em termos de moralidade. Embora questões referentes ao barulho e brigas estejam enumeradas, relata o denunciante que: “Queiram ter a bondade de chamar a atenção da polícia a fim de fazer cessar por uma vez um atroador e infernal samba que todos os domingos incommoda os infelizes moradores da rua das ceroulas” [...] (*PACOTILHA*, 1888, p. 03).

O incomodo causado é parte introdutória da denúncia vinda dos desdobramentos mais sérios na visão do denunciante. Em seguida, relata este que: “hontem, desde as 4 horas da tarde ate às 10 da noite, reinou o inconveniente chifrin, acompanhado de cantigas exóticas e indecentes, de descomposturas cruas, de acenos torpes, enfim de uma algazarra insuportável.” (*PACOTILHA*, 1888, p. 03). Ao citar atos de violência, estes aparecem como fatos forjados no âmbito do discurso moral. Relata o denunciante que: “Terminou a chinfrinada com uma briga entre a dona da casa e uma tal Alice, que veio a rua em trajos menores e desenvolveu uma catillinaria, botando-lhe um pasquim cheio de palavras porcas sem respeito algum para com as familias que alli moram.” (*PACOTILHA*, 1888, p. 03).

Entretanto, por vezes, o Estado não era capaz de atender às demandas deste discurso, cabendo aos próprios munícipes as ações de repressão aos eventos de sociabilidades indesejados pelas normas morais. Em denúncia no *Pacotilha*, é descrito que:

Que se vá passear o Cutim em noites de luar, vá! Mas que na volta da pandega se disperse uma população inteira depois das 11 horas, dá noite, á toque de tambor e de corneta, eis o que competia aos Srs. Conductores dos bonds impedir, já que a nossa policia nem nas noites de lua aparece (*PACOTILHA*, 1880, p. 01).

Em termos de lazer as manifestações da população pobre, muitas das vezes eram deslocadas para o plano policial, ganhando ares de desordem, crime e baderna. O discurso com base na inferioridade moral das classes pobres como legitimador das desigualdades da sociedade maranhense escravista exigia ação do Estado por meio de repressão implementada por forças policiais. Esta constituía a eficácia do discurso social de inferioridade moral e social presente nas representações a respeito da cidade construídas por Aluísio Azevedo e Nascimento Moraes. Este discurso controlava e moldava o espaço público e a estética urbana em função dos grupos dominante com base na legalização e naturalização da desigualdade.

2.5 ECONOMIA DA CIDADE

No que diz respeito à esfera econômica, no período de luta pela abolição e pós-emancipação no Maranhão, o caminho rumo à industrialização apareceu como trajetória possível para a superação da crise que se alastrava sobre a lavoura, base da economia. Os aspectos básicos do discurso acerca da industrialização perpassaram, principalmente, pelas maneiras de monetização e os desafios enfrentados em relação às dificuldades estruturais.

Com o fim do tráfico interno de trabalhadores escravizados, os detentores dos meios de produção em todo o Nordeste foram obrigados a vislumbrar, por meio de alternativas para deslocamento do capital com fins de alcançar lucratividade em outras atividades. Desta forma, assim como em grande parte das regiões brasileiras, a industrialização maranhense configurou uma resposta às mudanças ocorridas nas formas de trabalho que envolviam mão de obra escravizada.²³

²³ Segundo Matias Rolim Filho (2016), com as dificuldades oriundas da inflexão dos índices econômicos maranhenses, devido baixa nas exportações após o período em que teve fim a guerra de secessão nos EUA fazendo com que esta nação voltasse a competir pelo mercado de gêneros agrícolas com o Maranhão associada, tal situação, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho pelas lutas abolicionistas e o 13 de maio de 1888, as camadas dirigentes maranhenses deslocaram parte de seus dividendos na construção de fábricas têxteis no sentido de criar novas possibilidades de investimento.

Entretanto, as especificidades do caso maranhense residem nas formas como a proibição do tráfico de trabalhadores foi recepcionada pela sociedade maranhense e pelos produtores rurais, e, por parcelas da população com capital suficiente para investimentos. No Maranhão, a implantação das leis de supressão da escravidão ensejou a modificação do circuito de movimento da mão de obra explorada compulsoriamente; de local fim para este tipo de empreendimento, o Maranhão passa a formular origem do então indivíduo escravizado cedendo trabalhadores para todo país.

O tráfico interprovincial evolui em terras maranhenses como fonte de divisas, atividade que atraiu parte da ação de núcleos de produtores rurais e senhores de escravo. Silva (2013) estabelece que o espaço configurado pelo tráfico de escravizados implementasse uma dinâmica capaz de mudar a configuração da economia na província. Esta atividade junto à lavoura foi capaz de gerar lucros e manter projetos de inovações na base produtiva do estado em situação de sucessivos adiamentos. Além disto, perante uma camada detentora de capital produtivo conservadora, tais modificações poderiam significar dificuldade e intercorrências não desejáveis. Apenas a iminência do 13 de maio de 1988 poderia proporcionar movimentos mais precisos e firmes em direção a maior variabilidade da base produtiva, o que incluiria a industrialização. No entanto, é necessário compreender como este processo foi percebido e significado pelo jornal *Pacotilha* e como este periódico influenciou e foi influenciado por este aspecto do contexto em análise.

Objetiva-se que, com esse intento, é necessário antes observar a estrutura de significado que permeou a indicação deste processo. Assim, observa-se a maneira como o jornal trata o processo de industrialização, sendo possível compreender que este termo formalizava uma série de noções e sentidos, alguns destes não perpassavam pelo conceito moderno de fábrica e suas implicações como a existência de um operariado urbano e uma linha de produção em série. Como analogia, em edição do ano de 1881, em texto de propaganda, entende-se sobre informativo, a respeito de produto inerente às garrafas de azeite dispostas para venda no escritório do mesmo jornal, *Pacotilha*, esclarece o redator Victor Lobato que “As pessoas curiosas e interessadas do progresso de nossa indústria roga-se que se sirva de vir verificar a verdade do que fica dito acima”. (*PACOTILHA*, 1881, p. 02).

O termo “pequena indústria” também é utilizado com frequência em propagandas e textos explicativos de produtos, materiais eram anunciados para este tipo de empreendimento mostrando certa demanda referente a esta temática; como exemplo, cita-se a seguinte propaganda: “N’esta typografia se diz quem tem pra vender uma machina deste gênero,

própria para pequena indústria”. (*PACOTILHA*, 1881, p. 04). Mediante estes se tratam dos projetos de implementação de parques industriais por meio do *Pacotilha*.

Os investimentos em projetos maranhenses de construção de parques industriais viabilizaram o surgimento de companhias de produção fabril em algumas cidades maranhenses, sendo estas as cidades de São Luís, Caxias e Codó, segundo relata Viveiros (1954). Assim, desenvolvidas as condições básicas para investimentos em formas de indústrias ou fábricas que atingissem longa escala de trabalho e produção, a indústria de tecidos do rio Anil tornou-se item da realidade objetiva, mais um forte ponto de luta contra o “atraso” e “decadência”, esperança de caminho para uma nova condição de desenvolvimento e progresso para o Maranhão.

A localização do prédio em que se deram as atividades industriais e o tipo de produto a ser manipulado é determinada conforme as condições sociogeográficas e econômicas, segundo destaca Pachêco Filho (2011). Enquanto província que alcançou seu melhor momento, em termos do desenvolvimento por meio do agronegócio, mesmo em tempo de degradação da produção, o Estado maranhense contava com relativa quantidade de algodão disponível para ser empreendido em estabelecimentos industriais, além disto, a tradição de manipulação do produto facilitaria a sua utilização em outra produção⁰, nova, como a atividade industrial.

As condições dadas ao empreendimento pelo transporte e escoamento via rio Anil, bem como a matéria-prima disponível em seu entorno, também facilitava possibilidades de acerto em relação a este projeto, relata Feitosa (2016). Este rio possuía grande quantidade de plantas que propiciavam a tintura de anil, utilizada para realizar modificações em tecidos, tingindo-os de azul; Além disto, como já explicitado, a navegação através de rios constituíam-se em importante forma de locomoção no período em destaque. Nesse sentido, construir uma fábrica nas proximidades de um rio navegável como o rio Anil era interessante, uma vez que propiciava possibilidades positivas para transporte de mercadorias e produtos para produção.

O rio Anil também possibilitava outras vantagens: a região em questão apresentava grande quantidade de vegetação arbórea, isto possibilitava a retirada de madeira para confecção de lenha para abastecimentos das caldeiras e outras atividades que necessitassem deste tipo de material comburento. Ainda devido a sua extensão e regime de águas, o rio poderia ser utilizado enquanto fonte de força motriz para diversas atividades, ressalta Pachêco Filho (2011).

Assim, no ano de 1890 inaugura-se associação que viabilizou a criação da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil. Desta forma, em edição do periódico *Pacotilha*

do dia 21 de agosto do referido ano, é publicado anúncio conclamando os possíveis acionistas para realizarem investimento em capital produtivo da companhia para início das atividades. Foram convocados neste anúncio os empresários Henry Airlie, Antonio Cardoso Pereira, Francisco Chavier de Carvalho, Jose Francisco de Viveiros, Manoel José Francisco Jorge e Jeronimo Jose Tavares Sobrinho. Nas edições seguintes, muitos anúncios foram explicitados expondo assinaturas dos presentes na reunião de confirmação de implementação de verbas por intermédio dos acionistas. Entretanto, é na publicação do dia 26 de setembro que detalhes da reunião para escolha dos cargos da companhia são colocados em destaque:

No salão principal da associação comercial reuniram-se ontem, às duas e meia da tarde, os incorporadores e acionistas da projetada Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil, para instalação definitiva da mesma companhia e procederem à eleição dos suplentes da diretoria e membros da comissão. (*PACOTILHA*, 1890, p. 03)

Aberta a sessão pelo Dr. Adriano de Brito Pereira, o sr. Antônio Cardoso Pereira lembrou que antes de tudo, diante da reforma que alterou a lei das sociedades anônimas, era necessário verificar se estavam presentes subscritores que representassem dois terços do capital subscrito. Faziam-se chamada dos acionistas, quando o sr. Baltazar da Costa Machado propôs que se desse início à votação, tendo em vista que pelo número de acionistas presentes, foi constatado que mais de dois terços do capital estavam representados, o que foi aprovado contra o voto do sr. Comendador Manuel José Vinhais, que se pronunciou contra. Transcorrida a eleição, foram escolhidos os membros da diretoria, relata Feitosa (2016).

Ainda em 1890, os membros diretores e acionistas da companhia iniciaram processo para construção do espaço físico para desempenho das atividades industriais. Como o espaço já se encontrava escolhido desde o início dos planos para implementação da companhia, questões em termos da viabilidade para construção passaram a figurar dentre os principais objetivos da direção. Desta forma, vários anúncios foram colocados no periódico *Pacotilha* conclamando empresários para concorrerem à licitação para demanda da construção da fábrica:

Os abaixo assinado, incorporadores desta companhia convidão concorrentes para a limpeza do igarapé do Anil, consistindo esta no corte do mangue das margens e deslocação das raízes que houver no leito, de modo a ficar num canal da largura de sete metros, desde o porto da Ponta Grossa até a preza, acessível a alvarengas nas marés regulares. (*PACOTILHA*, 1890, p. 01)

Em termos da construção do prédio, as características do material são detalhadas no anúncio da concorrência ensejando nos leitores a dimensão da obra em sua magnitude: “A diretoria desta companhia desejando contratar o fornecimento de pedra e tijolo para a fábrica

que tem de levantar no Anil, convida os snrs. concorrentes a apresentarem suas propostas até o fim do presente mês, devendo os tijolos, que são da contratação, ter as seguintes dimensões: “9 polegadas de comprimento por 11/2 de largura e 3 de grossura, e as pedras serão de bom tamanho próprias, para fazer paredes”. As propostas deveram conseguir o preço dos tijolos por cada milheiro e o das pedras por cada cento”. (*PACOTILHA*, 1890, p. 03).

Mesmo com dificuldades oriundas do cenário econômico ao nível de Estado e País, além de enfrentar empecilhos oriundos de confrontos em termos jurídicos relativos ao uso do terreno, o que ocasionou interrupções no processo de formação da estrutura fabril, a construção da fábrica avançava no intervalo de tempo proposto por direção e acionistas, estabelece Feitosa (2016).

Desta forma, em meados de 1893 a fábrica do rio Anil entra em operação determinando o movimento de industrialização do Estado maranhense. Iniciou os trabalhos com o funcionamento de 144 teares em um prédio de 97 metros de espaço frontal e 103 metros da face direcionada para o rio, tratava-se de uma estrutura em termos do edifício que modificava os padrões de então na capital na maranhense, contava com uma estrutura sólida em ferro, concreto e tijolos, possuía amplo circuito de galerias para obtenção de água para as atividades industriais e descarte, além de contar com um porto particular destinado a servir o empreendimento fabril, indica Feitosa (2016).

Outra grande companhia que modificou o quadro estrutural, econômico e social de São Luís constituiu-se na Companhia Maranhense de Fiação e Tecidos Maranhense. Esta companhia foi implementada em 1887 oriunda de planos promovidos por reuniões ensejadas pela Sociedade Auxiliadora da Lavoura e Indústria. Já em 1888 os proponentes deste projeto iniciam formalização material das metas procurando terrenos para construção da fábrica. Após várias tentativas, optaram por adquirirem terreno na região da Camboa, próximo ao Rio Anil.²⁴

Ainda em 1888 foi lançada a pedra fundamental da obra de construção do prédio da fábrica. Assim, na edição número 103 do *Pacotilha* deste mesmo ano, é publicado aviso por parte da diretoria da companhia formada por Cypriano V. Vianna, Henrique Delfim S. Guimarães, Ignácio do Lago, José Pedro Ribeiro e Manoel José Maya para cerimônia de colocação da pedra fundamental, sendo que este evento foi marcado para o dia 15 de abril, domingo. No processo de construção do prédio da fábrica, vários editais foram publicados por

²⁴ A respeito do processo técnico de estudo para implementação da fábrica (CALDEIRA, 1988).

meio da imprensa. No impresso *Pacotilha* de número 20 de 1889, tem-se uma das chamadas para processo de concorrência:

De ordem da diretoria desta companhia faz se público que, no escritório da Companhia Progresso Agrícola, recebem se proposta em carta fechada até o dia 26 do corrente, para a colocação de 700 vidros de janela e claraboias, fornecendo a companhia os vidros; assim como para fornecimento e assentamento das folhas internas de 10 janelas, de cedro de primeira qualidade, sem branco, com boas ferragens, sendo cada uma de 1,55m de largura e 3m de altura. Os proponentes poderão entender se com o engenheiro fiscal da companhia, dr. Palmerio de Carvalho Cantanhede, se precisarem de mais esclarecimentos. (*PACOTILHA*, 23/01/1889, p. 03).

Desta forma, a criação de fábricas têxteis constituiu importante característica da economia ludovicense no fim do oitocentos. No entanto, a agricultura continuava sendo o setor primordial nas formas de produção do Estado; São Luís, por meio de seu porto, permanecia ligada à exportação e importação de produtos relacionados à lavoura. Como entreposto comercial, a capital maranhense era centro de dispersão de produtos de áreas diversas dos Estados perante as demandas externas. Esta importante característica econômica será tratada a seguir.

2.6 RELAÇÃO COM O INTERIOR

São Luís no século XIX ocupava posição estratégica para escoamento da produção agrícola e mercadorias, em geral, oriundas das demais áreas da província. Esta posição não conferia a cidade situação de único polo de desenvolvimento do Maranhão. Entretanto, colocava a cidade como centro irradiador do processo de ocupação e espaço de entrada das possíveis inovações econômicas, culturais e políticas. O *Pacotilha* é exemplo desta relação. O jornal nascido na capital acabava atingindo as demais áreas maranhenses propagando suas representações pelo interior a partir de São Luís. A comunicação e traslado de São Luís para outras áreas do Maranhão e do Brasil eram realizados principalmente por intermédio de vias marítimas e fluviais, segundo Pereira (2007). Neste caso, a navegação a vapor assumia um papel preponderante em termos com a comunicação para São Luís; alimentos, animais, pessoas e toda sorte de materiais como tecidos, produtos para manufatura e até mesmo jornais vindos de outras regiões perpassavam pelas embarcações a vapor.

Quanto ao transporte marítimo e fluvial, em geral, as embarcações vindas do interior e de outras partes do estado aportavam no cais localizado na Praia Grande, próximo ao Palácio do Governo. Este porto é ponto de urbanidade desde as primeiras fases de

aproveitamento da região maranhense por parte de colonizadores portugueses, no entanto, a construção do Cais da Sagração em homenagem à ascensão de D. Pedro II à condição de imperador formulou as características que qualificaram esta estrutura durante o recorte histórico em análise. Este porto permaneceu com semelhante estrutura no decorrer de todo o período da São Luís imperial e da primeira república (VIVEIROS, 1954).

A estrutura do porto contava com alicerces para impedir erosão em direção ao Palácio do Governo, tornando a profundidade maior, porém, devido às características do terreno marítimo, pessoas, animais e cargas, por vezes, eram obrigados à realização de desembarque por meio de estruturas menores junto ao trabalho de indivíduos chamados catraeiros, que disponibilizavam seus serviços na rampa do palácio, indica Silva (2016).

As buscas por sistema de fortalecimento da base do porto e melhorias em relação a sua profundidade remontam ao período em que o Estado maranhense buscava consolidação em termos como um grande exportador de produtos para o mercado externo, período em que, segundo Marques (1888, p. 449), o poder estatal identificou a necessidade de proteção da infraestrutura do Palácio do Governo e de ampliação da capacidade de manutenção do porto para evitar seu nivelamento junto ao terreno do leito.

Para Viveiros (1954, p. 406), ainda na vigência do governo provincial de Dom Diogo de Sousa, a administração colonial foi informada dos riscos oferecidos pelo porto da capital devido ao processo de entulhamento do mesmo. Assim, Antônio Joaquim de Oliveira, engenheiro encarregado de prestar esclarecimentos sobre o estado do cais em 1817 à administração colonial, advertiu as forças estatais a respeito da necessidade de melhorias neste importante equipamento urbano. Este engenheiro entendeu que o processo de entulhamento do terreno costeiro se dava devido ao processo natural, uma vez que a cidade encontrava-se em múltiplos planos e contornos localizados acima do nível do terreno costeiro, fazendo com que a quantidade intensa de detritos fosse depositada junto ao cais pela ação das fortes chuvas, comuns na cidade (MARQUES, 1888, p. 406).

No entanto, somente no ano de 1841, iniciavam-se modificações no porto de São Luís capazes de aproximá-lo de feições modernas e mais adequadas às necessidades da capital maranhense. É neste ano que se iniciam as obras para substituição do antigo cais pelo Cais da Sagração. Segundo Pinheiro (2017, p. 45), é neste intervalo que os processos de modificação do terreno atingem nível para implementação de maior fluxo de embarcações.

Nas páginas do *Pacotilha*, é factível a presença de publicações acerca da existência de companhias de navegação atuando no Maranhão com entreposto na capital: transportavam pessoas e mercadorias. Nas seções voltadas para o comércio, a quantidade de anúncios

indicando viagens de embarcações a vapor para várias regiões do Estado e países era comum, sendo que estes anúncios traziam horários específicos de saída das embarcações; alguns destes informes indicavam horários de saída no período noturno mostrando, desta maneira, que a atividade no porto estendia-se de maneira integral:

Figura 3 – Indicação de viagens de embarcações a vapor para várias regiões do Estado e países



Fonte: *Pacotilha* (1889)

Quanto à tecnologia das embarcações usadas, em geral, nas primeiras décadas de desenvolvimento deste tipo de atividade, era proveniente da Europa, e tais embarcações ao saírem da região do porto enfrentavam um cenário de dificuldades e desafios. No decreto nº. 3.979 de 28 de março de 1901, encontram-se referências às características necessárias aos barcos destinados a transportes diversos no Maranhão por parte da Companhia Maranhense de Navegação a Vapor. O decreto descreve algumas imposições estatais, como capacidade dos veículos, disposições de materiais necessários, processos de fiscalização e tipos de embarcações a serem utilizadas. Segundo o decreto, os veículos deveriam ter aproximadamente 80 passageiros e comportar 200 toneladas de carga, mostrando assim que os veículos possuíam capacidade considerável.

O poder estatal voltava-se para este tipo de transporte e sua importância era formalizada na necessidade de evolução em termos de comércio; na ausência de possibilidades de implementação de linhas férreas, o transporte por mar e rios constituía a saída para os entraves no que diz respeito ao transporte de indivíduos e produtos.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil passou por um significativo processo de evolução no setor de transportes. Concomitantemente começaram a ser criadas empresas para exploração de ferrovias e de navegação a vapor. Em alguns casos as duas modalidades de transporte se completavam. As ferrovias se desenvolvem primeiro na região sudeste do país, em especial nas regiões produtoras de café. A navegação, por sua vez, singrou os grandes rios dos brasileiros. A demanda por transportes no Maranhão cresceu a cada dia, quer para escoamento da produção, quer para utilizá-la como meio de transporte para pessoas, os maranhenses assim como os habitantes de outras regiões do Brasil passaram a almejar a modernização das suas frotas (PACHÊCO FILHO, 2011, p. 119)

O traslado através de barcos a vela e canoas não comportava mais a demanda oriunda da produção agrícola. Mesmo após o fim da Companhia de Comercio do Grão-Pará e Maranhão, a quantidade de pessoas que necessitavam de locomoção através do território maranhense também era crescente. Para Pachêco Filho (2011), estas necessidades causaram ou provocaram a ação do poder público no sentido de viabilizar a exploração comercial do transporte fluvial e marítimo. Assim, no período inicial do império brasileiro, passando pelo governo regencial, várias tentativas de implantação de empresas para exploração de navegação fluvial e marítima foram realizadas, porém, não obtiveram êxito. Somente com a criação da Companhia Maranhense de Navegação a Vapor pelo engenheiro Raimundo Teixeira Mendes, valendo-se este da lei provincial n. 429 de agosto de 1856, é que os processos de transporte maranhense passam a desfrutar da tecnologia a vapor, destaca Pachêco Filho (2011, p. 117).

Entretanto, as dificuldades que a prática de navegação costeira ou fluvial enfrentava, podendo causar transtornos em várias áreas sobre responsabilidade do Estado, implicavam em adversidades no cotidiano inerentes a este tipo de atividade de transporte. Estes móveis afrontavam e combatiam rios de protocolos de navegação complexos. Muitos trechos destes rios apresentavam processo de erosão, o que propiciava a existência de bancos de areia, além disso, o encalhamento de barcos era uma possibilidade extremamente viável.

Outra situação que dificultava o traslado destas navegações era o clima hostil que castigava os passageiros e trabalhadores das embarcações. Chuvas e calor intenso transformavam as viagens em verdadeiras odisséias, dignas de relatos detalhados em páginas de jornais, como o *Pacotilha*, além disto, se a legislação obrigava as embarcações a permanecerem período de tempo específico nos portos das cidades ribeirinhas para incentivar o comércio local, e advertia sobre a necessidade de adequadas condições de higiene, exigindo até mesmo a vacinação de tripulantes sob as vistas da fiscalização de um funcionário público, estes portos, em geral, não dispunham de condições adequadas para as embarcações permanecerem por período maior, dificultando ainda mais a viagem.

O processo inicial de navegação tendo como ponto de partida São Luís deu-se por meio de duas vias com o direcionamento para região interna do Estado. As vias constituíam-se através de dois grandes rios, o Itapecuru e o Mearim. O direcionamento através do rio Itapecuru abrangia povoações como Rosário, Itapecuru, Codó e Caxias, dando acesso a regiões do Piauí e frentes agrícolas baianas. É necessário destacar que a região do Vale do Itapecuru era de grande importância na produção de arroz; logo, a proposição de transporte a vapor neste rio ajudou de forma estratégica na produção de arroz, outros gêneros e produtos no Maranhão, assevera Pereira (2016).

A outra via por intermédio do rio Mearim voltava-se para o Baixo Mearim e Baixada Maranhense, região produtora de grande variedade de gêneros como carne bovina, arroz, açúcar e babaçu. Para Pereira (2016, p. 36), esta via também dava acesso a outros rios importantes como os rios Grajaú e Pindaré abrindo espaço a regiões centrais do território.

Em texto intitulado “*Ir a Roma e não ver o papa*” (PACOTILHA, 1888, p. 03), um dos articulistas do *Pacotilha* descreve com intenso detalhamento percurso enfrentado por navegações a vapor que saíam de São Luís em direção a Caxias. Este texto torna-se importante, já que contém análise sobre um dos percursos mais utilizados no período que, por sua longa abrangência, perpassa por muitos espaços de diferentes áreas do Estado.

O articulista inicia o texto relatando que foi convidado pela direção da Companhia Industrial Caxiense para inauguração de sua fábrica, entretanto, este relata que chegou à cidade de Caxias depois da inauguração. O autor desenvolveu o texto no objetivo de explicar o porquê do atraso que culminou com a sua ausência na inauguração da fábrica.

O articulista embarcou no vapor Mearim em direção a Caxias às onze e meia do dia vinte e oito de dezembro. Ele entendeu que as condições da embarcação eram boas. Ao tratar do comandante da embarcação, acaba citando algumas características que se estabeleciam comumente nas viagens em análise. Para o escritor, o comandante portava-se de tal forma que “A todas as horas, em qualquer emergência, sempre o encontra-se disposto a aturar as rabugices de quem se via mal acomodado naquele estreito espaço, suportando uma temperatura capaz de cozinhar ovo” (PACOTILHA, 1888, p. 03). Espaço reduzido e temperatura escaldante eram condições lembradas insistentemente no corpo do texto. o escritor chega a indicar que “Cremos que talvez uma viagem ao polo norte seja tão difícil de levar ao cabo como foi esta a Caxias”, pois “Si ali há o frio que mata, o gelo que prende o navio, nós teve-se o calor que asfixia, desorienta e exaure as forças, e os secos que de momento a momento nos embargavam o caminhar lento do vapor contra a correnteza do rio” (PACOTILHA, 1888, p. 03).

O ambiente interno destas embarcações acabava se tornando espaços de sociabilidade devido ao longo período em que os passageiros teriam que permanecer confinados; conversas, roupas mais leves e uma atitude amistosa poderiam servir como distração e estratégias para fazer da viagem, acontecimento mais suportável, indica o texto em observação. Ao fim da tarde, o vapor chegou à cidade de Rosário-MA, ocasião em que o capitão e seus subordinados aproveitaram para obter lenha para alimentação da embarcação e outros mantimentos; o tempo de permanência em rosário foi de aproximadamente 3 horas.

O vapor avançava, passa pela ocupação de Itapecuru-mirim desloca-se rumo à cidade de Coroatá. Morbidez e marasmo parecem ser ideias que perseguem o autor durante o texto, por analogia, ao caracterizar o rio Itapecuru, qualifica o mesmo como [...] “de uma monotonia capaz de desesperar a um santo; as margens sempre a mesma [...]” (*PACOTILHA*, 1888, p. 03). Entretanto, para a população ribeirinha, o vapor poderia significar vivência bem diferente da experimentação de marasmo e tédio; os tripulantes, ao avistarem os moradores do leito do rio acenavam, erguiam lenços em movimento, ao passo que não obtinham resposta, recebiam apenas olhares de surpresa, admiração e espanto, o vapor para as populações ribeirinhas propiciava uma experiência de assombro e fascínio (*PACOTILHA*, 1888, p. 03).

Estas viagens ofereciam riscos iminentes a encalhamentos em espaços assoreados e bancos de areia, que eram um forte receio para passageiros e funcionários de embarcações. O articulista relata que após passarem pelo porto de Codó encontraram outro vapor encalhado, o vapor Barão. A respeito disto, escreve o repórter:

É uma cousa horrorosa isso.

Os pobres marinheiros, metidos n'agua ate o pescoço suspendem o vapor nos ombros ao tempo que a prôa ou a popa se ala uma espia presa alguma arvore da margem e a machina trabalha a toda força. Uma vez por outra se consegue assim andar uma ou duas polegadas a diante, para traz ou para os lados. (*PACOTILHA*, 1888, p. 03)

O vapor Mearim não fugiu ao destino do vapor Barão e acabou encalhando na mesma região, ficando impossibilitado de progredir em viagem por longo período. A lenha a bordo foi toda consumida e homens tiveram que adentrar a mata para coletar mais lenha. Depois de vencer tamanhas adversidades, o vapor Mearim chegou ao destino atracando junto ao porto de Caxias. Depois de alguns dias, a comitiva da qual fazia parte o correspondente do *Pacotilha* voltou à capital maranhense e desta vez a viagem transcorreu de forma tranquila, entretanto, o articulista insistiu em declarar que graças a capacidade do vapor Mearim em suportar intempéries, eles conseguiram superar esta verdadeira epopeia. As viagens de São

Luís até as demais regiões do Estado e do país por meios fluviais eram, portanto, custosas e desafiadoras, sendo que o traslado era de dificuldade significativa, porém, era o principal e mais utilizado meio de transporte para os ludovicenses.

2.7 REPRESENTAÇÕES DO INTERIOR

Os articulistas do *Pacotilha* vislumbravam o interior do Maranhão enquanto espaço carente de intervenção estatal: os produtos comercializados pelas regiões maranhenses não possuíam o devido destaque devido às dificuldades com o transporte e o investimento, defendiam os redatores do jornal em estudo. Assim, indica o escritor Fran Paxeco, a situação econômica do interior maranhense no início do século XX por meio de transcrição de texto do jornal *O Norte* de Barra do Corda: “A lavoura conserva a primitividade da sua instalação, as indústrias circunscrevem-se num âmbito limitado pela estreiteza das relações, o commercio debate-se num ciclo vicioso, acanhado pela falta de comunicações” [...] (*PACOTILHA*, 1903, p. 01)

O *Pacotilha* portava-se como defensor de projetos e ações que interligassem as regiões maranhense. Em texto intitulado *Empresa fluvial*, o corpo editorial descreve as ações de corporação de nome igual ao do texto no sentido de alcançar o litoral oriental da província através do rio Peraiá. Esta corporação, em março de 1885, enviou vapor com destino ao porto do povoado de Miritiba, com escala no porto do povoado de Primeira Cruz. Para fortalecer seu argumento baseado na necessidade de implantação de vias de ligação entre a capital e regiões do interior, o colaborador do *Pacotilha* descreve em detalhes o apoio da população objetivado por meio de recepção calorosa: “Tanto no porto da Primeira Cruz como no da Miritiba foi o vapor recebido no meio de indivisível alegria de música e foguetes”, e, completa de forma ainda mais convicta: “O contentamento do povo foi tão grande, que, a cada passo, nas ruas, nas casas do pobre e do rico se ouviam altisonantes saudações á directoria da empresa Fluvial, que em verdade, era digna delas.” (*PACOTILHA*, 1885, p. 02).

As bases econômicas desta área possuíam produtos manufaturados, neste caso, farinha e cereais beneficiados, além de fornecer pescado à capital. Desta forma, defendia o *Pacotilha* que o comércio destes produtos por meio de maiores vias de comunicação traria desenvolvimento ao nível territorial.

Ao tratar, por exemplo, da situação da região central do Maranhão, o *Pacotilha*, por meio de texto de título *O Commercio de Sal*, impõe várias críticas acerca da falta de transporte para produtos da região, sendo o sal a mercadoria mais valiosa da configuração

econômica da área. Declara o jornal que: “São já conhecidas as inúmeras dificuldades com que luta o commercio desta cidade no transporte de suas mercadorias, notadamente o sal de que faz seu principal commercio” [...] (*PACOTILHA*, 1900, p. 03).

Como maneira de vencer os obstáculos ao crescimento das regiões interioranas, o jornal admite a utilização de meios não ortodoxos como a fixação de grandes propriedades produtivas, embora estas sempre estivessem em espaço de desejo e expectativa. O conceito de pequena indústria é desenvolvido no jornal em análise como um dos meios possíveis para melhorar as condições econômicas do interior maranhense; trata-se de produção em escala pequena ou média de produtos beneficiados, em geral ligados e desenvolvidos por produtores rurais.

O escritor Fran Paxeco, em conjunto de 16 artigos sobre economia maranhense, publicados no jornal em análise - sendo 8 artigos explicitados em 1903 e 8 em 1904 -, ao tratar da dificuldade da grande produção de algodão em terras maranhenses, descreve este tipo de atividade como uma resposta a falta de recursos para implantação de grandes parques fabris, alternativa tradicional ao declínio da lavoura no País, principalmente em regiões do interior: [...] “Há uma categoria de pequenas indústrias, que tenacidade poderá tornar grande – e que convém experimentar, quanto antes, porque encontram no terreno maranhense asilo apropriado” [...], (*PACOTILHA*, 1903, p. 01). Cita o autor, como exemplo, a produção de vinhos, mamona, óleo de coco, conservas de caju.

Desta forma, os articulistas do jornal entendiam o interior maranhense enquanto espaço de economia frágil e decadente, sendo necessária a implantação de investimentos variados e vias de transporte capazes de interligar estas áreas à capital do Estado, São Luís. Estas indicações formulavam a maneira como o jornal conceituava as relações entre capital e interior segundo os encadeamentos e ações econômicas desejadas, fortalecimento do trabalho livre e melhoramento dos padrões tecnológicos para aplicação nas redes de produção de riquezas. Desenvolvidas as características do espaço onde o jornal *Pacotilha* iniciou e desenvolveu suas atividades, e, observadas as influências sociais que atuaram na escrita de seus articulistas, passa-se a tratar das representações dos libertos contidos nas páginas do jornal em destaque.

CAPÍTULO 3

O CONTEXTO ABOLICIONISTA

Ao se atentar para o Império, a escravidão formalizava-se como fator qualificador deste recorte historiográfico. No Brasil imperial, está se constituía em uma instituição que perpassava pelo cotidiano dos indivíduos, obtendo o status de forma hegemônica de ação para produção da vida material e riqueza. A respeito desta temática, relata Carvalho (2002, p. 48) que: “No Brasil não havia como fugir da escravidão. Se é verdade que os escravos se distribuíam de maneira desigual pelo país, é também verdade que havia escravos no país inteiro, em todas as províncias, no campo e na cidade”.

Fala-se aqui do Império, porque para se entender como se desenvolveu no periódico *Pacotilha* as lutas em prol da abolição, é necessário compreender sob quais condições as representações acerca da emancipação dos trabalhadores escravizados foram caracterizadas em períodos anteriores, discutidas e recepcionadas. O jornal em análise é constituído na década final de existência do Império brasileiro, porém, este periódico sofreu influências de acontecimentos cunhados em recorte temporal anterior, examinaremos tais acontecimentos ao longo deste capítulo. Desta forma, passamos a tratar do contexto abolicionista por meio das lentes do *Pacotilha*.

3.1 O CONCEITO DE LIBERTO

O conceito de liberto foi desenvolvido em ambiente brasileiro colonial por meio da influência de desígnios linguísticos oriundos de tradição romana. Segundo análise referente a este tema, realizada por Silva e Silva (2005), o termo - no que diz respeito ao universo léxico latino, pode ser inscrito como oriundo das formas de expressão romanas, presentes na conjunção imperial -, no qual liberto significaria um indivíduo que superou, através de determinadas ações ou circunstâncias, a condição de escravo e adentrou em uma posição e conjuntura de liberdade no sentido de não possuir diretamente um senhor que desfrutasse, com alto grau de poder, de seu corpo.

Em referência ao mundo escravista no Brasil imperial, este elemento linguístico guarda, em sua base de composição, uma série de formulações, algumas contraditórias, que determinam uma composição de sentido heterogêneo fundamentada em várias perspectivas. Enquanto vocábulo, o termo liberto possui base, em termos de entendimento, ligada às condições sociais. Bakhtin e Volochinov (2006) apontam que estas condições sociais ou

formulações são determinantes das especificidades da coletividade. Desta forma, fala-se aqui do Império, porque para se entender como este conceito se desenvolve no periódico *Pacotilha* no pós-abolição, é necessário compreender sob quais condições esta representação foi caracterizada em períodos anteriores, discutida e recepcionada.

Ao se atentar para o Império, a escravidão formaliza-se como fator qualificador deste recorte historiográfico. No Brasil imperial, está se constituía em uma instituição que perpassava pelo cotidiano dos indivíduos, obtendo o status de forma hegemônica de ação para produção da vida material e riqueza. A respeito desta temática, relata Carvalho (2002, p. 48) que: “No Brasil não havia como fugir da escravidão. Se é verdade que os escravos se distribuíam de maneira desigual pelo país, é também verdade que havia escravos no país inteiro, em todas as províncias, no campo e na cidade”.

A economia voltava-se para a agricultura extensiva e está se movimentava por meio de braços de cor negra subjugadas. Em termos nacionais, o café, por meio de suas imponentes fazendas, [...] “foi o carro-chefe das exportações e economia brasileira ao longo do século XIX”, ressalta Salles (2018, p. 123).

Assim, as características do regime de trabalho compulsório eram produzidas e regulamentadas pelas dinâmicas econômicas, porém, a institucionalidade estatal em relação de múltipla e simultânea influência com as condições econômicas também qualificava a escravização de trabalhadores. Logo, a conceitualização do termo liberto perpassa pela atividade regimental do Estado por meio dos códigos legais. Oliveira (1979) indica que a passagem da condição de escravo para de liberto ocorria em termos legais, basicamente de duas maneiras. A primeira ocorria por meio de atos do governo, ou seja, de lei específica. Neste caso, tem-se o Estado usando de sua capacidade impositiva de vontade sob os cidadãos para determinar a liberdade de determinados indivíduos de pele negra em situações específicas. A segunda diz respeito à ação própria dos senhores de escravos em abrir mão de seus direitos, tornando libertos os trabalhadores por eles subjugados, sendo que tal prática ocorreu intensamente nos anos próximos à promulgação da Lei Áurea.

Compreende-se, por meio da classificação assinalada por Oliveira (1979), a Lei de 7 de novembro de 1831 como modelo de método por meio do qual o Estado proporcionou liberdade a sujeitos escravizados por intermédio de atos governamentais gerais. Este dispositivo jurídico nasceu de um contexto em que o Império Inglês, maior potência política e econômica da época, incitava países a abandonarem modelos de produção baseados no trabalho compulsório de indivíduos escravizados.

Entendendo ser o trabalho livre a forma mais adequada de ação social condizente a seus interesses, a Inglaterra passa a proibir o tráfico de indivíduos africanos a nível internacional, forçando outros países a adequarem-se a tais medidas, como explica Silva (2019). No Brasil, o processo de posicionamento de alinhamento aos interesses ingleses se deu por meio da implementação da Lei de 7 de novembro de 1831, conhecida como Lei Feijó. Este dispositivo jurisdicional estabeleceu que:

Art. 1º Todos os escravos, que entrarem no territorio ou portos do Brazil, vindos de fóra, ficam livres. Exceptuam-se:
 1º Os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a paiz, onde a escravidão é permittida, emquanto empregados no serviço das mesmas embarcações.
 2º Os que fugirem do territorio, ou embarcação estrangeira, os quaes serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fóra do Brazil. (BRASIL, 1831)

Porém, apesar da pressão empreendida pelos ingleses, a dificuldade das camadas dirigentes em adotar ideal que valorizasse o trabalho via compensação pecuniária mostrou-se suficientemente forte a ponto de impedir aplicação efetiva desta lei. Cota (2011) relata que mesmo antes de proclamada a independência, as tratativas sobre o fim do tráfico de escravos já ocorriam e levantavam descontentamento por parte dos brasileiros em relação ao risco de perda dos direitos de propriedade sobre o trabalhador cativo. Este autor menciona que:

Entre 1810 e 1826, uma série de tratados foi firmada com o governo britânico muito a contragosto de portugueses e brasileiros (especialmente a elite diretamente ligada aos negócios da escravidão), que muitas vezes não hesitaram em demonstrar sua relutância e oposição à extinção do comércio que consideravam vital para a economia da colônia e depois do império (COTA, 2011, p. 66)

A passagem da condição de trabalhador cativo e subjugado para o estado de liberto envolvia o controle de corpos de pele negra a partir do aparato de controle estatal por via da burocracia. Neste sentido, as tentativas de criar um corpo documental suficiente para dar conta das identidades dos indivíduos escravizados avolumaram-se ao longo da regência imperial. Porém, com a Lei Eusébio de Queiroz e, principalmente, com a Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre, este movimento acirrou-se como estratégia de lidar com o “elemento servil”.

Outro exemplo desta categoria são as disposições legais acerca do ingresso de indivíduos negros em instituições militares como possíveis meios de obtenção de liberdade frente à escravidão. Entende Carvalho (2002) que as Forças Armadas em solo brasileiro

surgiram atreladas aos interesses das parcelas populacionais dirigentes. Desta forma, carregaram as incongruências desta parcela da sociedade.

Bretas e Rosemberg (2013) explanam que as organizações beligerantes remetiam a uma gênese marcada pela atuação complexa do Estado português. No que diz respeito ao processo de apropriação do território brasileiro, estas instituições faziam parte das formas de vivência da coletividade e constituíam um importante fato para a sociedade de então. Estes autores estabelecem que:

[...] Num momento de não especialização da atuação policial, forças militares tinham atividade de patrulhamento no espaço urbano e exerciam também atividade de controle de estradas e do problema dos escravos fugidos. Sua atuação se dirigia a um universo criminal ainda codificado pelas Ordenações Filipinas, em que o tratamento dos crimes era diverso. [...] (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p. 167).

As formulações das estruturas institucionais militares seguiam as estratificações observadas na sociedade de então. Os cargos de maior envergadura, poucos dentro do sistema, pertenciam aos indivíduos oriundos das estratificações abastadas, enquanto as posições inferiores eram destacadas aos pobres. A respeito da origem da estrutura organizacional das Forças Armadas, Faria (2007) relata que:

Na América Portuguesa, no final do período colonial, existiam os soldados de tropas regulares (o Exército) e aqueles regidos pelo princípio da milícia, integrantes das chamadas forças auxiliares (as Ordenanças e as Milícias). As forças regulares ou tropas de primeira linha eram tropas profissionais, ou seja, assalariadas, fardadas, aquarteladas e, teoricamente, adestradas numa disciplina militar. Seus oficiais superiores eram de nomeação real, geralmente portugueses, enquanto a baixa oficialidade saía das camadas médias da população colonial e a soldadesca, majoritariamente portuguesa no início da colonização, com o passar do tempo foi sendo recrutada, cada vez mais, entre a população masculina livre e marginalizada da Colônia, excluídos os negros e os índios (FARIA, 2007, p. 43)

Devido ao seu caráter elitista, suas ações de maior sacrifício desaguavam sobre os menos abastados, tendo estes os maiores suplícios em relação à composição das fileiras de combate. Faria (2007) demonstra que o recrutamento, em geral, desenvolvia-se em direção à população, causando esta grande apreensão, uma vez que as notícias em relação às condições de sobrevivência nas fileiras eram extremamente negativas. Desta forma, este mecanismo era instituído enquanto formalizador de relações de poder no que tange à possibilidade de punição.

Raras pessoas se alistavam espontaneamente. O recrutamento causava temor. Era mais um instrumento de controle nas mãos de quem estava em posição privilegiada nas relações de poder, utilizado para enfraquecer hostes de potentados locais adversários. Servia também para quem queria se livrar de inimigos, de filhos rebeldes, genros odiosos ou se vingar de amores frustrados. Bastava uma denúncia de ser alguém um cabra desordeiro ou vagabundo, para torná-lo potencialmente recrutável (FARIA, 2007, p. 44).

Esta condição é observável até mesmo nos periódicos da época. Na edição do jornal *Pacotilha* de 13 de fevereiro de 1883, terça-feira, encontrou-se um caso que demonstra o quanto o recrutamento instituíra-se como elemento de medo aos indivíduos. No tópico *Publicações a Pedidos*, há o relato de um caso ocorrido na Villa do Paço do Lumiar envolvendo acidente com vítimas. Segundo o articulista, um homem identificado como Joventino ou Jovelino, pertencente à casa do Sr. Antônio João Serpa Duarte e que residia no sítio engenho da Sra. Maria Serpa Duarte, havia empreendido correria de cavalo nas regiões da villa, causando risco aos moradores, e, em uma dessas ocasiões, o denunciado acabou ferindo uma mulher grávida de nome Maria da Trindade e seu filho menor de idade identificado como Manoel.

É relatado que a mulher denunciou o ocorrido às autoridades, que, devido a problemas administrativos, não puderam dar a devida atenção ao problema. Assim, o redator estabeleceu a melhor forma de punir o agressor: dar a este uma ocupação na armada, polícia. A solução dada pelo redator é endossada por uma série de intercorrências provenientes do respectivo espaço do ocorrido, este indica que as autoridades não possuem os meios materiais e vontade administrativa para agir, sendo que o próprio responsável pela atividade policial encontrava-se fora do distrito e não havia nomeado substituto, nas palavras do autor, a polícia “parece cruzar os braços ou por inércia” (*PACOTILHA*, 1883, p. 02).

A este respeito, sabe-se da dificuldade no século XIX do Estado em implementar suas disposições administrativas. As grandes distâncias, a falta de funcionários, a escassez de recursos pecuniários e a emaranhada teia de interesses que perpassava a máquina governamental tornavam a resposta das autoridades ineficazes diante das demandas. Estas adversidades eram observadas ainda na gênese da administrativa imperial escravista.

Lago (2012, p. 2) relata que os problemas referentes à gestão dos negócios governamentais geravam impasse, algumas vezes de nível internacional, como no caso da fiscalização de embarcações com vistas à proibição do tráfico de mão de obra escravizada. Em áreas pertencentes às regiões distintas dos centros urbanos como a Villa de Paço do Lumiar, estas adversidades se acentuavam por motivo decorrente das características já citadas.

Ao propor solução para o tipo de comportamento causador do acidente responsável pelo estado grave de saúde de Maria da Trindade e de seu filho Manoel, o redator aponta para um “arbítrio” ou uma “ocupação” inerente à armada, polícia ou Forças Armadas; mediante a junção destes dois vocábulos, é perceptível que a proposta punitiva se trata de recrutamento. Observa-se nas palavras do escrevente que o recrutamento possui um caráter abrangente na medida de punição, ao utilizar a expressão ou enunciado “*nestes e em outros casos iguais*” e “*única couza que os amedronta*” (PACOTILHA, 1883, p. 02); o redator demonstra que o recrutamento atingia uma série de delitos, tanto em termos da tipologia como em desacordo com a lei ou regras estabelecidas. O termo “amedrontar” também indica que tal arbítrio constituiu-se em medida geradora de temor aos indivíduos.

Na edição 215 do ano de 1888 do impresso *Pacotilha*, é indicada publicação na qual os redatores Victor Lobato e Barbosa de Godóis reproduziram por meio de informações do periódico o *Paiz* a respeito de uma reunião para assembleia geral do Clube Militar, para tratar de assuntos inerentes à Lei de 1874, que trata dos processos de recrutamento. Neste texto, é exposto o descontentamento em relação ao recrutamento das “injustiças” praticadas quando na aquisição de novos recrutas, além de relatar que as instituições militares precisam de indivíduos “moralizados e predispostos à disciplina” (PACOTILHA, 1888, p. 03).

Porém, uma das condições explicadas no informativo é a incidência do recrutamento sobre parcelas da população consideradas à margem do sistema jurídico e moral. Segundo os redatores: “Em geral, foi mal recebida no exército e armada a maneira porque ultimamente estava sendo feito o recrutamento”; tal ação ou recepção levou o poder público a indicativo, “declarando-se mesmo no parlamento ter-se lançado mão desse meio para limpar a sociedade brasileira dos vagabundos ratoneiros e capoeiras” (PACOTILHA, 1888, p. 03). O termo capoeira poderia remeter diretamente, no século XIX, a pessoas de pele negras consideradas à margem das normas legais e morais estabelecidas, como indica Almeida (2008, p. 15).

O recrutamento estaria entre as formas de “limpar”, ou seja, extrair da comunidade os sujeitos indesejados, considerados sem capacidade de vida em sociedade. Entretanto, a publicação relata que a “maneira” como alguns mecanismos do recrutamento estavam sendo utilizados acabavam gerando insatisfação nas próprias instituições militares. É possível que várias formas ou representações materializadas em forma de críticas tivessem criado um ambiente de negação a esta prática, mas a utilização do recrutamento para perseguição política figura nas páginas do *Pacotilha* como razão central para o descontentamento.

Na edição de n°. 299 do ano de 1888 do jornal *Pacotilha*, encontra-se um breve texto sobre a situação do recrutamento forçado na província do Pará. O texto esclarece que as

instituições policiais estavam cometendo arbitrariedades no alistamento de pessoas com vistas ao Exército, fato que levou a imprensa local a censurar a administração vigente (*PACOTILHA*, 1888, p. 03). O alistamento arbitrário, segundo a matéria, levou os indivíduos envolvidos nos negócios a abandonarem áreas do interior em direção às áreas centrais da província, o que elevou o preço dos gêneros. Nota-se, a partir deste trecho, que as críticas ao alistamento forçado não eram restritas ao ambiente maranhense.

Em texto intitulado *Protesto*, é noticiado que os proprietários dos jornais *Estandarte*, *Progresso* e *Conciliação* fariam abaixo-assinado contra o presidente da província, Antonio Candido da Cruz Machado. Além disso, acusavam os redatores destes jornais de [...] “assassinar a imprensa oposicionista, mandando prender e perseguir, a pretexto de recrutamento, os typografos que nela trabalhavam” [...] (*PACOTILHA*, 1884, p. 03). O recrutamento era utilizado como instrumento de repressão estatal em diferentes grupos sociais, não incidia somente nos pobres, porém, para trabalhadores escravizados, poderia significar o fim da relação direta com o senhor e o escravo.

Desta forma, entende-se que o recrutamento em termos de referencial para os cativos de pele negra poderia significar liberdade, ingresso a condição de liberto, porém, tal instituto tinha como possível uso a restrição, punição e a base de exercício de poder das camadas dirigentes em relação às parcelas pobres da população ou inimigos, incluindo, desta forma, os libertos. Segundo Oliveira (1979):

Outra forma de libertação por lei era a de escravos, mesmo quando fugitivos, que se alistassem como soldados. Neste caso, acima de interesses dos senhores falava mais alto a carência de efetivos militares, visto que os brancos recusavam-se a servir. Por isso o exército tornou-se uma das formas de libertação para alguns escravos, especialmente mulatos, que nele encontravam uma forma de ascensão. Ao facultar aos escravos o alistamento em troca da liberdade, o exército exigia que a prestação de serviço se estendesse até a aposentadoria e ao que consta, a vida de caserna, para praças, não era melhor que a vida de escravo (OLIVEIRA, 1979, p. 61)

Afastados da condição de escravo, os libertos não fugiam as pressões raciais a estas impostas, sob os olhos das autoridades e debaixo da possibilidade de perda de sua condição, por meio do recrutamento e demais dispositivos repressivos. O alistamento poderia ser estendido para a situação de liberto, porém, este termo não alcançava o sentido de autonomia experimentado por indivíduos de pele branca, pois tratava-se de uma liberdade limitada e precária.

3.2 A LEI DE 1831 E O CONCEITO DE LIBERTO

A Lei de 7 de novembro de 1831, também conhecida como Lei Feijó, em termos jurídicos, estabeleceu significativa dificuldade à manutenção da escravidão em terras brasileiras. Para Mamigonian e Grinberg (2018, p: 285-291), “a Lei de 7 de novembro de 1831 foi a primeira lei nacional a proibir o tráfico de escravos”.

Este dispositivo jurídico foi ponto importante para o processo de desagregação do trabalho compulsório negro. Isto se deve ao fato desta lei prever libertação dos indivíduos apreendidos em embarcações dispostas em tráfico de escravos, segundo é imposta em seu artigo primeiro, atingindo as rotas de negociação e transporte de cativos: “Art. 1º Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres”. (BRASIL, 1831). O *Pacotilha* promoveu análises acerca deste código, sendo que na coluna denominada *Transcrição*, presente na edição nº. 132 de domingo, 18 de maio de 1884, foi publicado texto referente à conferência acerca da Lei de 7 de novembro de 1831. O texto é esboço da fala do conferencista Dr. Busch Vallera, que discursou a convite do clube abolicionista Sete de Setembro, no dia 9 de março de 1884.

O conferencista iniciou suas assertivas indicando o exemplo romano como possível fator didático para entendimento e contextualização da Lei de 1831. Para este, em Roma a origem da escravidão localizou-se nos movimentos de guerra e foi através desta que indivíduos caíram na condição de cativos devida à derrota em combate. O direito civil também é indicado como possível originador deste fenômeno, colocando a incidência deste até mesmo nos filhos de cativos, transcendendo o ato ao longo do tempo. Porém, em termos da escravidão realizada na América, determina o conferencista, as origens também guardam relação direta com a guerra, mas de maneira diferente, implicando em formulações jurídicas novas.

O autor do texto relata que os territórios americanos foram descobertos e entregues à atividade de produção de riqueza pelas nações europeias. No entanto, tais territórios careciam de braços para a lavoura. Na ausência de mão de obra para as atividades de produção de riqueza, os colonizadores lançaram cativo sobre os habitantes da região nomeados pelos europeus de índios. Assim, o autor faz uso de explicação econômica para justificar a escravização de trabalhadores no Brasil. Porém, tal estratégia não foi suficiente para superação das demandas econômicas do território americano. Segundo o redator:

Os pobres índios, que povoavam o Brasil, escravizados e atormentados pelos exploradores de ouro, internavam-se, já tão dizimados, que o padre Antônio Vieira calcula em dois milhões o número de vítimas exterminadas no período de 1615 a 1652 (37 anos) a insaciável cobiça desses aventureiros (*PACOTILHA*, 1884, p. 02).

O *índio* é representado enquanto incapaz de atender às necessidades iminentes ao empreendimento colonial, sendo exposto como vítima deste, sendo que a situação de explorado e dizimado pelo ímpeto dos dominadores do território no contexto da época foi representada pelo conferencista (*PACOTILHA*, 1884, p. 02). Frente a tais dificuldades, o tráfico de indivíduos do continente africano mostrou-se adequado à situação. O conferencista determina que a origem do tráfico de africanos remonta à primeira invasão portuguesa na Guiné em 1534 (*PACOTILHA*, 1884, p. 02). O responsável pela missão, Alonso Gonçalves ao fazer prisioneiros, resolveu vendê-los aos *hespanhoes*, iniciando assim as atividades de tráfico de mão de obra escravizada para a América.

Ao bispo de Chiape, reverendo Las Casas²⁵, é dada pelo texto a alcunha de *primeiro grande legitimador deste processo* ao estabelecer a ideia de que a escravidão de indivíduos negros poderia ser usada não apenas em sentido econômico, como também religioso e moral, uma vez que por meio da ação de escravização dos cativos, estes poderiam ser evangelizados (*PACOTILHA*, 1884, p. 02).

A partir de então, o palestrante descreve o quanto o tráfico de mão de obra negra cresceu a ponto de tornar-se uma realidade ao longo de vastas regiões. Entretanto, esta atividade, representa o orador, incitou grande violência moral e física na sociedade. São mencionados os flagelos vividos pelos alvos do escravismo: os cativos são representados como vítimas de ações brutais capazes de chocarem, suscitando, desta forma, pavor aos que observam tais atos praticados na *infância christianismo* (*PACOTILHA*, 1884, p. 02). Ao utilizar este termo, o articulista demonstra defender que a escravidão é incompatível com as formas representacionais de sua atualidade em termos religiosos. Logo, o texto dialoga com visões religiosas que, de alguma forma, ainda se adequavam ao escravismo, confrontando-as.

É relatado que em 1826 o Império Inglês obteve grande passo para desmonte desta atividade ao atentar junto ao Brasil acordo para visita recíproca de navios por parte de ambas as nações no sentido de evitar o tráfico de mão de obra escravizada advinda da África. Mamigonian e Gallotti (2018, p. 285) indicam tratar-se o ano de 1826, data referente ao

²⁵ Bartolomeu De Las Casas, cronista, filósofo e teólogo, frade espanhol dominicano considerado o primeiro sacerdote ordenado a chegar em solo americano, região do México, notabilizado por seus escritos a respeito da população ameríndia (SANTOS, 2012).

tratado Anglo-Brasileiro²⁶. Esta atitude gerou críticas à Inglaterra por parte dos brasileiros, críticas de forte teor segundo o articulista.

É preciso notar que este discurso altera os referenciais utilizados acerca da análise do direito de propriedade, já que desloca a observação para a relação dos africanos com a liberdade de seu próprio corpo e não apenas parte da relação do senhor para com seu cativo visto como mercadoria. O próprio mercado é aqui percebido como atentado à liberdade e propriedade dos africanos.

Na edição de número 133 de 1884, é publicada na seção *transcrição* a continuação do discurso em análise. O autor procura conceituar a Lei de 1831 e estabelece que a Lei de 7 de novembro de 1831 não continha uma medida transitória: “sua principal disposição era de aplicação permanente, porque garantia a liberdade de todos os africanos, que depois da promulgação dela aportasse as plagas brasileiras” (*PACOTILHA*, 1884, p. 02).

A partir de então estaria colocado como ilegítimo o tráfico de africanos pela ordem legal e também moral, pois este código surge de processos desencadeados pela própria necessidade do povo brasileiro em afastar-se desta ação, como descrimina o orador. O texto dialoga com posições que atribuem o direito de propriedade à fonte legitimadora do ato de escravizar. Por isso, o direito à propriedade e à moralidade estendia-se a todos, até mesmo os africanos teriam tal direito. Sendo assim, como pretender-se que a introdução clandestina e criminosa confira direitos ao contrabandista e àquele que ciente e comprava um “desgraçado”, sabendo que, por força de lei, era um homem livre? Explica o texto:

Senhores, onde quer que virdes no captiveiro, um desses prisioneiros importados depois de sete de novembro de 1831, vereis por detrás dele desenhar-se o vulto repulsivo de um ladrão, que lhe vendeu a liberdade, e o de um cumprisse que comprando-a, animou o crime e estimulou e reincidência. (*PACOTILHA*, 1884, p. 02)

Depois de exaltar a ação política de Euzébio de Queiroz e Nabuco de Araújo, o texto frisa que formas de punição aos indivíduos que transgredirem a lei realizando tráfico de africanos foram estabelecidas por meio da Lei de 4 de setembro de 1850 e do Decreto de julho de 1854. Segundo a Lei de 4 de setembro de 1850:

Art, 1 “As embarcações brasileiras, encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação é proibida pela Lei de 7 de setembro de 1831, serão apreendidas” [...]

²⁶ Trado por meio do qual o império brasileiro comprometeu-se junto a Inglaterra em empreender medidas para impedir o tráfico de trabalhadores escravizados.

Art. 4 “A importação de escravos no território do império fica nelle considerado pirataria, e será punido com as penas declaradas no artigo 2 da lei de 7 de setembro de 1831. (BRASIL, 1850)

Porém, o conferencista chama atenção para discursos que veem a Lei de 1831 como código ultrapassado. O texto entende ser esta lei intransitória fixa, estabelecendo não apenas o fim do tráfico humano, mas colocando em condição de liberto todos os africanos submetidos ao tráfico de mão de obra. Além disto, não haveria outro código que impusesse disposições legais que contrariassem a Lei de 1831. Pelo contrário, a Lei de 4 de setembro de 1850 a regulamentou e reafirmou sua abrangência. A origem de tal contestação seria a Lei de 28 de setembro, que instituía regras para matrícula de escravos²⁷. Segundo este código, os senhores não precisariam apresentar documentos que comprovassem a origem do escravo, permitindo assim, mesmo que indiretamente, o tráfico de africanos. Contesta o articulista que era sabido de todos que a ação de tráfico era repelida pelas leis brasileiras, não havendo necessidade de posterior menção em códigos subsequentes.

O jornal *Pacotilha* demonstra posição ambígua para com a Lei de 28 de setembro, por meio de publicações de críticas a este texto e em outras ocasiões coloca-o como importante no processo de esfacelamento da escravidão. Por exemplo, na edição de nº. 96 do ano de 1885, é publicado texto de transcrição de resposta ao trono de discurso, empreendido pelo senhor Silveira Martins, em sessão presidida pelo Senador Senhor Barão de Cotegipe, no dia 8 de abril (*PACOTILHA*, 1885, p. 02).

Na transcrição a Lei de 28 de setembro, é colocada como incompleta, pois não estabelece prazos claros para suas determinações, gerando interpretações conflitantes acerca de questões como a liberdade dos sexagenários e dos ingênuos.

Na edição de nº. 123 do ano de 1885, no tópico *Transcrição*, é divulgado texto a respeito de estudo realizado pelo Centro Abolicionista da Escola Polytechnica, no qual a lei de 28 de setembro de 1871 é analisada junto a outros códigos sobre o assunto. O ideário do periódico *Pacotilha* em promover a imediata libertação dos cativos de pele negra norteia as publicações. Neste sentido, no texto é relatado que:

Foi lei de transcao a de 28 de setembro de 1871, libertando os nascituros e deixando no cativoiro os pais e mães, mandando aceirar para as matriculas, sem exame, as relações de escravos que os senhores apresentassem sendo alias notório que imenso número, talvez maioria dos então existentes, não tinham contra si, como os anteriores, a tolerância da lei escripta. (*PACOTILHA*, 1885, p. 02)

²⁷ Trata-se da Lei de 28 de setembro de 1871, estatuto jurídico que analisaremos posteriormente.

Para o *Pacotilha*, interpretações da Lei de 1831 que tinham por objetivo limitar a eficácia desta formaram a base da investidura da Lei 1871. Finalizando o discurso referente à fala conferencista Dr. Busch Vallera, na edição de nº. 135, do ano de 1884, é endossada a importância da Lei de 1831 “*como o primeiro grande passo realizado pela nação em direção a extinção da escravidão*” [...] (PACOTILHA 1884, p. 02), em oposição à Lei de 1871. Com base na Lei de 1831, o *Pacotilha* representa a condição de liberto como nível alcançável independente da vontade do escravizador desde a primeira metade do oitocentos.

3.3 A LEI RIO BRANCO E A LIBERDADE ASSISTIDA

A Lei Rio Branco passou a fazer parte do ordenamento jurídico brasileiro em 28 de setembro de 1871, promulgada pela Princesa Imperial Regente Isabel. Este estatuto regia que todos os filhos de mulheres escravizadas nascidas a partir da data de promulgação desta lei estariam libertos, ou seja, não mais estariam sob as determinações de qualquer regimento que os colocasse em situação de submissão a um senhor. Mendonça (2018, p. 277–284) indica que se tratou de código que possibilitou materialmente o estado de liberdade sem necessidade de convivência dos escravizadores. Em seu artigo primeiro, as disposições são claras e indicam que “*os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre*” (BRASIL, 1871).

Este código traz em si uma série de inovações referentes à forma como era desenvolvida a relação entre sujeitos subjugados e senhores, sendo que, pela primeira vez dentro do arcabouço legal, ataca diretamente e sem nuances a vinculação senhor-escravo, possibilitando não apenas a liberdade do cativo independente da vontade do senhor, como também vislumbrando a inexistência desta relação. Ramos (2008), ao observar este tema, entende que este código é o primeiro a estabelecer possível extinção temporal da escravização de trabalhadores negros. A escravidão, a partir de então, estava com o caminho traçado rumo ao fim não apenas em termos de aceitação política ou social, mas também em termos legais.

A delineação deste código foi apresentada inicialmente pelo senador Nabuco de Araújo em uma sessão destinada à apreciação de itens orçamentários em 1870, um ano mais tarde, reformulada pelo senador Visconde do Rio Branco, foi apresentada em sessão pelo mesmo, ocasião em que o projeto obteve aprovação e sanção legislativa por parte das disposições regenciais do trono brasileiro, relata Mendonça (2018, p. 277-284).

Cabe destacar ainda que o ambiente em que se deu esta aprovação constituía-se de forte comoção e ânimos acirrados. Proposituras que de alguma forma causassem modificações no regime de trabalho vigente, em geral, causavam animosidades e polêmicas: tanto opositores quanto grupos e pessoas favoráveis ao fim do trabalho escravo legalizado manifestavam-se por meio de documentos de representação enviados ao Senado e a órgãos de imprensa.

No Maranhão, este clima de animosidade fez-se presente, inserindo-se ainda a Província maranhense de forma significativa nesse contexto, pois o espaço maranhense enquanto território extremamente dependente da agricultura praticada via trabalho cativo e sendo também uma das principais províncias de onde se obtinha indivíduos escravizados para o tráfico interprovincial de mão de obra cativa tinha grande propensão em sofrer impactos causados por mudanças na legislação de controle do trabalho, como discrimina Andrade (2017). Este mesmo autor relata que, no Estado maranhense, as camadas dirigentes já entendiam, de maneira mais intensa, que a escravidão findava desde a implantação da Lei Eusébio de Queiroz:

Os proprietários maranhenses, como todos aqueles que dependiam da mão de obra escravizada em suas fazendas, já sabiam que o fim da escravidão se aproximava, em decorrência da Lei de 1850, que determinou o fim ao tráfico legal de africanos para as terras brasileiras (ANDRADE, 2017, p. 46).

No periódico *Diário do Maranhão*, veículo de imprensa ligado a grupos empresariais voltados para o agronegócio de exportação e que publicava para todo o território maranhense em período posterior próximo da implementação da Lei Rio Branco, é possível perceber nos textos o quanto a recepção deste código causou intenso debate social. Na edição deste veículo do dia 12 de maio de 1874, terça-feira, no tópico *Secção Geral*, em texto intitulado *Scena da Escravidão*, atribuído ao pseudônimo Um Lavrador, é discutido o teor da Lei Rio Branco e seus desdobramentos; em um fragmento do texto, é realizada uma síntese da orientação do jornal acerca do tema:

Embora a Lei do Ventre Livre fosse sabiamente dictada, procurasse com acertadas providencias não só extinguir suavemente a escravatura no Brazil, como tornar menos agra a condição do escravo, que já pode ter aspirações e vontades, e lhe dá o direito de se redimir do captiveiro, deixou, com tudo abertas ao abuso, e a repetirem se scenas e violências que repugam a um paiz, clássico da liberdade – como soe ser o Imperio do Brazil. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, p. 01)

Nota-se neste trecho que a recepção deste código aparentemente oscilou entre uma atitude de reconhecimento em face dos interesses de setores das classes dominantes em promover uma passagem lenta e gradual do trabalho servil para formas de atividade remunerada e uma visão de que esta lei ainda não é capaz de sanar os problemas inerentes a condição dos indivíduos subjugados. Quando se observa a completude do texto, estas contradições tornam-se mais detalhadas.

No início o autor estabelece uma espécie de remissão ou salvo-conduto para seu tempo e geração, indica que em épocas passadas as práticas que envolviam a relação escravizada e senhor eram mais severas, desumanas, e cita um exemplo específico. Segundo o autor, em tempos não tão remotos, quando um cativo assassinava seu senhor tinha-se um ato de extrema violência punível da forma mais severa. Como no tempo do texto assim o era, porém, no tempo passado idealizado pelo autor o assassinato de um escravo era um fato meramente condenável, sem muita repercussão, o que não se constituía uma verdade em seu tempo.

Ao iniciar sua análise acerca da lei em questão, afirma ser esta uma evolução, “*um grande passo dado no caminho da extinção da escravatura*”, colocando, desta maneira, este estatuto como importante propiciador do processo em curso de destituição da atividade servil (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, p. 01). Um ponto destacado foi a capacidade desta lei em promover o andamento ou progresso da extinção do “elemento servil” sem propiciar cisões traumáticas para a sociedade. Para o autor, “*ella vai produzindo salutareos efeitos sem que se verificassem os actos que enchiam pânico e terrores infundados a muitos daqueles a quem as conquistas do progresso assustam*” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, p. 01). Após estas averbações, é indicada a necessidade destas reformas que, para o texto, são imprescindíveis para o “*desenvolvimento e as aspirações das sociedades modernas*”. Logo, a escravidão estabelecia-se como impedimento à ascensão da sociedade brasileira ao grau de modernidade desejada (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, p. 01).

Prosseguindo na escrita, o autor reclama do quanto o tráfico negreiro acabava formalizando atitudes não civilizadas; indicava que “*a avidez do ganho cega os homens, e ante o lucro abafam-se todos os sentimentos generosos*” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, p. 01). Ademais, as práticas oriundas do tráfico de indivíduos escravizados embruteciam as relações e, mesmo proibido por força de lei, segundo o autor, continuava. Ao aprofundar-se na descrição da brutalidade desta prática, o texto representa que:

Qual será aquele que possuindo um coração sensível se lhe não confranja ao presenciar esses espetáculos que se dão pela cidade e no embarque, dos dias das partidas de vapores para os sul.

Quantas dores, quantos desgostos se não tragam, quantas lágrimas amargas se não vertem nestes e nos subsequentes dias.

Lágrimas sem valor para sensibilizar: ellas são de uma escrava que lastima a filha ou o filho querido que lhe arrancaram dos braços e que o prendem muitas vezes sem outro crime, que não seja o querer continuar o trabalho penoso do captiveiro, mas, junto d'aquela que lhe deu o ser, ou pelo menos na mesma província em que ella habita (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, p. 01)

Pela análise apresentada, a presença de indivíduos em regime de escravidão era algo prejudicial à economia, pois escravos não consomem, não compram, não vendem, não propiciam atividades capazes de ensejar movimento às atividades de produção de capital. Além disto, a análise indica que a ausência destes indivíduos cativos transladados para o Sul do País precarizava ainda mais a produção da província. A inércia dos produtores também é criticada, atribuindo-se a esta a causa da insensibilidade aos problemas do Maranhão, pois a maioria nem presente na província estava. Porém, em termos de tráfico interprovincial (SCHEFFER, 2006), ao observar a situação em Santa Catarina, entende que as críticas eram menores em relação à atividade, quando na primeira metade do século XIX, os traficantes interprovinciais não possuíam arramas legais e contavam com a indiferença de grande parte dos aparatos institucionais. Situação diferente ocorreu em terras maranhenses, que, como polo originário do processo de tráfico de mão de obra, impeliu maior intensidade às críticas por parte das forças abolicionistas ao comércio em questão.

Finalizando o texto, o redator opina que a Lei do Ventre livre falhou ao não disponibilizar mecanismos que possibilitassem a localização de cada indivíduo cativo em cada província, colocando fim ao tráfico interprovincial de cativos representados como “*comércio de carne humana*” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, p. 01). Como forma de solução a este problema, é indicada à criação de um imposto sobre a saída de escravizados da província, inibindo, desta maneira, o comércio interprovincial.

O explicitado, como parte final e conclusiva do texto, expõe um diálogo direto com discursos e representações presentes na própria gênese da Lei Rio Branco. Este código atendeu a interesses conservadores que exigiam uma passagem lenta e não traumática para o estágio de uma economia baseada no trabalho livre. Devido a tais interesses, o texto jurisdicional traz um conjunto de conceitos que formalizam o estado do negro, mesmo em face de uma possível mudança de subjugado para liberto, como sujeito previamente assentado sob as mesmas características imanescentes de sua condição de escravizado.

Em seu parágrafo primeiro, é nítido o intento de dar continuidade ao nível de exploração senhorial, estabelecendo que os filhos de mulheres escravizadas permanecessem sob a tutela do senhor da mãe escravizada ou seriam dados ao Estado, que os utilizaria segundo seus interesses; ao ingênuo, restaria trabalhar para o senhor de sua mãe até determinado período em que obtivesse a condição de liberto, estendendo-se o intervalo temporal de exploração do trabalho em condições análogas juridicamente e materialmente ao cativo no período de menoridade do ingênuo.

Em seu artigo oitavo, a Lei Rio Branco estabelece que o Estado promoverá mecanismo de matrícula para todos os escravos residentes no território do Império, matrícula esta produtora de dados a respeito do nome, filiação, sexo e possível aptidão para uma atividade específica de trabalho. Nota-se que, diferente do indicado pelo texto publicado na edição de 12 de maio de 1874 do periódico *Diário do Maranhão*, este código oferece determinações no sentido de especificar as condições dos trabalhadores cativos. No parágrafo primeiro deste artigo, é estipulado que o prazo e encerramento da matrícula seriam expostos com “*antecedência e em editais repetidos*”, mostrando preocupação do legislador em tornar o procedimento conhecido da população em geral (BRASIL, 1871).

O código também delimitava punições para os proprietários de mão de obra cativa que não atentassem para a matrícula, colocando multas sobre este tipo de infração e tipificações previstas no código criminal em seu artigo 179 (BRASIL, 1871).

No Periódico *Pacotilha*, é possível encontrarmos uma série de publicações acerca do relaxamento deste tipo de punição, tal ocorrência é indicativo que, os aparatos administrativos governamentais possuíam instâncias minimamente ativas na fiscalização da lei. Por outro viés, é sintomática de falhas a presença de publicações que indicavam relaxamento das punições. Como exemplo destas publicações, cita-se texto explicitado na edição 58 de 1883 no periódico *Pacotilha*, coluna *Despachos / Secretaria da Presidencia*, no qual é indicado que a senhora Belmira Alcina Martins pediu relevação de multa no valor de 100\$000 reis por ter deixado de realizar matrícula de “diversos ingênuos filhos de escravas suas”, sendo a punição relevada (PACOTILHA, 1883, p. 03). É possível que o redator tenha se equivocado na transposição da decisão, porém, é observável em comparação com a letra da lei que o valor da infração gerou o menor valor e, mesmo sendo a proprietária detentora de vários ingênuos, não houve repetição da multa além de um ilícito, segundo descreve o texto.

Outro tipo de anúncio encontrado no periódico *Pacotilha* é referente às determinações da Lei do Ventre Livre, que são chamadas realizadas pela Junta de Classificação de Escravos. Este órgão era mencionado no jornal em análise, por meio de

publicações de chamadas para reunião ou informativos endereçados aos proprietários para que estes realizassem reuniões de discussão a respeito dos trâmites, para promover a condição de libertos os subjugados, segundo determinação da lei.

Em publicação descrita na edição 327 de 1884 do periódico *Pacotilha*, observa-se comunicado de criação da Junta de Classificação de Escravos da Capital e da Villa de Paço do Luminar, tendo como presidente o Dr. Manoel da Silva Sardinha, José João de Mattos Junior como promotor público interino e Avelino Galvão como escrivão; assim, são convocados os “senhores de escravos dos mesmos municípios a apresentarem suas propostas, afim de serem tomadas em consideração, como determina a lei” (*PACOTILHA*, 1884, p. 01)

A instituição destas juntas de classificação de escravos adequa-se ao artigo terceiro da Lei Rio Branco, que instaurou a libertação de quantos cativos possíveis segundo recursos do fundo pecuniário para emancipação. No informe do *Pacotilha*, é descrito que a junta teria se reunido para análise dos escravos, que deveriam ser libertos pelos recursos do fundo de emancipação.

As representações presentes no jornal *Pacotilha* inerentes à Lei do Ventre Livre apontam para o entendimento de ser este um código incapaz de suprir as necessidades de maior controle do “elemento servil”. As múltiplas vozes presentes no periódico indicam ser necessários avanços no sentido de destituir o trabalho escravo legalizado sem, contudo, modificar as estruturas de controle e exploração dos corpos de pele negra.

Desta forma, mediante a constatação de que em termos de cenário jurídico e político o problema do “elemento servil” encontrava-se distante de uma solução parcial para as camadas dirigentes da população, as propostas para um estatuto jurídico mais adequado às demandas continuaram, porém, o termo ou conceito de liberto ganhava novas dimensões, ultrapassando a relação, em certas disposições, senhor-escravo, admitindo a condição de livre por intermédio de estatuto jurídico independente de origem territorial do possível cativo ou vontade do proprietário do sujeito passível da condição de mercadoria.

3.4 A LEI DO SEXAGENÁRIO E O TERMO *LIBERTO*

No Periódico em análise existia uma preocupação presente com a possível transição do trabalho escravo para atividades remuneradas. Temas como controle da população de pele negra, matrícula de indivíduos escravizados e formas de recuperação econômicas eram recorrentes. No entanto, a disposição das camadas dirigentes em manter conhecimento e controle da população de pele negra, desejo este nutrido, segundo Catoia (2018, p. 259-278)

desde tempos coloniais, continuou forte, materializando-se nas disposições jurídicas viabilizadas pelo poder legislativo do império.

Em termos de movimentos abolicionistas, esclarece Mendonça (2018, p. 282), as atuações eram no sentido de intensificar as lutas e buscar maior formalização de medidas para viabilização do fim das instituições escravistas. Foi no âmbito das lutas abolicionistas que foi promulgada a Lei de 28 de setembro de 1885, conhecida como Lei do Sexagenário ou Lei Saraiva-Cotegipe, código jurídico número 3270.

Está lei incidia, principalmente, sobre o estado de liberdade em relação aos sujeitos escravizados que possuíam idade superior a 60 anos. A partir dos 60 anos de idade, aqueles sobre os quais incidia o trabalho compulsório estariam livres de tais obrigações atingindo, desta forma, a condição de libertos, segundo indica Mallerba (1999, p. 131).

Esta lei buscou sanar os anseios a respeito da capacidade estatal em manter o controle da população de pele negra, mediante as dificuldades, em alocar-se uma comunidade cada vez maior de ex-escravizados em um contexto de mudanças nas relações de trabalho. Em seus artigos, nota-se a centralidade no corpo do texto das questões sobre as matrículas, e o diálogo que o código jurídico traz é imanente ao ambiente político em que é gerado. Desta forma, ao tratar do tema, Catoia estabelece que estatuto jurídico, assim como seus antecessores:

[...] não visava liberar aos poucos os escravizados, mas antes possibilitar que as elites brancas construíssem o novo caráter racial do país. A Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, inserida no conjunto de normas que buscava orientar o processo de abolição, não tinha como objetivo único encaminhar a extinção da escravidão; ao contrário, essa lei, de forma bastante marcante, buscou delimitar e compor as relações sociais na sociedade livre. Dessa forma, parte significativa da referida lei se relacionava às relações entre os libertos e ex-senhores (CATOIA, 2018, p. 266)

O texto desta lei determina que: “Procederia em todo o império a nova matrícula dos escravos, com declaração do nome, nacionalidade, sexo, filiação, se conhecida, ocupação ou serviço em que for empregado, idade e valor calculado conforma tabela do & 3” (BRASIL, 1885). Entretanto, segundo o parágrafo quinto do artigo primeiro, mesmo o “‘escravo’ de idade igual ou superior a 60 anos não sendo obrigado a matricular-se, estaria sujeito à inscrição em arrolamento especial” (BRASIL, 1885). O estado de liberto não se constituía em estágio de não vigília por parte das autoridades.

No artigo terceiro, parágrafo quarto, é instaurado incentivo à intensificação da passagem do trabalho escravo legalizado para atividades com remuneração pecuniária. Os senhores donos de estabelecimento agrícola que desejassem inserir seu negócio via auxílio do

governo para emancipação, ao obter tais vantagens, estariam obrigados a adequar as relações de trabalho impreterivelmente às formas de trabalho livre.

Assim como os demais códigos que tratam do assunto, a Lei Saraiva-Cotegipe estabelece que os “escravos” não matriculados por seus proprietários em tempo hábil e segundo as normas delimitadas estariam libertos de acordo com o que indica o artigo primeiro, parágrafo sétimo desta lei: “Serão considerados libertos, os escravos que no prazo marcado não tiverem sido dados à matrícula, e esta cláusula será expressa e integralmente declarada nos editais e nos anúncios pela imprensa” (BRASIL, 1885).

Porém, tal rigidez é indicativo, antes, da necessidade em viabilizar formas de controle através de adequadas informações da população de pele negra, mais que o vislumbre em dar a esta população a condição de liberdade. No artigo segundo desta lei é apresentada as determinantes para formalização do fundo de emancipação, assim como na Lei Rio Branco, este fundo tem por objetivo a compra em específico de “escravos” para libertação gradual da população de pele negra. As formas de custeio do fundo pecuniário de emancipação advêm de recursos previstos na própria lei segundo ressalta Mendonça (2018, p. 283).

A Lei do Sexagenário constitui-se no resultado da convergência das forças oriundas de representações imanentes da necessidade e da transição do trabalho cativo para as formas de atividade, por intermédio de compensação pecuniária sem, contudo, haver mobilização popular ou grandes movimentos de contestação das classes menos abastadas. Tal processo objetivava ocorrer em ritmo contido e sem grandes fraturas, impedindo o pânico e as grandes perturbações sociais. [...] “a capacidade mobilizadora do movimento abolicionista não afetou a estratégia da cúpula dirigente, e a reforma aprovada em 1885 continuou seguindo a linha de ação iniciada em 1871, a da emancipação gradual e controlada do processo de abolição” [...], assevera (NASCIMENTO, 2012, p. 57).

Este intento surge nas páginas do impresso *Pacotilha*, por intermédio da delimitação do espaço, realizada nos textos jornalísticos, nos quais os debates a respeito da matrícula dos indivíduos cativos deveriam gerar normas aceitas, não apenas em âmbito jurídico, mas em parâmetro ético, tradutor de ordem racional, necessária e comum ao ordenado lógico das mais diferentes posições sociais. Este espaço configura as instâncias de poder estatal, lugar de domínio das camadas superiores do ponto de visualização econômico, lugar adequado para uma transição pacífica e incapaz de ameaçar ou prejudicar a ordem econômica e política vigente.

A delimitação dos espaços vistos como adequados pelas camadas dirigentes a análise das questões referentes à liberdade dos escravizados traduziu-se no jornal *Pacotilha* por meio

do incessante trabalho que se materializou na publicação de textos que logravam ao Poder Legislativo e as instâncias do Judiciário a capacidade de ditar o caminho em direção ao fim da escravidão legalizada. Como exemplo, é possível citarmos a publicação contida na coluna *Pacotilha*, texto intitulado *A questão do dia*, no qual é tratado assunto referente à liberdade dos escravizados por meio de erros no processo de matrícula, e cita o informe que após finalização da data para matrícula sucederam-se confrontos entre a polícia e escravizadores devidos a várias questões, que poderiam dar liberdade aos cativos, dentre estas, a matrícula do escravizado feito em local diferente de onde vivia o cativo; para o redator Victor Lobato, deveria o escravo obter liberdade, devida à matrícula falha realizada pelo escravizador, entretanto, indica que [...] “tratava-se da existência ou não de um direito a liberdade; ninguém mais no caso de decidi-lo do que o poder judiciário” (*PACOTILHA*, 1887, p. 03).

Diante da continuidade dos problemas inerentes às instituições escravistas, o *Pacotilha* adotou tom crítico à Lei do Sexagenário. Na edição de número de 239 de 1885 do periódico *Pacotilha*, foi publicada transcrição do jornal *O Paiz* na seção *Topicos do Dia*, em que a Lei Saraiva-Cotegipe é apresentada e analisada em tom jocoso e negativo. Tal estilo enseja o que Mendonça (2018, p. 283) estabelece ao relatar que a Lei de 1885 “foi interpretada pelos abolicionistas como uma medida retrógada”, “Um balde de água fria na fervura” [...].

O redator do texto mostra descontentamento com o novo código jurídico, avaliando este como tímido e incapaz de fazer cessar as necessidades que o mundo do trabalho apresentava naquele momento. A lei foi considerada um retrocesso. Logo no início do texto, o articulador expõe comparações e signos referentes a analogias de promulgação da Lei Rio Branco e da Lei Saraiva- Cotegipe, estabelecendo o quão falho, em sua visão, foi o conjunto de medidas viabilizadas pelo código dos sexagenários. O texto dialoga incessantemente com as representações conservadoras de grupos da classe economicamente abastada, relatando que “Os estadistas conservadores que inauguraram o clube glorificador do dia 28 de setembro vão dissolvê-lo com toda a solenidade” [...] (*PACOTILHA*, 1885, p. 03).

A crítica é direcionada aos conservadores, que, ao viabilizarem a Lei do Ventre Livre, retrocediam ao apoiarem a Lei do Sexagenário. O redator, ao tratar da Lei do Sexagenário, indica que: ‘As críticas figuram intensamente atribuindo as tabelas de alíquota de imposto para negócios envolvendo indivíduos escravizados ou para medidas emancipadoras como matriz de preços de mercadoria humana, colocando, este código como absolutamente imoral’ (*PACOTILHA*, 1885, p. 03).

Na edição de número 290 do ano de 1885, na sessão *tópicos do dia*, em transcrição feita junto ao jornal *O Paiz*, o tom jocoso em relação a este regulamento continua como estratégia de exposição e opinião, e, novamente são feitas comparações entre a Lei Rio Branco e a Lei Saraiva-Cotegipe (*PACOTILHA*, 1885, p. 03). Este parece ser outro mecanismo utilizado pelo periódico para mostrar ao leitor que desde o regulamento que cria a condição de liberto para os nascituros de mulheres escravizados, a partir da data de promulgação da Lei do Sexagenário, poucos foram os avanços, e o novo código tornar-se-ia o desfecho da ingerência e morosidade do governo imperial mediante a urgência, defendida pelo periódico *Pacotilha*, da abolição do trabalho escravo.

O principal problema apresentado na sessão *tópicos do dia* da edição número 290 é o regulamento de matrícula dos “escravos” estabelecido por intermédio da Lei 3217, no que tange à documentação dos indivíduos menores de 65 anos de idade. O texto chama atenção para a falta de mecanismos que possibilitem ao poder estatal correta aplicação da lei e fiscalização das normas vigentes. Mas, nesta publicação, ganham destaque dois itens importantes na formulação de uma crítica mais ampla por parte do periódico ao modelo de ação do império para promoção da abolição do trabalho escravo: o primeiro diz respeito à figura do próprio imperador, que remete a uma personificação do governo.

Assim, o foco da ação de crítica e possível diálogo do texto não se assentam mais na análise de conjuntura política ou ética, sendo que o inimigo responsável pela continuação do regime de trabalho escravista, responsável por uma série de fenômenos fomentadores da decadência econômica e moral, tem rosto e personalidade, sendo este o próprio imperador e seus ministros; o segundo diz respeito ao conceito de *liberdade*, estendido a todos os indivíduos. Este conceito é representado como obrigação primeira, base para as ações de caráter estatal, não havendo possibilidade de formalizar um regime político autêntico sem que este não tivesse como alicerce a liberdade de todos os presentes em seu território.

No transcorrer do texto, a questão da inabilidade do governo em promover correta fiscalização é recorrente. O redator chega a afirmar que com a não exigência das informações de matrícula, segundo os itens presentes na documentação proposta pela Lei anterior, a verdade não mais existiria. A prova testemunhal, presente no novo regulamento, seria base para corrupção e fomento para atos de exteriorização do sistema.

O autor do texto também indica que o nome dos senhores de “escravos” passa por possibilidades de alteração: “tais relações trazem os dizeres necessários é, para melhor exemplificar, o regulamento inventa nomes de senhores é de escravos que devem enchê-lo” (*PACOTILHA*, 1885, p. 03). A condição de liberto encontrava em seu estabelecimento

barreiras oriundas não apenas dos critérios jurídicos, mas também das condições inadequadas de fiscalização das normas jurídicas aliadas a práticas de corrupção do sistema.

Na edição de nº. 240 do mesmo ano, o periódico *Pacotilha* manifestava grande discordância em relação às ações do ministro Cotegipe (*PACOTILHA*, 1885, p. 02). Acusado de impedir o avanço do processo abolicionista, o Barão de Cotegipe tornou-se alvo de intensas críticas. Na seção *Topicos do Dia* desta edição, o Barão é representado como alguém cujas ações no cenário político constituem-se como práticas sem responsabilidade para com a gravidade do contexto.

No início do texto, Cotegipe é adjetivado enquanto político que perdeu a estima ou o cuidado tanto para com seus correligionários quanto para com seus inimigos políticos. Como forma de contextualização da crítica, o redator faz uso de comparações com signos de teor jocoso, compara o novo regulamento estabelecido pelo barão como uma espécie de refeição preparada com autorização do imperador. Esta refeição seria um prato cujos ingredientes não deveriam se unir; logo, se trata de uma refeição capaz de gerar grande dificuldade médica a quem dela fizesse uso.

O diálogo estabelecido pelo periódico *Pacotilha* via publicações sobre a Lei Saraiva-Cotegipe torna-se intenso ao mesmo passo em que há o agravamento do debate junto a parcelas das classes dominantes contrárias ao fim do regime de trabalho compulsório, a respeito da imediata libertação dos trabalhadores de pele negra. As críticas às tabelas de preço de transações econômicas cujo produto tem trabalhadores de pele negra, o foco nas figuras políticas de atuação na promulgação deste código, o tom jocoso das publicações e a utilização de metáforas constituíram os principais mecanismos de formulação dos textos publicados. Desta forma, o conceito de liberto, presente nas críticas à Lei do Sexagenário e aos regulamentos dela oriundas, formalizaram-se segundo contornos materializados pela incapacidade desta Lei em permitir o exercício do Estado Imperial em promover a liberdade necessária aos indivíduos sob a égide do Império, associando tal liberdade aos interesses das camadas detentoras dos meios de produção.

CAPÍTULO 4

AS REPRESENTAÇÕES DOS LIBERTOS

O *Pacotilha*, por meio de seus articulistas, não se furtou em analisar o processo de esfacelamento jurídico da escravidão em terras brasileiras, com a implementação da Lei de 13 de maio, este jornal continuo a tratar da condição das formas de produção de riqueza frente a posição social dos trabalhos pobres e de pele negra. O termo liberto continuou a figurar no periódico em destaque como conceito capaz de qualificar parcela da população que alcançou igualdade jurídica no 13 de maio. Assim, averiguaremos, neste capítulo, as formas como o conceito de liberto foi desenvolvido no *Pacotilha* mediante o ambiente político e social do imediato pós-abolição maranhense.

4.1 A LEI ÁUREA E A FESTA PELOS NOVOS LIBERTOS

A Lei de 13 de maio de 1888 teve tramitação em termos burocráticos administrativos rápidos. Em tempo inferior a uma semana, todo o processo de formulação deste estatuto jurídico foi implementado. O projeto de lei tendo por conteúdo a proposta de proibição da escravidão no Brasil foi enviado ao parlamento no dia 8 de maio de 1888 por meio do ministro da agricultura do governo imperial, Rodrigo Augusto da Silva, iniciando assim o trâmite do texto na Câmara dos Deputados. No dia 10 de maio do mesmo ano, o projeto de lei é aprovado na Câmara dos Deputados, e no dia 13 do mesmo mês recebe aprovação no Senado; apesar dos intensos debates tanto na Câmara quanto no plenário do Senado, ainda no mesmo dia o texto foi enviado à princesa regente Izabel, que sancionou o projeto transformando-o em lei vigente em todo o Império²⁸.

A sanção por parte do poder imperial era aguardada com forte entusiasmo nas mais diferentes regiões brasileiras, pois tratava-se de evento que ultrapassava as barreiras geográficas, grupais e culturais, ou seja, era um acontecimento que perpassava o tecido social importando a todos indiscriminadamente; tal estado de ebulição data de períodos anteriores e estendia-se até o momento da sanção imperial. A este respeito relata Fraga:

Até aquela data, em todas as províncias do Império, era intensa a agitação social, a indisciplina de escravizados nas fazendas, as fugas individuais e coletivas, a hostilidade de populares ao escravismo e a radicalização de setores do

²⁸ A respeito dos processos legislativos. <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/senado-e-camara-aprovaram-lei-aurea-em-5-dias>

abolicionismo. Embora o número de escravizados tenha se reduzido em função das fugas coletivas, as vésperas do 13 de maio de 1888 ainda restavam as bases institucionais, costumeiras e legais que firmavam a condição de propriedade de uns sobre outros no Brasil. (FRAGA, 2018, p. 352)

E continua detalhando como sucedeu tal dia na corte, Rio de Janeiro:

Naquele dia, a cidade do Rio de Janeiro, centro do poder do Império no Brasil, amanheceu agitada com a expectativa de que finalmente fosse votado no Senado o projeto de lei que abolia a escravidão. Desde a manhã, uma multidão ocupou as ruas centrais da cidade e postou-se em volta do edifício do Senado e do Paço Imperial. O clima era de entusiasmo e festa diante da expectativa da sessão extraordinária que decidiria a sorte de milhares de pessoas ainda submetidas ao cativeiro. Diversas bandas de música animavam os desfiles das associações abolicionistas que percorriam as ruas exibindo seus estandartes (FRAGA, 2018, p. 352)

No Maranhão, tal situação não foi diferente, pois o clima de apreensão, medo e expectativa imanava na província e permeava desde as maiores instâncias de poder político até o cotidiano dos indivíduos em termos de coletividade geral. Moraes (2000) representa a São Luís da iminência da notícia de promulgação da Lei Áurea como uma cidade em frenesi voltada para os possíveis acontecimentos em relação ao fim do trabalho compulsório legalizado. De Abrantes (1993), descrevendo personagens na área do Grajaú no período de chegada da notícia da redenção dos cativos, idealiza esta região do interior maranhense como tomada por forte comemoração dos últimos libertos em face dos acontecimentos do 13 de maio. A imprensa ludovicense, por sua vez, não se furtou em realizar ampla divulgação e cobertura dos fatos inerentes à abolição por meio da Lei Áurea.

Desta forma, as manifestações de comemoração a Lei Áurea configuram ambiente de extremo valor para análise e compreensão das formações de conceitos e rearranjo de posições e entendimentos a respeito da condição dos sujeitos de pele negra mediante o novo estado cívico que se dava em face ao fim da escravidão legalizada, sendo que o conceito de liberto e liberdade perpassa por tais questões. A este respeito, discorre Moraes (2014, p. 54) que “A festa, nesse caso, é um local de exposição social e de reivindicação de espaços para celebração de uma lei que afetaria não apenas os escravizados, mas todos os que no Império viviam”.

No periódico *Pacotilha*, a informação da promulgação da Lei Áurea foi noticiada de maneira intensa e detalhada. Na edição do dia 13 de maio de 1888, na segunda página, é estampada a frase em letras vultuosas na parte superior da lauda com a seguinte descrição: “Não há mais escravos no Brasil” (*PACOTILHA*, 1888, p. 02); na primeira coluna desta

mesma página é explicitado texto na seção *Pacotilha* intitulado *13 de maio*, sob redação de Victor Lobato, o informe tem início por meio da notícia tão esperada:

Está sancionada a lei da redenção dos escravos.
Ideia ontem e hoje fato, a abolição esta decretada, e de uma vez desaparecida a nefanda instituição servil que tanto embaraçou a marcha progressiva do brasil.
A alma nacional, presa de grande emoção, produzida pela humanitária reforma, como que passa por deslumbramentos, experimentando a maior das alegrias que a tem agitado, depois de 1822 e 1823. (*PACOTILHA*, 1888, p. 02)

O redator continua análise da notícia comparando o 13 de maio aos acontecimentos dos anos de 1822 e 1823, momentos responsáveis pela quebra do sistema colonial em termos administrativos e outorga da constituição imperial, respectivamente. O redator eleva a promulgação da Lei Áurea ao nível de data presente no panteão dos momentos decisivos para a construção da nação e da soberania brasileira. Tal entusiasmo apresentado no texto é inerente à vultuosidade que atingiu as manifestações em favor do 13 de maio. Por analogia, Fraga (2018, p. 352) cita frase cunhada por Machado de Assis cinco anos após a abolição em que este relata que o 13 de maio foi um “dia de delírio público”, único acontecimento desta natureza presenciada pelo importante poeta.

Como resultado da grandiosidade destes acontecimentos, destaca o Victor Lobato que: [...] “o resquício de classes existentes, os preconceitos de raças, e outros tantos prejuízos a que davam lugar as diferenças mantidas pela instituição servil, entre livres e escravos, tombarão esfacelados pelo nivelamento da Lei de 13 de maio” (*PACOTILHA*, 1888, p. 02). Representava o *Pacotilha* que as diferenças seriam, então, anuladas, a igualdade e isonomia eram dispostos como resultado óbvio da aplicação da nova lei, encadeamento que, segundo indica Schwarcz (2012), não atingiu as expectativas.

A expectativa do redator em termos de igualdade manifestava-se, justamente, na desigualdade em que a nascente e pretensa isonomia gerada em 13 de maio de 1888 impelia os novos detentores da condição de liberto. Existiam restrições: uma liberdade condicionada, condições estas não lembradas a todos, no texto, e, portanto, desigual, já que aos sujeitos de pele branca estas formalidades não eram, pelo autor, advertidas, porém, aos recém-libertos exclamava:

Resta aos escravos de ontem e homens livres de hoje, entrados numa vida nova, como a que lhes acaba de abrir a lei de 13 de maio, mostrem por fatos que sabem compreender os benefícios da liberdade e os deveres do cidadão, lembrando-se sempre que o trabalho nobilita a quem o cultiva e nelle procura os meios de subsistência, que o parasitismo não se concilia com a nobreza do caráter de pessoas livres, e que a ordem pública é o elemento indispensável de uma sociedade culta. (*PACOTILHA*, 1888, p. 02)

Advertia o articulista que os libertos deveriam observar o trabalho, afastarem-se do “parasitismo” e atentar para a ordem. Entretanto, Carvalho (2018, p. 158), ao analisar experiências urbanas referentes à escravidão brasileira, relata que “A classe senhorial urbana também criou hábitos próprios às sociedades escravistas, onde as residências abastadas possuíam muitos serviçais” [...], e indica que [...] “Alias, carregar qualquer coisa era atividade escrava; na cultura senhorial urbana, quem era livre só levava nas mãos, objetos de estrito uso pessoal, como um lenço ou bengala”, Carvalho (2018, p. 158); se nas cidades a força dos escravizados era indispensável, no campo, relata Pereira (2016, p. 55), os trabalhadores cativos viabilizavam a produção sendo o cotidiano destes marcados [...] “pela rigidez de suas condições de trabalho e de tratamento” [...] Pereira (2016, p. 57), a este ex-escravizado, cujo tipo desde os tempos coloniais eram identificados como “as mãos e os pés do senhor”²⁹, restava a exportação a não aderirem ao ócio.

Assim, o primeiro texto publicado pela *Pacotilha* em exaltação a Lei Áurea coloca o conceito de liberto relativo a sujeitos aos quais as dúvidas a respeito de capacidade em termo de adequação a vida livre é uma constante. Se admoestações aos libertos marcavam o texto, a construção do elogio central, longe de perpassar pelos trabalhadores de pele negra, pousava sobre a imagem da princesa regente, começava, assim, a construção de memória acerca dos responsáveis pelo fim da escravidão. Relata o texto:

A excelsa princesa que teve a fortuna de assinar a lei de 28 de setembro, que disse á escravidão – para e fez pessoas livres os filhos da mulher escrava, completou a sua glória e cercou o seu nome das simpatias populares, assinando a nova lei, que disse a escravidão – já viveste demais e desfiro-lhe o golpe que a aniquilou (*PACOTILHA*, 1888, p. 02)

Desta maneira, o jornal *Pacotilha* passou a homenagear figuras consideradas de grande importância no processo de esfacelamento das instituições escravistas sem creditar aos libertos importância substancial ao novo estado que se iniciava no 13 de maio. Na terceira página do encadernado do dia subsequente à abolição o nome de vários políticos, personalidades, instituições e até mesmo acontecimentos estampavam-na em toda sua extensão, em letras destacadas em forma de homenagem a estes que, segundo o jornal em análise, foram os responsáveis por este desfecho (*PACOTILHA*, 1888, p. 03).

Os nomes explicitados sucessivamente, iniciando da parte superior da primeira coluna, foram: 13 de maio, Visconde do Rio Branco, cidade do Rio, Senador Candido de

²⁹Frase atribuída ao clérigo Antonio (ANTONIL, 1982).

Oliveira, Salles Torres Homem, A mocidade brasileira, Leopoldo Bulhões, Affonso Celso Junior, Senador Silveira da Motta, confederações abolicionistas, João Ramos, Carlos de Lacerda, Euzébio de Queiroz, Rodolpho Dantas, Theodureto Souto, 28 de setembro, Ferreira de Menezes, 1888, João Clapp, O Paiz da corte, Joaquim Serra, Quintino Bocaiuva, Joaquim Nabuco, Jose do Patrocínio, Senador Dantas, Ruy Barbosa, 1871, Província do Ceara, 1831, Senador Vieira da Silva, Senador Franco de Sá, Senador João Alfredo, Gabinete 6 de junho, Senador Antônio Prado, A província do Amazonas, Jose Marianno, Jose Bonifácio e Gabinete 10 de março, *Pacotilha* (1888, p. 03); após, ainda é destacado em uma só extensão da página os seguintes nomes: Senador Christiano Ottoni, Luiz Gama, José do Amaral, Ferreira de Araújo, A Província de Pernambuco, Os Abolicionistas Brasileiros, O Libertador do Ceará, A Província de S. Paulo e senador Ignácio Martins (*PACOTILHA*, 14/05/1888, p. 03). Aos libertos, frente a tantas homenagens, a invisibilidade.

As comemorações pela abolição, antes mesmo do 13 de maio, haviam tido início; é indicativo anúncio proferido pelo Club Artístico Abolicionista Maranhense esclarecendo [...] “que não promoveu nem tomou parte na passeata realizada na noite de 11 do corrente com a qual se festejou a passagem da lei extinguindo a escravidão no Brasil” (*PACOTILHA*, 1888, p. 03). Outras instituições programavam-se frente ao fato. Como analogia, cita-se a instituição de apoio à indústria, lavoura e comércio na Província, a Associação Comercial, a mesma em texto intitulado *Ao comércio e a lavoura* declara que:

[...] desejando concorrer para o estudo do melhor método a adotar-se na substituição do trabalho servil pelo trabalho livre, com aplicação a lavoura da província, já resolveu convidar todas as pessoas que se interessam pelo futuro desta terra, para uma conferência no dia 30 de maio, nos seus salões; e, para servir de estímulo, tem resolvido oferecer um prêmio de quinhentos mil réis ao autor do melhor método ou plano que for apresentado naquele sentido (*PACOTILHA*, 1888, p. 03)

Interpreta Moraes (2000) que as festas referentes ao 13 de maio não ficaram restritas às áreas centrais da cidade, pois foram comemorações esparsas que atingiram diferentes bairros de São Luís, e o jornal *Pacotilha* não fugiu a esta tônica. Várias notícias davam conta das festas e eventos comemorativos realizados em diferentes pontos da cidade. Os professores dos colégios da cidade acabaram dando “sueto por três dias aos seus alunos em regozijo a lei do elemento servil” (*PACOTILHA*, 1888, p. 03). Na igreja de N. S. das Mercês foi celebrado evento em favor da “redenção dos cativos”, sendo tal evento realizado pelos professores e alunos do seminário menor e membros das irmandades, S. Luiz de Gonzaga e Bom Jesus da Cana Verd. Fizeram-se presentes o Bispo Diocesano e o presidente da província, além de família das classes mais abastadas da província; parte do prédio do seminário foi iluminada,

fogos de artifício em larga escala foram acionados e autoridades receberam palmas dos populares (*PACOTILHA*, 1888, p. 03).

Antônio Rayol³⁰, em comemoração ao fim da escravidão, resolveu compor hino aos escravos, porém, destaca o informe que o término do trabalho compulsório legalizado seria obra da “Augusta Princesa Imperial regente” (*PACOTILHA*, 1888, p. 03). A colônia portuguesa, por sua vez, em comemoração à Lei Áurea iluminou a fachada do Hospital Português, o Gabinete Português de Literatura permaneceu três dias fechados, devido às festividades (*PACOTILHA*, 1888, p. 03).

Noticiou o *Pacotilha* que os professores, Pacífico da Cunha e M. Jansen Miller deram três dias de licença a seus alunos em favor das comemorações pela redenção dos escravizados, Pacífico da Cunha, inclusive, mandou iluminar a fachada de sua escola por três dias (*PACOTILHA*, 1888, p. 03).

No dia 14 de maio, noticiou o *Pacotilha* que foi realizada na Câmara Municipal sessão solene em comemoração ao 13 de maio. No tópico intitulado *Festas da Redenção*, o articulista do periódico relata:

Tem continuado animadíssimas as festas comemorativas da emancipação dos cativos.
Desde as 4 da tarde de ontem até horas avançadas da noite percorreram diversas ruas da cidade diferentes passeatas, dando vivas entusiásticos à abolição, aos apóstolos da liberdade, ao gabinete 10 de março e à Augusta Princesa Imperial Regente.
Logo que foi conhecida a sansão da nova lei, que era ontem mesmo esperada, da frente do escritório desta redação e de muitos outros pontos da cidade, forão soltados inúmeros foguetes, em sinal de regozijo. (*PACOTILHA*, 1888, p. 03),

Às 4 da tarde as festividades tiveram abertura com uma passeata animada pela banda do 5º batalhão de infantaria. Ao chegar em frente à casa de Henry Airlie, cônsul representante da Inglaterra em terras maranhenses, a passeata parou e rendeu graças ao diplomata, mesma atitude foi confeccionada quando o cortejo alcançou o prédio da redação do *Pacotilha*. Neste instante, o senhor Pedro Freire realizou discurso em lembrança aos esforços deste periódico em favor da implementação da Lei Áurea. Tal manifestação foi retribuída por um dos responsáveis pelo periódico *Pacotilha*, Barbosa de Godois; discursou, também, o acadêmico Dunshee Moura (*PACOTILHA*, 1888, p. 03).

Após estes acontecimentos, a passeata prosseguiu pelas ruas da capital maranhense chegando à sede do governo do Maranhão com o objetivo de aclamar o representante do gabinete 10 de março, senhor Moreira Alves, *Pacotilha* (1888, p. 03). O redator do texto

³⁰ Antonio Carlos dos Reis Rayol era musicista maranhense, nasceu em São Luís no ano de 1855, faleceu no Rio de Janeiro em 1905.

indica que depois desta passeata outras foram realizadas, sendo noticiado, ainda, que uma destas passeatas foi formada majoritariamente por libertos. Um destes cortejos, o maior segundo o *Pacotilha*, deteve-se na Rua do Sol em frente ao estabelecimento dos srs. Queiroz e C^a, onde foram ovacionados os farmacêuticos José Tavares e Bento Serra, além do acadêmico Eduardo Machado. Esta mesma passeata, ao chegar na Rua dos Afogados, em frente à escola de propriedade de Pacifico Cunha, deteve-se e discursos foram proferidos, tomou a tribuna popular os “srs. Pedro Freire e Bethencourt, tendo Pacífico da Cunha recitado poesia em homenagem à redenção dos cativos; é indicado que casas de populares iluminaram-se em comemoração (*PACOTILHA*, 1888, p. 03).

No dia 14 de maio de 1888, outra grande passeata iniciou-se às 2 da tarde, desta vez formada por funcionários públicos. Novamente, a banda do 5º Batalhão encarregou-se da animação, o cortejo foi à sede do governo maranhense para saudar o presidente da província, que acabou fechando as repartições públicas estaduais nos dias 14 e 15 do mês de março (*PACOTILHA*, 1888, p. 03).

O *Pacotilha* informou que “membros de diversas sociedades beneficentes” acabaram realizando encontro na residência do senhor Henrique Alves Pereira, na Rua de Sant’anna, para programarem festejos convidando a população em geral para tomarem lugar nestas celebrações (*PACOTILHA*, 1888, p. 03).

Portanto, a cobertura dos eventos de comemoração à promulgação da Lei Áurea realizada pelo *Pacotilha* tratou dos eventos realizados em São Luís de maneira detalhada, entretanto, elevou a condição de protagonistas do momento de comemoração de personalidades das classes abastadas. Assim, o termo liberto assumiu posição de invisibilidade ou conceito voltado para indivíduo sob suspeita de incapacidade de aderir ao estado de liberdade jurídica, cabendo aos ex-escravizadores aconselhá-los a respeito de possível vida de trabalho e digna do status de liberdade.

4.2 PASSAGEM DA ESCRAVIZAÇÃO AO TRABALHO LIVRE

Os debates a respeito de como realizar a passagem de formas de trabalho atreladas ao escravismo para maneiras de ação laboral mediante pecúnia foram intensos e ocorreram tanto no período de lutas abolicionistas como nos indica Pereira (2006), como no pós-abolição, segundo é relatado na edição de nº. 132 de 1888 por meio de convocação da Associação Comercial do Maranhão para concurso de artigo que objetivasse apresentar soluções para os

problemas referentes ou oriundos do fim das instituições escravistas (*PACOTILHA*, 1888, p. 03).

Segundo o artigo primeiro do edital, o trabalho ou texto deveria ser publicado em um dos jornais que circulavam na época até o prazo que findava no dia 20 de maio do ano corrente; no jornal *Pacotilha*, a partir do dia da publicação do edital até a edição do dia 20 de maio, foram publicados somente dois estudos endereçados à Associação Comercial sobre transformações no mundo do trabalho.

Um dos trabalhos é explicitado logo na edição seguinte da publicação do edital, o autor identifica-se como Lucinio Stolon, sendo que o texto foi explicitado na coluna *Publicação a Pedidos* com o título *Transformação do trabalho* e traz ampla descrição de acontecimentos históricos a respeito do processo de esfacelamento das instituições escravistas, traz como principal item para superação das dificuldades enfrentadas pela economia do Maranhão a possibilidade de arrendamento de terras para os libertos. Para o autor do texto, a condição de trabalho livre era pressuposto para gerar nos libertos sentimentos de busca por acumulação de capital e desenvolvimento social:

Alguns pessimistas dirão que o escravo, depois de liberto, se entregaram a uma vida ociosa e como não tem aspirações na sociedade em que vive, trabalhara apenas para sua alimentação diária, servindo se dos inesgotáveis recursos da pesca e caça em que abundam os rios, lagos e florestas desta uberíssima província. Esta objeção, porém, não procede se atentarmos a que o liberto, acostumado ao trabalho, e sendo empregados pelo governo as medidas que acima tratamos, extinta, a escravidão, voltará em breve a se ocupar em seu antigo modo de vida, e sendo estabelecidos prêmios para quem melhores produtos agrícolas apresentar, trará isto como consequência o estímulo entre os lavradores, e, por conseguinte, melhores gêneros poderemos ter no mercado da província (*PACOTILHA*, 1888, p. 02).

E completa:

Além disto, é intuitivo que o homem livre trabalha muito mais do que o escravo, apesar de ser este obrigado a isso, pois que, quanto mais fizer, será unicamente para seu proveito e de sua família, se a tiver, e não como o escravo que não pode ter ambição, visto que trabalha para seu senhor e não auferir o resultado do seu labor. Mais ainda, o trabalho livre traz também incalculáveis vantagens para o comercio, pois que cem ou duzentos homens livres são outros tantos consumidores que entram para o mercado, trocando os gêneros de suas colheitas pelas manufaturas e objetos de que precisam para seu uso. [...]. (*PACOTILHA*, 1888, p. 02).

A representação do liberto enquanto indivíduo incapaz de adequar-se às exigências do trabalho livre foi um dos mecanismos utilizados para interpretação e construção de narrativas a respeito da situação e acontecimentos advindos do 13 de maio, tendência observada por Chaloub (2011) em referência a regiões localizadas no Sul do País.

No mês subsequente à abolição da escravidão, o jornal *Pacotilha* vivia em suas páginas intenso estado de análise inerente aos acontecimentos do 13 de maio; muitos textos e observações eram publicados sobre este tema. Na edição de número 151 de 1888, é realizada análise a respeito da recepção da abolição no seio da sociedade por meio de artigo intitulado *Transformação do trabalho*. Na coluna *Publicações a Pedidos*, o autor do texto identifica-se como A. Britto e endereça suas análises à “Associação Commercial”; segundo este redator, a sociedade de então estava dividida em dois grupos distintos: aqueles que não acreditavam em mudanças na estrutura social partir da abolição e outros e aqueles que entendiam que a libertação dos escravizados traria grandes problemas e dificuldades.

O primeiro grupo assentava-se sob uma noção de integração dos libertos ao status de cidadão, embora tais libertos carecessem de certas ações peculiares. Enquanto o segundo grupo entendia que os libertos não possuíam capacidade para viver segundo os estatutos da liberdade conferida no 13 de maio (*PACOTILHA*, 1888, p. 02).

Entretanto, logo no segundo parágrafo, o articulista passa a criticar ambas as posições. Segundo este, a primeira eivada em um forte otimismo negava-se a enxergar as dificuldades do processo, enquanto a outra mergulhava em absoluto pessimismo, não levando em consideração os avanços que emergiram da situação (*PACOTILHA*, 1888, p. 02). A falta de uma observação que invoque uma posição equidistante destes dois extremos é o caminho indicado pelo autor como comportamento radical e visto como falha metodológica no tratamento da questão.

O articulista não tem dúvidas de que a Lei Áurea causou grandes dificuldades para a sociedade, e isto se deve ao fato de que tal lei destruiu a primeira sociedade formulada pela nação, uma sociedade cuja base era o trabalho cativo (*PACOTILHA*, 1888, p. 02). Esta destruição, porém, também teve seu caráter construtivo, pois, a partir dela, originou-se uma segunda sociedade, a sociedade baseada no trabalho de homens livres.

O redator levanta ainda uma terceira hipótese, a da formação, no futuro, de uma terceira sociedade, a sociedade da pátria livre; o mesmo não dá maiores detalhes acerca do que identificou como pátria livre. Tratou-se para o autor de uma questão evolutiva, a sociedade que se criou, a sociedade de homens livres, diferente da anterior, que possuía como base o direito antigo, alicerçava-se no conceito de humanidade cunhado há aproximadamente três séculos atrás, a sociedade da pátria livre seria desenvolvimento das duas sociedades anteriores.

Observa-se, então, que a análise é voltada para uma constatação oriunda do processo de abolição, a constatação da humanidade dos indivíduos escravizados, ao que os libertos

passaram a possuir condições em termos de pertencimento à coletividade brasileira. A partir de então não havia dúvidas plausíveis no que diz respeito ao caráter humano do ser sobre escravidão, mesmo que tal humanidade tivesse graduações em suas manifestações.

Estas gradações são levadas em consideração. Para o autor, embora todos os indivíduos participantes da nação e estivessem sob a tutela do conceito de humanidade, eles constituíam-se em tecido heterogêneo, não obstante o objetivo de todas as populações seja o mesmo, neste caso, o progresso. Assim, constatada tal heterogeneidade, este conceito foi estabelecido com base em outro conceito que a formalizava e legitimava, o conceito de raça; a racialização das dificuldades pertencentes ao processo de abolição é o mecanismo retórico ao qual o articulista lança mão na intenção de decodificar racionalmente o estado em que se encontrava o desenvolvimento ou nível de progresso.

Para o autor de *Transformação do trabalho*, grandes ações eram esperadas por parte da raça negra caracterizada como uma raça afetiva (*PACOTILHA*, 1888, p. 02). No entanto, esta raça, salientava o autor, sofria dificuldades oriundas do próprio desenvolvimento social ao qual foi exposta (*PACOTILHA*, 1888, p. 02). Novamente, a falta de educação ou instrução é colocada como diferencial negativo, os libertos teriam passado por um desenvolvimento que ensejou nestas características que poderiam oferecer oportunidades de ações consideradas como negativas para a sociedade. Logo, os libertos são indicados como produto de uma evolução histórica e social negativa.

A primeira possibilidade de atividade a ser detalhada em análise pelo articulista de *Transformação do trabalho* tratou-se da possibilidade dos libertos em abandonarem seus antigos senhores causando, desta forma, problemas a lavoura, possibilidade constantemente destaca nas páginas do *Pacotilha*. Neste quesito o articulista entende que tal possibilidade é sensível frente às características que sobrecaíam a classe de libertos, porém, uma possível característica considerada proveniente da raça negra é evocada para indicar possibilidades positivas a respeito desta questão, tratava-se do amor que os libertos nutriam pela terra (*PACOTILHA*, 1888, p. 02). Os libertos enquanto africanos ou descendentes diretos destes eram representados como indivíduos que absorviam itens oriundos das nações africanas, dentre estes o apego a terra em que se estabeleciam. Nota-se que ao falar da África o autor de *Transformação do trabalho* coloca tal território enquanto corpo uniforme, a identidade africana no discurso em observação é totalizante.

Estabelece o autor que esta característica racial impediria os libertos de abandonarem as terras onde trabalhavam e, mesmo que abandonassem, procurariam outras terras semelhantes para trabalharem; os libertos são classificados como uma categoria social de

indivíduos ligados ao trabalho na terra. Porém, é colocada a necessidade dos proprietários de terra adotarem atitude de atrair de maneira correta mão de obra para seus estabelecimentos. A partir de então, o texto passa a explorar possibilidades de fixação dos libertos a terra por intermédio de ações dos proprietários.

A primeira possibilidade levantada é a formatação de associação entre lavrador e trabalhador, associação que permitiria que o ex-escravizado ocupasse posição semelhante ao ex-senhor, e justamente esta igualdade é colocada em desconfiança pelo texto (*PACOTILHA*, 1888, p. 02). Segundo o autor, para que a sociedade funcionasse em harmonia seria indispensáveis à existência de graduações entre classes, mesmo humanos, os indivíduos organizavam-se em classes e essas deveriam estar dispostas em níveis hierárquicos, pois “gradação é sempre um elemento indispensável para a ordem social” (*PACOTILHA*, 1888, p. 02). Em sua visão, um agricultor não pode ser colocado em igualmente diante de um trabalhador, pois este não possui as qualidades e experiência do primeiro; logo, a possibilidade de associação entre lavradores e trabalhadores é descartada no texto, e os libertos não estariam em condições de ocuparem posição de igualdade junto aos ex-senhores.

Outra possibilidade levantada em *Transformação do Trabalho* é oferecer aos libertos terrenos ou propriedades agrícolas para que estes tomem conta e continuem o processo de produção. Rapidamente, o autor posiciona-se contrário a tal medida, uma vez que, para este, isto resultaria em grande prejuízo, em parte pelas razões já descritas anteriormente. Incapazes de manejar corretamente os protocolos de produção e não possuindo a experiência necessária para liderar e gerir um negócio agrícola, os libertos tomariam decisões inadequadas, plantariam culturas com baixo rendimento e de formas pouco rentáveis, por analogia, causando problemas ao crescimento econômico e social (*PACOTILHA*, 1888, p. 02). Por fim, a última hipótese analisada é a possibilidade de não intervenção no estado atual das coisas, o que é considerado um grande erro, pois os libertos continuavam carecendo da tutela das classes abastadas, indica o redator.

Na parte final do artigo, o autor debruçasse na questão da divisão do trabalho no interior da propriedade agrícola. De antemão, o articulista estabelece que o trabalho figura entre os principais termos na associação entre trabalhadores e lavradores; logo, analisar os fundamentos da correta aplicação do trabalho é ponto essencial para o bom andamento dos negócios e da lavoura.

Passam então a ser elencado no texto algumas medidas consideradas necessárias para que a atividade laboral gere resultados satisfatórios tanto para o lavrador como para os libertos. Primeiramente, é destacada a necessidade de estabelecer determinada quantidade de

trabalho em número específico de tempo, ou seja, o trabalhador seria obrigado a gerar determinado valor em atividade laboral dentro de um número de horas anteriormente estabelecido. Este número de horas não deveria tomar todo o tempo possível do trabalhador, deveria restar certo limite de tempo para que o lavrador pudesse oferecer quantia em pecúnia a mais se este tempo fosse utilizado em trabalho. Entende o articulista que desta forma estaria satisfeito o trabalhador, pois poderia ganhar mais a partir de seu próprio trabalho, assim como estaria satisfeito o proprietário, pois teria oportunidade de maximizar o trabalho e por consequência seus lucros, o sétimo dia da semana deveria ser de descanso, assim, para o texto a questão do descanso e lazer usual da fazenda é termo perene em toda a história.

Outras questões referentes ao cotidiano da produção são inquiridas. A questão do vestuário dos libertos é observada como importante para a produção. Como ação indicada, relata o autor que certo empresário da ilha resolveu este problema deixando sobre responsabilidade dos próprios libertos a compra de suas vestes para o trabalho, uma vez que estes agora recebiam pecúnia mediante atividade laboral; logo, poderiam se responsabilizar por estas despesas. O autor sugere que até mesmo a alimentação no serviço poderia ficar a cargo dos libertos, o que diminuiria reclamações acerca da qualidade dos produtos alimentares, e os proprietários poderiam lucrar vendendo aos trabalhadores os produtos necessários.

Observa-se, por meio do artigo *Transformação do trabalho*, que o liberto era representado enquanto agente gerador de lucros, tipo passível de ações de máxima capacidade de extração e exploração de recursos, seja em forma de capital ou por meio indireto, recaindo então a ação exploratória sobre itens como tempo e lazer, por analogia. Os libertos eram compreendidos como sujeitos cuja constituição cultural e biológica estava naturalmente voltada para o trabalho em ocupações simples, braçais e lavoura. A estes indivíduos, posições de liderança e iniciativa seriam incompatíveis. Este cenário observado será base para construção do conceito liberto no *Pacotilha* no contexto da instalação da República.

4.3 O CONCEITO DE *LIBERTO* E A NASCENTE REPÚBLICA

Com o advento da Lei Áurea, no dia 13 Maio de 1888, os grupos sociais menos favorecidos e as classes dirigentes buscavam exercer maior autoridade e alargar suas possibilidades de ação. Estes movimentos de busca por independência constituíram respostas à implantação da Lei Áurea, Proclamação da República e promulgação da Constituição de 1891, respectivamente. Tratava-se de um contexto cuja essência era oriunda de processos

presentes desde a independência, como explicitado anteriormente, e que se manifestavam diante dos três tópicos aqui lançados. Foram estes embates que fortaleceram a luta pelo federalismo.

Os ex-senhores de escravos, os produtores rurais e grupos ligados ao comércio de larga escala entendiam o federalismo como conjuntura em que os Estados teriam maior autonomia, e isto propiciaria maior possibilidade de domínio das estruturas públicas por estes segmentos; trabalhadores pobres e libertos pelo 13 de maio, por sua vez, compreendiam mudanças nas configurações políticas como possibilidades de perda da liberdade obtida mediante abolição promulgada pelo Império.

A respeito desta temática, Soares e Machado salientam que:

A Federação brasileira não foi resultado de um pacto constitucional entre esferas autônomas de poder no intuito de criar uma unidade política mais ampla, como nos Estados Unidos da América. Ela foi criada a partir de um Estado nacional unitário estabelecido desde 1822, com a independência do país diante de Portugal, e foi resultado da ação de lideranças políticas subnacionais que conquistaram o poder nacional. Federalismo e políticas públicas estabeleceram essa forma de Estado a partir de um processo de descentralização política. (SOARES; MACHADO, 2018, p. 72)

Nesse contexto, no âmbito da experiência local, os protagonistas do jornal *Pacotilha* transcreveram, do *Jornal do Recife*, um texto publicado por Joaquim Nabuco no qual trata das possibilidades de se instaurar novo regime político no Brasil com bases fincadas em um federalismo pujante. Essa matéria foi publicada no impresso *O'Paiz*, sob o título *A República em Pernambuco*.

Em sua análise da matéria, o redator do *Pacotilha* argumenta que se trata de uma personalidade do cenário político do Império que, como indivíduo, manifesta características de cansaço em relação às causas que defendia, posto que a predileção de Joaquim Nabuco era pelo regime monárquico. Mas, ao observar o crescimento da propaganda republicana, em sua província, explicitou a necessidade de se outorgar às províncias maiores autonomias para que tais tensões se dissipassem ou pelo menos diminuíssem. Nesta perspectiva, para o redator do *Pacotilha*, Nabuco agiu ou moveu-se no ambiente de exercício de poder institucional de forma ambígua e contraditória, uma vez que apoiava a Monarquia. Segundo a análise desse articulista:

O representante do Recife confessa com altivez que ele já não representa a unanimidade moral da opinião que fez o 14 de setembro de 1887, mas, antes de encontrar-se com seus antigos camaradas diante do povo pernambucano, quer fazer

algumas observações. São estas dignas de ser lidas, pois nada sahio ainda tão bem escripto e tão bem pensado da penna do admirável publicista. Ninguém ve mais claros os perigos do momento presente e o remédio único a que é preciso recorrer. Pena é que o senhor Joaquim nabuco não seja por seus actos coherente com as suas doutrinas (*PACOTILHA*, 1889, p. 03)

Nota-se que o articulista explora o tom de alarme sobre a análise do texto do *O'Paiz* indicando considerável perigo pelo qual passava a nação. Textos com teores semelhantes a este, envolvendo assuntos inerentes ao republicanismo, faziam-se presentes nas páginas do impresso *Pacotilha*, de forma frequente, desde longos artigos ou transcrições de discursos até pequenos trechos relativos a acontecimentos referentes à luta republicana, tal como este publicado na edição de número 17, de 1889, onde é relatado que: “Na capital da província de Alagoas formou-se um batalhão patriótico, com organização militar, favorável a república.” (*PACOTILHA*, 1889, p. 02).

Estes informes e debates, publicados no periódico em análise, oriundos de diferentes partes do território brasileiro, eram indicativos que as bases para contestação do Império estavam fincadas em ambientes regionais e estavam emergindo para confrontos ao nível nacional. Corrêa (2009), ao analisar as integrações e influências múltiplas em âmbito “político regional” e a forma como estas se manifestavam no cenário “nacional”, entende que os veículos de imprensa são palco de substancial embate em torno dos movimentos republicanos e suas implicações como, por exemplo, as questões inerentes a autonomia política dos grupos regionais, ou seja, o federalismo.

É necessário destacar que o sistema de governo imperial entre 1847 e 1889 era de cunho parlamentarista. Para Ferraz (2017, p. 64), segundo a constituição imperial, o chefe do executivo era o monarca vivente, porém, com o decreto n.º 523 de 20 de julho de 1847, surge o cargo de Presidente do Conselho de Ministros. A partir de então, o gabinete administrativo do Império teria por responsável administrador político, cuja função era gerir as relações políticas entre o Imperador e o Poder Legislativo. Segue conjunto de gabinetes ou ministérios que atuaram concomitantemente às atividades do *Pacotilha* até a Proclamação da República:

Quadro 1 - Conjunto de gabinetes ou ministérios que atuaram concomitantemente as atividades do *Pacotilha* até a Proclamação da República.

PRESIDENTE	DATA DE INÍCIO	ORIENTAÇÃO POLÍTICA
José Antônio Saraiva	28 de março de 1880	Liberal
Martinho Alvares da Silva Campos	21 de janeiro de 1882	Liberal
João Lustosa C. Paranaguá	3 de julho de 1882	Liberal
Lafayette Rodrigues Pereira	24 de maio de 1883	Liberal
Sousa Dantas	6 de junho de 1884	Liberal
José Antônio Saraiva	6 de maio de 1885	Liberal
João Maurício Wanderley	20 de agosto de 1885	Conservador
João Alfredo C. de Oliveira	10 de março de 1888	Conservador
Afonso Celso de A. Figueiredo	7 de junho de 1889	Liberal

Fonte: Marleba, 1999.

Assim, na edição de número 23 de 1889, na seção intitulada *Pacotilha*, é publicado texto de título *A PALAVRA DE ORDEM*, sob redação de Victor Lobato e Barbosa de Godóis, no qual analisavam a situação política da corte diante dos movimentos em prol da implantação da República, as ações do Ministério vigente e maior autonomia para as províncias.

O Ministério 10 de Março³¹ é congratulado devido à promoção do fim do trabalho escravo legalizado – um feito considerado importante pelo redator, porém, ainda nas partes iniciais do artigo é constituída denúncia sobre movimento de censura por parte do ministério 10 de março. Os articulistas destacam que o ministério não estava preparado para superar este momento de dificuldade. Por isso, eles qualificavam o Ministério da seguinte forma:

Aterrorizado com o incremento do movimento republicano e com os efeitos d'uma propaganda insistente, sustentada dia a dia na imprensa e com pequenos intervalos na tribuna, o ministério serve-se da coação para neutralizar a acção dos dedicados proselytos do novo partido que com surpresa cresceu e appareceu rapidamente. (*PACOTILHA* 1889, p. 02)

O texto estabelece que o ministério encontrava-se “aterrorizado” com os movimentos republicanos e a capacidade destes em atingirem a coletividade. Os acontecimentos,

³¹ Acerca deste ministério (CARVALHO, 2007).

indicavam os articulistas, expandiram-se a partir de um evento organizado por um conferencista chamado Joaquim Jardim, ganhando rápida fomentação na corte; a possibilidade da participação de membros do próprio governo imperial é levantada demonstrando a situação de debilidade do poder monárquico (*PACOTILHA*, 1889, p. 02).

Embora a gravidade dos distúrbios, conforme indicou os autores do texto, o poder imperial teve duas formas de ação distintas – primeiro, tratou de dar o tom de situação pequena ao movimento colocando-o como, suficientemente, contornável. Depois, iniciou forte ataque ao direito de manifestação impedindo republicanos de usarem a tribuna do parlamento para expressarem suas ideias. (*PACOTILHA*, 1889, p. 02).

O texto ganha forte teor crítico por atribuir ao ministério imperial a ação de ataque à própria constituição, em vigor, conclamando a população a observar, com espanto, a atitude do poder constituinte em atacar direitos individuais por meio da força e do monopólio da ação física.

No artigo *A Política em 1888*, importado pelo *Pacotilha* do jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, e escrito por José Ferreira de Souza Araújo, as críticas são apresentadas em tom ainda mais áspero. Este texto fez parte de um conjunto de escritos também intitulados *A Política em 1888* publicados no jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, que eram publicados em destaque na primeira página, possuíam como objeto a narração dos acontecimentos políticos no recorte temporal que se iniciou desde as lutas abolicionistas até a intensificação dos movimentos republicanos; seu autor optou por não se revelar, mas tratava-se do redator do *Gazeta de Notícias*, José Ferreira de Souza Araújo. No periódico maranhense *Pacotilha*, estes textos foram publicados em seis edições, que foram de 23 até a 28 de 1889.

O artigo primeiro da série *A política em 1888* inicia-se colocando a situação política do Império no início do ano de 1888 como difícil, complexa. O imperador encontrava-se doente na Europa, distante dos assuntos políticos da nação, assumindo em seu lugar a herdeira do trono, a princesa Isabel. Esta é caracterizada como inábil e sem o carisma necessário para assumir as responsabilidades do trono. A situação da princesa é vista como uma condição de isolamento, pois os indivíduos que formavam seu gabinete eram incapazes, segundo o articulista, de auxiliá-la de maneira adequada aos desafios que apareciam no Império.

A personalidade da princesa é criticada e relatada como voltada, excessivamente, para as questões religiosas. Este fato foi colocado como algo que dificultaria sua capacidade de atuação política. Por isso, as críticas ao líder de seu ministério, o barão de Cotegipe, eram configuradas como ainda mais extremas, pois, para o articulista do jornal *Pacotilha*:

Com efeito, em janeiro findo, o ministério Cotegipe tinha chegado ao último grau de desprestígio. Tinha a confiança da câmara dos nobres deputados, é certo, mas toda gente sabe o que isso vale; e os que não sabiam então souberam-no em maio, quando a mesma câmara apoiou com igual entusiasmo o ministério Joao Alfredo prado, que comparado com o ministério Cotegipe, representa mais que uma revolução, representa a anarquia. Quanto a confiança da coroa. O ministério Cotegipe era para a regente o governo que seu augusto pae lhe tinha deixado, com o tinha sido para o imperador nos últimos tempos o ministério da confiança inconsciente de um enfermo. (*PACOTILHA*, 1889, p. 02)

As críticas pejorativas aos atores do governo imperial eram base da formulação do texto, sendo que estes comentários negativos a respeito dos líderes políticos da coroa soavam nas páginas do impresso em observação como prelúdio de acontecimentos sublimes capazes de elevar a nação a um estágio, novamente, de ebulição cívica semelhante à grandeza da abolição.

Nestes termos é que a edição 26 deste impresso, datada do ano de 1889, traz texto de autor identificado como Emílio Castellar, em que homenagens são prestadas ao escritor Victor Hugo³² no sentido de exaltar a evolução dos povos sob a implementação do regime defendido pelo poeta festejado, ou seja, a República. O autor ornamentou o texto com menções a heróis gregos como Hércules, enfatizando que o poeta homenageado comportou-se com temperamento semelhante a divindades quando na defesa dos ideais republicanos. Indica o redator que Victor Hugo “Na sua epopéia elle educou a juventude para a liberdade e para a Republica” (*PACOTILHA*, 1889, p. 03).

As representações do ideário republicano ganham ares de eventos de magnitude divina, e a democracia passa a valer os sacrifícios de um herói. Assim, o redator estabelece a luta por este regime como elemento de referencial estimado e de moral digna da perfeição dos deuses.

A partir do exposto, vale sublinhar que a proposta de liberdade política das províncias por meio do sistema federalista e a crítica aos líderes do Império eram bases da postura de protagonista do jornal *Pacotilha* a respeito dos movimentos republicanos. Soma-se a isso a reforma das relações de trabalho com a abolição do trabalho escravo levando ao extremo o desgaste do governo imperial, abrindo o caminho para a eventual proclamação da República. Acerca desta temática, destaca Lima (2010, p. 15) que o crescimento dos movimentos republicanos e a decadência do império foram, diretamente, fortalecidos “pela liberação dos escravos”, sendo a Lei Áurea ponto de decisão das camadas mais abastadas em “abandonarem” o Império no contexto de protestos pela implantação da República.

³²A respeito deste autor, segundo Canelas, (2007).

Na sequência da publicação do artigo *A política em 1888*, é realizada análise inerente à situação em que se encontrava o imperador, isto é, as suas dificuldades em termos de saúde devido à própria idade; assim como os problemas enfrentados para o exercício de poder, e a inabilidade política da princesa regente e seus ministros. Assim, o articulista descreve o detentor da coroa da seguinte maneira:

As mãos do imperador já não têm a mesma firmeza de outrora, para a concentração de poderes; e que a tivessem, o tempo em que vivemos, já não torna tão fácil a política que ele sempre seguiu em seu reinado. As classes conservadoras, em que ele se apoiava, estão divididas, e um grupo delas, bastante numeroso, declarou-se em hostilidade a monarquia, depois do ato de 13 de maio (*PACOTILHA*, 1889, p. 02).

Foi neste cenário que os protagonistas do jornal *Pacotilha*, a partir de suas perspectivas política e ideológica, formularam o conceito de liberto relativo à experiência de vida dos trabalhadores egressos da escravidão no pós-emancipação. Os redatores do *Pacotilha* indicavam que os libertos foram vislumbrados como resultado de um processo mal conduzido pela incapacidade do governo imperial em promover medidas que amenizassem as perdas dos ex-senhores de escravos, que estavam ávidos por ressarcimento em referência à perda de sua “propriedade privada”, porque entendiam que o governo deveria prestar maior auxílio para que pudessem alavancar a produção.

Segundo o autor do texto, o governo falhou por não atentar de maneira correta às necessidades e dificuldades que se mostravam. Porém, tal falha tinha origem em itens que superavam as formas de fazer política, assim como as doutrinas partidárias. O articulista vai além das práticas de exercício de poder, pois para ele:

Cada questão tem o seu modo de ser resolvida, de acordo com as condições de tempo e meio, e não de acordo com as doutrinas dos partidos. Dir-se-há que os partidos do Brasil, e novamente o conservador, têm frequentemente invadido os programas dos adversários; mas não é isso o oportunismo. (*PACOTILHA*, 1889, p. 02)

Oportunismo é o termo utilizado pelo texto para representar item não observado pelos líderes imperiais no período em observação (*PACOTILHA*, 1889, p. 02). São relatados vários exemplos de ações que o autor considerou oportunas por parte do governo, como a libertação dos indivíduos escravizados, a disponibilidade de recursos para a implementação de política de busca de colonos europeus, a viabilização de criação de banco de emissões.

O oportunismo seria a capacidade de agir segundo os pressupostos de um determinado tempo e condição política para manutenção da ordem e capacidade de exercício de poder. Porém, o articulista não atenta para a qualidade das ações que este considera

oportunas, mediante as condições materiais impostas. Por exemplo, a promoção de liberdade à comunidade de trabalhadores de pele negra poderia ter sido considerada como um pressuposto do liberalismo. Mas, nos termos em que se deu a reforma do trabalho, a qualidade desta medida tornou-se, extremamente, conservadora.

Não se trata o oportunismo descrito no texto em análise como modos de ação necessários a uma condição e tempo fora do “rótulo” de determinado partido. Trata-se do complexo enfrentamento de representações dentro dos ideários das classes dominantes, sendo que estas representações mantinham uma relação dialética com as bases infraestruturais oriundas da mesma classe, a classe dominante dos meios de produção³³.

Esta relação entre representações que, por vezes, mostra-se contraditória, evidencia a dificuldade enfrentada pelas camadas dirigentes em manter o poder político mediante as condições infraestruturais oriundas não apenas de fatores relacionados à economia externa ou a fenômenos intrínsecos a produção de riqueza, mas fomentados por parcelas desta própria classe³⁴. Não é demais sublinhar que, muitas das mudanças observadas pelo articulista, como oportunas, eram desejos de amplos nichos de setores produtivos.

No tópico processos governamentais e administrativos e, sobretudo, no que se refere à importação de colonos europeus, o redator destaca a falta de sensibilidade do governo em relação a este tema. Em sua opinião, o governo perdeu a oportunidade de implementar essa importante medida aprovando leis para que os migrantes europeus, além de terras férteis adequadas às atividades de produção de riqueza, tivessem a promoção de um ambiente capaz de fazer o migrante de pele branca estabelecer-se de maneira adequada no País em termos culturais. Dentre essas medidas, figuram com destaque as possibilidades de liberdade de culto. Porém, ao permitir que o projeto de lei que disciplinava a liberdade de culto caducasse nas comissões da câmara, o governo teria perdido excelente oportunidade.

Ora, fortalecer um projeto de lei que trate de possibilidades de liberdade de culto ou julgar correta sua aprovação, sem dúvida, pode ser entendido como medida fora dos padrões conservadores, uma medida de caráter amplamente liberal, entretanto, tal apoio possui como base noções fortemente conservadoras no sentido de entender as “raças” europeias como superiores frente aos povos de pele negra. As lutas de representações nas superestruturas sociais se dão de maneira dialética tanto em relação à infraestrutura como a outras

³³ Duriguetto (2014) ao tratar do conceito de intelectual na obra do filósofo Antonio Gramsci mostra a existência de luta entre grupos pertencentes à mesma parcela detentora de maior poder frente a coletividade gerando confrontos e disputas em torno de possível hegemonia social.

³⁴ Badaró ao analisar o conceito de classe social na tradição marxista observa a existência, na escrita de Marx, de narrativa a respeito de variados grupos que se degradam em torno de autonomia e concorrência dentro da mesma classe gerando ambiente revolucionário (MATTOS, 2007).

representações, causando o alinhamento de ações consideradas antagônicas, indica Bakhtin (2006). Desta forma, a inferiorização do negro era uma “relação social”, uma estrutura que qualificava a sociedade brasileira de então, independente de tendências como, por exemplo, liberais, conservadores, republicanos.

Prosseguindo o texto, o autor passa a discorrer sobre outra questão que considera fonte das dificuldades enfrentadas pela administração monárquica, neste caso, a questão das Forças Armadas. O articulista entendeu que o Exército, ao longo do tempo, sofreu diversas ações impróprias por parte dos líderes do governo monárquico, chegando a usar o termo “caprichos” para substantivar as formas de tratamento oferecidas a essa parcela do Estado, considerando, desta maneira, compreensível que os militares passassem a revidar o tratamento a eles dado (*PACOTILHA* 1889, p. 02).

Para Neto Lemos (2012, p. 60-72), a participação militar era base das possibilidades de queda do Império. No Maranhão do pós-emancipação, no contexto imediato à questão militar, esta temática já era identificada nas páginas do *Pacotilha* como fundamental para o desfecho das lutas pela modificação ou continuação do regime governamental brasileiro no pós-emancipação. A forma como o Exército confrontava o tratamento a ele dispensado, de acordo com o texto, constituía-se em indisciplina, e estaria tal conduta a causar vários transtornos à população. (*PACOTILHA*, 1889, p. 02).

Nascimento (2009, p. 7-22) estabelece que este foi um intenso ponto de debate à época; porém, a forma como o articulista busca entender tal fenômeno segue a mesma metodologia utilizada para discorrer sobre a inabilidade do governo perante sua base de apoio. Nesta ocasião, o redator fez uso de formulação de um conceito base que tornasse inteligível o resultado da política imperial, o oportunismo, já no caso da análise referente à indisciplina das Forças Armadas, o texto faz uso de outro conceito base. Para o texto:

Parecera aproximar grandes cousas, cousas pequenas, comparar com a indisciplina militar outras manifestações de classes descontentes; mas o que é verdade, é que os estudantes que se reúnem para dar vaia nas lentes, que os reprovam, e os caixeiros que vão e insultam seus patrões que não atendem as suas exigências, representam, do mesmo modo que a indisciplina militar, o mesmo defeito de educação, o mesmo desprestígio do princípio da autoridade, a mesma falta de escrúpulos na escolha dos meios para se chegar a um fim. (*PACOTILHA*, 1889, p. 02)

A educação é então eleita como o fator base para a indisciplina social segundo destacado. Representava o articulista que o Exército se voltava contra o governo devido a sua pouca instrução, à falta de educação em todos os níveis, assim como outros grupos sociais voltavam-se contra seus patrões movidos pelo mesmo motivo; conforme o autor do texto, este

seria outro item componente da estrutura formadora do ambiente conturbado pelo qual a política imperial encontrava-se no pós-emancipação.

Como forma de justificar sua conclusão acerca dos problemas de indisciplina do Exército, o texto indica a grave situação por qual passava o ensino neste período. Consoante o articulista, a educação ao nível básico era deplorável, a instrução estaria de “mal a pior”, ao nível superior; embora cite reformas objetivadas pelo governo, entende a situação como grave nas principais instituições de ensino superior do País; é listada uma série de problemas que envolvem estas instituições como, por analogia, a incapacidade dos estudantes em submeterem-se à disciplina, chegando, estes, a vaiarem professores (*PACOTILHA* 1889, p. 02).

Os problemas listados possuem como base a crítica à indisciplina e falta de instrução enquanto conteúdo. Novamente, a conclusão do articulista flui a partir de uma posição liberal para uma posição conservadora e em sentido oposto, defende uma educação de qualidade, embora voltada para a instrução conteudista e para o adestramento com vias à disciplina, submissão à autoridade instituída.

A disciplina é elevada a tal nível que estabelece um plano superior à própria legitimidade ou justiça no que tange às reivindicações dos militares. Esclarece o texto que “faça o governo o que as circunstâncias lhe indicam, examine as reclamações que faz a classe militar, atenda a todas as que forem justas e depois seja severo, inexorável, em questões de disciplina, e então o exército será um elemento útil na nossa sociedade” (*PACOTILHA*, 1889, p. 02).

A questão da educação para controle das massas sociais é instigada de maneira ampla. Meirelles (2015), ao analisar a situação de processos de escolarização entre 1888 e 1930 na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, percebeu o quanto as formulações educacionais no pós-emancipação estavam voltadas para a instrução doutrinária.

No Maranhão, os movimentos não se distanciaram, pois o desejo por uma educação capaz de moldar os indivíduos a ponto de este agir com docilidade perante os poderes estabelecidos era a perspectiva geral tal como se identifica nas páginas do jornal *Pacotilha*. E seria uma instrução necessária para a evolução do Brasil enquanto nação ou do espaço maranhense enquanto lugar de desenvolvimento.

Assim, na edição de 249 de 1889, na seção *Pacotilha*, lê-se o que foi transcrito junto à coluna do *Gazeta de Notícias*, escrita por José Ferreira de Souza Araújo, intitulada *Cousas Políticas*. Neste texto, o seu autor estabelece, novamente, a educação como forma de obtenção de costumes adequados aos interesses da nação. Para este a “questão de costumes e educação

do povo é essencial” (*PACOTILHA*, 1889, p. 02). Segundo as observações contidas no texto, São Paulo deu o exemplo para as demais províncias não só por oferecer condições materiais para implementação de formas de produção moderna; mas, também, por oferecer condições em termos de costumes para os homens de pele negra a tal ponto destes adequarem-se às necessidades da produção de riquezas. Para o articulista:

[...] se a enorme população não se transviou, os homens que assim se libertaram não se tornaram prejudiciais ou pelo menos inúteis, é porque as circunstâncias suscitaram o homem necessário, Antônio Bento, que organizou a permuta de braços. Foi por este caminho da reforma de costumes, da educação do preto na escola de liberdade, que se chegou ao fastigo da questão, e que se evitaram em parte os perigos da crise. (*PACOTILHA*, 1889, p. 02)

Este tipo de observação ou preocupação tornou-se um signo ativo que remete à representação da educação enquanto caminho para uma instrução doutrinária capaz de atingir grandes massas populacionais que obtiveram o status de indivíduos livres. O termo liberto remeteria a uma condição de inapto às responsabilidades sociais, a educação seria o remédio para tal inabilidade. Nestes termos, a República teria papel importante na proposição da resolução deste impasse.

No jornal de caráter liceista *O Ensaio: órgão estudantil*, em edição datada do ano de 1890, é demonstrado como as ideias referentes a esta representação da educação estavam ligadas à ação do novo regime político que se instaurou em 15 de novembro de 1889. A este novo regime pairava a esperança de que a educação expandir-se-ia rumo aos setores sociais:

A instrução vai tendo algum desenvolvimento entre nós, depois da proclamação da república.

A reforma eleitoral, a abertura de aulas noturnas e o aumento das escolas públicas tem contribuído de uma maneira admirável para isto. (*O Ensaio*; 1889, p. 04)

O impresso *O Ensaio* estabelece que até mesmo os libertos estavam no espaço de ação das reformas e expansão educacionais. Para este veículo, “A criação de aulas noturnas especiais para adultos e principalmente para os libertos pela Lei 13 de maio, é também de grande necessidade, pois, muitos deles até mesmo os velhos, procuram aprender” [...] *O Ensaio* (1885, p. 04). O *Pacotilha* fortalecia tal representação narrativística. A seção *Pacotilha* da edição de número 28 do ano de 1889, em transcrição da coluna *A política em 1888* da *Gazeta de Notícias*, apresenta texto cujo encerramento é feito de maneira intensa em relação à defesa da instrução para a manutenção da ordem. O redator finaliza o texto em tom

alarmista identificando a situação do País como um estado pronto a transporta-se para uma situação de forte ebulição (*PACOTILHA*, 1889, p. 02).

Indicava este que o governo imperial passava por grave crise. Exército em situação de não obediência ao poder instituído, povo sem instrução e despercebido aos seus direitos e deveres, conservadores em conflitos entre si mesmos e republicanos sem um programa coeso para enfrentamento dos problemas são os pontos de dificuldade levantados ou elencados pelo autor do texto.

O povo, neste contexto, era colocado como a nova massa que surgia integrada pelos sujeitos que obtiveram direito à liberdade irrestrita em 13 de maio de 1888, junto aos demais grupos sociais de base; a este povo não pertencente aos grupos detentores dos meios de produção e com forte poder político, os libertos exerciam lugar de direcionamento de ações por parte dos grupos mais abastados, tipo necessário, oportuno, indica o texto, porém, indesejado, um problema, uma realidade desconfortante que poderia, por meio da educação, tornar-se um problema administrável. Porém, o chamado povo, nas palavras de Carvalho (2003, p. 96-115), impunha suas pautas, mesmo estando de fora das instituições formais de poder.

Na edição posterior, a de n.º 29 do mesmo ano, traz informações que corroborariam com o texto em observação mostrando a capacidade de coerência em termos de conclusões ao longo das edições acerca desta temática.

Na edição de n.º 29 de 1889, é enunciado, por analogia, informe indicando que na cidade de Campos realizou-se evento em que o senhor Nilo Peçanha discursou relatando que a cidade solidarizava-se com o povo da corte em todos os termos. Após o discurso, a multidão que acompanhava a conferência foi duramente reprimida pelo Exército, locais públicos como ruas e praças foram tomados pela cavalaria mesmo, segundo informe, sendo a conferência de cunho pacífico (*PACOTILHA*, 1889, p. 02). No Ceará, membros do grupo militar, inconformados com críticas divulgadas por redator do jornal *O Cearense*, resolveram tomar de assalto a tipografia do jornal até que uma retratação a seu termo fosse publicada (*PACOTILHA*, 1889, p. 02).

Na edição de número 33 do mesmo ano, o acontecimento na cidade de Campos devido ao discurso do Senhor Nilo Peçanha, ganhava reverberação. É realizada pequena transcrição de informe oriundo de veículo denominado *Federalista*, por meio do qual críticas intensas são realizadas contra a forma como o Império tratava a questão do avanço da propaganda republicana, porém, aqui é indicado um fator importante para a observação do termo liberto em relação ao esfacelamento do Império brasileiro, a iminência da proclamação

da República e o pós-emancipação: a existência ou formulação de uma guarda negra por parte de forças monarquistas.

No compreender de Machado (1992), o fenômeno de criação de uma guarda formada por negros cujo objetivo era defesa da monarquia e de seus principais líderes, o imperador D. Pedro II e sua filha Isabel, é oriundo do rearranjo de forças ocasionado pela Lei de 13 de Maio de 1888. Tratava-se de movimentos formados por negros que tinham por objetivo combater o republicanismo e defender a coroa.

A princípio, interessa-nos observar como este fenômeno desdobra-se nas páginas do jornal *Pacotilha* e deságua na conceituação do termo liberto. Nesta edição, número 33, a guarda negra é caracterizada como uma milícia, uma força à margem da lei, integrada por negros, capoeiras, armada, com o objetivo de deter mediante à força os movimentos republicanos. Entretanto, o foco do texto direciona-se à luta republicana, a violência empregada pelos membros da referida instituição e para a inabilidade do governo; os membros, os negros, permanecem em estado de suspensão, quase invisíveis, suas razões para ingresso nesta instituição assim como seus ideários políticos são pouco explorados.

As ideias inerentes à República também suscitavam contrariedades, o receio da mudança não passava despercebido. No *Pacotilha*, em texto intitulado *O mundo Marcha*, cujo autor não se identifica, a questão é tratada em tom jocoso e crítico por intermédio de uma analogia (*PACOTILHA*, 1889, p. 03). Explica o texto que é possível noticiar a respeito de cães cansados que usam óculos ou que foram treinados para a guerra ultrapassando as linhas de defesa inimiga, porém, na República da França, cães eram treinados para serem gatunos, ladrões; um destes entrou em uma loja e quando teve a oportunidade roubou carne de caça, e ao ser pego teria por pena a morte. Longe de tentarmos analisar este texto sob um viés literário ou buscar os significados das analogias e tom cômico, interessa-nos o parágrafo que concluiu ou assinalou o desfecho da história: “E dizem que a república é humanitária e protege os direitos individuais” (*PACOTILHA*, 1889, p. 03). A capacidade da República em garantir a humanidade das leis e os direitos individuais é colocada sob dúvida.

Prosseguindo, no dia 16 de novembro, o Jornal *Pacotilha* passa a dar destaque à implantação da República, sendo possível observar na publicação do dia 16 de novembro de 1889 telegramas a respeito da substituição do governo monárquico por uma junta militar republicana. Na terceira página é relatado que no dia 15 de novembro alguns telegramas oriundos de cabo submarino chegaram ao Maranhão trazendo informações do Rio de Janeiro, sendo que estes informativos davam conta que a República havia sido proclamada (*PACOTILHA*, 1889, p. 03).

O primeiro texto relatava que o Exército estava revoltado, o Ministério Ouro Preto teria sido demitido e o marechal Deodoro da Fonseca assumiria o cargo de líder do novo governo. Além disto, é indicado que o ministro da marinha havia sido alvejado por um tiro. Em outro texto é inscrito que o povo e o Exército revoltaram-se contra o Império, a República estava proclamada, os ministros e líderes do governo estavam presos, os entusiasmos em torno destes acontecimentos mostravam-se grandes (*PACOTILHA*, 1889, p. 03).

Em seção da mesma edição intitulada *Última Hora*, é mostrado um texto especificando detalhadamente os nomes do novo sistema que entrava em vigor. Como presidente foi locado o nome do marechal Deodoro da Fonseca, como ministros os nomes mostrados foram Bocayuva, Ruy Barbosa, Campos Salles, Benjamin Contant, Barata Ribeiro, Aristides Lobo, sendo que não foi especificada a função de cada um destes. Em outro parágrafo foi relatado mensagem onde divulgou que a ordem estava mantida, porém, nos parágrafos seguintes endossa que a República havia sido proclamada (*PACOTILHA* 1889, p. 03).

Nesta edição foram utilizadas pouco mais de duas colunas contendo transcrições de telégrafos em uma configuração espaçada, dispostas em parágrafos curtos. O termo povo é citado apenas uma vez e não são relatados grandes conflitos. No final da primeira coluna, é publicada uma reunião da Câmara Municipal, sendo o evento liderado pelo presidente Joaquim Marques Rodrigues Netto, no qual é especificado, por meio do pedido do Senhor Xavier de Carvalho, que a Câmara Municipal enviaria telégrafo para o governo central a fim de receber novas indicações mantendo-se em assembleia constante.

O *Pacotilha*, em relação à edição posterior à abolição da escravidão, no que diz respeito à proclamação da República, mostrou-se bem mais comedido. O clima de euforia não repetiu-se, o 13 de maio excedeu em comemoração ao 15 de novembro. Na edição subsequente, o jornal *Pacotilha* expõe os motivos da cautela em texto contido na seção *Pacotilha*. Segundo o texto:

Dando anteontem publicidade aos telegramas recebidos do sul e em que se comunicava a transformação da forma de governo, não os fizemos acompanhar única palavra, d'um único comentário.

Aguardávamos notícias mais detalhadas para formar um juízo seguro sobre a grande crise política que se nos participava.

Embora estas minudencias não nos houvessem sido transmitidas, são de tal importância as novas ultimamente recebidas que todos acham-se habilitados para julgar com firmeza a situação presente do país. (*PACOTILHA*, 1889, p. 02)

Cautela para analisar a crise política foi a atitude adotada pelo jornal mediante o estado em que se desenvolviam os acontecimentos. Entretanto, nos parágrafos que seguem é noticiada a certeza ou convicção acerca da proclamação do novo regime político, é noticiada a adesão do Maranhão ao governo republicano, nas palavras do jornal “a revolução estava consumada” (*PACOTILHA*, 1889, p. 02).

O jornal *Pacotilha* conclamou o Maranhão a assumir papel de liderança no novo momento da política nacional, os maranhenses são chamados a fixar posição diante dos acontecimentos. Nesse caso, assumir protagonismo é a razão da província, segundo os articulistas do jornal em destaque. A preocupação com a ordem pública é sempre colocada como ponto fundamental nas publicações dos textos que trataram da proclamação da República, os libertos figuravam como possível fator de quebra da configuração que garantia as classes abastadas a primazia de poder e dominação. Tensões sociais e enfrentamentos não faziam parte dos planos das classes dominantes e tal representação convergia ou manifestava-se de forma frequente no Jornal *Pacotilha*.

Na publicação do dia 19 de novembro de 1889, as notícias e a configuração do jornal *Pacotilha* mudam drasticamente. Logo na primeira página, a quantidade de transcrições de telégrafos com a notícia da queda do regime monárquico é grande. Notícias vindas, tanto do Sul do País como de províncias de outras regiões, o teor de cautela é modificado para mensagens de submissão ao ocorrido no dia 15 de novembro do mesmo ano (*PACOTILHA*, 1889, p. 01). No encarte do dia posterior, o número de notícias detalhadas de manifestações de festejo em relação à proclamação da República continua crescente. Por exemplo, é noticiado que:

Diversos cavalheiros, estudantes do Liceu Maranhense e crescidíssimo número de pessoas do povo incorporaram-se ontem a noite e foram, acompanhados da banda de música do 5 batalhão de infantaria e de educandos artífices, ao quartel daquele batalhão, onde fizeram uma entusiástica manifestação aos representantes do governo provisório, ao exercito, ao sr. Paulo Duarte. (*PACOTILHA*, 1889, p. 03).

Entretanto, não deixa o informe de especificar que a manifestação foi pacífica e que “às 11 horas da noite dissolveu-se a passeata, reinando sempre a melhor ordem”, *Pacotilha* (*PACOTILHA*, 1889, p. 03).

Alguns telegramas contam detalhes dos acontecimentos em caráter nacional, o que deu aos leitores possibilidades de análise pormenorizada da sucessão de acontecimentos, por analogia. No telégrafo de 17 de novembro explicitado na primeira página, quinta coluna, é relatado que o imperador Pedro d’Alcantara e membros da família real seguiram a bordo de

embarcação de Alagoas para a Europa, sendo que a junta de governo provisório destinou a este o valor de cinco mil contos para despesas e o valor de oitocentos contos em caráter vitalício (*PACOTILHA*, 1889, p. 03).

É comum nestes telegramas a frase “o povo, exército e armada”. A intenção de colocar a revolução em plano de ação popular é observável, porém, o tema segurança também ganha nítido espaço nas publicações. Assim, texto informativo contendo mensagens de várias autoridades dirigidas aos cidadãos maranhenses estabelece que:

[...] “a junta provisória tem força para garantir a segurança de cada um dos cidadãos; dos estrangeiros residentes na terra hospitaleira da terra ella aguarda confiada o apoio que a gravidade da situação nos impõe e que, fortalecendo a administração, assegurará ao estado paz e tranquilidade”. (*PACOTILHA* 1889, p. 03)

No processo de detalhamento dos telegramas e informativos, são divulgados acontecimentos que instauraram nos textos, intensa necessidade em demonstrar que o povo fez parte da revolução a partir, também, de grupos específicos por meio de estado de tranquilidade e ordem perene. Em um destes telegramas, é relatado que o senhor Ouro preto e Candido de Oliveira, ex-líderes do Império, deixaram o país rumo à Europa. Já o governo provisório seguia sendo bem recebido, inclusive pelos funcionários da administração pública achando-se “muito bem recebido em todas as secretarias”, (*PACOTILHA*, 1889, p. 03); o “entusiasmo” seria grande em todo o território nacional e a tranquilidade reinaria absoluta (*PACOTILHA* 1889, p. 03).

Desta forma, o silenciamento em relação aos movimentos de cunho popular desenvolveu-se em um termo, novamente, bastante utilizado nas campanhas pela implantação da república: o povo. Todos os movimentos complexos oriundos das vastas camadas da sociedade são simplificados e limitados por este termo, que ganha caráter amorfo no texto, não é discriminada a essência do termo, se este se volta para as classes pobres, para as parcelas detentoras dos meios de produção, para que lado caminha ou quais os teores de suas ações, ou seja, é simplesmente povo por definição em silenciamento perturbado apenas pelo dialogismo de outros fatores linguísticos ligados a este.

Entretanto, mesmo nas páginas do jornal, é possível observar que a imposição de um discurso de ordem e civilidade mediante um processo revolucionário debate-se com a sua própria antítese presente na ação da conceituação dos termos. Retornando a edição de número 274 do jornal em análise, é publicado texto em que o padrão de ordem da sociedade é elogiado com forte adjetivação: “A ordem que reinou durante a noite passada nesta cidade e que muito abona o zelo de V. Sa. bem da tranquilidade e sossego público, da me motivos para

louva-o e testemunha-lhe o conceito que merece do governo” (*PACOTILHA*, 1889, p. 02). Entretanto, na segunda coluna da segunda página da mesma edição é noticiado que:

Em frente a redação do Globo deu-se ontem a noite um ligeiro conflito entre a força que ali se achava estacionada para manter a ordem e uma grande massa popular, do qual resultaram infelizmente de quatro mortes e diversos feridos.
Durante o dia percorreram a cidade, diversos mangões de homens, dando vivas à monarquia, ao imperador e a família imperial (*PACOTILHA*, 1889, p. 02)

Quatro mortes e diversos feridos não foram considerados nas páginas do *Pacotilha* como indício de um processo revolucionário causador de distúrbios e tensões populares. O silenciamento de setores da sociedade dissonantes do processo levou o veículo de imprensa a montar ou articular uma narrativa de invisibilidade para com acontecimentos do nível das tensões noticiadas vagamente neste trecho. Segundo Gato (2020), os documentos referentes ao hospital onde os feridos foram dirigidos, Hospital da Santa Casa de Misericórdia, deram conta de que os mortos no conflito eram homens solteiros, naturais do Maranhão, de cor preta ou parda; eram eles João de Brito, Sergio, Martinho e João Araújo, estes “provavelmente eram líderes” dos revoltosos, uma multidão com mais de 2 mil pessoas formadas majoritariamente por negros e pardos.

A matéria da edição 274 do *Pacotilha* termina os relatos sobre a insurgência do dia 17 de novembro indicando que a concentração deste movimento deu-se em frente à casa de um magistrado identificado como “o Sr. Desembargador Tito de Mattos”. É descrito que este, ao observar a multidão, agradeceu a consideração de todos que se faziam presentes e o reconhecimento destes em relação a sua pessoa. Entretanto, solicitou que os manifestantes finalizassem o movimento e dispersassem para que a “ordem e segurança pública” não sofressem perturbações. O chefe de polícia, identificado como “Sr. Dr. Machado”, e o delegado de polícia mencionado como o “Sr. Vieira Lima” são caracterizados como incansáveis no sentido da luta pela manutenção da ordem (*PACOTILHA*, 1889, p. 02).

Embora as páginas do *Pacotilha* retirem das ações ou cenário político e social de implementação do regime republicano a ação das classes menos favorecidas colocando como protagonistas as ações e indivíduos das altas esferas políticas e institucionais, movimento este observado em múltiplas facetas do movimento republicano, o diálogo com as representações das massas populares é inevitável, o dialogismo para com as vozes dos alvos das tentativas de exclusão e silenciamento faz vir à tona variadas vozes, sendo estas não pertencentes ao lugar social ou as classes que explicitam visões por meio do jornal. Ludwing Dihl (2017) indica que as classes populares aparecem no processo mesmo sendo submetidas a ação de invisibilidade.

Assim, o processo de implementação do novo regime e sua proclamação manifestam-se por intermédio de múltiplas vozes dissonantes emergentes nos textos do jornal *Pacotilha*, caracterizando este período como conturbado e violento. As vozes formalizadas por meio das reações aos republicanismos foram além da guarda negra ou da insurgência de figuras conservadoras, porém, quando não omitidas ou minimizadas, mecanismos utilizados pelo veículo de comunicação em análise no sentido de silenciar outras classes ou grupos sociais divergentes, o jornal trata de utilizar outro mecanismo intrinsecamente ligado ao termo liberto e ao conceito de liberdade, neste caso, a racialização do discurso frente à proclamação da República.

Na edição do *Pacotilha* de número 178 de 1889, é possível encontrar um texto informativo que traduz os apontamentos realizados no parágrafo anterior. Nesse sentido, indica o texto que:

Por motivo de moléstia do ilustre sr. Dr. Paulo Duarte não se pode ela realizar. E melhor fôí que assim acontecesse, porque do contrário talvez tivéssemos a lamentar algum fato desagradável por parte de uma malta de homens de cor e moleques, essa potencia invencível que temos perfeitamente aclimatada, que armados de cacetes reuniram-se em frente ao lugar onde deveria efetuar-se a conferencia, prorompendo em gritos sepidiosos e com intenções malévolas. Convictos de que não se realizaria a conferencia, os da malta percorriam diversas ruas da cidade sempre armados de cacetes e a vociferar morras a república. (*PACOTILHA*, 1889, p. 03)

O texto é um informativo acerca de um evento republicano que contaria como palestrante o sr. Paulo Duarte, fervoroso defensor da implementação do regime republicano, porém, em frente ao local em que ocorreria o evento, hotel de França, juntou-se um grande número de pessoas. Interessa-nos a forma como o texto classifica os sujeitos participantes da manifestação: “homens de cor” e “moleques” (*PACOTILHA*, 1889, p. 03).

Não obstante o termo moleque e as possibilidades de interpretação que este pode suscitar a especificações dos participantes a partir da cor de seus corpos - ou por serem de cor é ilustrativo da base em que se tornava representável as classes contrárias ao movimento republicano -, esta base formulava-se por intermédio de critérios raciais, sendo que a própria especificação da guarda negra por meio da cor é outro exemplo deste item específico das representações dos movimentos anterepublicanos. Estes critérios de cunho racial se mesclavam e associavam a outras formas de desqualificação das camadas pobres, transformando parcelas significativas da população em espaços de visualização negativa por meio de órgãos públicos e instituições da sociedade como, por exemplo, veículos de imprensa, estabelece Patto (1999, p. 167 – 198).

O texto continua relatando que a polícia tratou de não se exceder no sentido de conter as manifestações, pois, se tomasse atitudes severas, poderia ser mal interpretada ou acusada de atos de violência, ou de contribuir ainda mais para a quebra da ordem. Tal análise por parte do articulista demonstra que as ações de repressão a este tipo de manifestação por parte das instituições de polícia sofreram possíveis críticas. O texto faz transparecer possíveis vozes contrárias aos aparatos de repressão. O receio descrito pelo texto demonstra seu par em termos de antítese de forma nítida. Campos e Silva (2018, p. 208 – 222) identificam forte tendência na Primeira República, por parte das autoridades governamentais, em tratar situações de cunho social e manifestações enquanto caso de polícia.

Todo este estado de ebulição descrito pelo *Pacotilha* é relatado segundo representações que apontam para um conceito de liberdade, em referência aos “homens de cor”. Enquanto uma condição de trânsito vigiado, a luta pelo novo regime governamental trouxe em seu bojo as fraturas expostas no 13 de maio de 1888, e tais fraturas entre os interesses das classes dirigentes e os ex-escravizados demonstram que a abolição transfigurou-se em um rearranjo no qual os agora libertos estariam sob novas amarras sociais, porém, instalada a República, o processo de rearranjo social alcança outro estágio a ser enfrentado pelos grupos sociais presentes: a indicação do novo estatuto jurídico, da nova constituição nacional.

O *Pacotilha* publicou texto intitulado a *Obra da abolição*, de autoria de Joaquim Nabuco. O escritor acabou explorando a relação entre os libertos, as camadas dirigentes e os acontecimentos referentes ao 13 de maio perante a proclamação da República, demonstrando, assim, a estrita ligação destes itens no espaço narrativístico deste periódico. É relatado que o Império dava amplos sinais de que estava chegando ao fim devido as suas próprias contradições, entretanto, revolta-se o articulista ao constatar que, devido à Monarquia ter realizado não somente o 13 de maio, mas todo processo legal que culminou neste, em sentido de ressentimento, julgavam os ex-senhores a República como vingança e desforra diante do extinto Império (*PACOTILHA*, 1891, p. 02). Como resposta, libertos procuravam na defesa do regime monárquico espaço de luta em defesa da manutenção de seus direitos.

Ao analisar a situação do Maranhão diante dos acontecimentos de implantação da República, na qual sujeitos de pele negra destruíram símbolos do passado escravista - momento de governo do Império, reinado este, agora defendido pelos ex-escravidados mostrando situação de explicitação das contradições e ebulição por qual passava o Estado -, Meirelles indica que as cisões advindas do 13 de maio expunham a luta dos libertos em torno

de seus interesses e que estes estavam cientes da situação de fragilidade em que se encontrava a autonomia vislumbrada no pós-abolição:

A abolição, sabe-se, fora decretada a 13 de maio de 1888 e só agora, um ano depois, os ânimos populares exaltados, por força de uma carraspana naturalmente generalizada, lembraram-se de que o pelourinho, menos que o símbolo da autonomia municipal como era de fato e de direito, era o local em que suplicavam os condenados da justiça, e especialmente os negros e escravos... E por isso o destruíram (MEIRELES, 1979, p. 106)

No entanto, em termos jurídicos, a República se manifestará em relação à condição dos libertos em 13 de maio por meio de constituinte. Desta forma, passaremos a analisar o desenvolvimento do termo liberto junto ao estabelecimento da primeira constituição republicana tendo por foco as contradições inerentes a este processo.

4.4 O CONCEITO DE *LIBERTOS* E A PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO NO PÓS-ABOLIÇÃO

O jornal *Pacotilha*, como veículo de comunicação cujo viés republicano foi indicado por Meirelles (2015, p. 105), noticiou o processo de criação da nova carta magna de maneira detalhada, sempre trazendo informações acerca dos processos e batalhas sobre o exercício de poder no que diz respeito às formulações da carta jurídica que regeria a República instalada nos Estados Unidos do Brasil.³⁵

Já na edição de número 3 do ano de 1890, é noticiado texto confeccionado na Sala das Sessões do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil em 23 de dezembro de 1889, assinado por várias lideranças republicanas como, por analogia, o presidente Deodoro da Fonseca. Neste escrito, intitulado *Pela Ordem*, a administração provisória responsabilizava-se por estabelecer os institutos para a constituinte:

[...] que essa incorporação geral de todas as opiniões à forma republicana crea para o governo provisório novos deveres, constituindo depositário desta situação e obrigando-o como tal a defende-la ileso nas mãos da assembleia convocada para votar a futura constituição dos Estados Unidos do Brasil; que, estando aprazada para termo brevíssimo a reunião da constituinte, tendo-se decretado já quase todas as reformas liberais, cujo adiamento provocou a revolução e estando em rápida elaboração as outras, tem o governo provisório, de sua parte, dado todas as arrnhas possíveis de fidelidade aos seus compromissos para com o paiz, o qual não cessa de retribuir-lhe em demonstrações da mais sólida confiança; [...] (*PACOTILHA* 1890, p. 03)

³⁵ Estados Unidos do Brasil foi o desígnio primeiro adotado pelo regime republicano implementado em 1889.

Em impresso do mesmo ano, edição número 6, é publicado texto referente à comunicação do Sr. Silveira da Motta, opinião formulada em meio a conjuntos de textos construídos por uma série de personalidades do meio político da época e publicados pelo jornal *Correio Paulistano*. As opiniões eram publicadas sob o título *A REPUBLICA E OS ANTIGOS PARTIDOS* e transcritos pelo *Pacotilha* a partir da edição 301 de 1889 (*PACOTILHA*, 1889, p. 02). Silveira da Motta, redator do jornal *Correio Paulistano*, expõe o quanto a carta constitucional formou um dos pontos centrais do novo regime:

E quanto aos brasileiros, que até agora tem militado nos partidos monárquicos, acho que seria deles um erro muito deplorável e fatal, se deixassem de concorrer ativamente para a consolidação da única forma de governo a que podemos hoje pretender, e que deve ser conservada e aperfeiçoada pela co-participação e fusão das ideias de todos os partidos na elaboração do novo fato constitucional desta grande nação. (*PACOTILHA*, 1890, p. 03).

O sentido da manifestação do escritor no texto publicado move-se em direção a uma consolidação ou implementação de mudanças de cunho liberal e na manutenção da estratificação social, ideário que, segundo Cyril e Sousa Neto (2012, p. 85-136), demonstra o complexo jogo de influências entre liberalismo e conservadorismo na origem da Constituição de 1891. A realização das discussões a respeito das características da lei magna que legitimaria as ações do novo regime, demonstra o *Pacotilha* através da opinião do sr. Silveira da Motta, deveria ocorrer no ambiente adequado para as camadas dirigentes, as instituições governamentais e os partidos instituídos. O povo, enquanto generalização das populações que incluíam os libertos em 13 de maio, é deixado em silêncio, os indivíduos de pele negra, já colocados em situação de separação em outros textos, agora, não são mencionados, a chamada destina-se a outra classe: a classe possuidora dos meios de produção e do poder político. As divisões desta classe não são negadas pelo texto, mas conclama a superação destas divisões para a construção da nova constituição (*PACOTILHA*, 1890, p. 03).

Na edição subsequente, a de número 7, a discussão sobre a carta magna aprofunda-se dando tons detalhistas aos modos em que as páginas do *Pacotilha* entenderam como características importantes e necessárias à lei magna. Na seção *cousas políticas*, texto transcrito do jornal *Gazeta de Notícias* a respeito dos rumos em que as discussões acerca da constituinte vinham tomando, é relatado que o governo provisório acenava positivamente para reforma legal em que os estrangeiros residentes em solo brasileiro obtivessem todos os direitos relativos à cidadania, pois, segundo o articulista, estes já se encontravam integrados ao povo local, partilhando junto a este todas as dificuldades, derrotas e vitórias, e já se encontravam imersos nos assuntos e vida da nação (*PACOTILHA*, 1890, p. 03).

Embora o autor não estabeleça quais as nacionalidades em questão, é possível constatar uma defesa ardorosa em torno da possibilidade de uma reforma em que os estrangeiros tivessem reconhecida cidadania local, porém, é relatada que a falta de liberdade de culto constituía-se como entrave para que tais estrangeiros permaneçam no País. O texto atribuiu ao congresso as dificuldades em aprovar reformas neste nível, mas entende ser esta demanda item de consenso entre as diversas orientações políticas presentes nas instituições legislativas:

Já estava aprovado pelo senado, a corporação mais conservadora do país, o projeto de liberdade de culto, que esbarrou na câmara temporariamente por esforços de um grupo, a que provavelmente não era estranha a sra. Ex-princesa imperial, mas essa ideia era vencedora na opinião, e o decreto que a fizer vigorar, não encontrará embaraços em quem quer que seja. (*PACOTILHA*, 1890, p. 03)

Críticas em relação às lideranças do antigo regime também partem do ideário da formação da nova carta magna, por analogia, críticas à princesa Isabel são feitas como forma de exemplificar tipos aos quais as novas bases jurídicas deveriam combater, sua forte ligação com a Igreja Católica, e relatos de sua personalidade voltada intensamente para práticas de cunho católico eram colocadas como impeditivos para comportamento adequado a uma líder; nesta mesma edição, em seção denominada *A república no estrangeiro*, oriunda de telegrama recebido do Rio de Janeiro por correspondente do jornal francês *O Gaulois*, é publicado texto que serviu de base para cobertura da imprensa francesa a respeito dos acontecimentos que levaram à modificação do regime político administrativo. Neste informe, algumas ações da comitiva de D. Pedro são relatadas, no entanto, ao remeter a informações sobre a princesa, é destacada a forte oposição que sofria devido a suas ligações com o clero. Indica o texto que, por exemplo, a maçonaria acusou a princesa de ter implementado a Lei Áurea por influência do clero, tal ação fez sobressair à princesa Isabel grande desconfiança utilizada contra esta nos embates a respeito do exercício de poder (*PACOTILHA*, 1890, p. 03).

O articulista usa as críticas à princesa imperial para introduzir assunto central em seu discurso: a questão da separação entre Estado e religião. Para o articulista, esta questão girava em torno de três tópicos específicos: a liberdade de culto, a secularização dos cemitérios e a instituição do casamento civil. O autor entende que não deveria haver privilégio de uma religião em relação à outra, tal estado inviabilizaria o direito dos estrangeiros em terem livre manifestação de seus credos e crenças, dificultando a estadia destes em solo brasileiro (*PACOTILHA*, 1890, p. 03). A luta pela substituição dos libertos, indesejados em

comparação aos trabalhadores europeus, rendeu críticas ao conservadorismo religioso presente na política brasileira.

Novamente, tal movimento, de crítica ao conservadorismo, acaba sendo realizado em medidas não abrangentes e de caráter mantenedor das discrepâncias em relação aos sujeitos de pele negra e suas formas culturais, pois, em referências às religiões de origem africana, a condição de marginalidade continuou irretocável; para Santos e Ferreira (2019, p. 5-26), estas formas religiosas na Primeira República sofrem situação de intensa repressão. Utilizando como fontes de jornais oriundos de Maceió, capital de Alagoas, acabou observando significativa ação por parte das camadas dirigentes em reprimirem tais manifestações.

Na parte final do texto, o autor passa a tratar de questões de cunho organizacional que a nova constituição deveria enfrentar, dentre estas questões são destacadas na forma federativa de organização (*PACOTILHA*, 1890, p. 03). O autor demonstra não acreditar que a forma federativa seja a melhor configuração administrativa para a nação, pois os Estados estavam acostumados à tutela e cuidado do aparato imperial. Em curto intervalo de tempo estariam com grandes responsabilidades, como a criação de suas próprias constituições em um nível mais abrangente que as anteriores e, ainda, haveria a questão de Estados descontentes, pois perderiam benefícios concedidos no regime anterior.

Esta questão, o problema do grau de liberdade que as antigas províncias da monarquia, agora Estados da República Federativa, em relação ao governo provisório, foi comentada na edição de número 9 em texto assinado por articulista identificado como J. C. Rodrigues, tratando-se da coluna *Soberania dos Estados*, publicada no periódico *Correio Paulistano* (*PACOTILHA*, 1890, p. 03).

Neste texto, o articulista explora como deve ser tratada tal problemática, tendo em vista o risco de dissolução do pacto federativo realizado a partir da revolução de 15 de novembro. Esta possibilidade é encarada como negativa; logo, o texto afasta-se de qualquer caráter separatista. Para o autor, não restam dúvidas que o governo provisório decretou a revolução instituindo uma república federativa, constituindo os Estados Unidos do Brasil, e coloca como ponto importante de observação o decreto de número 1 em seu artigo terceiro, que indica que enquanto não for instituída a lei por intermédio de uma constituinte, os Estados teriam por governantes aqueles que tivessem sido aclamados ou ascendendo ao cargo por intervenção do governo provisório. No artigo sétimo, relata a posição de não aceitação de governo local contrário à proclamação do novo regime político. A possibilidade de separação é colocada como risco que deve ser sanado por meio da força. Entretanto, o autor do texto

coloca características que incidem diretamente no conteúdo do conceito de liberdade então vislumbrado nas análises dos acontecimentos do 13 de maio:

Dias depois, o Governo provisório, com toda a coerência, estendeu o direito do sufrágio a todos os cidadãos maiores, que sabem ler e escrever, e isto sem esperar pela constituição.

Já antes, na proclamação ao povo, o governo provisório, que se diz “simples agente temporário da soberania nacional” tinha falado em nome do “povo, o exército e a armada nacional em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes na província” e é essa a única alusão que se faz as províncias. Aboliu a monarquia, o senado vitalício, o conselho de estado, e dissolveu a câmara, mas nem se falou em federação (*PACOTILHA*, 1890, p. 03)

A autonomia local dos entes estatais, tão cara aos libertos, como citado por Meirelles (1979), incidia sobre o conceito de federalismo e formalizava-se no isolamento de parcelas menos favorecidas da população. Os libertos faziam parte destes setores desprestigiados da liberdade de participar dos negócios do Estado.

A questão da economia também foi tratada. Se o silêncio do governo provisório em relação à federação incomodou o articulista, colocando assim em risco as contas e transações financeiras de caráter estrangeiro, na edição posterior, a de número 10, esta preocupação é colocada ainda em tom de alarme, explicitando exemplos de que a falta de cuidado com o conceito de soberania levou à queda de vários governantes e colocou em risco a unidade de vários países; tratou-se da seção *Soberania dos Estados*, escrita por José Carlos Rodrigues no *Correio Paulistano* (*PACOTILHA*, 1890, p. 04).

No texto da edição sétima do jornal *Pacotilha*, *Cousas Politicas*, na parte final, é colocado o problema das dívidas nacionais com nações estrangeiras. Neste tópico, também é tratado como fundamental, pois o tratamento desta questão seria importante para a manutenção dos investimentos estrangeiros em solo brasileiro e para a manutenção do crédito oriundo de iniciativa externa, demanda eminente das classes mais abastadas (*PACOTILHA*, 1890, p. 03).

O tema gerou análise comparativa de outras nações que optaram pelo mesmo regime governamental, nações que poderiam servir de exemplo para nortear a formulação da nova carta magna. Desta maneira, na edição de número 29 de 1890, é apresentada coluna intitulada *A República Federal da Suíça*. Em sua introdução, é relatado que: “A república que vai se organizar necessariamente terá de ser unitária ou federativa; e parece que afinal será a última forma adoptada por está mais de harmonia com as circunstâncias do Paiz e a opinião nacional.” (*PACOTILHA*, 1890, p. 03); é comentado texto em que o conteúdo das constituições da Suíça e dos Estados Unidos é reproduzido. Isto ocorreu porque estes países

adotaram o sistema federativo que o informe representa ser a decisão adotada pela opinião do público brasileiro. Assim, o jornal *Pacotilha* endossa apoio ao sistema federativo como forma adequada ao modelo estatal brasileiro.

Desta forma, no dia 24 de fevereiro, noticia o *Pacotilha* que “Um telegrama da capital federal, recebido ontem à tarde, comunica que só hoje seria apresentado ao Congresso pela competente comissão a redação definitiva da Constituição da República” (*PACOTILHA*, 1891, p. 02). Na seção *Pacotilha* da edição seguinte, foi noticiada a promulgação da carta magna, assim como por meio de uma série de telegramas publicados na seção *Telegrammas* (*PACOTILHA*, 1891, p. 2).

No texto da coluna *Pacotilha*, *Legem Habemus*, o jornal em análise coloca-se contra o governo provisório, pois entende o articulista que: “Desde hontem às cinco horas da tarde que a nação entrou de posse de si mesma pela promulgação de sua lei constitucional” (*PACOTILHA*, 1891, p. 02). Além disto, entendia que o novo código [...] “affeito por uma educação política liberal a uma vida cercada de todas as garantias e liberdades, asseguradas na lei escripta.” (*PACOTILHA*, 1891, p. 02). O jornal em destaque saudava a Constituição como marca da igualdade entre os cidadãos brasileiros e garantia do usufruto desta igualdade em termos de liberdade. Para Bianchini (1994), a Constituição de 1891, primeira constituição republicana, aderiu às doutrinas cuja isonomia entre indivíduos independentes de quais características de nascimento figuravam como base, porém, estes princípios igualitários não foram capazes de atingir completude nesta carta magna. Entre invisibilidades e atitudes de recusa à inserção de camadas pobres da sociedade aos exercícios institucionais de poder, os debates travados no *Pacotilha* a respeito da primeira constituição republicana não atentavam para as especificidades oriundas do 13 de maio. Trindade (2004, p. 183- 184) relata que:

Para os libertos nada muda, mesmo depois da Lei Áurea (1888). No entanto, propostas de reforma agrária e de educação para os ex-escravos existiram no decorrer da sucessão de leis abolicionistas, pelo menos desde a década de 1870. Ignoradas pelo regime monárquico, essas propostas também permanecem ignoradas pelos constituintes de 1891.

Sessenta e cinco anos depois com o advento da República, as imagens Negativas que as elites têm da população livre no período monárquico continuam muito arraigadas. Na Constituição de 1891 prevalece o compartilhamento de valores que negam a igualdade entre os homens. Terrível herança de uma sociedade escravocrata, que ainda hoje marca, de forma profunda, a sociedade brasileira.

Desta forma, a primeira constituição republicana do Brasil não foi capaz de oferecer aos libertos em 13 de maio segurança e garantias em relação aos direitos alcançados via Lei Áurea. Livres da escravização legalmente institucionalizada, trabalhadores pobres e libertos

viram produtores rurais, grandes comerciantes, e camadas médias urbanas se unirem em torno da República e da nova constituição, enquanto seus direitos e cidadania ganhavam configuração secundária. “Do ponto de vista de hoje abolicionistas e escravistas foram igualmente arrastados para longe dos interesses de sua causa unindo-se ao movimento republicano”. (*PACOTILHA*, 1891, p. 03).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo referente ao fim das instituições escravistas no Brasil estendeu-se durante todo o segundo reinado. As críticas feitas à presença da escravização de trabalhadores de pele negra legalmente institucionalizada remontam ao período de gênese da constituição do Brasil enquanto nação independente. Entretanto, com a frequente atitude de reprovação do Império inglês mediante a situação presente em terras brasileiras, as camadas dirigentes locais instituíram formas de preservação das instituições escravistas sem que as estas entrassem em colisão com uma série de tratados e leis que atendiam às pressões externas e internas pelo fim do trabalho compulsório legalizado.

Estas formas seguiram dois aspectos básicos: primeiro, o silenciamento da presença dos indivíduos negros em relação aos ordenamentos estatais, transformando tais sujeitos em presença ambígua, disforme, homens e mulheres no limiar entre uma possessão ou mercadoria podendo, desta maneira, sofrerem todas as implicações das relações de propriedade em referência aos senhores escravocratas. Esta invisibilidade perpassava, também, pelo ato de ignorar as possíveis implicações morais, éticas e legais negativas que o comércio de escravizados proporcionava. Em segundo aspecto, este mesmo comércio criou possibilidades de alcance de liberdade por meio de ações de alforria aos trabalhadores escravizados. Durante o Segundo Reinado, os escravizados puderam alcançar liberdade rompendo com as relações de dominação em que estavam imersos, porém, tal liberdade possuía limites cujas implicações eram a busca por um padrão de existência social destinado aos indivíduos escravizados em que mesmo estes ao alcançarem a liberdade continuassem posicionados negativamente em relação aos meios de produção e acumulação de capital, assim como no que diz respeito aos espaços de exercício de poder, em lugar de segregação e inferioridade.

Desta forma, a liberdade oferecida aos indivíduos de pele negra constituía uma autonomia com base em um espaço específico de atuação, demarcado pela posição em referência aos meios produtivos em alusão aos padrões negativos, pejorativos, segregacionais. Libertava-se do julgo do senhor de escravo e do capataz, mas não da posição de subalternidade das novas relações que surgiam no vácuo das instituições escravistas.

Com o 13 de maio, ocorreram pressões para que a liberdade facultada aos trabalhadores de pele negra perpassasse por posição na qual o poder de livre iniciativa e autonomia fosse limitado e vigiados nas mesmas bases do período de luta pela abolição, liberdade com mínimas possibilidades de mobilidade ou modificações das posições mediante os meios de produção e exercício de poder. De tal assertiva provém a forte insistência do uso

do termo liberto nos editoriais, colunas e transcrições, assim como de expressões e outros termos semelhantes ou sinônimos ao termo ordem, nas páginas do *Pacotilha*. Desta forma, o termo liberto continuou como item de análise no *Pacotilha* no pós-abolição.

Assim, entre os anos de 1890 até 1908, todas as edições do *Pacotilha* datadas dos respectivos dias de aniversário de proclamação da Lei Áurea, 13 de maio, realizaram publicações ou editoriais em comemoração ao fim do trabalho compulsório legalizado em terras brasileiras, exceto, quando o dia 13 de maio coincidiu com o dia de domingo, neste caso nos anos de 1906, 1900 e 1894.

Os textos referentes à comemoração do 13 maio eram compostos por três partes constantes, sendo estas: breve histórico da escravidão e das lutas abolicionistas, exaltação de autoridades consideradas importantes a abolição e crítica a situações de cunho político. Estes textos não possuíam assinatura. Os libertos, em geral, eram invisibilizados e silenciados, sendo que estes textos compunham espaço de formulação de memória. Por meio de representações, os escravizados pouco fizeram em prol dos acontecimentos que marcaram a implementação da Lei Áurea; os libertos eram representados como sujeitos passivos no processo. Nestes textos, assim como nas edições presentes no recorte histórico desta pesquisa, não observamos tratamento específico e sistematizado em relação a uma possível conceituação de gênero mediante o conceito de libertos.

Mediante este contexto de formalização de representações sobre os libertos, o *Pacotilha* tornou-se de imediato um espaço para apresentação de proposta para superação do trabalho escravizado em direção a formas laborais livres. No entanto, o *Pacotilha* posicionou-se a favor dos interesses ligados aos produtores rurais e comerciantes de larga escala. Desta forma, as representações dos libertos em 13 de maio neste jornal estavam direcionadas para qualificações negativas: os libertos eram compreendidos como sujeitos naturalmente suscetíveis ao ócio, imoralidade e criminalidade. Caberiam às classes detentoras dos meios de produção a liderança, a iniciativa e o desenvolvimento.

A implantação da República e movimentos em prol de sua declaração foram experimentados pelo *Pacotilha* como conjunto de acontecimentos e processos marcantes. Este periódico envolveu-se diretamente na complexa rede de interesses e eventos relativos à mudança de regime político-administrativo no Maranhão. A figura do liberto estava fortemente ligada, tanto pela sua participação, como pelo seu surgimento como categoria, agora, inerente ao pós-abolição, às análises do periódico sobre tal contexto.

Desta forma, adentravam as camadas dirigentes com maior ímpeto na República, que, por sua vez, acabou por unir em torno de seus correligionários os abolicionistas do

período monárquico. Assim, desnudam-se os libertos enquanto entes que adentram a República com vistas ao passado mediante os riscos do novo regime e dos rearranjos que este proporcionava.

O termo liberto nas páginas do *Pacotilha* passava a vigorar no pós emancipação como lugar de fixação e construção de memória; fixação porque reiterou e buscou imobilizar a posição social dos “novos” cidadãos, cimentando-os em posição de inferioridade e subalternidade. Era espaço linguístico de construção de memória porque traz em si uma série de representações que invocam um passado que sempre vem à tona, a escravidão: são homens e mulheres livres, porém, foram libertados; logo, a cidadania da qual desfrutavam era artificial, criada no 13 de maio e, portanto, incompatível e inferior ao status das classes dominantes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Juliana A. de. **A Reflexividade nos Discursos Identitários da Capoeira**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Educação Física e Desportos, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2008.
- ANDRADE, Antônia de C. **Laços de compadrinho entre escravizados no sul do Maranhão (1854 – 1888)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.
- ARAUJO, Ana C.P. **Identidade afrodescendentes em vencidos e degenerados, de Nascimento Moraes**. Dissertação. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Estadual do Piauí. Teresina. 2017.
- ARAÚJO, Adriana G. de. **Em nome da cidade vencida: A São Luís republicana em José do Nascimento Moraes (1889 a 1920)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2011. p. 86.
- AZEVEDO, Aluizio. **O Mulato**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret. 2010
- BADARÓ MATTOS, Marcelo. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 33-56, nov, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006
- BARROS, Jerônimo D.E. de. **Impressões de um Tempo: a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro (1747-1750)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- BARROS, José de A. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BASÍLIO, Romário, S; GALVES, Marcelo, C; PINTO, L.G.C. **Vendem-se impressos a preços cômodos na cidade do Maranhão**. São Luís: Editora UEMA, 2019.
- BEATRIZ NIZZA DA SILVA, Maria. **Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): Cultura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Eduerj, 2007.
- BEZERRA, Mariza P. **Nos sertões do norte: saúde pública e saneamento no Maranhão (1889-1930)**. 2019. Tese (Doutorado em História da Ciência e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História da Ciência e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocru, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2019.

BIANCHINI, Alice. **As (des) igualdades jurídica e política entre os sexos no direito constitucional brasileiro**. 1994. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro Sócio-Econômico, Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulário Portuguez & Latino, áulico, anatômico, architetonico [...]. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, v. 1728.

BOFF, Virginia F. **Educação no pós-abolição: a escolarização de afrodescendentes em Florianópolis–SC (1888–1930)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifício Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BOSI, Alfredo; CAPINHA, Graça. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1988.

BRETAS, Marcos L; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 162-173, jan/jul, 2013.

CALDEIRA, José Ribamar Chaves. **Origens da Indústria no Sistema Agroexportador Maranhense: estudo micro-sociológico da instalação de um parque fabril em região do nordeste brasileiro no final do século XIX**. 1988. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo – São Paulo, 1988.

CAMILO, Vagner. Entre "o Romantismo tão gasto e o Realismo tão vasto": os tableaux de Joaquim Serra e o ecletismo. **Teresa**, São Paulo, n. 12-13, p. 384-420, dez, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/99407>. Acesso em: 12 jan. 2021

CAMPOS, Gustavo de A.; SILVA, Flávia M.S.P. da. Polícia e Segurança: o controle social brasileiro. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. SPE.2, p. 208-222, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v38nspe2/1982-3703-pcp-38-spe2-0208.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

CANELAS, Letícia G. **Franceses" quarante-huitards" no Imperio dos Tropicós (1848-1862)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CARVALHO, José M. de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José M. de. Os três povos da República. **Revista USP**, n. 59, p. 96-115, 2003.

CARVALHO, José M. de. **A construção da ordem e Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Editorial da UFRJ/Relume Dumará, 1996. p. 199.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

CARVALHO, Kátia de. Imprensa e informação no Brasil, século XIX. **Ciência da informação**, Brasília, v. 25, n. 3, dez, 1996a. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/about> Acesso em: 02/03/2020.

CARVALHO, Marcus de J.M. de. Cidades Escravistas. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018. Pg,158.

CARVALHO, Roberto, S. **A atividade editorial em São Luís do Maranhão – memórias do passado, realidade presente**. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Editoriais) - Universidade de Aveiro, Aveiro, 2011.

CATOIA, Cinthia C. A produção discursiva do racismo: Da escravidão à criminologia positivista. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 259-278, mai/ago, 2018.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, jan/abr, p. 173-191, 1991. Pg, 183. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext. Acesso em: 12 ago., 2021

CLÁUDIO, Afonso. **História da propaganda republicana**. Vitória: Graf. Espírito Santo, 2002.

CORRÊA, Amélia S. Imprensa política e pensamento republicano no Paraná no final do XIX. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 139-158, fev, 2009.

COSTA, Emilia V. da. A concepção do amor e idealização da mulher no romantismo. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 4, 1963. Pg, 47.

COTA, Luiz G.S. Não só “para inglês ver”: justiça, escravidão e abolicionismo em Minas Gerais. **História Social**, Campinas, v. 2. n. 21, p. 65-92, dez, 2011.

CRUZ, Mariléia, dos S. Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX. IN: FONSECA, Marcos Vinicius; DE BARROS, Surya Aaronovich Pombo (Orgs). **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: Editora Eduff, 2016. P. 163 – 190.

DINIZ, Leudjane M.V. **Nas linhas da literatura: um estudo sobre as representações da escravidão no romance O mulato**, de Aluísio Azevedo. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2008. p. 40.

DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, 2009.

DURANT, Ariel, W. **A História da Civilização: a era de Napoleão**. 2. ed. São Paulo: Editora Record, 1988.

DURIGUETTO, Maria L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr/jun, 2014.

ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1998. p. 15.

FANINI, Angela M. R. **Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo**: aventuras periféricas Tese de doutorado Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FEITOSA, Danilo da S. **Do Bucólico, Cutim ao bairro Anil**. 2016. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Exatas e Naturais, Departamento de História e Geografia, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

FERRAZ, S.E. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 25, n. 62, p. 63-91, jun. 2017.

FERREIRA, Carlos E. **Teatro São Luiz**: entretenimentos e sociabilidades na capital da província do Maranhão na segunda metade do século XIX. 2018. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

FIGUEIREDO, Margareth G. de; VARUM, Humberto; COSTA, Aníbal. Aspectos da arquitetura civil edificada no século XIX, em São Luís do Maranhão, Brasil. **Conservar Patrimônio**, Lisboa, n. 15, p. 43-68, dez, 2012.

FINLEY, Moses I. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FRAGA, Walter. Pós-abolição: o dia seguinte. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos S. (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

FRAZÃO GOMES, Danilo. **Burlar a lei e zombar da ordem**: estratégias de resistência do sujeito escravizado em São Luís, década de 1870. 2017. Monografia (Graduação em História) – Curso de História, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

GALVES, Marcelo C. Dirigir e retificar a opinião pública”: os primeiros anos da tipografia nacional do Maranhão (1821-1823). *IN: Histórias sobre o Brasil no Oitocentos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2016.

GATO, Matheus. **O Massacre dos Libertos**: sobre raça e república no Brasil (1888-1889). São Paulo: Editora Perspectiva, 2020.

GAZÊTA, Arlene A.B. **Uma contribuição à história do combate à varíola no Brasil**: do controle à erradicação. 2006. Tese (Doutorado em História da Ciência e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 2006.

GIMENES, Roseli. **Literatura brasileira**: do átomo ao bit. 2016. Tese (Doutorado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2016. Pg. 49.

GOMES, Flávio dos S.; DOMINGUES, P. **Da nitidez e invisibilidade**: legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2013.

FARIA, Regina, H. M. de. **Em nome da ordem**: a constituição de aparatos policiais no universo luso-brasileiro (séculos XVIII e XIX). 2007. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

FARIA, Regina, H. M. de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista**: os descaminhos da liberdade. São Luís: Editora EDUFMA, 2012.

INEÊS CÔRTEZ DE OLIVEIRA, Maria. **O liberto**: o seu mundo e os outros: Salvador, 1790/1890. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2o_liberto._o_seu_mundo_e_os_outros._salvador_1790-1890.pdf Acesso em: 12/03/2020.

JESUS, Matheus G. de. Astolfo Marques e as festas populares maranhenses. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 48, p. 337-360, jan, 2013.

JORGE, Sebastião. **A linguagem dos pasquins**. São Luís: Lithograf, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC Rio, 2014.

LAGO, João D.A.C. do. O tráfico de escravos, a pressão inglesa e a Lei de 1831. **Revista HEERA**, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p. 95-114, jul/dez, 2012.

LIMA, Carlos, de. **História do Maranhão**. 2.ed. São Luís: Instituto Geia, 2010..

LIMA, Valéria. **A sociedade e a natureza na paisagem urbana**: análise de indicadores para avaliar a qualidade ambiental. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, São Pulo, 2013.

LÔBO, Antônio. **Os novos atenienses: (subsídio para a história literária do Maranhão)**. Academia Maranhense de Letras, 1970.

LOPES, Aristeu E.M.L. As modas de Berlim: A guerra franco-prussiana nas ilustrações do periódico fluminense *Semana Ilustrada* (1870-1871). **Histórica**, São Paulo, n. 34, p. 20 – 29, 2009.

LUCA, Tania R. de. História dos, nos e por meio da imprensa. *IN*: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

LUDWING DIHL, Tuane. **Plurais (in) visibilidades**: representações republicanas sobre o negro (jornal *A Federação*-RS, 1884–1903). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

LYNCH, Christian E. C.; SOUSA NETO, Claudio P. de. O constitucionalismo da inefetividade: a Constituição de 1891 no cativo do estado de sítio. **Revista Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1. p. 85-136. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/9874> Acesso em: 12 dez. 2019

MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial, 1808-1889: panorama da história do Brasil no século XIX**. Maringá: Eduem, 1999. p. 76.

MAMIGONIAN, Beatriz G.; GRINBERG, Keila. Lei de 1831. *In*: SCHWARCZ, Lília Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018. P. 285 – 291.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 33-56, nov, 2007.

MEIRELES, Mário M.; MORAES, Jomar. **Dez estudos históricos**. São Luís: Alumar Cultura, 1979. Pg, 106.

MEIRELLES, Juliana, G. **A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)**. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015.

MENDONÇA, Joseli, M.N.M. Legislação Emancipacionista, 1871 e 1885. *In*: SCHWARCZ, Lília Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018. P, 277 – 284.

MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluísio Azevedo Vida e Obra**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

MOLINA, Diego A. A Meditação de Gonçalves Dias. A natureza dos males brasileiros. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 235-252, abr, 2016. Pg, 238.

MORAES, Nascimento. **Vencidos e Degenerados**. 4. ed. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000. p. 28.

MORAES, Renata F. “A Cidade Vestiu-se de Gala”- as outras festas de maio de 1888. *In*: ABREU, Martha. **Histórias do Pós Abolição no mundo Atlântico: Identidades e projetos políticos**. v. 3. Niterói: Editora da UFF, 2014. Pg, 54.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)**. 1.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional sobre Relações Raciais e Educação – PENESB, 05/11/2003. Disponível em <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=5>

NASCIMENTO, Carla S.. **O Barão de Cotegipe e a crise do Império**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Pg, 57.

NASCIMENTO, Carla S. do. A “Questão Militar”: indisciplina e crise política em meio à crise hegemônica imperial. **Militares e Política**, Rio de Janeiro, n. 4. Jan/jun, p. 7 – 22, 2009.

NETO LEMOS, Renato L do C. A justiça militar e a implantação da ordem republicana no Brasil. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, jan/jun, p. 60-72, 2012.

OLIVEIRA, Hector; FARIAS, Ismael; VILAR MELO, Débora; SILVA, Vibio. A importância das primeiras tipografias no Brasil para a construção da memória e do patrimônio social. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/70417> Acesso em: 12 mar. 2019.

PACHÊCO FILHO, Alan K. G. **Varando Mundos: Navegação Fluvial no Vale do rio Grajaú**. 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

PACHECO, C. de M. R.; ALVES, Jossilene L.. Estado Sanitário na província do Maranhão (1850/60). In: II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista. 2., 2011. **Anais...** São Luís: Editora UEMA, 2011.

PALHANO, Raimundo N. S. **A produção da coisa pública: serviços e cidadania na primeira república: republica ludovicense**. São Luís: IPES, 1988.

PATTO, Maria H. S. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 167-198, abr, 1999.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PRADO JUNIOR, Caio. É Preciso Deixar o Povo Falar. In MOTTA, L. D. **A história vivida**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1981.

PELLEGRINI, Tânia. Realismo: a persistência de um mundo hostil. **Revista brasileira de literatura comparada**, Porto Alegre, v. 11, n. 14, p. 11-36, 2009. Disponível em: <https://revista.abralic.org.br/index.php/revista/issue/view/14/showToc> Acesso em: 07 abr. 2019

PEREIRA, Elivaldo C. **Vapores e canoas sobem e descem nas águas do rio Grajaú: integração comercial e política entre São Luis e o Centro-Sul maranhense, (1884-1929)**. 2007. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais, Departamento de História e Geografia, São Luís, 2007.

PEREIRA, Josenildo de J. Vida de Escravo: trabalho e cotidiano no Maranhão do século XIX. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa; JUNIOR, Reinaldo dos Santos Barroso. **O Maranhão e a Escravidão Moderna**. São Luís: EDUEMA, 2016.

PEREIRA, Josenildo de J. **As representações da escravatura na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.

PEREIRA, Marcio R. da S. **A organização social do espaço urbano de São Luís-MA**. 2017. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. p. 45.

PEREIRA, Paulo E. de S. **Entre fronteiras: o Arraial do Príncipe Regente e o devassamento do Alto Itapecuru no século XIX**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e narrativas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

PINHEIRO, Mayara, C. A natureza como elemento de permanência da tradição: uma relação comparativa entre Gonçalves Dias e Ferreira Itajubá. **Imburana: revista do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-Rio-Grandenses**, Natal, v. 2, n. 4, p. 78-89, out, 2011. Pg, 81.

PINHEIRO, Roseane, A.; HOHLFELDT, Antonio. JORNALISMO E DISCURSO: as representações sobre o leitor nas páginas de O Conciliador do Maranhão (1821-1823). **Revista Observatório**, v. 3, n. 1, p. 258-279, 2017.

RIBEIRO, Raquel, A. O. da. **Romantismo: contextualização histórica e das artes**. 2010. Tese (Doutorado em Música) – Escola Superior de Artes Aplicadas, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco, 2010. Pg, 06. Disponível em: <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/656/1/Romantismo.pdf> Acesso em: 12 abr. 2019.

RIOS, Ana M.; MATTOS, Hebe, M. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

ROLIM FILHO, Claudiomar M. **Formação econômica do Maranhão: de província próspera a estado mais pobre da federação, o que deu tão errado?** Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

RUSSEL-WOOD, Anthony J.R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista brasileira de história**, v. 18, n. 36, p. 187-250, 1998. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/revistas-anpuh/rbh> Acesso em: 12 ago. 2019

SALLES, Ricardo. Café e escravidão. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; Dos Santos Gomes, Flávio (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018. P. 123 -129. p. 123.

SAMPAIO, Eliane Silva; GOMES, Delfina Rosa Rocha; DE SANTANA PORTE, Marcelo. História da contabilidade eo gênero feminino: o caso Anna Jansen, a rainha do maranhão (Sec. XIX). **De Computis-Revista Española de Historia de la Contabilidad**, v. 14, n. 26, p. 59-89, 2017.

SANTOS, Rosmália R. Individualismo romântico e modernidade democrática: uma configuração mútua. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 23, p. 89-101, nov, 2004.

SANTOS, Christina Aparecida dos. **Bartolomeu De Las Casas: O educador das Índias**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

SÃO LUÍS Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem = SAN Luis Isla de Marañón y Alcántara: guía de arquitectura y paisaje. -- Ed. bilingüe. -- Sevilla : Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008 448 p. : il. fot. col. y n. ; 26 cm + Plano guía de arquitectura.-- (Guías de Arquitectura).

SAYRE, Robert; LÖWY, Michael. Romantismo como visão feminista: a busca de Christa Wolf. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 19, p. 9-33, dez, 1996. Pg. 10. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31731996000100001&lng=pt&tlng=pt Acesso em: 04/12/2020.

SILVA, César Agenor Fernandes da. **O Correio Braziliense e seu projeto de civilização (1808-1822)**. 2006. 132 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

SCHEFFER, Rafael da C. da. **Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2006.

SCHULTZ, Kirsten. Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 24, p. 5-27, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042008000100002&lng=pt&tlng=pt Acesso em: 04/08/2020

SCHWARCZ, Lilian M. **Nem Preto Nem Branco, Muito Pelo Contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. 1. ed. São Paulo: Editora Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lília M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Aline, F. de P. **A lei de 1831 e os caminhos da liberdade através do judiciário no século XIX**. 2019. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito do Recife, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SILVA, Camila, F.S. **“Ser elegante”**: Mulher, moda, corpo e sociabilidade em São Luís/MA (1890-1920). 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2016.

SILVA, Daniele F. da. **Colonialismo e fiscalidade na capitania de Pernambuco (1770-1793)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SILVA, Denílson de C. **O Drama Social da Abolição: Escravidão, liberdade, trabalho e cidadania em São João Del-Rei, Minas Gerais (1871-1897)**. 2011. Dissertação (Mestrado em

História Social), Instituto de Ciências Humanas e filosóficas, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Diana R. da. Intelectuais da educação e o incentivo à escolarização primária no Maranhão. **Olhares: Revista Do Departamento De Educação Da Unifesp**, Guarulhos, v. 7, n. 3, p. 147-165, nov, 2019.

SILVA, Iraneide, S. da. **É preta, é preto em todo canto da cidade:** história e imprensa na São Luís/MA (1820-1850). 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Trabalho e Movimentos Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. p: 61-62.

SILVA, João, R. C. **A construção do patrimônio:** a trajetória de preservação do Centro Histórico de São Luís, 2009. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

SILVA, Kalina, V.; SILVA, Maciel H. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Editora Contexto, 2005.

SILVA, Paulo Ricardo Moura da. **O naturalismo como técnica de representação realista:** uma proposta teórico-crítica para BaléRalé, de Marcelino Freire. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. São José do Rio Preto. 2016. p. 17.

SILVA, Régia A. da. **A escravidão no Maranhão:** Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX. 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, Tito, L.C.R. A Revolução de 1817 e o primeiro modelo de Constituição no Brasil: uma análise histórica e jurídica do movimento à luz da Teoria do Poder Constituinte. **RFD-Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, n. 27, p. 190-209, 2015.

SOARES DA SILVA, Iraneide. **É preta, é preto em todo canto da cidade:** história e imprensa na São Luís/MA (1820 - 1850). 2017. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2017.68>.

SOARES, Márcia M.; MACHADO, José Ângelo. **Federalismo e políticas públicas.** Brasília: Enap, 2018. Pg, 72

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SOUZA BARROS, Clayton. **Eletricidade em Juiz de Fora:** modernização por fios trilhos (1889 – 1915). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

SOUZA, Gilda de M. e. **O espírito das roupas:** a moda no século dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TRINDADE, Sérgio, L.B. Constituição de 1891: as limitações da cidadania na República Velha. **Revista da FARN**, v. 3.n.1/2, jul, p. 175 – 189, 2004. P, 183-184. Disponível em: <http://revistas.unirn.edu.br/index.php/revistaunirn/article/view/98/110> Acesso em: 03/12/2019

VICTOR VIEIRA, Martha. O surgimento da imprensa política e a retórica da opinião pública na província de Goiás. **História Revista**, v. 21, n. 3, p. 126-142, 2016. p. 126.

VIEIRA, Eduardo P. de P; MARTINS, F.F. Aspectos históricos e epistemológicos relacionados ao conceito de raça humana e a formação de professores de ciências e Biologia. **Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas**, Belém, v. 11, n. 22, p. 22-33, jun, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/2436> Acesso: 16/12/2020

VILLALTA, Luiz, C. Pernambuco, 1817," encruzilhada de desencontros" do império luso-brasileiro. notas sobre as idéias de pátria, país e nação. **Revista USP**, n. 58, p. 58-91, 2003. p. 76.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Quadros da vida maranhense**. [O positivismo no Maranhão]. Texto estabelecido e ordenado a partir das fontes, com notas de Sebastião Moreira Duarte. São Luís: Edições AML, 2019. P. 9.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio no Maranhão, 1612-1898**. São Luís: Associação Comercial, 1954.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Quadros da Vida Maranhense**. Velhos jornais do Maranhão. São: Edições AML, 2019. Pg, 12.

WANDERLEY, André de S. **Visões do Ultrarromantismo**: melancolia literária e modo ultrarromântico. 2010. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

WERNEC SODRÉ, Nelson. **História da imprensa no Brasil**. Mauad Editora Ltda, 1998.

XAVIER BRAS, Helayne. Porões e Salões, Mundos Antagônicos em uma Sociedade Hierarquizada: representações sociais de São Luís do Maranhão no romance de José Nascimento Moraes (1900-1915). *IN*: Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar, 6, 2012, Teresina. **Anais Eletrônicos**. Uberlândia. GT Nacional de História Cultural. 2012. p. 1 – 10. p. 03.

Fontes Utilizadas

BRASIL, Lei Nº 2040, 28 de setembro de 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 22 nov. 2019. 22:00

BRASIL. Lei 581, de 4 de setembro de 1850. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/125-anos-da-lei-aurea/1850-lei-eusebio-queiroz.-o-trafico-negreiro.-historcio-da-lei-581-de-4-de-setembro-de-1850>. Acesso em: 22 nov. 2019. 22:00

BRASIL. Lei de 7 de setembro de 1831. 15 nov. 1831. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html ac 10.11.2019. Acesso em: 11 dez. 2019. 22:00

BRASIL. Lei. 3270, de 28 de setembro de 1885. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/31/lei-dos-sexagenarios-completa-130-anos>. Acesso em: 2 nov. 2019. 23:00.

DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís, 12 mai. 1874. Seccão Geral. Disponível em : <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720011&pasta=ano%20187&pesq=lei>

DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís, 16 Out. 1855. Pg, 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720011&pasta=ano%20185&pesq=Libertos&pagfis=41>

DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís: 25 Mai. 1887. P.1. Acesso em: 2 nov. 2019. 23:00.

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000100.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019. 22:00

<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/senado-e-camara-aprovaram-lei-aurea-em-5-dias>. Acesso em: 22 nov. 2019. 22:00

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&PagFis=3518&Pesq=junta%20classifica%0c3%a7%0c3%a3o%20escravos. Acesso em: 22 nov. 23:00

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=liberto. Acesso em: 20 dez. 2019. 22:00.

O CONCILIADOR DO MARANHÃO. São Luís: 15 Abr. 1821. Maranhão 14 de Abril. Pg, 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749524&pasta=ano%20182&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 2 nov. 2019. 23:00.

O ENSAIO, ÓRGÃO ESTUDANTIL. São Luís, 13 Set. 1890. Algumas palavras sobre nossa instrução, Pg. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=710490&Pesq=Libertos&pagfis=4>. Acesso em: 2 out. 2019. 22:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís 02 Jun. 1888. Publicações a pedidos. Pg, 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=Libertos&pagfis=7980. Acesso em: 23 nov. 2019. 23:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís 30 Jan. 1889. Victor Hugo, Gambetta Thiers. Pg, 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=trabalho%20libertos&pagfis=8844. Acesso em: 2 out. 2019. 13:00.

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 01 Fev. 1889. A política em 1888, pg. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=cidad%c3%a3o&pagfis=8850. Acesso em: 15 nov. 2019. 15:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 02 Fev. 1890. A República Federal da Suíça. Pg. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=Libertos&pagfis=9773. Acesso em: 10 nov. 2019. 10:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 03 Fev. 1889. Pg. 02. Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=Libertos&pagfis=8854. Acesso em: 2 dez. 2019. 14:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 03 Fev. 1890. A república Federal da Suíça. Pg. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=Libertos&pagfis=9777. Acesso em: 2 nov. 2019. 23:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 04 Jan. 1890. Pela Ordem. Pg, 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22Silveira%20da%20Motta%22&pagfis=9682. Acesso em: 10 out. 2019. 23:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 05 Fev. 1888. Escola de Aprendizes Marinheiros. Pg, 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22tratamento%20de%20variola%22%22&pagfis=7515 Acesso em: 5 nov. 2019. 09:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 05 Set. 1890. Pg, 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22companhia%20ferro%20carril%22&pagfis=10677. Acesso em: 2 ago. 2019. 13:00.

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 06 Jan. 1888. Pg, 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22tratamento%20de%20variola%22%22&pagfis=7393. Acesso em: 10 out. 2019. 23:00.

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 08 Jan. 1889. Pg, 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=Libertos&pagfis=8762.

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 09 Ago. 1890. Mulher Corajosa. Pg, 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=idalia%20fran%C3%A7a&pagfis=10501. Acesso em: 10 out. 2019. 23:00

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 09 Jan. 1890. Pg. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22Silveira%20da%20Motta%22&pagfis=9693. Acesso em: 10 out. 2019. 23:00

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 09 Mai. 1881. Pg, 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22companhia%20ferro%20carril%22&pagfis=145. Acesso em: 10 out. 2019. 23:00

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 10 Jan. 1890. Cousas políticas. Pg. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22Silveira%20da%20Motta%22&pagfis=9697. Acesso em: 13 out. 2019. 23:00

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 11 Dez. 1886. Pg, 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22inscri%3%a7%3%a3o%20%20ao%20inspetor%20da%20instru%3%a7%3%a3o%20p%3%abablica%22&pagfis=5953. Acesso em: 10 out. 2019. 23:00

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 11 Jan. 1888. Ir a Roma e não ver o papa. Pg, 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22inscri%3%a7%3%a3o%20%20ao%20inspetor%20da%20instru%3%a7%3%a3o%20p%3%abablica%22&pagfis=7413. Acesso em: 10 set. 2019. 23:00

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 12 Jan. 1890. Pg, 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22Silveira%20da%20Motta%22&pagfis=9705. Acesso em: 10 set. 2019. 23:00

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 12 Mai. 1888. Ao comércio e a lavoura. Pg, 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=Libertos&pagfis=7905. Acesso em: 20 set. 2019. 11:00

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 12 nov. 1888. pg 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22Associa%3%a7%3%a3o%20comercial%22&pagfis=7908. Acesso em: 20 set. 2019. 11:00

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 13 de Mai. 1888. Pg, 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=Libertos&pagfis=7904. Acesso em: 20 set. 2019. 11:00

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 13 Jan. 1890. *Soberania das províncias*. Pg, 04. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22Silveira%20da%20Motta%22&pagfis=9710. Acesso em: 20 set. 2019. 11:00.

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 13 Mai. 1888. Ao comércio e a lavoura. Pg, 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=Libertos&pagfis=7905. Acesso em: 25 set. 2019. 12:00

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 13 out. 1885. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&PagFis=3518&Pesq=junta%20classifica%3%a7%3%a3o%20escravos. Acesso em: 3 jan. 2020. 23:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 14 Mai. 1888. Publicações a pedidos. Pg, 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22Associa%20a7%20comercial%22&pagfis=7908

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 14 out. 1885. Tópicos do Dia. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&PagFis=3518&Pesq=junta%20classifica%20a7%20escravos. Acesso em: 22 dez. 2019. 22:00.

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 14 Set. 1900. Pg, 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=Libertos&pagfis=23172

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 15 Dez. 1890. Pg, 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=Libertos&pagfis=10989

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 16 Ago. 1881. Pg, 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22inscri%20a7%20ao%20inspetor%20da%20instru%20a7%20p%20bablica%22&pagfis=452

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 16 Nov. 1889. Última Hora. Pg. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=libertos%20e%20liberto&pagfis=9532. 3 jan. 2020. 23:00.

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 18 Nov. 1889. *Pacotilha*. Pg. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=libertos%20e%20liberto&pagfis=9536. 3 jan. 2020. 23:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 18 Nov. 1889. Pg, 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=Libertos&pagfis=9538. 3 jan. 2020. 23:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 18 Out. 1889. Cousas políticas, pg. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=Libertos&pagfis=9436

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 19 Fev. 1889. O mundo marcha. Pg, 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=Libertos&pagfis=9410. Acesso em: 3 fev. 2020. 19:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 19 mai. 1884. Transcrição, pg 2. Disponível em:

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 19 Nov. 1889. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=libertos%20e%20liberto&pagfis=9540. Acesso em: 3 fev. 2020. 19:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 19 Set. 1890. Pg, 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22companhia%20ferro%20carril%22&pagfis=10885

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 1p Abr. 1881. *Pacotilha*. Pg, 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22botequim%20do%20lopes%20e%20almeida%22&pagfis=73. Acesso em: 5 mar. 2020. 17:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 20 Nov. 1889. Pg. 03. Disponível em : http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=libertos%20e%20liberto&pagfis=9546. Acesso em: 5 mar. 2020. 17:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 21 Abr. 1887. Cortes e Recortes. Pg, 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=Libertos&pagfis=6393. Acesso em: 5 mar. 2020. 17:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 21 mai. 1884. Transcripçã. Pg 2. Disponível em:

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 22 dez. 1884. Pg, 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=Libertos&pagfis=3506. Acesso em: 15 mar. 2020. 13:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 23 Ago. 1890. Pg, 04. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=Libertos&pagfis=10559. Acesso em: 15 mar. 2020. 13:00.

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 23 Out. 1891. A obra da abolição. Pg, 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22obra%20da%20aboli%20c%27%20a%20o%22&pagfis=12192. Acesso em: 15 mar. 2020. 13:00.

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 23 Out. 1891. A obra da abolição. Pg, 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22obra%20da%20aboli%20c%27%20a%20o%22&pagfis=12192. Acesso em: 15 mar. 2020. 13:00.

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 24 Abr. 1885. Parlamento, Senado. Pg, 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=Libertos&pagfis=3913. Acesso em: 15 mai. 2020. 15:00.

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 24 Fev. 1891. Pg, 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=constitui%20c%27%20a%20o&pagfis=11260. Acesso em: 15 mai. 2020. 15:00.

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 25 Fev. *Pacotilha*. Pg, 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=constitui%c3%a7%c3%a3o&pagfis=11264. Acesso em: 15 mai. 2020. 15:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 26 dez. 1884. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&PagFis=3518&Pesq=junta%20classifica%c3%a7%c3%a3o%20escravos. Acesso em: 23 dez. 2019. 23:00

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 26 Jan. 1889. A Política em 1888. Pg, 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=trabalho%20libertos&pagfis=8830. Acesso em: 23 dez. 2019. 23:00

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 26 set. 1890. Pg, 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22companhia%20ferro%20carril%22&pagfis=10677. Acesso em: 23 dez. 2019. 23:00

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 27 Abr. 1881. Pg, 04, Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22companhia%20ferro%20carril%22&pagfis=105. Acesso em: 23 dez. 2019. 23:00

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 27 Fev. 1883. Despachos. Pg, 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=Libertos&pagfis=1030. Acesso em: 13 nov. 2019. 21:00

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 28 mai. 1885. Transcrição. Pg 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=Libertos&pagfis=1263. Acesso em: 13 nov. 2019. 21:00

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 29 Abr. 1883. Litteratura, a poesia brasileira contemporânea. Pg, 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=Libertos&pagfis=1263. Acesso em: 13 nov. 2019. 21:00

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 29 Jul. 1889. Pg, 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22Ouro%20Preto%22%20%22Candido%20de%20Oliveira%22&pagfis=9154. Acesso em 25 mai. 2019. 22:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 30 Out. 1880. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=Libertos&pagfis=2. Acesso em 25 mai. 2019. 22:00.

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís, 5 jan. 1889. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=cidadania&pagfis=8756. Acesso em 25 mai. 2019. 22:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luis, 6 ago. 1888, pg. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=Libertos&pagfis=33. Acesso em 22 jan. 2019. 22:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís, 13 fev. 1883. Publicações a Pedidos. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=liberto. Acesso em 22 jan. 2019. 22:00.

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís: 10 Set. 1888. Pg, 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=realismo&pagfis=8352. Acesso em 22 jan. 2019. 22:00.

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís: 16 Mai. 1881. Os jornaes. Pg, 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=suic%20c3%20addio%20romantismo&pagfis=169. . Acesso em: 17 nov. 2019. 24:00

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís: 18 Mar. 1889. Anthropologia Criminal, Sciencia. P. 02. Acesso em: 17 nov. 2019. 24:00

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís: 20 Out. 1894. A ESTRUTURA HUMANA. P. 3

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís: 21 Dez. 1880. Pg, 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=Libertos&pagfis=33. Acesso em: 17 nov. 2019. 24:00

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís: 29 Abr. 1883. Literatura. Pg, 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=idalia%20fran%20c3%20a7a&pagfis=1263. Acesso em: 13 nov. 2019. 21:00

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís: 30 Out. 1880. *Pacotilha*. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=Libertos&pagfis=1. Acesso em: 13 nov. 2019. 21:00

PACOTILHA, Jornal da tarde. São Luís: 7 Jun. 1881. Publicações a Pedidos, Ensaio positivistas. P. 01. Acesso em: 13 nov. 2019. 21:00

PACOTILHA, Jornal da Tarde. São Luís: 17 jun. 1908. O Maranhão Literario. p: 1-2.

PROTESTO. *Pacotilha*, Jornal da Tarde. São Luís, 5 nov. 1888. pg 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=Libertos&pagfis=33. Acesso em: 13 nov. 2019. 21:00

APÊNDICES

Apêndice I:
Tabela referente ao número de eclosão do termo liberta entre 1888 à 1908.

DIA	MÊS	ANO	PG	EDIÇÃO	COLUNA/TEXTO	CITAÇÃO
16	01	1888	3	15	DENUNCIA	“contemplaram com a escrava supradita liberta Maria da Conceição que foi aquinhoadada ao querellado José”
4	2	1888	3	34	-	“já era liberta desde 30 de dezembro de 1876”
22	5	1888	3	140	<i>PACOTILHA/REACÇÃO</i> ESCRAVAGISTA	“Informa-se-nos também que forão desligados d’uma liberta os filhos ingenuos que com ella vivião”
25	5	1888	3	143	-	“pelo crime de haver inflingido castigos em uma recém liberta”
23	6	1888	3	172	-	“foi a do castigo inflingido no Rosario a uma liberta pelo seu antigo possuidor”
3	7	1888	2	182	COLLABORAÇÃO/Nova especulação.	“não permitem que a liberta leve consigo os filhos de 13 e 14 anos para não deixal-os morrer a fome”
11	7	1888	3	190	-	“da noticia que demos de um telegramma aqui recebido e do qual constava que o sr. dr. Augusto de Mello Rocha mandara castigar uma recém liberta”
24	7	1888	2	203	COLLABORAÇÃO/Gouvain/C aveant Populi	“Arranquem dos braços da infeliz liberta o filho por mera especulação é simplesmente escândalo”
3	11	1888	3	292	-	“Do Coroatá-Francisco da Silva Serra, um filho e um criado, Benedicta, liberta.”
4	12	1888	3	318	CORREIO DE CASA	“Só ficamos sabendo que há uma perseguição contra uma liberta de 13 de Maio, pelo facto d’ella morrer na mesma rua”
2	5	1890	3	116	Pagelança	“Liberta, não desmentio seu passado de actividade. Era excelente cosinhiera”
21	6	1890	2	166	<i>PACOTILHA</i>	“houve quem reagisse contra a grande lei e serviciasse a uma liberta”

2	6	1890	2	166	<i>PACOTILHA</i>	“Benedicta Saldanha, liberta de 13 de Maio, que até hoje não poudé reunir-se a seus parentes”
21	6	1890	2	166	<i>PACOTILHA</i>	“Ainda hoje lá se acha, curtindo a sua infelicidade a liberta Anyonia”
18	3	1897	2	64	Publicações a pedidos/O Grajaú fora da lei	“punido a seu proprio filho que chicoteou em pleno dia, em uma das ruas mais publicas desta cidade, a uma liberta”
25	5	1901	2	124	Folhetim/QUO VADIS	“Como nunca fosse escrava, não pode ser liberta”
13	6	1901	2	140	Folhetim/QUO VADIS	“A liberta continuava a amar Nero”
15	6	1901	2	142	Folhetim/QUO VADIS	“se viu que a jovem liberta”
19	6	1901	2	145	Folhetim/QUO VADIS	“a jovem liberta por cima dos ombros”
26	6	1901	2	151	Folhetim/QUO VADIS	“ao pé da piscina e a jovem liberta”
27	6	1901	2	152	Folhetim/QUO VADIS	“E a jovem liberta prosseguia”
28	6	1901	2	153	Folhetim/QUO VADIS	“a liberta mantivera amores com Cesar”
1	7	1901	2	155	Folhetim/QUO VADIS	“na sombra o rosto da jovem liberta”
6	7	1901	2	160	Folhetim/QUO VADIS	“A liberta so apareceu por volta do meio dia”
2	12	1901	2	286	Folhetim/QUO VADIS	“Na presença da jovem liberta, esqueceu Cesar”
13	11	1903	2	270	Contra protesto	“muitas pessoas aqui sabem que a minha ex-escrava que foi liberta pelo fundo de emancipação”
24	11	1903	2	279	O tamborzinho da ponte de Iena	“Tinha um typo de liberta, olhos provocadores e maliciosos”
13	5	1905	2	113	Ser Treze...	“E eu digo em alto e bom som que fui liberta no primeiro do anno de oitenta e oito, do medmo em que veio valer a lei de 13 de maio.”

Apêndice II

Tabela referente ao número de eclosão do termo liberto no periódico *Pacotilha* de 1888 à 1908

DIA	MÊS	ANO	PG	EDIÇÃO	TEXTO/COLUNA	CITAÇÃO
6	1	1888	2	5	TOPICOS DO DIA	“Mas uma das condições da liberdade é a posse do trabalho e o liberto condicionalmente não trabalha para si”
24	1	1888	3	23	TOPICOS DO DIA	“assembleia legislativa provincial será votada uma lei, estatuinto um imposto de 200\$, por anno, sobre cada escravo não liberto”
29	1	1888	3	28	-	“O liberto acostumado no campo, no campo permanece, quando livre”
29	1	1888	3	28	-	“No entanto não consta que um único liberto tenha apparecido nas ruas das cidades”
15	2	1888	3	45	O PROJECTO ABOLICIONISTA DO GOVERNO	“provincias pequenas e pobres deve o trabalho do liberto valer”
15	2	1888	3	45	-	“e feita a respectiva deducção, o valor do escravo se converterá em valor dos serviços do liberto”
26	2	1888	2	56	TOPICOS DO DIA	“o illustre estadista foi o autor da medida que deu ao liberto o direito de voto”
3	4	1888	3	92	-	“estar Jordão liberto em face da lei, por não ter sido dado á matricula no municipio de sua residencia”
3	4	1888	3	92	-	“de modo favorável ao pobre liberto que acaba de ser vítima de uma atroz perseguição”
11	4	1888	3	100	-	“Jordão, liberto pela lei, para poder ser livre foi preciso que lhe comprassem a liberdade”
18	4	1888	3	107	PACOTILHA/COUSAS POLITICAS	“Então não se trata só de substituir algum liberto rebelde”
24	4	1888	3	113	-	“jordão, o lierto duas vezes”
25	4	1888	2	114	PACOTILHA/O PROJECTO DE ABOLIÇÃO	“Fora deste prazo, o liberto contractará com quem lhe couvier o seu serviço”
26	4	1888	2	115	PACOTILHA/Projecto Abolionista	“A primeira – a que trata da permanncia do liberto no município em que estiver residindo”
1	5	1888	2	120	TOPICOS DO DIA.	“Pessimo projecto que ainda

						hypotheca o serviço do liberto”
14	5	1888	2	133	PUBLICAÇÕES A PEDIDO/Transformação do trabalho.	“Alguns pessimistas dirão que o escravo, depois de liberto, se entregara a uma vida ociosa”
14	5	1888	2	133	PUBLICAÇÕES A PEDIDO/Transformação do trabalho.	“Esta objecção, porém, não procede se attendermos a que o liberto, acostumado ao trabalho”
16	5	1888	3	134	-	“Mello Rocha mandou hontem surrar a um liberto pela nova lei”
17	5	1888	3	135	O hymno do Liberto	“O hymno do Liberto”
20	5	1888	2	138	Substituição do trabalho.	“o liberto ficará colonizado, não pensará na ociosidade”
20	5	1888	2	138	Substituição do trabalho.	“É natural que surjam ideias no sentido de ficar o liberto”
27	5	1888	3	145	-	“Parece que o governo está imbuído da falsa ideia de que o liberto torna-se inimigo do trabalho”
20	6	1888	2	169	Grajahú	“um pobre liberto, a pretexto de tirar a vista da cidade”
23	6	1888	3	172	-	“livre de nascimento e recém liberto; diz-se que houve um desrespeito”
25	6	1888	2	174	GRAVE	“tendo encontrado o infeliz liberto, conduziram-no á pancada para a fazenda”
26	7	1888	3	205	AS DESORDENS DO OUTEIRO DA CRUZ	“foi preso hontem ás 7 horas da manha o libertoHygino”
29	7	1888	3	208	A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA	“O liberto é na Roma imperial o agente mais nefasto da dissolução”
29	7	1888	3	208	A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA	Mas o liberto, aquele a quem se concede magnanimamente nos dias de festa de casa a liberdade”
29	7	1888	3	208	A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA	“o liberto que acompanha o triumpho como prisioneiro antigo”
1	8	1888	3	211	AUXILIOS Á LAVOURA	“assim como há fazendas em que o liberto trabalha mais e melhor do que quando era escravo”
25	8	1888	3	231	-	“apresentou-se na fazenda do sr. Vasco o liberto Ernesto”
17	9	1888	3	250	-	“despediu-se affectuosamente do liberto, cujo nome ignoramos”
17	9	1888	3	250	-	“desfechado pelo dito liberto que também matou o cavallo”
22	9	1888	3	255	BOLETIM	“pedindo informações acerca

					PARLAMENTAR	de uma agressão por parte de um liberto ao seu ex-senhor”
22	9	1888	3	255	BOLETIM PARLAMENTAR	“julga que o liberto tem um crime especial”
29	10	1888	3	287	-	“Distribui-se hoje o liberto, 22 da Horas de deleito”
3	11	1888	2	292	PACOTILHA/A NOVA REPUBLICA	“do trabalho do liberto, sem pagar-lhe salario”
5	11	1888	2	293	PACOTILHA/A NOVA REPUBLICA	“E direito do liberto viver na fazenda em que foi escravo”
5	11	1888	2	293	PACOTILHA/A NOVA REPUBLICA	“é direito do liberto não sahir da fazenda em que foi escravo”
5	11	1888	2	293	PACOTILHA/A NOVA REPUBLICA	“é direito do liberto amar e agradar ao seu ex-senhor”
5	11	1888	2	293	PACOTILHA/A NOVA REPUBLICA	“é dever do liberto fazer guerra a imprensa que os libertou”
6	11	1888	2	294	PACOTILHA/A NOVA REPUBLICA	“obrigar pela força policial o liberto a ser um escravo como era antigamente”
8	11	1888	3	296	A NOVA REPUBLICA	“Vende ao liberto um chapéo de sol de alparca”
14	11	1888	3	301	-	“Paulo de Lago, Wenceslau, liberto”
20	12	1888	2	331	-	“está escrevendo a partitura para um liberto”
29	12	1888	2	339	BAIXO MEARIM/PROCESSO PESTANA	“assim como um liberto de nome Joaquim”
29	12	1888	2	339	BAIXO MEARIM/PROCESSO PESTANA	“O LIBERO Joaquim, a quem se imputa a auctoria material do crime”
31	12	1888	2	340	PUBLICAÇÕES A PEDIDO/ BAIXO MEARIM/PROCESSO PESTANA	“Angelo Pio Rodrigues e o liberto Joaquim e em que depois”
7	1	1889	2	5	Baixo Mearim/PROCESSO PESTANA	“assim como o pobre liberto Joaquim”
8	1	1889	2	6	Resposta a umas accusações falsas	“la posera fogo ao estabelecimento que ficou reduzido a cinzas e assassinara o liberto Belchior”
8	1	1889	2	6	Resposta a umas accusações falsas	“se sabe que o liberto Belchior fôra assassinado pela mesma escolta”
8	1	1889	2	6	Resposta a umas accusações falsas	“Quanto ao terceiro declarou que a escolta não fez mal algum ao liberto Belchior”
22	9	1889	2	225	FOLHETIM/O TESTAMENTO ROUBADO	“actualmente forçado liberto”
17	12	1889	2	299	FOLHETIM/O FILHO	“Effectivamente esperavam o

					DA MISERIA	liberto”
25	3	1890	2	80	PACOTILHA/Escolas Municipais	“substituindo-se o liberto, pelo adulto analfabeto, cidadão d’uma nação republicana”
3	6	1890	3	148	De relance.	“é um liberto, um dos beneficiados da lei de 13 de Maio, que não quer trabalhar na fazenda de seu ex-senhor”
30	6	1890	2	175	-	“por ter obtido generosamente do Brazil o seu diploma de liberto”
9	8	1890	2	214	DUPLO ASSASSINADO/Treze facadas.	“O liberto Antonio José Rodrigues assassinou a D. Rita Eugenia de Jesus, em quem desfechou nove faca”
9	8	1890	2	214	DUPLO ASSASSINADO/Treze facadas.	“Consta que o móvel do crime foi ter D. Ritta Eugenia de Jesus repellido uma proposta de casamento que fez o audaz liberto”
15	3	1891	2	72	D. PEDRO DE ALCANTARA.	“Eu queria, dizia o ilustre orador, ser um liberto de hontem”
20	8	1982	3	197	Ao público.	“Liberto dos compromissos contrahidos com a família Vieira da Silva”
18	10	1982	3	246	A ontamentos/Para o jornal <i>Pacotilha</i>	“o cidadão Fernando Augusto Martins por se ter tratado de razões com um liberto da lei de 13 de Maio”
23	10	1894	2	251	FOLHETIM/OS GAROTOS DE PARIS	“Quando o liberto pelo irmão, pôde por fim voltar”
16	1	1896	2	13	O ANTIGO REGIMEN/HOMENS E COUSAS/D. PEDRO DE ALCANTARA/ Política externa	“Felizmente o servidor da Patria foi liberto por uma subscrição popular, se não nos falha a memoria”
25	7	1896	2	175	PACOTILHA/Carlos Gomes	“Este preto liberto foi há tempos accommettido de uma ferida cancerosa na ponta da língua”
10	11	1896	3	266	A situação da praça	“no pagamento de salario á immigração e ao trabalhador nacional liberto, senão com esse malsinado papel-moeda?”
19	12	1896	3	300	Composição inedita	“intitulada <i>Canticos dos cânticos</i> . O liberto é extrahido dos bellos versos biblicos de Salomão”
8	5	1897	2	107	CANUDOS/De Cumbê à Capital	“Esse liberto, a quem o coronel deu alguns cobres não só não voltou”
26	9	1899	3	229	Homens Celebres	“Hoacio, de um liberto;

						Terencio, de um escravo”
5	6	1901	2	133	Folhetim/QUO VADIS?	“É a circunstancia de me enganar com o meu proprio liberto, o citharista Theocles”
29	6	1901	2	154	HOMENAGEM A FLORIANO PEIXOTO	“liberto de um direção firmada no direito hereditario e na proteção divina”
2	7	1901	2	156	Folhetim/QUO VADIS?	“um liberto de Vinicius, pelo ter visto em casa de Pomponia”
3	7	1901	2	157	Folhetim/QUO VADIS?	“Alguns desconhecidos tocavam a leiteira tão de perto que o antigo liberto de Vinicius”
23	7	1901	2	174	Folhetim/QUO VADIS?	“O seu senhor, um tal Pansa, é também um liberto”
8	8	1901	2	188	Folhetim/QUO VADIS?	“e sob cor do teu liberto”
29	8	1901	2	206	Folhetim/QUO VADIS?	“Ahi tens essa taboa: has de ir a minha casa e entregal-a-has ao meu liberto”
4	10	1901	2	237	Folhetim/QUO VADIS?	“Podes procurar todos os mezes o meu liberto Demas”
10	10	1901	2	242	Folhetim/QUO VADIS?	“Vinicius voltou-se para Demas, o liberto”
29	10	1901	2	258	Folhetim/QUO VADIS?	“o reposteiro soergueu-se e entrou o liberto do imperador”
28	1	1902	2	24	Folhetim/QUO VADIS?	“que no dia seguinte mandou um liberto de confiança”
5	7	1902	1	159	CHRONICA	“recordei-me instintivamente do negro escravo africano que, embora liberto”
30	7	1904	2	180	ANCIAS/ Pra alguem	“Adormeci liberto e despertei captivo”
1	4	1905	2	78	Folhetim/O REI TRIMALCHIO	“respondeu docemente o liberto”
1	4	1905	2	78	Folhetim/O REI TRIMALCHIO	“não convem absolutamente que um miserável liberto”
1	4	1905	2	78	Folhetim/O REI TRIMALCHIO	“falando ao ouvido do liberto”
3	4	1905	2	79	Folhetim/O REI TRIMALCHIO	“afagou a vaidade do liberto”
4	4	1905	2	80	Folhetim/O REI TRIMALCHIO	“Agrippina apareceu ao liberto mais pallida”
4	4	1905	2	80	Folhetim/O REI TRIMALCHIO	“estendeu as mãos para o liberto”
4	4	1905	2	80	Folhetim/O REI TRIMALCHIO	“o liberto encontra enfim o palácio”
4	4	1905	2	80	Folhetim/O REI TRIMALCHIO	“O liberto caminhou em dicreitura ao estranho concerto”
4	4	1905	2	80	Folhetim/O REI TRIMALCHIO	“replicou o liberto”
5	4	1905	2	81	Folhetim/O REI	“O liberto não respondeu”

					TRIMALCHIO	
8	4	1905	2	84	Folhetim/O REI TRIMALCHIO	“Em seguida o liberto fazia ao seu joalheiro a encomenda”
11	4	1905	2	86	Folhetim/O REI TRIMALCHIO	“respondeu o liberto”
11	4	1905	2	86	Folhetim/O REI TRIMALCHIO	“A turba correu ao liberto”
12	4	1905	2	87	Folhetim/O REI TRIMALCHIO	“O moço prosternou-se deante do liberto”
12	4	1905	2	87	Folhetim/O REI TRIMALCHIO	“Caminheiros para via Nomentana lembrou o liberto”
14	4	1905	2	89	Folhetim/O REI TRIMALCHIO	“disse o liberto ao moço”
14	4	1905	2	89	Folhetim/O REI TRIMALCHIO	“era o grande liberto”
14	4	1905	2	89	Folhetim/O REI TRIMALCHIO	“o imperial favorito Pythagoras, liberto”
15	4	1905	2	90	Folhetim/O REI TRIMALCHIO	“quando o liberto fugia”
20	7	1908	1	170	A Cartóla do Geraldo	“simples criado de estudante rico, liberto as vespas da viagem”

Apêndice III

Tabela referente a número de eclosão do termo libertas no periódico *Pacotilha* entre 1888 a 1908.

DIA		MÊS		ANO	PG	EDIÇÃO	COLUNA/TEXTO	CITAÇÃO
3		1		1888	2	2	Transcrição/COUSAS POLITICAS	“libertos correm para a vadiagem”
3		1		1888	3	2	Libertações em São Paulo	“libertos em virtude da reunião de lavradores”
6		1		1888	2	5	TOPICOS DO DIA	“libertos, na sofreguidão do primeiro moento”
16		1		1888	2	15	PACOTILA/A LAVOURA E A QUESTÃO SERVIL	“libertos os escravos”
16		1		1888	2	15	PACOTILA/A LAVOURA E A QUESTÃO SERVIL	“libertos amanha o exemplo”
24		1		1888	2	23	<i>PACOTILHA</i>	“libertos todos os filhos de suas escravas”
24		1		1888	2	23	<i>PACOTILHA</i>	“libertos criados por ele”
24		1		1888	2	23	<i>PACOTILHA</i>	“libertos permanecem a seu serviço”
24		1		1888	2	23	<i>PACOTILHA</i>	“libertos que haviam recebido suas cartas”
29		1		1888	3	28	-	“libertos e não admite que seja preciso prepara-los”
29		1		1888	3	28	-	“libertos se tornem

								vagabundo”
15		2		1888	3	45	O PROJECTO ABOLICIONISTA DO GOVERNO	“prestação de serviço dos libertos?”
15		2		1888	3	45	O PROJECTO ABOLICIONISTA DO GOVERNO	“prestação de serviço dos libertos”
15		2		1888	3	45	-	“libertos pelo seguinte processo de deducção”
12		3		1888	2	71	PACOTILHA/TOPICOS DO DIA	“libertos são fujões”
14		3		1888	3	73	TOPICOS DO DIA	“libertos são uos perturbadores”
14		3		1888	3	73	TOPICOS DO DIA	“salários para os libertos”
9		4		1888	2	98	PACOTILHA	“libertos obrigados a prestação de serviços”
13		4		1888	3	102	-	“libertos ofereceram hontem sollenemente”
15		4		1888	3	104	O SR. CONCELHEIRO SARAIVA E A SITUAÇÃO	“libertos a três anos de serviço”
15		4		1888	3	104	O SR. CONCELHEIRO SARAIVA E A SITUAÇÃO	“libertos que, como escravos”
16		4		1888	2	105	PACOTILHA/O SR. SENADOR SILVEIRA DA MOTTA E A SITUAÇÃO	“libertos, de hoje, se deve dar todos os direitos”
23		4		1888	3	112	ESCRAVOS E CRIANÇAS	“libertos, e é um tribunal crime”

25		4		1888	2	114	<i>PACOTILHA</i> /PROJECTO DE ABOLIÇÃO	“libertos (pois em virtude desta disposição não haverá mais escravos)”
26		4		1888	2	115	PROJETO/O projeto abolicionista	“libertos, não passam a nosso ver”
26		4		1888	2	115	PROJETO/O projeto abolicionista	“libertos, não será invencível”
26		4		1888	2	115	PROJETO/O projeto abolicionista	“libertos, do prejuízo que porventura tenham de sofrer”
26		4		1888	2	115	PROJETO/O projeto abolicionista	“libertos prestarem durante trez meses”
27		4		1888	2	116	<i>PACOTILHA</i>	“os libertos ficarão obrigados a prestação de serviços”
27		4		1888	2	116	<i>PACOTILHA</i>	“libertos ficarão obrigatoriamente localizados”
29		4		1888	3	118	<i>PACOTILHA</i> /TRABALHO LIVRE	“libertos devem tomar a responsabilidade”
7		5		1888	3	126	-	“libertos declararam que continuavam a trabalhar”
11		5		1888	3	130	-	“libertos que usassem bem da

								liberdade”
14		5		1888	2	133	PUBLICAÇÕES PEDIDOS/Transformação trabalho	A do “libertos, sem contarmos com a imigração”
14		5		1888	2	133	PUBLICAÇÕES PEDIDOS/Transformação trabalho	A do “libertos e os homens livres”
16		5		1888	3	134	-	“libertos que desfilou do largo do Carmo”
16		5		1888	3	134	-	“libertos, effereceram em uma salva de prata”
16		5		1888	3	134	-	“Orou em nome dos libertos”
16		5		1888	3	134	-	“saldou os libertos”
20		5		1888	2	138	PUBLICAÇÕES PEDIDOS/Transformação trabalho	A do “libertos que quiserem seguir para as lavouras”
21		5		1888	2	139	<i>PACOTILHA/REACÇÃO</i> DO ESCRAVAGISMO	“libertos anteriormente com a condição de prestarem serviço”
21		5		1888	2	139	<i>PACOTILHA/REACÇÃO</i> DO ESCRAVAGISMO	“libertos anteriormente com aquella clausula”
22		5		1888	3	140	<i>PACOTILHA/RECÇÃO</i> ESCLAVAGISTA	“libertos pela lei 13 de Maio”
25		5		1888	2	143	JOSÉ DO PATROCÍNIO	“libertos

								condicionalmente, a proposta dos republicanos da libertação imediata”
25		5		1888	2	143	ACTA	“libertos pela lei de 13 de Maio corrente”
27		5		1888	3	145	-	“medida relativas aos libertos”
28		5		1888	2	146	Protesto	“libertos pela lei de 13 de Maio”
28		5		1888	2	146	Protesto	“agora considerados como serviçadores de libertos”
28		5		1888	3	146	-	“libertos de 13 de Maio sofrendo violência”
30		5		1888	2	148	LETTRAS/O livro de um preto	“debaixo da proteção dos Estados Unidos, por alguns pretos libertos”
31		5		1888	2	149	SENADO/Sessão de 7 de Maio	“quer sejam livres, quer libertos”
31		5		1888	2	149	SENADO/Sessão de 7 de Maio	“O outro engano está em contar com a gratidão dos libertos”
1		6		1888	3	150	TRABALHADORES	“contratacta

								trabalhadores para o serviço de lavoura, dando preferência aos libertos”
2		6		1888	1	151	TRABALHADORES	“contratacta trabalhadores para o serviço de lavoura, dando preferência aos libertos”
2		6		1888	2	151	PUBLICAÇÕES PEDIDOS/Transformação do trabalho	A “se muitos libertos hão de abandonar seus antigos proprietários”
2		6		1888	2	151	PUBLICAÇÕES PEDIDOS/Transformação do trabalho	A “libertos por si não abandonrão as fazendas em que vivem”
2		6		1888	2	151	PUBLICAÇÕES PEDIDOS/Transformação do trabalho	A “libertos mais habilitados e práticos”
2		6		1888	2	151	PUBLICAÇÕES PEDIDOS/Transformação do trabalho	A “a do arrendamento das fazendas aos libertos, é um erro”
2		6		1888	2	151	PUBLICAÇÕES PEDIDOS/Transformação do trabalho	A “deixar os libertos no mesmo estado”
2		6		1888	2	151	PUBLICAÇÕES PEDIDOS/Transformação do trabalho	A “é a que diz respeito ao

							trabalho	vestuário e a alimentação dos libertos”
2		6		1888	2	151	PUBLICAÇÕES PEDIDOS/Transformação do trabalho	A “a organização portanto das famílias entre os libertos”
3		6		1888	1	152	TRABALHADORES	“contratacta trabalhadores para o serviço de lavoura, dando preferência aos libertos”
4		6		1888	1	153	TRABALHADORES	“contratacta trabalhadores para o serviço de lavoura, dando preferência aos libertos”
5		6		1888	1	154	TRABALHADORES	“contratacta trabalhadores para o serviço de lavoura, dando preferência aos libertos”
6		6		1888	1	155	TRABALHADORES	“contratacta trabalhadores para o serviço de lavoura, dando preferência aos libertos”
6		6		1888	2	155	LIBERTOS	“os libertos voltavam aos

								folguedos da libertação”
7		6		1888	1	156	TRABALHADORES	“contratacta trabalhadores para o serviço de lavoura, dando preferência aos libertos”
8		6		1888	1	157	TRABALHADORES	“contratacta trabalhadores para o serviço de lavoura, dando preferência aos libertos”
8		6		1888	2	157	PARÁ	“escola nocturna, gratuita, para ingênuos e libertos
11		6		1888	1	160	TRABALHADORES	“contratacta trabalhadores para o serviço de lavoura, dando preferência aos libertos”
12		6		1888	1	161	TRABALHADORES	“contratacta trabalhadores para o serviço de lavoura, dando preferência aos libertos”
18		6		1888	3	167	-	“libertos de 13 de Maio”
20		6		1888	2	169	PUBLICAÇÕES A PEDIDOS/A	“Um representado

							nova bandeira	pelo marlyrio de azorrage em libertos”
21		6		1888	2	170	PACOTILHA/COUSAS POLITICAS	“pela necessidade de pagamento de salario aos libertos”
23		6		1888	3	172	-	“A força enviada pelo governo para libertar os libertos encontrou a villa em festa”
25		6		1888	2	174	GRAVE	“aos libertos dessa fazenda que se algum quiser se retirar-se, mandal-o hia preso”
25		6		1888	2	174	GRAVE	“um dos libertos, porém, de nome Caetano, despresando tais ameaças”
26		6		1888	3	175	Corporação dos libertos	“Corporação dos libertos”
27				1888	2	176	SENADO/DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSÃO DE 6 DE JUNHO	“os libertos localizam-se nas fazendas onde se acham”
27		6		1888	3	176	-	“escola de instrução primaria, para os libertos”

27		6		1888	3	176	-	“já matriculados na aula diversos libertos’
2		7		1888	3	181	-	“meios para impedir que os libertos procurem ocupação em outros lugares”
2		7		1888	3	181	-	“obrigando os libertos a tomarem ocupação”
6		7		1888	5	185	-	“deu a seus ex-escravos, libertos em virtude da lei de 13 de Maio, terras para morarem”
9		7		1888	2	188	Ao exm. sr. Presidente da província.	“os recém libertos, com raras exceções, abusando da liberdade”
12		7		1888	2	191	PACOTILHA/CPUSAS POLITICAS	“Os libertos de hoje, de quem falla o sr. Paulino”
16		7		1888	2	195	-	“promover uma peregrinação de libertos à capital Italiana”
21		7		1888	3	200	PACOTILHA/BOLETIM PARLAMENTAR	“o receio, porém, de que os libertos

							fizessem alguma invasão na cidade”
27		7		1888	1	206	Corporação dos libertos “A corporação dos libertos fez sciente ao respeitável público”
29		7		1888	3	208	- “Não creava homens livres, creava libertos”
29		7		1888	3	208	- “na sua denominação de libertos o atestado de sua inferioridade”
29		7		1888	3	208	- “libertos eram eles, que apanhavam nos grandes banquetes de família”
30		7		1888	2	209	- “Amanhã às sete horas da noite haverá sessão da Corporação dos Libertos”
31		7		1888	3	210	ARISTOCRACIA MENDICANTE “N’esto momento, - qual é a questão suprema? Pagar salário aos libertos.
2		8		1888	3	212	BOLETIM PARLAMENTAR “O immigrante, afirmou-o s. exe.,

								será um compensador às exigências dos libertos”
3		8		1888	3	213	Associação cooperadora, e Monte Pio do Povo	“para o povo desfavorecido, e especialmente dos libertos pela lei de 13 de Maio”
8		8		1888	2	217	Ao publico	“que visse no conflito os libertos Victorino e João Grande”
8		8		1888	2	217	-	“continua a alliciar os libertos de alguns estabelecimentos agricolas”
10		8		1888	3	219	A’s s.exc. o sr. presidente da provincia	“termo para obrigar os libertos a fazer bom uso da liberdade”
10		8		1888	3	219	A’s s.exc. o sr. presidente da provincia	“um penhor de ordem para os ex senhores e uma garantis para os libertos”
13		8		1888	1	221	Está á venda	“ave libertos! à piacére allegro”
13		8		1888	3	221	-	“os pretos libertos Hygino, Manoel Antonio, Jason, Aprigio, Gaspar e

								Theocrito reuniram-se”
13		8		1888	3	221	-	“os libertos que se comprometerem a obdecer aos mandatos de uma diretoria”
13		8		1888	3	221	-	“Aconselhar por todos os meios possíveis aos libertos do interior que só trabalhem nas fazendas”
16		8		1888	3	223	-	“Do Bacabal – João Baptista Ferreira, 3 libertos.”
22		8		1888	2	228	Pericuman/Dialogo entre o Roçeiro e o Quintandeiro	“um progresso admiravel, se todos os libertos tivessem recebido a educação”
25		8		1888	3	231	-	“relativamente a um alliciamento de libertos”
2		9		1888	2	238	Guimarães.	“os libertos não terão o cuidado de vacinar-se”
2		9		1888	2	238	Guimarães.	“Libertos- Os libertos se tem portado perfeitamente no

								tocante à ordem”
10		9		1888	2	244	Alto-Mearim	“entre a lavoura e os libertos aconselhando estes a não abandonarem as fazendas”
13		9		1888	3	247	-	“instruir os libertos e defender-lhes os direitos”
24		9		1888	3	256	-	“não só alguns dos recém libertos que estejam de serviço”
5		10		1888	2	266	-	“Há dias em Areias foi anunciado o casamento dos libertos Luiz Nabuco de Araujo e Florencia de Silva Prado”
15		10		1888	3	275	O BRAZIL ARMA-SE	“está se organizando um grande exercito, composto dos libertos da lei de 13 da lei de 13 de maio”
25		10		1888	3	284	-	“bom resultado da colheita do café naquelle

								município e do trabalho dos tão malsinados liebrtos”
25		10		1888	3	284	-	“os libertos, com algumas excepções , tem permanecido nos estabelecimentos de seus ex-senhores”
3		11		1888	2	292	<i>PACOTILHA/A</i> NOVA REPUBLICA	“O orador o diz, porque s. s. tem a fria coragem de escrever o seguinte a respeito dos libertos...”
5		11		1888	2	293	<i>PACOTILHA/A</i> NOVA REPUBLICA	“Não há braços porque veem para as aldeias e cidades”
5		11		1888	2	293	<i>PACOTILHA/A</i> NOVA REPUBLICA	“Quintini Bocayuva que os libertos compreendessem a liberdade?”
5		11		1888	2	293	<i>PACOTILHA/A</i> NOVA REPUBLICA	“voltando o orador a tratar dos libertos”
6		11		1888	2	294	Ponderações sobre o projecto de repressão da vagabundagem.	“Se esse projecto é concernente aos libertos”

6		11		1888	2	294	Ponderações sobre o projecto de repressão da vagabundagem.	“é um meio de tolher-se a liberdade dos libertos”
8		11		1888	3	296	A NOVA REPUBLICA	“fez com que os libertos n’um momento de entusiasmo lançassem fogo em todos os canaviais”
8		11		1888	3	296	A NOVA REPUBLICA	“É o mesmo que pretende fazer actualmente com os libertos”
21		11		1888	3	307	A’ S.Exe. o Sr. presidente da provincia	“em risco imminente de perderas suas safras abandonadas no campo pelos libertos”
28		11		1888	2	313	<i>PACOTILHA/O</i> RECRUTAMENTO	“dada a hypothese de abandonarem os libertos os estabelecimentos em que trabalhavão”
28		11		1888	2	313	<i>PACOTILHA/O</i> RECRUTAMENTO	“O recrutamento terá o effeito magico de fazer voltar ao trabalho os libertos”

27		12		1888	3	337	Crise continuada	“Aos libertos que andam à toa sem ter quem se responsabilize por eles”
28		12		1888	3	338	Crise continuada	“Aos libertos que andam à toa sem ter quem se responsabilize por eles”
29		12		1888	3	339	A MONARCHIA FEDERATIVA	“Agora querem recrutar os libertos para figurarem entre os republicanos lógicos da abolição”
31		12		1888	2	340	Crise continuada	“Aos libertos que andam à toa sem ter quem se responsabilize por eles”
2		1		1889	2	1	REVISTA DAS PROVINCIAS/1888- NOVEMBRO	“é verdade que os libertos ainda não se capacitaram de que a vida estável, o trabalho regular”
3		1		1889	2	2	-	“medidas tendentes a acabar com a vagabundagem e outros males

								resultantes da pouca educação de alguns libertos”
10		1		1889	2	8	PUBLICAÇÕES A PEDIDOS/A nova era	“Além deste jornal elevado temos ainda que de comprar a vontade dos libertos”
10		1		1889	2	8	PUBLICAÇÕES A PEDIDOS/A nova era	“O gado não pode trabalhar com o sol, os libertos não se prestam a carrear a canna de noite”
11		1		1889	2	9	PUBLICAÇÕES A PEDIDOS/A nova era	“Não, não é dos libertos que nos devemos queixar”
11		1		1889	2	9	PUBLICAÇÕES A PEDIDOS/A nova era	“Deus como nos tem custado aguentar até aqui, não por achar má vontade da parte dos libertos”
14		1		1889	2	12	-	“os libertos não querem trabalhar e a única salvação possível para a lavoura fluminense é a importação”
17		1		1889	3	15	Negocios de crise	“Aos libertos que

								andam à tóa sem ter quem se responsabilize por elles”
26		1		1889	2	23	RIO DE JANEIRO	“formaram aqui os libertos, com o nome de Guarda Negra, uma sociedade, a principio secreta”
29		1		1889	2	25	<i>PACOTILHA/A POLITICA EM 1888 III</i>	“O artigo 3º interna os novos libertos em seus nubicipios respectivos durante 2 anos”
4		2		1889	3	30	-	“Houve um verdadeiro delírio de aplausos; os libertos victoriaram o orador”
11		2		1889	2	36	<i>PACOTILHA/MACAQUINHOS NO SOTÃO</i>	“Já se ve que os libertos de 13 de Maio sempre devem alguma cousa à Princeza Imperial”
23		2		1889	2	47	PARTIDO LIBERAL	“que affaguem a esperança do reembolso do capital empregado nos escravos

								libertos em 13 de Maio”
8		3		1889	3	60	-	“Os libertos residentes em Mogy Mirim protestaram contraa Guarda Negra e o recrutamento”
8		3		1889	3	60	-	“Os mesmos libertos mandaram rezar uma missa”
29		3		1889	2	78	<i>PACOTILHA/COUSAS POLITICAS</i>	“tratava-se de fazer frente, não só as lacunas que os libertos porventura deixassem”
3		7		1889	3	156	-	“para ser distribuído em 13 de Maio de 1890 pelos libertos”
30		7		1889	3	179	Ao digno delegado de policia da capital, capitão Manoel Vieira Nina	“As ocorrências de 28 do corrente provam o espírito indisciplinado do libertos em 13 de Maio”
3		8		1889	2	183	-	“considerando mal entendida dedicação monarchica a que

								instiga os libertos excessos”
3		8		1889	2	183	-	“Aconselha os libertos ao trabalho, afim de evitar distúrbios”
12		8		1889	3	190	-	“Os libertos implicados no assassina do fazendeiro Alves Morerira na cidade de Campo”
30		8		1889	2	205	<i>PACOTILHA/A</i> vagabundagem e o crime.	“enquanto o Governo não obrigar os libertos a trabalharem, teremos ladrões”
30		8		1889	2	205	<i>PACOTILHA/A</i> vagabundagem e o crime.	“porque fez a abolição mas não obrigou os libertos ao trabalho”
21		9		1889	3	224	-	“já como um meio de incitarmos os libertos ao trabalho e aperfeiçoar este”
19		10		1889	2	250	-	“Colonos e libertos entregaram-se com actividade ao

							trabalho agrícola”
5		11		1889	3	263	- “Os libertos localizados na fazenda do sr. Manoel Lopes de Figueiredo”
13		11		1889	3	270	- “A cidade foi assaltada esta noite pelos libertos”
21		12		1889	2	302	Ao dr. Casimiro Junior “em sua maior parte libertos, a mesma gente. Que na véspera eu fizera retirar do largo do Palacio”
11		2		1890	1	38	LAVOURA “Os libertos apenas decretada a patriótica lei de 13 de maio, tornaram-se rebeldes”
11		2		1890	1	38	LAVOURA “dos libertos acostumados ao nosso clima e condições naturais”
14		6		1890	4	159	De relance. “dançarem tambôr no dia 12 do corrente os libertos ahi residentes”
14		6		1890	4	159	De relance. “lhe foi concedida

							a licença que vocês pedirão para os libertos dançarem tambôr”
14		6		1890	4	159	De relance. “pois a própria portaria se refere aos libertos residentes e localizados na fazenda”
26		6		1890	3	171	Manifesto do dr. Joaquim Nabuco/Resposta às mensagens do Recife e Nazareth “Propagava-se a republica fazendo os libertos dar morras a princesa”
11		12		1890	2	336	PROGRAMMA “São assim distribuídas as novenas: 1º Aos marítimos, 2º Aos libertos de 13 de Maio”
22		12		1890	2	347	- “A novena de hoje corre por conta dos libertos de 13 de maio”
24		12		1890	2	349	- “A novena de hoje corre por conta dos libertos de 13 de maio”
6		7		1891	3	183	ANDRÉ REBOUÇAS “anhelava salvar os míseros libertos ,

								espingardeados na atroz evicção”
6		7		1891	3	183	ANDRÉ REBOUÇAS	“exactamente como o libertos do Brazil e os <i>escravos brancos</i> da sua invenção”
23		10		1891	3	287	A obra da abolição	“elles entrarão para a republica com o entusiasmo com que na outra hypotese não teriam entrado os libertos”
24		10		1891	3	288	A obra da abolição	“os libertos não terão historia a parte”
20		9		1892	2	222	<i>PACOTILHA</i> /Os amnistiados	“entre os que, libertos da oppressão, seguiam para o torão natal”
9		3		1893	3	58	Ao respeitavel publico e especialmente as authoridades do Estado./-Pedreiras-	“os libertos de sua colonia, afim de que fizessem doação a si de seus trabalhos”
5		6		1893	3	132	Publicações á Pedidos/Veridas super omnia/Ao publico	“que diz terem sido espalhados entre os libertos por meio dos agentes”

5		6		1893	3	132	Publicações á Pedidos/Veridas super omnia/Ao publico	“anular a lei de 13 de Maio para fazer voltarem os libertos á escravidão”
31		8		1893	3	206	-	“e civilização dos índios a missionarios de provado espirito apostolico e agremiar em burgos agricolas os antigos libertos”
9		12		1893	2	292	AO ANNEIS	“prova que entre os romanos os libertos usavam anneis de prata”
22		6		1894	2	147	Sciencia, Letras e Artes/LENDA DO ITARARÊ	“o meio pelo qual seriam vingados e libertos nossos irmãos”
13		5		1895	2	112	<i>PACOTILHA</i> /13 DE MAIO	“pode o ruido com que es libertos a commemoração”
1		9		1897	3	205	-	“italianos recentemente libertos do cativeiro”
3		12		1897	3	284	-	“vindos de Pinheiros e aqui libertos”

7		21		1898	3	290	MONUMENTO A CASTRO ALVES	“Os admiradores de Castro Alves e os libertos que quiserem concorrer”
13		2		1899	2	37	Serviço Telegraphico da <i>PACOTILHA</i>	“cubanos prisioneiros e agora libertos”
13		5		1899	2	112	<i>PACOTILHA</i> /13 de Maio	“dos libertos, foi um dos momentos da evolução”
13		5		1899	2	112	<i>PACOTILHA</i> /13 de Maio	“ruidosa dos libertos e dos que poseram ao serviço do abolicionismo”
25		9		1900	2	228	Folhetim/O Filho de Marat	“mais bem servidos por libertos, que vos hão de amar”
26		7		1901	2	177	Folhetim/QUO VADIS?	“Os seus libertos, homens hábeis”
21		9		1901	2	199	Folhetim/QUO VADIS?	“Os escravos como seus libertos, sabem que costumava ir lá”
19		9		1901	2	224	Folhetim/QUO VADIS?	“os libertos que tomam assento no Senado”
11		10		1901	2	243	Folhetim/QUO VADIS?	“Os que desenharem um peixe serão

								libertos por Lygia”
8		11		1901	2	266	Folhetim/QUO VADIS?	“uma vez libertos, arremessaram-se longe”
9		12		1901	2	292	Folhetim/QUO VADIS?	“apoio dos libertos e dos escravos”
17		12		1901	2	299	Folhetim/QUO VADIS?	“entraram dois libertos de Nero na camara”
6		2		1902	2	32	Folhetim/QUO VADIS?	“Tinha-se descoberto que um dos libertos de Cesar era christão”
10		2		1902	2	35	Folhetim/QUO VADIS?	“dois libertos a quem Nero confiava”
22		2		1902	2	46	Folhetim/QUO VADIS?	“os libertos não lhe ocultaram que era tem de morrer”
22		2		1902	2	46	Folhetim/QUO VADIS?	“Então! Va! gritaram os libertos.
16		4		1902	2	90	TELEGRAMMAS/Serviço da <i>PACOTILHA</i>	“annistiados, libertos e prisioneiros”
1		4		1905	2	78	Folhetim/O REI TRIMALCHIO	“Era a classe turbulenta e audaz dos libertos”
8		4		1905	2	84	Folhetim/O REI TRIMALCHIO	“o mais querido

								dos libertos de Cesar”
6		7		1905	2	159	O incendio de Roma	“Entre os libertos, ebrio”
3		12		1906	1	285	O Livro do sr. Oscar Lopes	“na melancholia dos libertos sem sorte”
13		5		1908	1	113	13 DE MAIO	“em que se declararam libertos os sexagenarios e os filhos da mulher escrava”

Apêndice IV

Tabela referente ao número de eclosão do termo libertas no periódico *Pacotilha* entre 1888 a 1908.

Dia	Mês	Ano	Pg	Edição	Coluna/Texto	Citação
14	02	1888	03	44	Gouvain	“Libertas que será iemen”
21	05	1888	03	139	Poesia recitada na passeiata dos empregados do commercio	“AVE LIBERTAS”
30	07	1888	03	209	-	“no qual destaca-se grande numero de libertas, vestidas de branco”
01	08	1888	03	211	Está á venda	“ave libertas i á pince”
05	12	1889	03	289	AVE LIBERTAS	“ave libertas”
21	04	1890	04	105	De relance.	“Libertas que será iemen”
12	05	1890	03	126	-	“Ave libertas, tocando-se nessa ocasião o hymno nacional”
14	05	1890	03	128	THEATRO	“serio logo que ouviu a Ave libertas”
11	12	1890	02	336	PROGRAMMA	“A’s libertas de 13 de maio”
10	04	1891	03	97	<i>PACOTILHA</i>	“tinha de carvr-se, apesar de liberta”
12	11	1891	02	304	Alcantara	“A terceira novena foi encarregada de as libertas de 13 de Maio”
25	05	1901	02	124	Folhetim/QUO VADIS?	“O que é então? Uma das libertas de Plautius?”